

REVISTA

DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



#23

ISSN 2316-770X

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais é uma publicação semestral e tem o objetivo principal de abordar temáticas específicas, numa perspectiva interdisciplinar, podendo divulgar também resultados de pesquisas e de produções teóricas e artísticas diversas.

Jaime Arturo Ramírez

REITOR

Sandra Goulart Almeida

VICE-REITORA

Elizabeth Ribeiro da Silva

CHEFE DE GABINETE

Mário Fernando Montenegro Campos

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Benigna Maria de Oliveira

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Ado Jorio Vasconcelos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Denise Maria Trombert de Oliveira

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO

Maria José Cabral Grillo

PRÓ-REITORA DE RECURSOS HUMANOS

Tarcísio Mauro Vago

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Marcílio José Sabino Lana

DIRETOR-GERAL DO CENTRO DE COMUNICAÇÃO

Estevam Barbosa de Las Casas

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

TRANSDISCIPLINARES

EDITOR:

João Antônio de Paula

EDITORA EXECUTIVA:

Heloisa Soares de Moura Costa

DIREÇÃO DE ARTE:

Marcelo Lustosa

PROJETO GRÁFICO:

Léo Ruas

DIAGRAMAÇÃO:

Romero Moraes

Guilherme Martins

PRODUÇÃO EXECUTIVA:

Ana Paula Vieira

Stephanie Falconelli

APOIO TÉCNICO:

Lucilia Maria Zarattini Niffenegger

REVISÃO:

Cecília Lima

Josiane Pádua

TRADUÇÃO:

Marie-Anne Henriette Jeanne Kremer

FICHA CATALOGRÁFICA

R 454 Revista da Universidade Federal de Minas Gerais. –
vol.15, 1965- – Belo Horizonte : UFMG, 1965-
v. : il.
Anual de 1965-1969
A partir do v.19, n.1/2, 2012 passa a ser semestral
Titulo anterior: Revista da Universidade de Minas
Gerais, 1929-1964.
Inclui bibliografia.
ISSN: 2316-770X
1. Ensino superior- Periódicos. I. Universidade
Federal de Minas Gerais.

CDD: 378.405 CDU: 378

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6.627, Campus Pampulha

Prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, sala 3011

CEP: 31.270-901, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

Endereço eletrônico: <revistadaufmg@ufmg.br>

Telefone: 55 31 3409 7231

Conselho editorial

Carlos Antônio Leite Brandão • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Débora d'Ávila Reis • INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Eliana de Freitas Dutra • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Estevam Barbosa de Las Casas • ESCOLA DE ENGENHARIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Ivan Domingues • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Jacyntho Lins Brandão • FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

João Antonio de Paula • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro • INSTITUTO MARIA HELENA ANDRÉS (IMHA), BRASIL.

Maurício Alves Loureiro • ESCOLA DE MÚSICA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Maurício José Laguardia Campomori • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Ricardo Hiroshi Caldeira Takahashi • INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Comissão editorial desta edição

Carlos Antônio Leite Brandão • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Débora d'Ávila Reis • INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Heloisa Soares de Moura Costa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

João Antônio de Paula • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Maria do Carmo Freitas Veneroso • ESCOLA DE BELAS ARTES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Marília Andrés Ribeiro • INSTITUTO MARIA HELENA ANDRÉS (IMHA), BRASIL.

Patricia Maria Kauark Leite • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Pareceristas desta edição

Alexandre Magno Alves Diniz • PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO ESPACIAL, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Ana Cláudia Duarte Cardoso • FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BRASIL.

André Velloso Batista Ferreira • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Cássio Eduardo Viana Hissa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Cássio Maldonado Turra • CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL E FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Claudinei Lourenço • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Deborah de Magalhães Lima • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Denise de Castro Pereira • DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Doralice Barros Pereira • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Ester Limonad • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, BRASIL.

Evandro José Lemos da Cunha • ESCOLA DE BELAS ARTES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Flávia Maria Galizoni • INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Geane Carvalho Alzamora • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Geraldo Magela Costa • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Jupira Gomes de Mendonça • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

José Carlos Reis • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Klemens Augustinus Laschefski • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Lucia Maria Sá Antunes Costa • FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, BRASIL.

Marco Antônio Sousa Alves • FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Margarete Cristiane de Costa Trindade Amorim • DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, BRASIL.

Ralfó Edmundo da Silva Matos • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Ricardo Ojima • DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA E CIÊNCIAS ATUÁRIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL.

Rogério Palhares Zschaber de Araujo • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Rômulo Soares Barbosa • DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS, BRASIL.

Sérgio Alcides • FACULDADE DE LETRAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Silke Kapp • ESCOLA DE ARQUITETURA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Virgínia de Lima Palhares • INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BRASIL.

Sumário

- 6 EDITORIAL
Tempo, tempos
- 20 MICHEL BITBOL
Medo da morte e experiência do tempo
Fear of death and experience of time
- 36 FERNANDA ROUGEMONT
O tempo no corpo: envelhecimento e
longevidade na perspectiva anti-aging
The time in the body: aging and longevity in
the anti-aging medicine's perspective
- 62 ANA CLAUDIA MOREIRA CARDOSO
Direito e dever à desconexão: disputas
pelos tempos de trabalho e não trabalho
Right and obligation to disconnection:
striving for working and non-working time
- 88 ADRIANO MATTOS CORRÊA
Domínio do espaço. Temor do tempo. O
que desejar dos arquitetos dos próximos
dias?
The domain of *space*. The fear of *time*. What
should we want from the *architects* in the
coming days?
- IIO CARLOS ANTÔNIO LEITE BRANDÃO
As moradas do tempo: arquitetura
The abode of time: architecture
- I34 LUCIANA ANDRADE GOMES BICALHO,
TIAGO BARCELOS PEREIRA SALGADO,
AMANDA CHEVTCHOUK JURNO
Poéticas da ubiquidade: a construção do
tempo e da memória em plataformas
midiáticas on-line
Ubiquity poetics: the construction of time
and memory on the online social networks



MARCELO CINTRA DO AMARAL
154 *Tempos da mobilidade: três notas de uma nova partitura espaço-temporal*

Mobility times: three notes on a new space-time score

ALTAMIRO SÉRGIO MOL BESSA
180 *Tempo e paisagem*
Time and landscape

PEDRO HENRIQUE CORRÊA
DE ARAÚJO BARROS,
ROBERTO CÉLIO VALADÃO
196 *Cronologia na corologia – A construção de uma perspectiva temporal*
Chronology in chorology – building a temporal perspective

JOÃO DINIZ
224 *Cronos trôpego: aforismos do tempo*
Stumbling chronos: time aphorisms

PATRICIA FRANCA-HUCHET
232 *Nós temos tempo: o livro Modificando*
We've got time: the book Modifying

ANA PAULA OLIVEIRA,
THIAGO HENRIQUE RAMARI
248 *O tempo e o pensamento: a anomalia anacrônica como elemento de propulsão para a consciência crítica no filme Violência Gratuita*
Time and thought: the anachronistic abnormality as thrusting element for the critical consciousness in Funny Games

MATEUS H. F. PEREIRA,
VALDEI LOPES DE ARAUJO
270 *Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital*
Historical time reconfigurations: presentism, updatism, and loneliness in digital modernity



MAX KLINGER
O xixi da morte (detalhe), óleo sobre tela, 1880



TEMPO, TEMPOS

Não vivemos em qualquer lugar, mas em um “mundo”, antes mesmo de vivermos sobre a “Terra”: Não haveria Terra se não pudéssemos nomeá-la, e só podemos nomeá-la por habitarmos um mundo provido de linguagem. Para que aquilo que nos rodeia deixe de ser um amontoado de coisas e entes sem sentido e seja ordenado de modo a constituir o que chamamos “mundo”, é preciso linguagem, espaço e tempo. O tempo é, portanto, uma categoria por meio da qual convertemos o caos que nos rodeia em cosmos – universos ordenados e compreensíveis – que vão desde o nível do nosso corpo, do nosso quarto, da nossa casa, da nossa cidade até o da astronomia e da astrologia, com suas galáxias, seus buracos negros e seus microcosmos nanométricos. Sem o tempo não há compreensão; sem o tempo não há os lugares por onde passamos e onde transcorreu a nossa vida: habitamos a história e o tempo, antes de habitarmos a geografia e o espaço. Existem diversos tipos, camadas e escalas de tempo e de temporalidades: o cronológico, o mítico, o divino, o messiânico, o Kairos, a *durée* bergsoniana, o geológico, o profundo, o psíquico, o onírico, o sucessivo, o linear, o circular, o quântico, o da relatividade, o da análise, o das ruínas, o público, o particular, o acelerado, o burocrático, o “era uma vez”, o “ainda não”, o “já”, o mercurial, o saturnino, o suspenso nos relógios moles de Dali, o “boitempo” dos livros de Drummond e a cotidiana “falta de tempo” de todos nós, entre outros. Vivemos, ou temos a possibilidade de viver em todos ou entre todos eles: nascemos muitos, e não é necessário que passemos a vida ou morramos um só. Diz Ivan Domingues que nossa experiência do tempo se faz na díade constituída entre o efêmero e o instante, por um lado, e o eterno e duradouro, por outro. Até a suspensão do tempo, como sentimos quando estamos

em êxtase, plenamente felizes, no nirvana ou tomados por Eros, serve para constituir os tempos pelos quais o homem transita e de cuja matéria ele extrai o “humano”, pois não nascemos humanos: tornamo-nos humanos mediante aquilo que fazemos com o tempo, o “nosso” tempo.

Este número da Revista da UFMG tem o *tempo* e todos esses *tempos* como provocação inicial, por meio da qual as contribuições podem se articular de várias maneiras. Escolhemos apresentá-las em três agrupamentos que privilegiam as experiências e vivências individuais e coletivas do tempo, algumas das muitas relações entre tempo e espaço e ilustrações de experiências do tempo e as artes.

Experiências e vivências do tempo

O primeiro conjunto de três textos aborda, de diferentes maneiras, experiências, vivências e percepções do tempo na perspectiva dos sujeitos individuais e coletivos.

Medo da morte e experiência do tempo, texto do filósofo francês Michel Bitbol, traduzido por Patrícia Kauark-Leite, promove discussão sobre como o medo da morte baseia-se nas ameaças sofridas à nossa própria identidade face à experiência do tempo. Trata-se do medo fundamental, do qual os outros medos são derivados. O medo de envelhecer pode ser visto como o medo da aproximação da morte ou de quantidades de pequenas mortes preliminares. O medo do estrangeiro pode ser visto como o medo da morte da identidade cultural, constitutiva da identidade pessoal. O medo da guerra e do conflito pode ser visto como o medo vinculado à morte da identidade nacional, à morte dos próximos e à morte individual. O medo das catástrofes ambientais pode ser visto como um medo sintético em relação à morte individual, à morte coletiva da humanidade, à morte de uma identidade ampliada de estar na natureza.

O texto de Fernanda Rougemont, "O tempo no corpo: envelhecimento e longevidade na perspectiva *anti-aging*", discute a formação de um novo modelo temporal que diferencie a existência em anos de vida dos processos de transformação no corpo ao longo do tempo. A autora traz uma reflexão sobre a articulação entre o envelhecimento, como processo físico, e os diferentes modos de mensuração e periodização do tempo. Com base no movimento *anti-aging*, o argumento mostra o descompasso entre o envelhecimento biológico e a mensuração cronológica da vida, produzindo uma transformação na concepção do envelhecimento como vivência biológico-temporal do ciclo de vida.

Ana Cláudia Moreira Cardoso, em "Direito e dever à desconexão: disputas pelos tempos de trabalho e não trabalho", discute a dimensão do tempo livre associado ao trabalho e ao não trabalho, alertando para o direito ao ócio, ao que chama de desconexão. O argumento se desenvolve por meio de uma leitura histórica das disputas e das mobilizações dos diversos atores sociais, envolvendo esses tempos socialmente construídos, com base na percepção dos trabalhadores.

Tempo e espaço

Tempo e Espaço são duas dimensões amalgamadas da vida, nem sempre percebidas ou concebidas como tal. Vários textos abordam a temática do tempo, levando em conta sua intrincada e permanente relação com o espaço. O ensaio de Adriano Mattos Corrêa, intitulado "Domínio do espaço. Temor do tempo. O que desejar dos arquitetos dos próximos dias?", enfatiza que o *território* depende do dinamismo dos fenômenos de formação e produção contínua do seu significado, depende do *tempo*. Logo, o território é tomado como um *porvir*. Para ele, o espaço arquitetado, o projeto, pressupõe uma variante frequentemente ignorada, mas fundamental para se pensar e produzir as relações que se dão sobre a dimensão territorial, que é o *tempo*. A dimensão temporal teria o poder de iluminar as relações espaciais como parte de uma mesma vida comum e compartilhada. Nesse sentido, mapear e dominar o espaço são estratégias para encobrir o temor e incapacidade de projetar o tempo.

O texto "As Moradas do Tempo: Arquitetura", de Carlos Antônio Leite Brandão, inicia-se e termina com o argumento segundo o qual só há projeto de arquitetura se o tempo é projetado nele. As obras de arquitetura não projetam apenas espaços, mas também o tempo, elas permitem que articulemos nossa noção do tempo e nossa relação com ele de vários modos. Atravessando diferentes períodos, da antiguidade à modernidade, o autor explora a temporalidade entre aquilo que passa e aquilo que permanece, chamando a atenção para a necessidade de instaurarmos, via arquitetura, referências de permanência e solidez num mundo cada vez mais marcado pelo efêmero e pelo instável. Para ele, fazer arquitetura é fazer do tempo uma coordenada que preenche o espaço com a nossa humanidade.

Sob outra perspectiva, originária da Comunicação Social, Luciana Andrade Gomes Bicalho, Tiago Barcelos Pereira Salgado e Amanda Chevtchouk Jurno se propõem a

mostrar que a construção coletiva do mundo e dos saberes do mundo é potencializada pelas diferentes tecnologias de comunicação e informação, em "Poéticas da ubiquidade: a construção do tempo e da memória nas redes sociais on-line". Centrando-se no instantâneo que dilata o presente e demanda que o tempo seja cronometrado e passível de mensuração, o texto argumenta que as marcações temporais que acompanham a produção *on-line* facilitam a compreensão do tempo em meio a um fluxo veloz e denso de produções, considerando o presente como um instante que deixou de ser o que seria. Por outro lado, o convite das redes sociais *on-line* para publicar, compartilhar ou registrar o momento pode ser visto como uma convocação para a construção da memória dos momentos presentes nesses ambientes midiáticos digitais. A ação de mútua afetação entre humanos e máquinas/espços virtuais ajuda a compreender a composição híbrida de "lugares de memória" ubíquos e instantâneos, que os autores tomam como ponto de partida, os rastros digitais das ações humanas e não humanas nas redes sociais digitais, que transitam e se transformam de acordo com as articulações entre as linguagens e as ações dos atores em movimento.

Articulando também as noções de tempo, ubiquidade e mobilidade, o texto de Marcelo Cintra do Amaral, "Tempo de mobilidade: três notas de uma nova partitura espaço-temporal", discute políticas e práticas centradas no tempo, partindo do princípio de que diferentes tempos da mobilidade urbana interferem no espaço, seja na alteração das velocidades, redução das distâncias ou definindo ritmos. Para romper com a tendência de o tempo se reduzir ao emprego compulsório do espaço, são esboçados os primeiros elementos para uma teoria e apresentam-se exemplos de políticas e práticas que tentam alçar o tempo a uma categoria privilegiada de análise e ação. O autor destaca que o tempo guarda de forma latente inúmeras possibilidades de reflexão e de transformação, por ações políticas ou poéticas, mas, antes de tudo, é preciso pensar sobre ele.

Em "Tempo e paisagem", Altamiro Sérgio Mol Bessa desenvolve a ideia de paisagem como o lugar onde tempo e espaço se articulam, como o lugar onde se apreende a passagem do tempo. Como materialização da paisagem, os jardins têm potencial de construir alternativas insurgentes no deserto que caracteriza o pensamento dominante. O ensaio contrapõe duas vertentes distintas da paisagem, refletindo também distintas noções de tempo e de espaço e formas distintas de articulação do indivíduo com o

ambiente, tanto em termos da paisagem resultante como das formas de reflexão sobre ela. Por um lado, a tradição chinesa considera a paisagem como conciliação de opostos, um caminho a ser complementado pela imaginação; por outro, a racionalidade ocidental hegemônica privilegia os resultados. Ao conceber, em campos distintos, homem e natureza, tempo e espaço, a modernidade ocidental se constitui majoritariamente pelo que o autor chama de "temporaneidades predatórias", formas contemporâneas que se impõem violentamente sobre as lentas temporalidades que qualificam os lugares.

Considerando a paisagem em outra escala temporal, o artigo "Cronologia na corologia – a construção de uma perspectiva temporal", de Pedro Henrique Corrêa de Araújo Barros e Roberto Célio Valadão, trata do campo da Geomorfologia, tradicional subcampo do saber geográfico, que explora essencialmente o caráter espacial dos fenômenos atrelados às dinâmicas da superfície terrestre. Segundo os autores, para compreender tais morfologias é preciso analisá-las não somente no espaço, mas, fundamentalmente, através do tempo. O texto considera a aparentemente monótona e estática superfície terrestre como extremamente dinâmica e multiforme, o cotidianamente imperceptível dinamismo do relevo evidenciando um processo fragmentário e descontínuo, diversamente distribuído e sincronicamente articulado no espaço e, sobretudo, no tempo. As paisagens, como um grande palimpsesto, impõem, permanentemente, muitos desafios à abordagem geomorfológica, já que a análise recai tanto sobre as formas de relevo quanto sobre a periodização delas ao longo do tempo. Os autores consideram a perspectiva de tempo geológico como historicamente construída, daí resultando desdobramentos metodológicos que concebem essa ciência natural, também, à luz dos estudos contingenciais, típicos de um campo historicizado.

Experiências do tempo e as artes

Este conjunto de contribuições mais diretamente associadas às artes e à experiência se inicia com um aforismo de João Diniz, "Cronos trôpego: aforismos do tempo", precedido de apresentação da trajetória do autor/artista feita por Marília Andrés Ribeiro.

O texto de Patricia Franca-Huchet, "Nós temos tempo: o livro Modificando", traz inicialmente uma discussão sobre diferentes abordagens referentes ao tempo no domínio literário e artístico, fruto da experiência de pesquisa em arte. Para a autora, o

tempo se distingue pelas maneiras que temos de apreendê-lo, sendo impossível dar a ele um significado universal. Varia com a experiência individual e universal, dos homens, da natureza. Há o tempo dos físicos, dos filósofos, tempo na linguagem, na arte, entre muitos outros. Em sequência, a autora nos traz uma experiência artística, o livro *Modificando*, que retrata uma experiência temporal de um trabalho no qual fotografias e textos se encontram pela prática da montagem, visualidade e edição.

O uso do tempo pelo cinema e os efeitos produzidos sobre a audiência é o tema discutido por Ana Paula Oliveira e Thiago Henrique Ramari, no texto intitulado "O tempo e o pensamento: a anomalia anacrônica como elemento de propulsão para a consciência crítica no filme *Violência Gratuita*", com base na teoria cinematográfica de Deleuze. Uma sequência do filme é analisada, na qual a ocorrência da imagem-tempo estimula o pensamento crítico do espectador. O texto argumenta que o uso de diferentes noções de tempo transforma o público em cúmplice de assassinatos, provocando o engendramento da culpa, e conduz a uma importante reflexão sobre o crescente consumo contemporâneo de imagens de violência como entretenimento.

Fechando esta edição, o texto de Mateus Pereira e Valdei Lopes de Araújo, "Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital", traz uma reflexão sobre a historicidade atual por meio da "experiência do tempo". Os autores contrapõem o momento historicista-moderno – basicamente centrado no futuro – a um regime de historicidade emergente, ressaltando o presentismo como o tempo no qual não há nada além do evento. Para os autores, a história como disciplina não vê claramente o presente. Para ilustrar essa perspectiva, eles trazem uma leitura do episódio *White Christmas*, da série televisiva *Black Mirror*, como um estudo de caso, a fim de verificar a operacionalidade do conceito de atualismo para a compreensão de distopias/utopias contemporâneas com foco na temática da solidão.

Bom proveito!

TIME, TIMES

We do not live anywhere, we live in a “world” before we live on “earth”. There would be no earth if we were unable to name it, and we can only name it because we live in a world provided with language. So that things surrounding us can be more than just a pile of things, and so that beings may have sense, and so that all can be put in order to make up what we call “world”, language, space and time are needed. Time is, therefore, a category through which we turn chaos around us into cosmos – ordered and understandable universes – as small as our body, our room, our house, our city, and as large as the universe of astronomy and astrology, as huge as galaxies, its black holes and nanoscale microcosmos.

Without time there is no comprehension and there are no places we have been and where we lived our lives: we dwell in history and time even before we populated geography and space. There are many types, layers and scales of time, and temporalities: the chronological, the mythic, the divine, the messianic, the Kairos, the Bergsonian *durée*, the geological, the profound, the psychic, the oneiric, the successive, the linear, the circular, the quantum, the relativity one, the analytical one, the one of the ruins, the public, the personal, the speedy one, the bureaucratic one, the “once upon a time” one, the “not yet” one, the “already” one, the mercurial, the saturnine one, the one in Dali’s flabby and pending watches, in Drummond’s “boitempo”, and in our daily “lack of time”, among others. We live or have the opportunity to live in all of them, or among all of them: we are born many, and passing life in only one or dying in no more than one is unnecessary. Ivan Domingues says that our experience of time is lived out, on the one hand, in a dyad between the fleeting and the instant, and on the other hand, between the eternal and the everlasting. Even the suspension of time experienced when we are taken by ecstasy, completely happy, in the Nirvana or raptured by Eros, helps the making of times through which mankind wanders and extracts its “human” matter, for we are not born human: we are made human depending on how we use time, “our” time.

This volume of Revista da UFMG offers *time* and all those *times* as a primary teaser inspiring contributions with different perspectives gathered in three groups that enhance personal and collective experiences of time, introducing some of the many relations between time and space, illustrating experiences of time and arts.

Experiencing Time

The first set of three texts approaches different experiences and perceptions of time coming from individual and collective subjects.

Fear of death and experience of time by the French philosopher Michel Bitbol, translated by Patrícia Kauark-Leite, discusses how the fear of death is based on the threats imposed to our own identity in the face of time experience. It is about the fundamental fear deriving all other fears. The fear of aging can be seen as the fear of approaching death or the fear of small amounts of preliminary deaths. The fear of the alien can be understood as the fear of the death of cultural identity that builds personal identity. The fear of war and conflict can be seen as the fear linked to the death of national identity, to the death of neighbors, and to individual death. The fear of environmental catastrophes may be construed as a synthetic fear in terms of individual death, collective death of humanity, as well as the death of a broadened identity of being in nature.

Fernanda Rougemont's *Time in the body: aging and longevity in the medical anti-aging perspective* discusses the development of a new temporal model telling the existence in years of life from the bodily transformation processes along time. The author ponders on the relationship between aging as a physical process, and the different modes of measuring and dividing time. Based on the anti-aging movement, the discussion points out the unbalance between the biological aging and the chronological measurement of life producing a morphed conception of aging as a biological-temporal experience of the cycle of life.

Right and obligation to disconnection: striving for working and non-working time is Ana Cláudia Moreira Cardoso's approach to the dimension of free time linked to working and non-working concepts highlighting the right to idleness, here called disconnection. The discussion is developed from within a historical reading of the disputes and mobilizations of the several social actors around these socially built times, supported by the workers' perception.

Time and Space

Time and space are two merged dimensions in life not always perceived or conceived as such. Much has been written about time and its intricate and permanent relationship with space. Adriano Mattos Corrêa's essay *The domain of space. The fear of time. What should we want from the architects in the coming days?* emphasizes that territory depends on the dynamic performance of the formation and continuous production

phenomena of its meaning; it depends on *time*, therefore territory is considered a time to come. According to him, the architected space – design – assumes a variable often ignored, but essential to think and produce the relations occurring on the territorial dimension, which is *time*. Time dimension would be able to clear up the space relations as part of a same life, common and shared. In this sense, mapping and mastering space are strategies to disguise the fear and inability to project time.

The abode of time: Architecture by Carlos Antônio Leite Brandão begins and ends with the discussion according to which architectural designs are only possible if time is projected in them. The architectural works not only project spaces but also time; they allow our notion of time and our relationship to it be construed in many ways. Crossing several ancient times until modernity, the author explores temporality between the past and the permanent stressing our yearning for establishing through architecture references to permanence and solidity in a world that increasingly emphasizes the fleeting and the volatile. According to him, making architecture is making a coordinate out of time to fulfill space with our humanity.

In another perspective derived from the Social Communication, Luciana Andrade Gomes Bicalho, Tiago Barcelos Pereira Salgado and Amanda Chevtchouk Jurno propose that the collective construction of the world and of global knowledge is highlighted by the different technologies of communication and information in their *Ubiquity Poetics: the construction of time and memory on the online social networks*. Focusing the momentary that broadens the present, requires clocked time, and is liable to measurement, the text proposes that the time scheduling that accompanies online productions eases the comprehension of time amid a rapid and dense flow of productions, considering the present time as an instant that no more is what it would be. On the other hand, the online invitations to publish, share or record the moment may be considered a call for the construction of memory of the present moments in these digital media environments. The action of mutual influence between humans and machines/virtual spaces helps understand the hybrid composition of ubiquitous and instantaneous *memory locations* that serve as the authors' starting point of the digital traces of the human and non-human actions in the digital social networks, that flow and transform themselves according to the interactions between the languages and the moving actors' actions.

Also merging notions of time, ubiquity and mobility, the text by Marcelo Cintra do Amaral, *Mobility times: three notes on a new space-time score* discusses time-oriented

policies and practices assuming that different times of urban mobility transform space by changing speeds, reducing distances or setting rhythms. In order to break the tendency of time to be reduced to the compulsory use of space, the first elements for a theory are outlined, and examples of policies and practices that try to raise time to a privileged category of analysis and action are presented. The author points out that time latently reserves countless possibilities of reflection and transformation through political or poetical actions, but, most of all, one must think about it.

In *Time and landscape*, Altamiro Sérgio Mol Bessa develops an idea of landscape as a place where time and space interact and where the passage of time is seized. As a materialization of landscape, gardens may build alternatives appearing in the desert that features the prevailing thought. The essay contrasts two distinct landscape aspects, also reflecting distinct notions of time and space, and diverse ways of personal relationship with the environment, not only in terms of the resulting landscape, but also of manners to reflect about it. The Chinese tradition considers landscape the reconciliation of opposites, a path to fulfill with imagination, while the western hegemonic rationality favors the results. By conceiving man and nature, and time and space in different fields, western modernity mostly embodies what the author names *predatory temporariness*, contemporary forms that violently impose themselves upon the slow temporalities that qualify the places.

Considering landscape from another temporal scale, the article *Chronology in chorology – building a temporal perspective* by Pedro Henrique Corrêa de Araújo Barros and Roberto Célio Valadão explore the field of Geomorphology, a traditional subfield of the geographical knowledge, that basically explores the spatial character of the phenomena conjoined with the terrestrial surface dynamics. According to the authors, in order to comprehend such morphologies, one should analyze them not only in space, but essentially through time. The text considers the apparently monotonous and still terrestrial surface an extremely dynamic and diverse one, and the daily imperceptible dynamism of its relief exhibiting a cracking and discontinuous process variedly distributed and synchronically combined in space and, most of all, in time. The landscapes, as a large palimpsest, permanently impose many challenges to the geomorphological approach once the analysis not only relies on the relief forms but also on their periodization along time. They consider a historically built geological time perspective thus resulting in methodological unfolding that conceives this natural science under the light of the contingent studies as well, characteristic of a historicized field.

Experiences in Time and Arts

This set of contributions more directly linked to arts and experience begins with an aphorism by João Diniz, *Stumbling Chronos: Time Aphorisms*, preceded by the artist/author's journey presented by Marília Andrés Ribeiro.

Patrícia Franca-Huchet's *We've got time: the book Modifying'* first discusses the different approaches to time in the literary and artistic fields as an outcome of an experience in research on arts. According to the author, time can be distinguished by different ways of perception, and it is impossible to give it a universal meaning. It varies according to the personal and universal experience of men and nature. There is the time of the physicists, of the philosophers, the time in art language, among many others. Then the author presents an artistic experience through the book *Modifying*, that portrays a temporal experience of a work in which photographs and texts meet by the practice of *montage*, visuality and editing.

The use of time in cinema and the effects produced on the audience is the topic discussed by Ana Paula Oliveira and Thiago Henrique Ramari in *Time and thought]: the anachronistic abnormality as a thrusting element for the critical consciousness in Funny Games*, based on Deleuze's cinematic theory. The authors analyze a sequence of the film in which the occurrence of time-image arouses the viewers' critical thought. The text proposes that the use of different notions of time turns the audience into an accomplice of murders, engendering guilt and an important reflection on the increasing contemporary consumption of violent images as entertainment.

Closing this edition, the text by Mateus Pereira and Valdei Lopes de Araújo *Historical time reconfigurations: presentism, updatism, and loneliness in digital modernity* offers some reflection on the present historicity from the *experience of time*. They contrast the historicist-modern time, that basically emphasizes the future, with an emerging regime of historicity that highlights presentism as the time that brings nothing but the event. For the authors, history as a discipline does not see the present clearly. To portray this perspective, they present a reading of the episode *White Christmas* of the *Black Mirror* TV show as a case study to verify the operability of the updatism concept for the understanding of contemporary dystopias/utopias from the loneliness topic perspective.

Have a nice time!

EXPERIENCING TIME



I
EXPERIÊNCIAS E
VIVÊNCIAS DO
TEMPO





WILLIAM HOGARTH

Gin Lane (detalhe), água-forte,
entre 1750-1751

The
Lament of
Mrs. Gut

MEDO DA MORTE E EXPERIÊNCIA DO TEMPO*

MICHEL BITBOL**

TRADUÇÃO DE PATRICIA KAUARK-LEITE***

RESUMO O medo da morte é, naturalmente, o medo fundamental, isto é, o medo do qual praticamente todos os outros medos são derivados. O medo de envelhecer pode ser visto como o medo da aproximação da morte ou como o medo da quantidade de pequenas mortes preliminares. O medo do estrangeiro pode ser visto como o medo da morte da identidade cultural, constitutiva da identidade pessoal. O medo da guerra e do conflito pode ser visto como o medo vinculado à morte da identidade nacional, à morte dos próximos e à morte individual. O medo das catástrofes ambientais também é algo que pode ser visto como um medo sintético em relação à morte individual, à morte coletiva da humanidade, como também à morte de uma identidade ampliada de estar na natureza. Pretendo aqui discutir de que modo o medo da morte baseia-se nas ameaças sofridas à nossa própria identidade face à experiência do tempo.

PALAVRAS-CHAVE Medo da morte. Tempo. Identidade.

FEAR OF DEATH AND EXPERIENCE OF TIME

ABSTRACT The fear of death is, of course, the fundamental fear, namely, the fear from which practically all other fears are derived. The fear of ageing can be seen as the fear of approaching death or the fear of small amounts of preliminary deaths. The fear of the alien can be seen as the fear of the death of cultural identity that is constitutive of personal identity. The fear of war and conflict can be seen as the fear linked to the death of national identity, to the death of neighbors, and to individual death. The fear of environmental catastrophes is also something that can be seen as a synthetic fear related to individual death, to the collective death of humanity, and also to the death of an amplified identity of being in nature. I want to discuss here how the fear of death is based on the threats to our own identity in view of the experience of time.

KEYWORDS Keyword. Fear of death. Time. Identity.

* Texto apresentado em 21 de novembro de 2015, em Paris, no 310 Colóquio da Federação Francesa de Psicoterapia e de Psicanálise, intitulado “Les Peurs”, que pretendeu discutir em que medida o mundo atual pode estar na origem de novos medos e exacerbar outros.

** Michel Bitbol é um filósofo francês e pesquisador do CNRS nos *Archives Husserl*, da *École Normale Supérieure*, Paris. Ele doutorou-se em medicina em 1980, em física em 1985 e obteve habilitação para orientar pesquisas em filosofia em 1997. Ele foi agraciado em 1997 com o prêmio *Grammaticakis-Neumann* da *Académie des Sciences Morales et Politiques* pelo seu trabalho em filosofia da mecânica quântica.

*** Patricia Kauark-Leite é professora associada do Departamento de Filosofia da UFMG e pesquisadora do CNPq.

A tese principal que defendo aqui é a de que o medo da morte ancora-se na apreensão das ameaças que pesam sobre a própria “identidade”; uma identidade multifacetada cuja construção tem precisamente por fim opor um polo de permanência ao fluxo do devir, uma região de previsibilidade face a tudo o que não se deixa controlar. Identidade e previsibilidade são as duas defesas que nós opomos à incoercível inventividade do tempo, feita, ao modo das obras da deusa indiana de dupla face, Kālī, de aniquilações e engendramentos, de desaparecimentos e aparições, de crepúsculos e auro-ras. Uma breve reflexão sobre esses dois termos, identidade e previsibilidade, é, assim, indispensável para caracterizar por contraste o medo da morte.

A identidade, para começar, é, ao mesmo tempo, a fortaleza que construímos contra a mudança “contínua” do devir e o edifício precário por meio do qual nos tornamos vulneráveis à destruição, que é uma manifestação brutal e “descontínua” desse mesmo devir. A identidade é tão mais frágil quanto mais ela se pretende individual, porque ela busca então se isolar de tudo de que depende para existir e se priva, desse modo, paradoxalmente, das condições mesmas de sua existência. Mas nossa identidade é, na realidade, bem mais extensa do que pressupõe o mito do indivíduo autônomo, a despeito de sua centração sobre um ponto de vista próprio e uma situação única. Sua sensibilidade às devastações do tempo torna-se tanto maior quanto melhor compensável. Nossa identidade é mais vulnerável às devastações do tempo à medida que ela lhe oferece mais alvos; mas sua extensão lhe oferece também o recurso de uma resiliência mais bem ancorada do que aquela de um indivíduo perfeitamente isolado. Essa identidade estendida é feita de um posicionamento em um sistema de coordenadas pluridimensional, familiar, social, político, cultural, ambiental, que não tem nada de abstrato, uma vez que ele contribui instante a instante na determinação de nossos afetos e de nossas orientações no mundo. Mais concretamente, assim como observa Sartre¹, minha identidade, longe de se deter nos limites do meu próprio corpo, estende-se a uma esfera próxima e distante de alteridade. Isso porque o outro é constitutivo do meu ser pessoal, oferecendo-me o ponto de apoio do juízo implícito ou explícito que faz sobre

¹ J.-P. Sartre, *L'être et le néant*, Gallimard, 1943, p. 265 et seq.

mim e ajudando-me assim a me situar no sistema de coordenadas da identidade. Além disso, adotando um olhar diferente do meu sobre as coisas ao nosso redor, o outro amplifica meu próprio olhar para dimensões de uma visão compartilhada.

Nessas condições, a morte do outro não representa apenas um anúncio indireto da minha própria mortalidade, que eu posso em uma certa medida (veremos mais adiante) ocultar ou sublimar. Em um primeiro nível, como escreve Levinas, a morte do outro nos faz sofrer o choque de ver o rosto dele se transfigurar em uma simples forma, e seu movimento expressivo se petrificar na persistência de uma coisa. Em um segundo nível, a morte do outro se vive como uma devastação direta do meu ser, na medida em que sou urdido pelas relações que tive com esse outro e na medida em que me sinto adulto pela consciência de que o outro pode sentir, ver e interpretar tudo o que conta, de modo ao mesmo tempo diferente e complementar ao meu. Se temo pela morte de um outro muito próximo, é, pois, não somente porque isso ameaça a minha identidade urdida por intermédio dele, mas também porque isso suprime a convergência de nossos olhares conjuntamente constitutivos de um mundo em que compartilhamos os significantes. Digamos isso de maneira ainda mais incisiva: se a morte desse outro que me é muito próximo me parece apavorante, não é porque ela significa nada mais nada menos do que minha própria morte, mas porque representa uma morte fragmentada e delegada que meu eu amputado tem ainda a possibilidade dolorosa de constatar diretamente. Em um grau menor de imediaticidade, embora de maneira igualmente real, uma perda de referências culturais, sociais, históricas ou mesmo arquiteturas me ameaça com uma forma de morte por desaparecimento de uma parte preciosa do que construiu minha identidade.

A perda ou a morte parcial de nossa identidade nos expõe de súbito ao desconhecido, ao não antecipável, em razão do desaparecimento de recorrências que nos reconstituem sem cessar. A ilhota de previsibilidade que conseguimos construir pelo posicionamento do nosso ser em um certo laço da rede constitutiva de nós mesmos torna-se submersa. O fruto dessa submersão, desse colapso da previsibilidade é ambivalente. De um lado, o desejo de uma previsibilidade absoluta, que exige o repetir do passado no presente e no futuro, é uma forma de recusa da vida; Freud assimilava, a justo título, a “compulsão à repetição” à “pulsão de morte”. Se for esse o caso, a perda da previsibilidade oferece uma oportunidade para redescobrir a criatividade de uma vida

subpessoal e subidentitária, mesmo que ao preço da angústia. Por outro lado, no entanto, um desvio radical, uma impossibilidade prolongada para redescobrir referências podem quebrar tão completamente o processo autogerador de nossa identidade, que não há mais lá pessoa organizada capaz de fazer um bom uso da criatividade redescoberta. O fundamento do medo das mortes identitárias é, portanto, também ambíguo. Um excesso desse medo nos faz perder a oportunidade de renovações que alimentam o processo da vida e nos precipita, assim, em uma morte antecipada pela paralisia de toda inovação. Ao contrário, a ausência desse medo protetor, ou a realização trágica de todos os temores, expõe-nos à aniquilação do processo autogerador – Francisco Varela diria do processo autopoietico – que reconstitui sem cessar nossa identidade pessoal. A derradeira tábua de salvação, nesse último caso, é aprender a viver “ao sabor” do que

2 F. Jullien, *Un sage est sans idée*, Seuil, 1998. acontece, à maneira do “Sábio” cuja figura foi descrita por François Jullien².

Observemos até aqui que, mesmo se todas as mortes parciais e as mortes identitárias temidas ocorressem, resta alguém – de tanto que é despersonalizado, quase que se poderia dizer alguma coisa – para entrever que isso efetivamente se passou. O “eu”, no sentido de um olhar vazio, ou talvez de um sujeito transcendental, não está morto, uma vez que ainda é capaz de sentir a derrelição da perda e a angústia de um futuro insondável. Esse fato residual primário da presença de um sujeito-testemunha explica que a morte própria, “minha” morte integral, permanece para sempre irrepresentável. Como dizer e imaginar essa própria morte em que, como escreve Vladimir Jankélévitch, “coincidem o objeto [...] e sujeito do morrer”³? Como não ter medo, posto que ela é “uma morte [...] como nenhuma outra [...] que perturba o mundo”, ou seja, uma morte que faz desaparecer o mundo assim como ele me aparece, o mundo objeto com o sujeito do mundo? E, simultaneamente, como pensar sobre minha morte, uma vez que, pelo tempo em que eu procuro pensá-la, ela não chegou e que, desse modo, ela escapa à apreensão do pensador?

3 V. Jankélévitch, *La mort*, Flammarion, 1966, p. 23.

Que a própria morte seja irrepresentável se manifesta, paradoxalmente, nas tentativas mesmas de representá-la, seja no cinema, seja nas histórias em quadrinhos. Todas essas tentativas se parecem; elas consistem em esboçar uma imagem visual de uma suposta “não” experiência, uma imagem paradoxal do que vive o ser já morto. Será suficiente oferecer um exemplo recente. Trata-se de uma tirinha da história em quadrinho *Titeuf*, herói gráfico do cartunista suíço Zep. Essa tirinha, que já percorreu o mundo,

apresenta um *Titeuf* vítima da guerra, tentando atravessar a fronteira para se refugiar em outro país; porém, preso à cerca de arame farpado, chama em vão por socorro. A última imagem, trágica, consiste simplesmente em um quadrado totalmente negro e sem palavras, que pretende representar o ser-morto de *Titeuf* sob o aspecto de uma não visão e, de modo mais genérico, de uma não experiência. O efeito é surpreendente, e até mesmo pungente; por um instante, não se pode deixar de seguir o herói até à extremidade dessa morte provocada pela indiferença. Mas nesse caso, como nas salas de cinema, onde a luz se acende novamente após a escuridão final, percebemos rapidamente que a representação da não experiência fracassou, posto que ela também é experimentada; há lá um sujeito, que certamente deixou por um momento em suspenso sua própria identidade ao se identificar com o herói, mas que ainda é capaz de ter a experiência dessa não experiência supostamente representada. “Eu vejo a escuridão” não equivale a “não há mais nada”, e menos ainda à ausência total de testemunho sobre o existir ou não existir.

Disso, dessa perenidade várias vezes vivida do sujeito anônimo do viver e do sentir, designado pelo pronome pessoal em primeira pessoa “eu”, provém, sem dúvida, o incrível sucesso das estratégias de negação da morte própria, das quais o psicoterapeuta americano Irvin Yalom estabeleceu uma lista perturbante em sua obra *Existential Psychotherapy*. Se “eu” estou sempre lá para perceber minhas próprias mortes identitárias parciais, se “eu” estou sempre lá para ter a experiência da não experiência representada, não sou eu um ser excepcional escapando da regra universal do morrer? É precisamente sobre isso que tendem os mecanismos de negação, que são tentativas diversas de exorcizar na fonte o medo da própria morte, ou seja, colocando-a sob suspeita. Praticar a negação da morte, principalmente com a criança, mas não somente, é tomar-se como um ser sem igual, é crer-se objeto de uma atenção exclusiva por parte de um ser todo-poderoso⁴, ou ainda é pensar-se capaz de aceder a um plano sobrenatural da existência (se possível paradisíaco)⁵. Menos agudo do que essa negação pura e simples, um outro gesto de defesa do medo da morte – mais razoável e mais generalizado – é o projeto de aceder ao que Yalom chama de “imortalidade simbólica”. Mas não é preciso se deixar impressionar pelo nome genérico desse projeto. Com efeito, se se examina atentamente o inventário elaborado por Yalom⁶, percebe-se que as “imortalidades simbólicas” buscadas são de dois tipos bem distintos: (1) a imortalidade identitária e (2) a imortalidade transcendental.

4 I. Yalom, *Thérapie existentielle*, Galaade éditions, 2008, p. 133.

5 M. Hulin, *La face cachée du temps*, Fayard, 1985.

6 I. Yalom, *Thérapie existentielle*, op. cit. p. 60.

(1) A imortalidade biológica pela procriação bem como a imortalidade criativa pelas produções intelectuais ou sociais perenizam algo da “identidade” construída do sujeito, mas não a integralidade dessa identidade. A imortalidade identitária pereniza a cultura e os valores que eu adoto e os torna disponíveis para os outros, mas ela não retém minha pessoa integral e estreita, feita de uma história contingente, de lembranças únicas e de uma singularidade irreproduzível.

(2) O mesmo não se pode dizer da imortalidade contemplativa em fusão com um presente constante, desprovido de conteúdo como também de limitação individual, pois, se ela não mais me pereniza como um indivíduo, ela não mais recorre à estabilização de elementos simbólicos da minha identidade. Muito pelo contrário, ela procura enraizar a existência em um solo pré-identitário, até mesmo pré-cognitivo, que é aquele mesmo em que descobrimos a inevitabilidade como condição de possibilidade de toda a experiência, inclusive da experiência da representação do não ser. Essa pulsão para uma imortalidade anônima é a forma mítica que toma a evidência de que há sempre, por trás de todo evento atual, por mais destrutivo que seja, um sujeito transcendental que se apercebe através dele. Mesmo sendo ingênua a crença em uma “imortalidade”, porque confunde a sempiternidade temporal e a intemporal atualidade absoluta, essa última estratégia de defesa contra o medo da morte não é completamente infundada sob o plano fenomenológico. Voltarei a isso mais tarde.

Suponha agora que, depois de ter recorrido a elas, eu tenha descartado todas as estratégias de negação e todas as estratégias de busca de imortalidade simbólica. Eu, então, enfrento sem defesa o medo fundamental, o medo da morte. O problema é que eu não compreendo verdadeiramente o que eu temo, e minha incompreensão torna, sem dúvida, o medo ainda mais intenso. Tenho vontade de dizer, banalmente, que “eu tenho medo de *nada*” – não confundir tal proposição com aquela ligeiramente diferente sob o plano fonético, mas oposta sob o plano semântico, segundo a qual “eu *não* tenho medo de nada”. O medo da morte, que pretende ter um objeto chamado “morte”, mas que define como “nada” o aspecto que toma esse objeto por sujeito do medo, é, nessas condições, quase indiscernível da angústia, pois a angústia nasce da incapacidade de dar forma ao que acontece; ela é a apreensão de nada em particular. Mas o que é, portanto, esse “nada” de que eu tenho medo? Será que eu já sei alguma coisa que daria um conteúdo ao meu medo? Na verdade, eu não conheço muita coisa. Do nada, eu

não tenho nenhuma experiência isolada; nada de se ter uma experiência do nada “em si”. Aquilo de que eu tenho a experiência é o “nada de”, um nada orientado para uma falta precisa e identificada. Nada do que era esperado, mas uma quebra inesperada do curso das coisas; nada de luz, mas ainda as trevas; nada da esperada felicidade em vê-la, mas apenas a sua ausência; nada das velhas coisas conhecidas, mas um mundo estrangeiro. Extrapolando essas confrontações múltiplas com a experiência do “nada de”, compreende-se o medo da morte como uma inquietude em ver confluir todos os sabores amargos. No entanto, o nada hiperbólico da morte “realizada” não se identifica com nenhuma dessas experiências, pela simples razão de que não é verdadeiramente nada, que não é “nada de nada”, sem qualquer oposição com o ser para disso revelar a possibilidade. Nessas condições, como no velho dito epicurista, por que ter medo da morte se ela não é “nada para nós?” Por que tenho eu medo da morte, posto que “onde eu estou, a morte não está, e quando a morte lá estiver, eu já não mais estou”? Melhor ainda, quem pode antecipar a proposição “eu lá já não mais estou” se não é o eu presente que lá estou? Se se quer enfrentar essas questões sem fundo, é preciso retomá-las a partir de sua premissa mais elementar: a morte que me faz medo não é (evidentemente) minha morte que já chegou, mas a morte que se delineia no meu futuro. “A morte, durante toda (minha) vida, estará no futuro”⁸. É, no futuro, um futuro que me olha, que repousa a mola do meu medo.

7 V. Jankélévitch, *La mort*, Flammarion, 1978, p. 31.

8 V. Jankélévitch, *La mort*, op. cit. p. 29.

O que é então o futuro? Nada, outra vez. No presente, o futuro não é nada, ele não é mais “alguma coisa” do que a morte que o anuncia. O futuro não é nada que eu possa perceber e nada que eu já conheça. Eu bem tento prever alguma coisa do futuro, pela imaginação, por avaliações probabilistas ou por teorias físicas, mas isso não equivale de forma alguma a vê-lo; ele permanece invisível e intangível. No máximo, o futuro imediato se apressa às escondidas para dissociar a presença defronte ela mesma e para lhe anunciar que ela se prepara para cair no nada já passado. Essa vaguidade do futuro explica as necessidades contraditórias da existência com respeito a ele: o único meio de evitar refugiar-se na angústia consiste em se representar o futuro como variante do passado; e o único meio de não se dissolver no tédio é esperar do futuro algo de inédito. A surpresa, temida ou esperada, está no cerne da experiência do futuro.

No entanto, o enigma torna-se ainda mais intenso. Acabamos de lembrar que o futuro não é nada ainda. Por ora, o passado não se repetiu, e o inédito ainda não chegou.

Então, por que se preocupar, por que se inquietar com esse nada? Eu me preocupo porque sou afetado por isso, e sou afetado porque sou um “eu”, esse pronome pessoal indefinido que se carrega de identidade física e moral para além da lufada fugaz do instante. Veiculando um rastro de memória a propósito de um passado que já não é mais, o “eu” se projeta nesse nada insondável sobre o qual o “agora” emerge: o futuro. O “eu” se lança de braços abertos nas profundezas obscuras do que está por vir, e nele floresce um sujeito persistente a viver como “o mesmo” que hoje se preocupa ou não se preocupa, se angustia ou se entendia, ambiciona e receia. Porém, esse “eu” persistente deve proibir-se de desviar seu rosto do abismo no qual ele mergulha. Posso muito bem agora lavar minhas mãos diante do que vai acontecer, “eu” vou estar lá mais tarde para testemunhar que estava errado de não me preocupar. E se eu estou ciente disso é porque estou de acordo agora com esse “eu” passado estar preocupado com o que está em via de acontecer comigo. É a mesmice do “eu”, é sua identidade durável através do tempo que justifica a preocupação. Sem a continuidade assumida do “eu”, a inquietação não teria apoio. Sem um “eu” para preencher a lacuna entre o rastro e a intenção, o tempo inteiro, essa suspensão da espera, com tonalidades de esperança, de angústia ou de tédio na beira do desconhecido, perderia toda a consistência. “Eu” fico tenso em relação ao que eu ignoro porque “eu” percebo minha incompletude, desejando, no entanto, me completar. Por conseguinte, se o “eu” incompleto e o “eu” provisoriamente completo (mas ainda ávido de completude) rompessem toda ligação entre eles, o tempo se fragmentaria em uma poeira de instantes insulares. O “eu”, considerado como um projeto de constância, é o que desafia o precipício do nada e projeta esse desafio para fora de si na forma espacializada de um “tempo” referenciado nos quadrantes dos relógios. Mas o “eu” é também o que, uma vez constituído como um processo estável particular, sente-se ameaçado pelo nada futuro ao qual ele não deixa de enfrentar. Desafiar o nada que bordeja o presente, querer forçar a passagem para além do seu abismo por meio de um esforço de perseverança no ser tem como inconveniente a queda em uma vida localizada com uma subsistência limitada.

A lição a tirar dessas reflexões é clara: o sujeito legítimo do medo da morte é o sujeito humano ao mesmo tempo estabilizado e limitado por sua história, identidade geográfica, e, sobretudo, autobiográfica. Inversamente, um sujeito absolutamente momentâneo, um puro *ego* transcendental tomando consciência a cada instante do que

acontece não tem nenhum motivo para se preocupar com algo como uma morte futura, posto que sua morte e seu renascimento sempre transcorrem lá onde qualquer coisa lhe aparece. Isso é o que Schopenhauer busca entender por meio da bela metáfora, sobre cuja significação eu medito há anos: “(aquele) que teme a morte, vendo nela a sua destruição, é como se se imaginasse o sol no entardecer, exclamando ‘infeliz de mim que me ponho na noite eterna’⁹. O sol, sendo a sua própria fonte de luz, não precisa temer a noite. Da mesma forma, o “ego” transcendental, sendo sua própria presença, não precisa temer a ausência radical que seria o nada. Ao mesmo tempo, reconhece Schopenhauer, “a morte é um sono no qual a individualidade é esquecida”¹⁰. A individualidade definida, o eu empírico e histórico, tem tudo a recear da morte, que significa realmente a sua desaparecimento. A negação da mortalidade, típica da infância, é considerada um reconhecimento inocente da presença sempre atual do presente, mas ela não consegue exorcizar a ameaça que a “individualidade” se ressentir diante da perspectiva do esquecimento de si para sempre. Nessas condições, como transferir ao “indivíduo” a serenidade frente à morte demonstrada pelo “ego” transcendental como presença pura? Talvez ajudando o indivíduo a dar-se conta de que, sobre o plano negativo, o esquecimento de si está constantemente em prática, sendo a recordação apenas momentânea. E, sobre o plano positivo, ele também participa da vasta, indiferente e eterna presença.

O esquecimento de si, pelo menos o esquecimento de si como indivíduo carregado de um passado, de uma responsabilidade e de um projeto, já é diariamente realizado em sono profundo. Não é apenas a morte, comparada por Schopenhauer a uma forma acabada de sono, que obriga a individualidade a se esquecer, mas também o sono comum de onde se regressa. Mesmo admitindo, como declara Śankara (pensador indiano do século IX e criador do *Advaita Vedānta*), que um sujeito ainda permanece para testemunhar a falta de conteúdo da experiência durante o sono profundo¹¹, esse sujeito residual é uma pura receptividade desprovida de toda marca de individualidade. Ao acordar do sono profundo, a individualidade deve, portanto, ser encontrada com urgência, reatando o fio das memórias e desejos, sendo suficiente mostrar que, longe de envolver um bloco do ser inabalável, a individualidade repousa sobre um processo de recriação em intervalos regulares. Como observa Marcel Proust, ao final de um episódio de sono profundo, “não se é mais ninguém”. Mas então, prossegue Proust, uma questão perturbadora se impõe: “Como, então, procurando nosso pensamento,

⁹ A. Schopenhauer, *Le monde comme volonté et comme représentation*, P.U.F., 1966, p. 357

¹⁰ *Ibid.*, p. 353.

¹¹ M. Hulin, *Shankara et la non-dualité*, Bayard, 2001.

12 M. Proust, *À la recherche du temps perdu II (Le côté de Guermantes)*, Gallimard-Pléiade, 1966, p. 88.

13 M. Bitbol, *La conscience a-t-elle une origine?* Flammarion, 2014, p. 249.

a nossa personalidade, como se busca um objeto perdido, acaba-se por encontrar o próprio “eu” antes de outro qualquer? Por que, quando recomeçamos a pensar, não é então uma outra personalidade, que não a anterior, que se encarna em nós?”¹². A única resposta razoável para a interrogação proustiana é também a mais vertiginosa: o “eu” encontrado é “por definição” o meu; não tenho outro critério senão o “interno” para afirmar que é bem a minha personalidade anterior que eu encontrei, e esse critério interno é forçosamente, tautologicamente, satisfeito. É verdade que, visto do exterior, quando esse corpo acorda, os comportamentos que ele tem estão geralmente em continuidade com aqueles observados no dia anterior; é isso que permite àqueles que observam esse corpo associá-lo a uma única e mesma “pessoa”, superando assim a tautologia precedente. Mas, do meu próprio ponto de vista, se a identificação “vvida” no indivíduo que eu (re)descubro ser é evidente, a continuidade “real” desse indivíduo que eu penso ser não está nada garantida. Com efeito, o que me garante que eu não tenha migrado para um outro corpo e um outro segmento da existência durante a noite, praticando uma troca de identidade com esse outro?¹³ Nada pareceria modificado nem para um nem para o outro dos “eus” trocados, visto que tanto um quanto outro dos dois “eus” reencontrariam a memória e a identidade que se liga ao corpo habitado, de modo que tudo se passaria bem para cada “eu” como se o eu individual reencontrado fosse o seu próprio em vez de qualquer outro. Essa narrativa de troca de “eus” deve, naturalmente, ser tomada apenas como uma fantasia imaginária, pois o que seria um “eu” ao mesmo tempo capaz de manter-se ele mesmo durante a migração de corpo a corpo e ainda vazio da própria memória? Mas mesmo que seja metafisicamente questionável, a alegoria dos “eus” migrantes tem o mérito de ilustrar uma evidência, por vezes, de difícil compreensão. Do ponto de vista da minha experiência vivida, a única continuidade individual que eu posso testemunhar é aquela que se manifesta no instante, como uma carga de memória percebida e como um sistema de antecipações desejadas e temidas. No instante do despertar, dizer que eu me reencontrei, é expressar que o desenrolar completo da minha temporalidade anterior e posterior (re)emergiu nesse momento com uma forma de continuidade que está incluída nele, manifesta por meio dele. Em suma, o que eu tomo por continuidade temporal de uma história individual se manifesta ao indivíduo que sou na descontinuidade do presente; ela é inteiramente interna a esse lampejo de realização que alcanço ao despertar.

E as reflexões perturbadoras não param nesse ponto. A verdade de um tempo inteiramente contido na pulsação de um presente não é válida apenas para todas as manhãs; ele se impõe verossimilmente neste exato instante que vivemos juntos. A irrupção do presente nos escapa (à maneira como ignoramos a sucessão descontínua de imagens cinematográficas), mas os meditadores refinadamente atentos ao que eles vivem, praticantes segundo a tradição budista da visão penetrante (*Vipaśyana*), presenciam uma alternância incessante de sístoles e diástoles, para não dizer de aparições-desaparições, de atos de consciência. À medida que essa pulsação prossegue, o fio da identidade autobiográfica não cessa de se perder e de se reencontrar. E o (re)encontro nunca é um simples achado que encerra em si mesmo o princípio de sua própria continuidade histórica. Assim, eu não paro de morrer e de (re)nascer em minha individualidade. Eu posso morrer em minha individualidade durante uma fração de segundo, durante uma noite ou durante anos. Mas quando eu renascer nela, do ponto de vista do meu ser capaz da experiência vivida, tudo se passará, de qualquer forma, como se ela se recordasse continuamente de um passado relembrado. Ou melhor ainda, meu corpo pode até morrer no sentido biológico, quando um “eu” nascer à consciência elaborada de uma criança que atingiu um estágio bastante avançado de seu crescimento. Tudo se passará para esse “eu” como se ele se recordasse continuamente de um passado relembrado que ele chamará então de “meu”. Em que esse “eu” é distinto daquele que *eu* pronuncio agora? Esses dois “eus” não são apenas *um*, no anonimato radical que é o deles, antes que eles sejam despertados para a identidade ou antes que eles não saibam mais se distinguir dessa identidade? O que muda para o “eu” anônimo da pura experiência presente identificar-se com o indivíduo “Michel” ou com qualquer outro indivíduo que nasceu há pouco tempo, uma vez que em cada um desses casos a identificação é total, não deixando nenhuma outra escolha senão a de sentir e de pensar: “esse indivíduo, que carrega o fardo da autobiografia que eu me lembro agora, sou *eu*”?

As questões um pouco alusivas que acabo de apresentar soam familiares. Aquilo a que acabo de aludir obliquamente não é algo como a reencarnação? Sim e não; sim, no sentido tão impessoal que pode parecer abstrato, e não, categoricamente não, a respeito de nossas pessoas concretas. Se parece que aludo à reencarnação, não é sobretudo afirmando candidamente a continuidade do indivíduo (a qual, como aliás vimos, é desafiada instante a instante), mas apenas pela apresentação de uma “dupla

negação”: negar que um “eu” passado ou futuro, independentemente da identidade que lhe é temporariamente associada, seja verdadeiramente um outro. É aliás desse mesmo modo que a compreende Āndrakīrti, o grande pensador do caminho do meio budista, contra todos as concepções literais, ingênuas, transmigratórias do conceito, muitas vezes mal-entendido, de “reencarnação”. Āndrakīrti nos apresenta o diálogo que um aluno mantém com seu mestre a propósito desse conceito. O aluno pergunta “Em que sentido interpretar o que se lê no discurso: ‘Eu, naquele tempo, era o rei?’”. A isso o mestre responde: “É preciso compreender que essa afirmação visa [...] negar a diferença e não estabelecer a identidade. Assim, leremos: ‘Naquele tempo, naquelas circunstâncias, não era um *outro* que era o rei”¹⁴. No sentido mais trivial, esse rei de uma geração anterior não é, evidentemente, idêntico a mim; nossas individualidades não são as mesmas sob o plano da filiação e da história acumulada. Mas, em outro sentido, muito mais genérico, transcendental, mais que empírico, nós não somos fundamentalmente diferentes, pois nós somos todos os dois “eus” presentes, vivendo um processo periódico de identificação a uma biografia; somos os dois persuadidos, do interior desse ato de identificação, de ser esse aí e não um outro; esperamos e sofremos em virtude de traumatismos e projetos desse aí e não de um outro. A isso se acrescenta que uma parte da herança que atualmente me constitui é determinada pelos atos e pensamentos desse antigo rei nunca reencontrado, de cuja obra edificadora eu aproveito os frutos e de cujas injustiças eu pago as consequências indiretas. Não apenas, portanto, ele e eu não somos diferentes no plano existencial, mas um de nós é inscrito na continuidade histórica do outro. Essa associação de comunidade de existência e de transmissão na história é menos do que uma associação metempsicótica, porém mais do que uma associação da indiferença.

¹⁴ Āndrakīrti, *Prasannapadā Madhyamakavṛtti*, traduction Jacques May, Adrien Maisonneuve, 1959, p. 280.

Nesse instante em que renascemos, podemos então perguntar: quem tem medo da morte? O sempre renascido sujeito único dos afetos não tem motivos para se preocupar. Só esse no qual ele acaba de renascer, ou seja, o indivíduo em particular, com o qual ele se reidentificou, tem do que se inquietar. Com a ressalva de que, agora sabemos, ele não é o sujeito do afeto do medo, mas sim o seu motivo. Começa-se a suspeitar que o medo da própria morte é fruto de um engano, digamos, de uma confusão entre o sujeito transcendental e o eu empírico, ou de uma projeção da presença no que está presente.

Se essa forma de compreender “a perenidade da experiência presente sem permanência da individualidade lançada no tempo” não pode ser chamada de metempsicose – e acabamos de ver o porquê – que nome lhe dar, então? Schopenhauer propôs o nome de “palingênese” ou regeneração, ou o retorno cíclico à vida¹⁵, pois, longe de se manifestar apenas na espécie humana, a tensão entre a presença e a individualidade e entre a experiência vivida ilimitada e o ser vivente limitado percorre verossimilmente toda a linhagem biológica a qual nós somos o broto. Como herdeiros dessa erupção biológica, experimentamos as consequências de uma tal tensão, não somente no plano do pensamento ou dos sentimentos, mas também no mais profundo de nossos processos orgânicos. O entrelaçamento estreito entre nossa vida amorosa e nossa função reprodutora foi testemunhado como também estudado pela psicanalista Sabina Spilrein, registrada para a posteridade em livro e filme sobre seu relacionamento com Carl-Gustav Jung¹⁶. O abraço e o abandono durante o ato sexual, cuja consequência comum é a reprodução, tem um duplo significado que os leva a manter simultaneamente as duas extremidades da vida e da morte¹⁷. Por um lado, essas modalidades de ser resultam de uma pulsão de vida, um desejo encarnado de garantir seu retorno cíclico na prole; por outro lado, elas são obscuramente percebidas (e tratadas) como um momento premonitório da desorganização motriz e da morte biológica do indivíduo que se entrega. Como todos sabem, essas duas extremidades se tocam durante o orgasmo, que combina estreitamente a vontade genérica de viver e a aceitação extasiante, espasmódica, da célebre “pequena morte” do eu particular. É nesse ápice da vida e do dom de si que nós temos a oportunidade mais comum de ter a experiência de um apagamento momentâneo do medo pessoal da morte, pela dissolução provisória das ligações entre o vasto sujeito atual da experiência e o indivíduo finito lançado no tempo.

¹⁵ A. Schopenhauer, *Le monde comme volonté et comme représentation*, op. cit. p. 1251.

¹⁶ J. Kerr, *A most dangerous method*, Vintage, 1994.

¹⁷ S. Spilrein, «*Destruction as the cause of coming into being*», *Journal of Analytical Psychology*, 39, 155-186, 1994.

Referências

- BITBOL, M. *Mécanique quantique: une introduction philosophique*. Paris: Flammarion, 1996.
- BITBOL, M. *Physique et philosophie de l'esprit*. Paris: Flammarion, 2000.
- BITBOL, M. *De l'intérieur du monde*. Paris: Flammarion, 2010.
- BITBOL, M. *La conscience a-t-elle une origine ?* Paris: Flammarion, 2014.
- ĆANDRAKĪRTI. *Prasannapadā Madhyamakavyṛtti*. Trad. Jacques May. Paris: Adrien Maisonneuve, 1959.
- FREUD, S. *Au-delà du principe de plaisir*. Trad. J. Altounian, A. Bourguignon, P. Cotet & A. Rauzy. Paris : P.U.F., 2010.
- HULIN, M. *La face cachée du temps*. Paris: Fayard, 1985.
- HULIN, M. *Shankara et la non-dualité*, Paris : Bayard, 2001.
- JANKELEVITCH, V. *La mort*. Paris: Flammarion, 1966.
- JULLIEN, F. *Un sage est sans idée*. Paris: Seuil, 1998.
- KERR, J. *A most dangerous method*. New York: Vintage, 1994.
- LEVINAS, E. *Altérité et transcendance*. Montpellier: Fata Morgana, 1995.
- PROUST, M. *À la recherche du temps perdu II (Le côté de Guermantes)*. Paris: Gallimard-Pléiade, 1966.
- SARTRE, J.-P. *L'être et le néant*. Paris: Gallimard, 1943.
- SCHOPENHAUER, A. *Le monde comme volonté et comme représentation*, Paris: P.U.F., 1966.
- SPIELREIN, S. Destruction as the cause of coming into being. *Journal of Analytical Psychology*, 39, 155-186, 1994.
- YALOM, I. *Thérapie existentielle*. Paris: Galaade éditions, 2008.
- VARELA, F. *Autonomie et connaissance: Essai sur le vivant*. Paris: Seuil, 1989.

MATTHIJS MARIS

Estudo da cabeça de uma velha (detalhe),
óleo sobre papel, entre 1855-1858



O TEMPO NO CORPO:

envelhecimento e longevidade na perspectiva *anti-aging*

FERNANDA ROUGEMONT*

RESUMO O artigo tem a proposta de pensar a percepção do tempo por meio do envelhecimento. O objetivo é analisar a articulação entre o envelhecimento, como processo físico, e os diferentes modos de mensuração e periodização do tempo. A análise é realizada sob a perspectiva *anti-aging*, cuja emergência evidencia controvérsias da compreensão do envelhecimento como fenômeno. Considerando a preeminência da idade cronológica nas sociedades modernas ocidentais, destacam-se as transformações da concepção do ciclo de vida pela separação e distinção entre o envelhecimento biológico e o envelhecimento cronológico, promovidas pela abordagem *anti-aging*.

PALAVRAS-CHAVE Envelhecimento. Anti-aging. Tempo.

THE TIME IN THE BODY:

aging and longevity in the anti-aging medicine's perspective

ABSTRACT This article proposes an analysis of the perception of time focusing on aging. It aims to discuss the articulation between the conceptions of physical aging process and the different modes of time reckoning. This approach is developed through an analysis about the emergence of the anti-aging perspective and the controversy over the definition of aging. The article emphasizes the preeminence of chronological age in the conception of life cycle in western modern societies, and the current tendency of separating biological aging and chronological aging.

KEYWORDS Aging. Anti-aging. Time.

* Mestra em Sociologia e Antropologia. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGSA/UFRJ. E-mail: fernandarr@ufrj.br

Introdução

Envelhecer é uma das formas mais evidentes e sensíveis da passagem do tempo. Os sinais vivenciados no corpo expressam as transformações que ocorrem ao longo da existência do ser humano, demarcando uma trajetória de cuja finitude temos consciência. Desse modo, o envelhecimento não é meramente a contagem do tempo vivido, progressivamente, mas também uma contagem regressiva para o fim da vida.

A contínua passagem do ciclo de vida é organizada e percebida por meio de periodizações e divisões classificadas em diferentes categorias. Todavia, essa periodização não é um dado natural. Como destaca Debert (2007), se, por um lado, o ciclo biológico de nascimento, crescimento e morte é universal e natural, por outro, a concepção e vivência do processo de envelhecimento é um fato histórico e social. As transformações na materialidade do corpo são elaboradas ao longo de uma cadeia de fatores que confere significados à duração da vida considerando seu fracionamento.

A divisão do ciclo biológico de vida em infância, adolescência, vida adulta e velhice é uma formação específica da modernidade nas sociedades ocidentais (BARROS, 2004). A emergência dos Estados-nação e o processo de individualização, próprio da modernidade, alteraram a organização da sociedade e redefiniram o espaço doméstico e familiar, bem como a gestão da vida privada. É nesse contexto que a idade cronológica ganha relevância como dimensão fundamental do processo de institucionalização do curso da vida (DEBERT, 2007).

No que tange à velhice, especificamente, sua delimitação como uma fase da vida está associada à formação da medicina moderna, que prioriza uma perspectiva do corpo em termos patológicos, como afirma Katz (1995). Nesse âmbito, o surgimento de campos específicos interessados na compreensão do envelhecimento, especialmente da gerontologia na segunda metade do século XIX, favoreceu a construção da velhice como categoria que designa uma etapa final da vida humana, agrupando indivíduos que supostamente compartilham uma mesma condição física (DEBERT, 2004).

O discurso especializado sobre a velhice até o século XX demarcou o envelhecimento como um processo progressivo de declínio físico, limitações e perdas que indicavam a gradativa incapacidade dos velhos para desempenhar suas funções, especialmente no que se refere ao trabalho (PEIXOTO, 2007), e assumir papéis na sociedade. Essas condições implicavam drástica mudança no estatuto moral de indivíduos classificados como “velhos” ou “idosos”, na medida em que os pressupostos da velhice delimitavam um estado de desvantagem em relação a outros estágios do ciclo de vida.

Desde o século XX, as sociedades ocidentais vivenciam uma significativa ascensão da expectativa de vida de suas populações. O Brasil, que, diferentemente de países europeus, enfrenta uma rápida mudança em sua pirâmide etária devido à queda brusca das taxas de natalidade (IBGE, 2012), é um caso que ressalta os impactos e contradições da ampliação do tempo de vida da população e evidencia a urgência de pensar a velhice como uma fase da vida cada vez mais longa.

A conquista de anos de vida a mais e o gradativo aumento na proporção de idosos nas populações contrastam com a perspectiva do envelhecimento como um processo de decadência física e propensão a doenças. Esse cenário favorece o surgimento de perspectivas sobre a vida humana que contrapõem concepções hegemônicas sobre o processo de envelhecimento, especialmente no que se refere ao potencial de intervenção biomédico.

Este artigo tem a proposta de promover uma reflexão sobre o envelhecimento como dimensão privilegiada de percepção da temporalidade. O objetivo é analisar a articulação entre o envelhecimento, como processo físico, e os diferentes modos de mensuração e periodização do tempo. Por meio de uma análise da emergência de um movimento *anti-aging*, pretende-se apresentar transformações na compreensão do envelhecimento que expressam fatores contemporâneos propícios a modificar a percepção do tempo em sua associação com o processo de envelhecer.

A análise é realizada com base em duas pesquisas realizadas com o interesse na compreensão da noção *anti-aging*. Com objetos de análise distintos, as duas pesquisas integram uma discussão sobre as transformações na concepção do envelhecimento no âmbito médico-científico, levando-se em conta as controvérsias suscitadas pela emergência de uma perspectiva *anti-aging*. A primeira pesquisa foi realizada nos anos 2012 e 2013, no âmbito da dissertação de mestrado, por meio de uma análise bibliográfica e tinha como objeto de estudo o projeto biotecnológico *Strategies for Engineered Negligible*

Senescence (SENS), do biogerontologista Aubrey de Grey. A segunda pesquisa, empírica, é parte de tese de doutorado, iniciada em 2014 e que está em andamento. Essa pesquisa tem o objetivo de analisar a emergência, o estabelecimento e as práticas da Medicina *Anti-aging* (Antienvelhecimento) no Brasil, considerando a atuação da Academia Brasileira de Medicina Antienvelhecimento (ABMAE).

A noção de tempo e o envelhecimento cronológico

O tempo é uma noção que pode parecer ter uma definição óbvia, na medida em que é uma dimensão da realidade com a qual lidamos constantemente. Todavia, de forma oposta, o tempo é um conceito complexo e enigmático, cuja definição permanece como uma das principais questões da humanidade. Se, por um lado, a Física é capaz de mensurar os intervalos de tempo e as durações, as propriedades do tempo e seu estatuto permanecem ainda como proposições em diferentes teorias.

Norbert Elias (1998) faz uma ampla análise sobre a complexa trajetória da conceitualização do tempo e as implicações sociológicas da temporalidade. O autor ressalta que o tempo medido pelos físicos não é, estritamente, o tempo em si, invisível e inacessível aos sentidos, mas a duração de fenômenos físicos perceptíveis. O tempo e o espaço existem independentemente das intenções humanas, mas somente são perceptíveis por meio dos símbolos que os tornam inteligíveis, ordenando a vida em sociedade, ao mesmo tempo que são ordenados por ela.

Elias faz um questionamento ontológico do tempo. O autor ressalta que, assim como outros instrumentos, o tempo foi constituído de acordo com as necessidades humanas, como meio de orientação e organização. Embora atualmente a perspectiva da Física seja proeminente, a escolha de processos físicos para servir de referência na organização de acontecimentos é uma prática que permeou o desenvolvimento das sociedades. Como instituição, o tempo varia de acordo com os estágios e movimentos de reconfiguração da vida social. Todavia, Elias ressalta que isso não significa dizer que o tempo é apenas uma construção humana, contrapondo radicalmente uma visão naturalista. O que se afirma é que a noção de tempo, como percepção e representação, é um processo que se situa e se transforma ao longo de um processo histórico.

A ordenação e institucionalização do tempo constituem um meio de organização da atividade humana em relação a processos sociais e naturais, mediando a interação entre indivíduos. A mensuração do tempo, portanto, faz parte de um sistema de comunicação, expressando particularidades de um determinado contexto cultural.

Como destaca Elias, até mesmo a simples contagem do tempo de vida, a idade em anos de 12 meses e 365 dias, não é uma prática universal. Os padrões de sequenciamento de eventos e o cálculo de duração variam de acordo com diferentes referenciais, tanto os naturais e estabelecidos pela relação com o ambiente, quanto os que são constituídos pelas relações entre os indivíduos. A esse respeito é pertinente a análise da noção de tempo entre os Nuer, realizada por Edward Evans-Pritchard, que evidencia o aspecto interativo da constituição da temporalidade:

Ao descrever os conceitos nuer de tempo, podemos fazer uma distinção entre aqueles que são principalmente reflexos de suas relações com o meio ambiente – que chamaremos de tempo ecológico – e os que são reflexos de suas relações mútuas dentro da estrutura social – que chamaremos de tempo estrutural. Ambos referem-se a sucessões de acontecimentos que possuem bastante interesse para que a comunidade os note e relacione, uns aos outros, conceitualmente. Os períodos maiores de tempo são quase que inteiramente estruturais, porque os acontecimentos que relacionam são mudanças no relacionamento de grupos sociais. Além disso, o cálculo do tempo baseado nas mudanças da natureza e na resposta do homem a elas limita-se a um ciclo anual e, portanto, não pode ser empregado para diferenciar períodos mais longos do que estações do ano. [...] O futuro estrutural de um homem está, igualmente, já fixado e ordenado em diversos períodos, de modo que as mudanças totais de status por que passará um menino em sua ordenada passagem pelo sistema social – se viver bastante tempo – podem ser previstas. O tempo estrutural parece ser inteiramente progressivo para um indivíduo que passa através do sistema social, mas, como veremos, sob certo sentido, isso é uma ilusão. O tempo ecológico parece ser, e é, cíclico. (EVANS-PRITCHARD, 1978, p. 107-108)

A análise de Evans-Pritchard destaca uma importante dimensão do tempo: ele é percebido por símbolos e referências que expressam a relação dos indivíduos com o meio ambiente e as formas de produção e reprodução da ordem social em diferentes esferas, como sucessão, pertencimento a linhagens e atividades econômicas. Evans-Pritchard indica a conexão entre a organização social e as interações com processos naturais. Por exemplo, o conceito de estação é determinado não apenas por mudanças climáticas observadas, mas também pela variação das atividades da vida coletiva.

Os processos físicos são fundamentais para a construção de padrões de tempo, mas seu significado é apreendido no âmbito da vida social, por meio da qual os indivíduos elaboram e experimentam a temporalidade. No âmbito do envelhecimento, é pertinente observar que os padrões de organização do tempo nas sociedades ocidentais tem como base a observação de regularidades e movimentos cíclicos, mas o sentido progressivo do tempo, especialmente com a emergência das ciências físicas, adquiriu centralidade na percepção temporal. Como destaca Elias:

A sucessão irreversível dos anos representa, à maneira simbólica, a sequência irreversível dos acontecimentos, tanto naturais quanto sociais, e serve de meio de orientação dentro da grande continuidade móvel, natural e social. Numerados, os meses e dias do calendário passam então a representar estruturas recorrentes, no interior de um devir que não se repete. (ELIAS, 1998, p. 10)

A institucionalização do curso de vida por uma dimensão cronológica nas sociedades modernas ocidentais se estabeleceu por meio de um processo de divisão da vida em etapas que são delimitadas por marcos etários constituídos por um sistema de datação. Os períodos etários são utilizados na administração pública e se expressam em diferentes esferas da organização social, tanto no âmbito privado quanto público (DEBERT, 2007).

A centralidade da idade cronológica define uma dinâmica específica de correlação entre o envelhecimento biológico e a passagem do tempo de vida. As faixas etárias delimitam e separam estágios sequenciais que evidenciam e localizam o indivíduo ao longo de um percurso limitado de sua existência. Os períodos são associados a um conjunto de transformações relativamente regulares no corpo, estabelecendo referenciais que possibilitam calcular e determinar o intervalo entre cada estágio. Desse modo, as classificações etárias são estabelecidas de modo a expressarem processos de crescimento, desenvolvimento e declínio. Na medida em que o modelo cronológico define as principais divisões da duração de vida, o envelhecimento é percebido e experimentado por classificações que direcionam e especificam expectativas e possibilidades para cada faixa etária.

A estruturação da periodização cronológica da vida depende de duas noções correlacionadas: a duração da vida humana (*lifespan*) e a expectativa de vida (*life expectancy*). A primeira refere-se ao tempo máximo de vida que o ser humano pode persistir, a segunda refere-se a uma noção estatística que estabelece a média de duração de vida que os indivíduos de uma determinada população estão alcançando (KATZ, 1995). Em

uma perspectiva evolutiva hegemônica, cada espécie tem uma duração de vida específica, e a duração máxima da vida humana é calculada em torno de 120 anos (FINCH; PIKE, 1996; OLSHANSKY; CARNES; CASSEL, 1990). Esse referencial tem influência na forma como o envelhecimento é abordado na biomedicina, uma vez que estabelece uma limitação à capacidade humana de aumentar sua longevidade, bem como sugere restrições para a ampliação da expectativa de vida saudável. Não obstante, esse parâmetro tem sido contestado.

Vaupel e Oeppen (2002) apresentam dados que demonstram que, nos últimos 160 anos, a expectativa de vida aumentou em ritmo constante de 2 anos por ano nos países industrializados, e, desde 1950, o número de centenários tem dobrado a cada década. O estudo evidencia que há um aumento linear da expectativa de vida, que segue níveis regulares de acréscimo: cerca de três meses a cada ano. Os autores afirmam que, se houvesse de fato um limite para a duração de vida, as taxas de aumento deveriam estar se tornando mais lentas, o que não está ocorrendo. Considerando as tendências observadas, Vaupel e Oeppen sugerem a necessidade de considerar como uma real possibilidade a ampliação da expectativa de vida além do suposto limite, a fim de viabilizar o planejamento em longo prazo para que as sociedades se adaptem às demandas de uma duração maior de vida.

Uma vez que nas sociedades ocidentais os modelos sequenciais demarcam a cronologia dos eventos como o principal meio de apreensão do ciclo biológico de mudanças no corpo, a periodização da vida humana pressupõe a convergência entre os processos fisiológicos do envelhecimento e a representação cronológica. A ampliação da expectativa de vida se destaca como um elemento de tensão em um modelo cronológico de percepção do envelhecimento, contrapondo categorias, classificações e representações estabelecidas, sobretudo do ponto de vista da institucionalização da vida por referenciais etários.

A institucionalização cronológica do ciclo de vida tem efeitos sobre diferentes setores da sociedade, como é o caso dos sistemas de previdência e de saúde. Essa influência se expressa não somente na organização das instituições e nas legislações, mas também na alocação de recursos, na disponibilização de serviços e nas relações pessoais.

No âmbito da saúde, a concepção do envelhecimento orientada por períodos etários delimita parâmetros que norteiam as noções de normalidade, doença e saúde.

Como destaca Mykytyn (2007), o envelhecimento, na biomedicina, tem sido considerado um processo composto de uma série de acontecimentos fisiológicos cronologicamente orientados. Nesse processo, ocorrem mudanças nos órgãos, sistemas e moléculas que tornam o corpo mais frágil e propenso a doenças. As transformações fisiológicas são concebidas como um processo natural, previsível e inevitável. Nesse sentido, o envelhecimento é definido como uma condição normal, embora implique anormalidades previstas e que devem ser tratadas. Existe, portanto, uma tênue divisão entre o envelhecimento como um processo normal e as patologias associadas a esse processo, evidenciando ambiguidades e contradições da abordagem biomédica.

Se, por um lado, nos séculos XIX e XX, a velhice foi delimitada como uma fase final do ciclo de vida marcada por doenças e pelo declínio das funções físicas e cognitivas, por outro, a ampliação da expectativa de vida tem desestabilizado os referenciais cronológicos que delimitam a velhice, impondo adaptações e novas classificações. Um efeito dessa ampliação do tempo de vida nas últimas décadas é a emergência da “terceira idade”, projetando a velhice, como fase derradeira, mais à frente.

A representação social da pessoa envelhecida conheceu, assim, uma série de modificações ao longo do tempo, uma vez que as mudanças sociais reclamavam políticas sociais para a velhice que pressionavam pela criação de categorias classificatórias adaptadas à nova condição moral, assim como a construção ética do objeto velho. (PEIXOTO, 2007, p. 70)

Como mostra Peixoto (2007), a noção de “terceira idade” se contrapõe à ideia da velhice e do velho justamente ao estabelecer um período anterior que possibilite a “atividade”, a “saúde”, a “integração”. A terceira idade não é uma substituição, mas uma categoria que afasta os pressupostos da velhice, de perdas e limitações, e nomeia o chamado para um “envelhecimento ativo”, um “envelhecimento produtivo”.

A década de 1990 se destaca nesse contexto pela emergência de um movimento de contestação da concepção tradicional e fatalista da velhice, associada ao sofrimento com doenças e fragilização do corpo. Como destacam Kampt e Botelho (2009), o otimismo da ampliação da expectativa de vida e os avanços da medicina no controle de doenças, especialmente aquelas relacionadas à velhice, propiciou uma mudança de perspectiva sobre o processo de envelhecimento e as possibilidades médicas de intervenção. À medida que a proporção de idosos nas populações aumentava, o corpo envelhecido passava a ser uma imagem comum, tornando a condição da velhice cada vez

mais evidente e incompatível com representações que não contemplam as demandas e potencialidades dessa parcela da população.

Kampf e Botelho destacam que as representações negativas da velhice tornavam-se pesadas para uma sociedade que envelhecia. Em meio a essas mudanças, iniciou-se um movimento popular para a promoção de “atividade”, “mobilidade” e “escolha de estilo de vida” para as faixas etárias mais avançadas. De acordo com as autoras, é num contexto de buscas por diferentes formas de envelhecer que emerge a noção *anti-aging*.

O conceito de *anti-aging* se estabeleceu de forma ampla, abrangendo um conjunto de concepções e práticas que visam ampliar as possibilidades do corpo. Como Kampf e Botelho (2009, p. 188, tradução minha) definem, *anti-aging* é a “ideia de que os conceitos médicos ou quase-médicos podem intervir no processo de envelhecimento para retardar, parar ou mesmo reverter o processo de se tornar velho”.

Envelhecimento biológico e envelhecimento cronológico na perspectiva anti-aging

O termo velho, como adjetivo utilizado para pessoas e coisas, qualifica o estado presente decorrente de uma trajetória. O velho está associado ao obsoleto, àquilo que não é mais novidade, à decadência. Como destaca Peixoto (2007), a utilização do termo velho para designar aqueles que vivem a fase da velhice tem uma estreita associação com a condição de vulnerabilidade econômica e social. Nesse âmbito, a categoria “idoso” torna-se alternativa eufêmica, destacando a dimensão cronológica do envelhecimento.

A noção *anti-aging* demarca um importante ambiente de questões relativas ao envelhecimento ao contestar a paridade entre o envelhecimento cronológico e o envelhecimento biológico. O termo *anti-aging*, ou antienvelhecimento, sugere, a princípio, uma contraposição a um fenômeno tido como natural e inevitável. Todavia, é preciso compreender a concepção de envelhecimento que se pretende “combater”.

O termo em inglês para envelhecimento remete diretamente à dimensão cronológica: *aging*, ação constante de acumular/ganhar idade. O “*aging*” se aproxima da noção de “idoso” mais do que da noção de “velho”, embora esse processo culmine com a classificação da pessoa como “*old*”. O uso dos termos é conduzido por aqueles que pro-

movem uma perspectiva *anti-aging* para diferenciar dimensões do processo do envelhecimento. Essa diferenciação é uma evidência do principal ponto de divergência da perspectiva *anti-aging* em relação a uma concepção hegemônica do envelhecimento. Como sugere o *slogan* utilizado por Jeffrey Life, médico americano e referência da Medicina *Anti-aging*: “*I’m not against aging; I’m against getting old*” / “Eu não sou contra envelhecer; eu sou contra ficar velho”. Há, portanto, a separação entre uma dimensão cronológica do envelhecimento – envelhecer/ganhar idade/persistir por um período maior de tempo – e a dimensão das consequências das transformações fisiológicas que acompanham a persistência do organismo ao longo do tempo – ficar velho.

Essa concepção de “estar velho” é determinada, sobretudo, pelas condições físicas. O termo “velho” é aplicado a um estado específico e relativo de degradação a que as transformações físicas constantes conduzem. Desse modo, a abordagem médica do envelhecimento como processo contínuo sugere uma desconstrução da velhice como um estágio inevitável e inalterável do ciclo de vida. Essa perspectiva supõe que a velhice, como uma condição relativa, pode ser adiada, retardada ou evitada.

Uma análise de mudanças na percepção do envelhecimento requer pensar o corpo que envelhece. Tim Ingold (2000) propõe a superação de uma visão dicotômica que separe a natureza humana como uma dimensão que independe dos diferentes modos como os indivíduos vivem suas vidas. Em conformidade com essa perspectiva antropológica, é necessário questionar em que medida as mudanças na representação da velhice indicam diferenças na forma como as pessoas estão envelhecendo. Como sugerem as análises de Evans-Pritchard (1978) e Elias (1998), para compreender o tempo é necessário considerar outros processos que compõem a vida social: o envelhecimento como passagem do tempo de vida precisa ser situado em um contexto mais amplo, sobretudo no âmbito de avanços da biomedicina contemporânea e seus impactos sobre as condições de saúde de diferentes grupos etários.

Seria possível viver uma mesma quantidade de tempo, mas envelhecer, biologicamente, menos? É possível um ciclo de vida biológico que não esteja atrelado à cronologia?

O movimento *anti-aging* se dissemina por diferentes ramos, mas sua organização em meios médico-científicos tem impulsionado um debate sobre a possibilidade de alteração do processo de envelhecimento. Como vozes dissidentes, os promotores de uma perspectiva *anti-aging* se organizam em instituições formadas com o propósito de

definir e promover uma abordagem distinta do envelhecimento. Sob essa classificação é possível encontrar objetivos distintos, bem como diferentes concepções sobre o corpo, a natureza humana, a saúde e a doença. Embora as instituições não sejam homogêneas, elas têm em comum a contestação do envelhecimento como um processo inalterável e redimensionam a relação tempo-envelhecimento.

A pioneira e umas das principais instituições de medicina e pesquisa *anti-aging*, a A4M ou American Anti-aging Medicine, fundada na década de 1990 nos Estados Unidos, declara como uma de suas intenções a separação entre envelhecimento cronológico e envelhecimento biológico como duas dimensões que, embora correlacionadas, não coincidem.

A Academia Americana de *Anti-aging* acredita que deficiências associadas ao envelhecimento normal são causadas por disfunções fisiológicas que em muitos casos podem ser prevenidas ou melhoradas pelo estilo de vida e/ou por intervenções médicas. Desse modo, a Academia Americana de Medicina *Anti-Aging* propõe que a idade cronológica e a idade biológica não têm que coincidir e tanto a duração de vida humana quanto a duração de vida saudável podem ser aumentadas enquanto as pessoas ficam mais velhas cronologicamente. (Anti-aging age, 2016, tradução minha)¹

Entre as propostas *anti-aging* que emergiram desde o final do século XX, destaca-se o projeto *Strategies for Engineered Negligible Senescence* (SENS), criado pelo biogerontologista Aubrey de Grey, da Universidade de Cambridge. O SENS é um dos mais ambiciosos e controversos projetos *anti-aging*, com a pretensão de desenvolver um conjunto de biotecnologias que torne possível tanto reverter quanto interromper o processo de senescência – o envelhecimento estritamente biológico².

Em razão da radicalidade das propostas, o SENS ganhou notoriedade na comunidade científica incitando posicionamentos favoráveis, contrários e céticos. Ao desafiar práticas institucionalizadas, paradigmas, concepções e pressupostos estabelecidos na ciência do envelhecimento, que influenciam direta ou indiretamente as diretrizes médicas, o SENS promove um amplo debate sobre o envelhecimento como fenômeno e objeto de estudo científico.

Na medida em que sugere que o envelhecimento é passível de ser controlado e reivindica o uso da tecnologia com esse objetivo, o projeto SENS impulsiona uma discussão sobre aspectos que têm sido evitados ou rejeitados na abordagem médico-

¹ Texto original: The American Academy of Anti-Aging believes that the disabilities associated with normal aging are caused by physiological dysfunctions which in many cases can be prevented or improved by lifestyle and/or medical interventions. In this way, The American Academy of Anti-Aging Medicine posits that chronological age and biological age do not have to coincide, and that both the human lifespan and health span can be increased as people grow older chronologically.

² Dissertação de mestrado “Viver mais e envelhecer menos: a ‘fonte da juventude’ como projeto científico” disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/814773.pdf>

científica do envelhecimento. Mais além, Aubrey de Grey busca evidenciar a dimensão moral do envelhecimento como elemento constitutivo da noção de ciclo de vida e o modo como essa dimensão influencia diretamente nas considerações sobre a viabilidade de alterar esse processo.

As controvérsias referentes às propostas *anti-aging*, especialmente a promovida pelo SENS, mobilizam uma série de atores – pesquisadores, investidores e instituições científicas e governamentais – que se articulam em defesa de diferentes perspectivas sobre a natureza do envelhecimento. Além de suas propostas de intervenção, o SENS promove a desestabilização do estatuto do envelhecimento na biomedicina.

De um ponto de vista evolutivo, a senescência é considerada não um processo geneticamente programado para acontecer, mas o resultado de outros processos pertinentes ao desenvolvimento e sobrevivência do organismo. A ausência de genes diretamente responsáveis pela determinação de como um indivíduo deve envelhecer e quando deve morrer é, para céticos e opositores da proposta do SENS, um obstáculo à tentativa de controlar o envelhecimento (OLSHANSKY; HAYFLICK; CARNES, 2002). A senescência é descrita como a passagem do tempo biológico, caracterizada pela acumulação de danos no nível molecular. Iniciada na fertilização, a senescência se expressa por meio da manifestação de uma não específica vulnerabilidade, funções defeituosas, doenças e, por fim, a morte (OLSHANSKY; CARNES, 1993).

Aubrey de Grey parte do mesmo princípio de que não há uma programação genética que determina o envelhecimento. Todavia, sua interpretação vai além: envelhecemos porque vivemos tempo suficiente para que os processos metabólicos, os quais são geneticamente programados, acumulem efeitos colaterais. Essa perspectiva enfatiza o envelhecimento biológico como um fenômeno que não é estritamente natural, uma vez que se estabelece como consequência de intervenções nas condições de vida, que garantiram a sobrevivência dos indivíduos ao reduzirem as principais causas de morte prematura, tais como predação, doenças e penúria. Ao viverem mais, os indivíduos precisam lidar com as disfunções provocadas pela inadequação do organismo às condições a que está exposto (DE GREY, 2003; DE GREY; RAE, 2007).

A concepção do SENS propõe que a senescência pode ser compreendida por meio de processos de desencadeamento de danos que a compõem. Aubrey de Grey apresenta sete processos metabólicos principais que fazem parte do funcionamento normal

do organismo, mas que, ao longo do tempo, vão acumulando danos em nível molecular e provocam falhas que sobrepõem os mecanismos evolutivamente adaptados. A perda celular, a presença de células tóxicas, as mutações nucleares oncogênicas, as mutações do DNA mitocondrial, os agregados intracelulares e os extracelulares e as ligações cruzadas extracelulares são definidos como os sete principais danos decorrentes do acúmulo, ao longo do tempo, de “sobras” “lixos”, “excessos” que alteram o funcionamento do metabolismo, desencadeando o declínio do corpo. Nessa perspectiva, o envelhecimento biológico é definido por Aubrey de Grey como “conjunto de efeitos colaterais do metabolismo que altera a composição do corpo ao longo do tempo, tornando-o gradativamente menos capaz de se automanter e, assim, progressivamente menos funcional”³. (DE GREY, 2006, p. 279, tradução minha).

A abordagem do envelhecimento como consequência de processos que sobrepõem uma divisão entre uma natureza genuína e a intervenção tecnológica humana conduz à concepção de que o envelhecimento é menos a expressão do percurso de uma determinada duração da vida do que sua consequência. O tempo continua a ser elemento determinante do processo de envelhecer, mas como referencial do ritmo de transformações fisiológicas. Quanto maior o período de tempo de vida, maior o acúmulo de danos e, conseqüentemente, maior a intensificação do envelhecimento.

Essa perspectiva retoma e ressalta um aspecto da tese evolucionista. Na medida em que a senescência é consequência de efeitos colaterais decorrentes de danos aos processos metabólicos, qualquer nível de extensão da duração de vida implica a intensificação desses efeitos colaterais que, por sua vez, aumentam os danos ao organismo proporcionalmente.

O que chamamos de senescência pode ser simplesmente a consequência biológica inevitável da sobrevivência além do período reprodutivo. [...] Nessa lógica, mais extensões da sobrevivência estariam, em algum momento, associadas com uma sem fim e progressivamente mais difícil batalha contra os distúrbios da senescência⁴. (OLSHANSKY; CARNES, 1993, p. 798-802, tradução minha)

As ideias de “reparo” e “manutenção” propostas pelo SENS aproximam o corpo humano de uma máquina, que pode ser mantida funcionando em condições ideais. Assim como uma máquina depende de intervenções que mantenham suas peças em boas condições para funcionar do modo como foi projetada, independentemente do tempo

3 Texto original: Aging is the set of side-effects of metabolism that alter the composition of the body over time to make it progressively less capable of self-maintenance and thereby, eventually, progressively less functional.

4 Texto original: What we call senescence may simply be the inevitable biological consequence of survival beyond the reproductive period. [...] Under this logic, further extensions of survival should, at some point, be associated with a never-ending and progressively more difficult battle against the disorders of senescence.

de existência, o corpo humano poderia ser aprimorado, por meio da biotecnologia, para manter suas condições básicas de funcionamento ao longo dos anos (DE GREY, 2005).

A noção de envelhecimento na perspectiva *anti-aging* é utilizada para expressar o nível de danos que o organismo apresenta. Uma vez que as transformações que constituem o envelhecimento são equiparadas a fatores que desencadeiam doenças que são alvo da intervenção biomédica, o envelhecimento passa a ser concebido como um processo de adoecimento. Nessa perspectiva, ser velho não é meramente uma consequência de viver muitos anos, cronologicamente, mas o acúmulo de muitas patologias e disfunções. Na medida em que a abordagem *anti-aging* propõe que é possível e viável intervir nesse processo, o envelhecimento deixa de coincidir com o ciclo de vida.

Outra coisa que confunde as pessoas sobre o envelhecimento é o fato de ele ocorrer em ritmos muito diferentes em diferentes espécies, mas em ritmos muito similares em todos os membros de uma dada espécie. Pode-se pensar que isso implica a existência de algum tipo de relógio interno conduzindo o processo, o qual é ajustado em diferentes velocidades em diferentes espécies. [...] Primeiro, se houvesse tal temporizador, nós poderíamos, em princípio, adiar os últimos estágios do envelhecimento sem modificar a velocidade do próprio temporizador [...]. E segundo, se houvesse tal relógio, por que ele não deveria ser passível de intervenção biomédica, de qualquer modo? O fato de organismos da mesma espécie tenderem a envelhecer em um mesmo ritmo é apenas uma consequência do fato de que eles são geneticamente muito similares entre si. Isso não diz nada sobre o que pode ou não pode ser alterado pela tecnologia biomédica⁵. (DE GREY; RAE, 2007, p 20, tradução minha)

5 Texto original: Another thing that confuses people about aging is that it proceeds at very different rates in different species but at pretty similar rates in all members of a given specie. This might be thought to imply that there is some kind of internal clock driving the process, which is set at different speeds in different species. [...] First, even if there were such a timer, we could in principle postpone the later stages of aging without changing the speed of the timer itself [...]. And second, if there were such a clock, why shouldn't it be amenable to biomedical intervention anyway? The fact that organisms of the same species tend to age at the same rate is just one consequence of the fact that they're genetically very similar to each other. It says nothing about what can or cannot be altered by biomedical technology.

A ênfase no aspecto de “dano” e “efeitos colaterais” na definição do envelhecimento é um fator fundamental da defesa da inclusão do processo de envelhecimento em si como alvo da medicina promovida pelas diferentes vertentes do movimento *anti-aging*. Essa abordagem busca ressaltar no debate contemporâneo do envelhecimento a suposta contradição da busca por uma vida mais longa sem que o declínio do organismo seja alterado.

No Brasil, a Medicina *Anti-aging* – ou Antienvelhecimento – começou a se organizar no final da década de 1990. Com notável influência da Medicina *Anti-aging* americana, instituições foram formadas com o propósito de promover as principais ideias, conceitos e práticas *anti-aging*. Entre as instituições, destaca-se a Academia Brasileira de Medicina Antienvelhecimento (ABMAE), fundada em 1999, com o objetivo de acompanhar a questão do envelhecimento e investir na busca por inovações científicas

e tecnológicas que aprimorassem os recursos da medicina para garantir a saúde ao longo da vida – uma “longevidade saudável”.

A Medicina *Anti-aging* é apresentada como uma revolução no direcionamento da medicina, promovida pela constante atualização, com destaque para os campos da genética e da medicina regenerativa. Não por acaso, essa medicina é considerada “a medicina do futuro” pelos profissionais adeptos.

Na pesquisa realizada com profissionais praticantes da Medicina *Anti-aging* no Brasil, a análise é desenvolvida na perspectiva desses profissionais sobre o papel da medicina no âmbito do envelhecimento⁶. Se, no caso do SENS, identificamos um projeto que visa modificar o direcionamento das pesquisas e ampliar o interesse da comunidade científica, de instituições e agentes políticos em investir no desenvolvimento de meios para intervir no processo de envelhecimento, no caso da Medicina *Anti-aging* brasileira, a exemplo da americana, observa-se um discurso que destaca recursos e técnicas já disponíveis para controlar e amenizar o declínio físico.

Um fator que se destaca entre os médicos adeptos da Medicina *Anti-aging* é a motivação que declaram ter para investir nessa formação ainda sem reconhecimento oficial. Os médicos declaram que a introdução nesse campo foi impulsionada pela frustração com as limitações da medicina convencional, especialmente no âmbito de problemas relatados por pacientes que, por estarem associados ao envelhecimento, são considerados “normais”.

Por que você tem que achar que você tem que perder a memória, você tem que ficar fraco, você tem que perder seus ossos? Por que é normal? Se fosse assim a gente estaria morando até hoje em cima de uma árvore. Não é verdade? O que é o homem no mundo? O que é a ciência no mundo? É vencer os obstáculos, é proporcionar felicidade, qualidade de vida. Então é você agrupar conhecimento, se não estariam até hoje com tambor comunicando um ao outro. A medicina tem que evoluir também, não é? (Médico Cardiologista especialista e professor de medicina ortomolecular, Rio de Janeiro, 2015.)

Os médicos destacam o foco na prevenção de doenças e a personalização do tratamento como o principal diferencial da abordagem *anti-aging*. São relatadas falhas na medicina convencional provocadas por uma abordagem mecanicista do corpo humano, que prioriza um contato impessoal entre médicos e pacientes e estrutura o tratamento de forma fragmentada, com cada especialista cuidando de uma parte específica do corpo.

6 Pesquisa de doutorado em andamento. Com o objetivo de analisar a Medicina *Anti-aging* no contexto brasileiro, a pesquisa é realizada por meio da análise de documentos institucionais, jurídicos e de mídia e da realização de entrevistas com profissionais da saúde que são vinculados a instituições que promovem a Medicina *Anti-aging* no país, em especial a Academia Brasileira de Medicina Antienvelhecimento (ABMAE). A pesquisa abrange ainda a oposição às práticas *anti-aging*, manifestada principalmente pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), além de aprofundar o contexto de emergência e desenvolvimento dessa medicina, identificando fatores relacionados.

A Medicina *Anti-aging* é definida pelos médicos com base no fato de que é possível identificar fatores que levam ao surgimento de uma doença ou condição antes que se manifestem. Para isso, é necessária uma avaliação total e personalizada dos pacientes, com o objetivo não apenas de solucionar um problema pontual, mas de reequilibrar o funcionamento do corpo de forma integrada.

Apresentada como uma medicina da saúde, em oposição à medicina que foca no tratamento de doenças, a Medicina *Anti-aging* pressupõe um tratamento que não se restringe ao físico. Considera-se o estado do paciente observando um panorama que inclui seu histórico médico pessoal e familiar, suas condições psicológicas e motivações para buscar ajuda médica, seu contexto social, suas condições de vida e hábitos, além das informações sobre aspectos físicos imediatos. Em alguns casos, o perfil genético do paciente é realizado para identificar tendências futuras e meios específicos para evitar o desencadeamento de alguma doença ou condição.

Considerada “uma medicina do estilo de vida”, a Medicina *Anti-aging* pressupõe uma reordenação de hábitos com o objetivo de otimizar o desempenho do corpo e prevenir doenças. Uma vez que o envelhecimento é compreendido como um processo contínuo, as intervenções devem ser igualmente contínuas. Entre as principais intervenções, estão a modulação hormonal, a nutrição personalizada e a reposição de vitaminas e sais minerais ministrada por meio de abordagem ortomolecular. Torna-se necessário o controle sobre as falhas e insuficiências, concebidas como um processo cumulativo e com consequência para o equilíbrio integral do corpo, ao longo de toda a vida.

A estratégia *anti-aging* pode ser percebida como um movimento que direciona o cuidado médico para a manutenção de suas condições de funcionamento originais, o que independeria do avanço na idade cronológica. Uma vez que as alterações no metabolismo dependem de fatores genéticos, ambientais e das condições de vida de cada indivíduo, o nível de envelhecimento não seguiria um padrão apenas cronologicamente orientado. Um indivíduo com menos idade pode apresentar um nível de envelhecimento biológico mais avançado do que um indivíduo com mais idade. A noção de rejuvenescimento é vinculada à potencialidade da Medicina *Anti-aging* de recuperar e manter as funções do metabolismo, fazendo o paciente voltar a ter capacidades perdidas ou melhorar capacidades que estavam limitadas.

Porque os hormônios são gasolinas específicas que nós usamos para funções específicas. Então você vê uma mulher de 50 anos com a testosterona lá embaixo. “Ah, é Medicina Antienvhecimento dar testosterona para ela?”. Se você considerar que um padrão da pessoa envelhecendo é realmente ter baixa de hormônios, inclusive a testosterona, você vai acabar chegando a essa conclusão. Você está fazendo uma Medicina Antienvhecimento. Mas o que você está fazendo é manter a mulher com uma concentração mínima de testosterona para que as funções sexuais, físicas, de humor, coisa e tal sejam mantidas. (Médico endocrinologista, especialista ortomolecular, Rio de Janeiro, 2015.)

Na Medicina *Anti-aging* desenvolvida no Brasil, destaca-se a noção de gestão do processo de envelhecimento. Tal como na metáfora do corpo-máquina, a centralidade do metabolismo sublinha a necessidade de manter um sistema de funções, como um todo, para que seja possível viver o ciclo de vida sem, necessariamente, vivenciar um declínio físico gradativo. Assim, a separação do envelhecimento biológico do envelhecimento cronológico está associada a outra distinção: o envelhecimento fisiológico e o envelhecimento patológico. Como sugere um dos médicos pesquisados:

O envelhecimento [...] pode ser um envelhecimento patológico, que é aquele envelhecimento comparado com doença. Então a pessoa envelhece com artrose, com câncer, com osteoporose, com demência, esse é o patológico. Tem aquele envelhecimento fisiológico em que a pessoa apenas reduz a sua capacidade, mas não está doente. Por exemplo, reduz a sua força muscular, reduz a memória, então é natural. Então eu chamo esse de fisiológico. Em que há uma queda do débito cardíaco, a frequência cardíaca começa a subir, a pressão fica um pouquinho mais alta, a pele enrugada. Isso é biológico. Agora, existe o que nós podemos chamar de envelhecimento saudável ou normal, em que você reduziria ao mínimo possível essa degradação. O mínimo possível dessa degradação! Manter uma pessoa com intelectualidade, com prazer em viver a vida, com tudo, em um nível de mais jovem. Então essa seria a diferença: você tem o patológico, que vem com doença, você tem o fisiológico, que é apenas uma queda da vitalidade orgânica, da capacidade de se locomover, de pensar, de imaginar e tal, tal, tal, de se defender contra as agressões do meio ambiente. E você tem um envelhecimento em que a pessoa vai chegando à idade avançada ainda mantendo funções bastante razoáveis. Então isso é que faria a diferença. (Médico Cardiologista especialista e professor de medicina ortomolecular, Rio de Janeiro, 2015.)

É pertinente considerar que o envelhecimento saudável como meta introduz uma dimensão de intervenção médica que diferencia e articula os dois tipos de envelhecimento: o fisiológico e o patológico. Controlando as transformações que compõem o

envelhecimento fisiológico, seria possível evitar o envelhecimento patológico e desenvolver um envelhecimento saudável.

Com base em uma pesquisa com pessoas a partir dos 60 anos, Vincent Caradec (2010) analisa a experiência do envelhecimento em um contexto em que o corpo velho é rejeitado, com grande pressão para “lutar contra o envelhecimento”. Caradec destaca a prorrogação da velhice para as faixas etárias a partir dos 80 anos. Os idosos mais novos, especialmente os sexagenários, experimentam a tensão entre os sinais físicos do envelhecimento, tal como a perda de energia, e a necessidade de intervir no corpo que envelhece para evitar se tornar “velho”. Na medida em que políticas públicas e de saúde são elaboradas tendo como referência os limites cronológicos, é a idade que situa os indivíduos em relação ao seu avanço no processo de envelhecimento. Porém, Caradec destaca que os pesquisados, sobretudo os sexagenários, declaram se sentir dez ou quinze anos mais novos do que suas idades cronológicas.

Com essa análise, o autor destaca a relação conflituosa entre a dimensão “exterior” do envelhecimento, na medida em que o percurso de vida é estruturado, institucionalizado, e sua compreensão passa pelas representações presentes na sociedade, e a vivência de registros “internos” desse processo, ou seja, a consciência de que se está envelhecendo, levando-se em conta as transformações no corpo.

Considerando a proposta *anti-aging*, observamos no direcionamento dessa abordagem médica a intensificação desse contraste, uma vez que pressupõe a possibilidade de viver todo o percurso de vida sem vivenciar uma “velhice tradicional”, marcada por doenças e fragilidade. Ressalta-se um duplo processo de vivência do envelhecimento: como tempo de existência, cronologicamente estabelecido, e como condição biológica, definida pelo acúmulo de danos no corpo.

Nikolas Rose (2013), ao analisar a biopolítica contemporânea, ressalta a superação de um pensamento binomial em termos de doença e saúde nos fenômenos da vida. O fortalecimento da noção de risco e a conseqüente necessidade de gerenciamento de riscos têm como um dos principais desdobramentos um complexo processo de probabilidades, opções e escolhas que estabelece como meta das práticas médicas a otimização futura da vitalidade.

Se, em determinado estágio do desenvolvimento das sociedades ocidentais, a ampliação da expectativa de vida foi considerada uma conquista, a gradativa associação en-

tre existir por mais tempo e o adoecimento tende a redirecionar os objetivos da ciência e da medicina para a longevidade. Não se trata meramente de um foco na ampliação do tempo de vida, mas de uma ampliação da duração da “juventude”, ou, de outro modo, do período de vida saudável (*healthy lifespan*).

A concepção do envelhecimento como expressão do percurso de vida, do qual a juventude é o início, e a velhice, o fim, passa por uma transformação. A ideia de envelhecer biologicamente se afasta, cada vez mais, da mera aproximação do último estágio de vida. Na perspectiva *anti-aging*, a decadência da materialidade biológica, o corpo doente e frágil, não ocorre pela passagem do tempo, mas na passagem do tempo. Embora ambos os processos, biológico e cronológico, estejam correlacionados, a perspectiva *anti-aging* realça, na percepção do tempo, uma dupla consciência: a existência como ser que vive ao longo de um período de tempo e a existência como materialidade orgânica que se transforma, em seu próprio ritmo, ao longo da duração da vida.

Colin Blakemore (2012), opositor das ideias de Aubrey de Grey, considera a proposta de Medicina *Anti-aging* como mais uma forma de expressar a obsessão humana em “trapacear” a morte, presente tanto nas ideias de reencarnação e vida após a morte quanto na busca pela imortalidade. Ao questionar os limites da duração da vida humana, a proposta *anti-aging* carrega o estigma da irracionalidade e da fantasia em contraposição aos princípios científicos. Como destaca Duarte (1983), a preeminência da razão na modernidade oculta o caráter ideológico da racionalidade como característica do modelo cultural ocidental, no qual há a sacralização do indivíduo que, constituída em bases laicas, contrapõe o pensamento religioso e suprime a possibilidade de uma imortalidade transcendental.

Em certa medida, o movimento *anti-aging* busca dar uma base racional-científica à ideia de uma vida ilimitada. A noção de longevidade, no lugar da imortalidade, ao mesmo tempo que pressupõe um afastamento da morte, evita o estigma da irracionalidade e fantasia. Considerado imortalista, Aubrey de Grey não assume a imortalidade como um objetivo. A própria extensão ilimitada da vida é apresentada menos como uma meta do que como uma consequência, na medida em que o empreendimento do SENS diz respeito à fragilização ao longo do processo de envelhecimento. O principal objetivo seria, portanto, garantir a permanência da plena funcionalidade corporal e as condições saudáveis do organismo até o fim da vida. Do mesmo modo, a Medicina

Anti-aging brasileira, tal como a americana, constrói suas propostas sobre a ideia de que é possível viver toda a vida, seja qual for a sua duração, sem vivenciar um longo período de decadência.

Considerações finais

O descompasso entre o envelhecimento biológico e a mensuração cronológica da vida, promovido pela lógica *anti-aging*, engendra uma transformação na concepção do envelhecimento como vivência biológico-temporal do ciclo de vida. Independentemente dos resultados efetivos, a emergência de um movimento *anti-aging*, em suas diferentes ramificações, destaca uma perspectiva do envelhecimento como um processo que se modifica ao longo do desenvolvimento da vida em sociedade.

É necessário, antes de tudo, ressaltar que os projetos *anti-aging*, organizados em diferentes contextos, são cercados de controvérsias e críticas. As propostas geram conflitos institucionais, políticos, científicos e éticos. Além disso, esses projetos têm diferenças significativas, tanto no que se refere à abrangência das propostas e à ambição dos objetivos quanto ao nível de legitimidade que alcançam para influenciar efetivamente as instituições e as políticas de saúde.

No caso do SENS, o objetivo radical de interromper o processo de envelhecimento é uma projeção para o futuro, cujos meios de realização permanecem como ideias que estão muito além do que os pesquisadores envolvidos conseguem comprovar pelos métodos tecnocientíficos. Todavia, o SENS se desenvolve e faz sentido em um contexto no qual questionamentos sobre as concepções estabelecidas do envelhecimento e iniciativas de pesquisas com abordagens alternativas estão em curso. Por meio do SENS, Aubrey de Grey tem buscado abrir caminho para a legitimação de um campo de pesquisas em formação, com novas diretrizes.

As proposições radicais de Aubrey de Grey tem o mérito de destacar um debate com diferentes perspectivas a respeito das possibilidades da longevidade humana, evidenciando mudanças nas condições de vida com os recursos que os empreendimentos biomédicos contemporâneos podem proporcionar para a vivência do envelhecimento. Nesse âmbito, Vaupel (2010) é um defensor da plasticidade da longevidade humana. O autor busca demonstrar que, embora não tenha havido avanços no objetivo de tornar o

declínio do envelhecimento mais lento, dados das últimas décadas indicam que houve um adiamento da morte para faixas etárias cada vez mais idosas. O aumento no número de centenários e a redução da mortalidade nas faixas de idade mais avançadas evidenciam que estamos envelhecendo com mais saúde. Vaupel não descarta a possibilidade de que, em razão dos avanços na biomedicina, seja possível retardar o envelhecimento, embora isso ainda não seja um fato. Já Stuart Jay Olshansky, como opositor de Aubrey de Grey, defende um limite para a expansão da vida humana e se dedica a desconstruir o que considera falsas esperanças de imortalidade. Não obstante, Olshansky (2006) destaca que progressos científicos recentes contrapõem a ideia do envelhecimento como um processo inalterável e defende a necessidade de estender os anos de vida saudável. Com posicionamentos distintos quanto às intervenções possíveis, esses pesquisadores convergem na evidenciação do envelhecimento como um processo em constante transformação, que está diretamente associada ao desenvolvimento tecnocientífico.

Para a Medicina *Anti-aging* brasileira, assim como a americana, os objetivos são menos ambiciosos quanto à possibilidade de uma vida ilimitada. A principal meta é tornar possível envelhecer sem chegar à velhice. Apesar das diferenças, as abordagens *anti-aging* analisadas se aproximam ao redirecionar o foco da intervenção médica para o processo contínuo de envelhecimento.

O afastamento do envelhecimento – como fenômeno físico – da orientação cronológica indica a tendência de obsolescência, em certa dimensão, das categorias de idade atuais como referências de políticas públicas e da organização das diferentes esferas da sociedade. A emergência de instituições e grupos que promovem uma perspectiva *anti-aging*, ainda que se considere a variação de significados desse conceito, reflete a constante busca da humanidade não apenas de uma vida mais longa, mas de uma vida cuja duração não implique a gradativa decadência do corpo.

É pertinente considerar que o mito da “fonte da juventude”, tal como o próprio nome sugere, não expressa meramente a ambição de viver para sempre, mas o desejo de manter-se jovem para viver essa longa vida. O surgimento de uma visão *anti-aging* do curso de vida pode ser considerado uma consequência direta de processos desenvolvidos anteriormente.

A *raison d'être* da biomedicina é a preservação da vida nas melhores condições possíveis. Embora, em um modelo hegemônico, o envelhecimento seja visto como um

fenômeno natural que implica decadência física e cognitiva, não significa que existe plena aceitação desse fato. Em certa medida, os projetos *anti-aging* representam um novo patamar do objetivo principal da biomedicina, redirecionado por um caminho alternativo. As consequências dessa tentativa nas condições reais de envelhecimento ainda não podem ser avaliadas, porém, uma vez que esse movimento se liga a um contexto de transformações e necessidades concretas nas sociedades, é possível afirmar que sua existência já reflete e promove a destituição da idade cronológica como principal referência do ciclo de vida.

Norbert Elias (1998) sugere que é preciso analisar o tempo – como categoria do conhecimento humano –, considerando o homem e a natureza não como fatos separados. Assim, o tempo só pode ser compreendido em relação àqueles que o percebem, pelos meios usados nessa percepção. Uma vez que o tempo é denominador comum que organiza diferentes esferas da realidade, é possível considerar que esteja em curso a demanda pela formação de um novo modelo temporal que diferencie a existência em anos de vida dos processos de transformação no corpo ao longo do tempo.

Referências

- ANTI AGING AGE. *A4M Mission Statement*. 2016. Disponível em: <<http://www.antiagingage.com/about/about-a4m>> Acesso em: 5 abr. 2016.
- BARROS, M. L. A velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, C. (org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BLAKEMORE, C. Why can't we live forever?. *The Times*, London, january 2012. Eureka, p. 32-37.
- CARADEC, V. Sexagenários e octogenários diante do envelhecimento do corpo. In: GOLDENBERG, M. (Org.). *Corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.21-44.
- DEBERT, G. A antropologia e os estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. L. (Org.) *Velhice ou terceira idade?*. Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 47-68.
- DEBERT, G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- DE GREY, A. An engineer's approach to the development of real anti-aging medicine. *Science's SAGE KE*, v.2003, n. 1, p. 1, 2003.
- DE GREY, A. Defeat of aging - utopia or foreseeable scientific reality?. In: *The Future of Life and the Future of our Civilization*. Springer Netherlands, 2006. p. 277-290.
- DE GREY, A. Resistance to debate on how to postpone ageing is delaying progress and costing lives. *EMBO Reports*, v. 6, special issue, p. S49-S53, 2005.
- DE GREY, A; RAE, M. *Ending Aging: the rejuvenation breakthroughs that could reverse human aging in our lifetime*. New York, USA, St. Martin's Press, 2007.
- DUARTE, L.F. Três ensaios sobre pessoa e modernidade. *Boletim do Museu Nacional (Nova Série) Antropologia*, n. 41, agosto de 1983.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- EVANS-PRITCHARD, E. *Os Nuer*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

FINCH, C. E.; PIKE, M. C. Maximum life span predictions from the Gompertz mortality model. *The Journals of Gerontology Series A: Biological Sciences and Medical Sciences*, v. 51, n. 3, p. B183-B194, 1996.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Demográfico 2010: Resultados Gerais da Amostra. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento, Gestão, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>> Acesso em 2 abr. 2016.

INGOLD, T. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000.

KAMPF, A; BOTELHO, L. Anti-Aging and Biomedicine: Critical Studies on the Pursuit of Maintaining, Revitalizing and Enhancing Aging Bodies. *Medicine Studies*, v.1, n.3, p. 187-195, 2009.

KATZ, S. Imagining the life-span. From premodern miracles to postmodern fantasies. In: FEATHERSTONE, M; WERNICK, A. (Orgs). *Images of aging: cultural representation of later life*. London: Routledge, 1995. p. 61-75.

MYKYTYN, C. E. *Executing aging: An ethnography of process and event in anti-aging medicine*. 2007. Dissertation (Doctor of Philosophy – Anthropology) - College of Letters, Arts and Sciences, University of Southern California, 2007, Los Angeles. Disponível em: <uscthesesreloadpub_Volume32/etd-Mykytyn-20070504.pdf> Acesso em: 20 jul. 2016.

OLSHANSKY, S.J. In Pursuit of the Longevity Dividend: What Should We Be Doing To Prepare for the Unprecedented Aging of Humanity? *The Scientist*, March 2006. Disponível em: <<http://www.grg.org/resources/TheScientist.htm>> Acesso em: 12 jul. 2016.

OLSHANSKY, S. J; CARNES, B. Evolutionary Perspectives on Human Senescence. *Population and Development Review*, v. 19, n.4, p. 793-806, December 1993.

OLSHANSKY, S. J; HAYFLICK, L; CARNES, B. No truth to the fountain of youth. *Scientific American*, v. 286, n. 6, p. 92-95, 2002.

OLSHANSKY, S. J; CARNES, B; CASSEL, C. In search of Methuselah: estimating the upper limits to human longevity. *Science*, v. 250, n. 4981, p. 634-640, 1990.

PEIXOTO, C. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... In: BARROS, M. L. (Org.) *Velhice ou terceira idade?*. Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 69-84.

ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.

VAUPEL, J. Biodemography of human ageing. *Nature*, v. 464, n. 7288, p. 536-542, 2010.

VAUPEL, J; OEPPEN, Jim. Broken limits to life expectancy. *Science*, v. 296, p. 1029-1031, May 2002.

AUTOR DESCONHECIDO, *The Leader of the Luddites*, gravura colorida à mão, 1812



Drawn from Life by an Officer

THE LEADER OF THE LUDDITES

Pub^d May 1812 by Mess^{rs} Walker and Knight, Sweetings Alley Royal Exchange.

DIREITO E DEVER À DESCONEXÃO:

disputas pelos tempos de trabalho e não trabalho

ANA CLAUDIA MOREIRA CARDOSO*

RESUMO Por que falarmos em desconexão? Qual a sua relação com as reflexões sobre o tempo? E com as nossas disputas pelos tempos de trabalho e de não trabalho? Com base nessas indagações, o objetivo deste artigo é analisar as relações que se estabelecem, atualmente, entre os tempos de trabalho e de não trabalho, priorizando a questão do “direito e dever à desconexão” do trabalho, ao tempo de não trabalho. Tomando o tempo como uma construção social, faremos uma leitura histórica das disputas por esses tempos sociais, até chegar às suas atuais configurações, apoiando-se, ainda, na percepção dos trabalhadores. Veremos, então, como diversos atores sociais têm-se mobilizado para discutir “o direito e o dever à desconexão” do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE Tempo de trabalho. Direito à desconexão. Tempo de não trabalho.

RIGHT AND OBLIGATION TO DISCONNECTION:

striving for working and non-working time

ABSTRACT What does “disconnection” mean? What relation is there between it and our analysis of time? And with the ongoing discussion about work time and non-work time? This article looks at addressing these issues and analysing present day perceptions of working time and non-working time, and more specifically the right to “disconnect” from work so as to be able to enjoy non-working hours. Considering time as a social construction, we will start with a historical approach of social time and then look at how, basing ourselves on worker’s perceptions, these concepts have morphed over the last few years. We will then see how different social groups have come together to debate the “rights and obligations” of disconnecting from work.

KEYWORDS Working hours. Unplugging. Non-work time.

* Socióloga, Professora na Escola DIEESE de Ciências do Trabalho, Doutora em Sociologia (USP e Paris VIII), estágio pós-doutoral pela UnB (Departamento de Sociologia) e pelo CRESPPA (Centre de Recherche Sociologique et Politique de Paris). E-mail: anacmc2@hotmail.com.

O tempo, os tempos

Podemos dizer que a ordem do tempo regula todas as atividades do ser humano; tempos diversos e diferentes que coexistem, coordenam-se, opõem-se, que são contraditórios e conflitantes. A procura de um tempo dominante é comum a todas as sociedades, assim como a construção de hierarquias entre os diferentes tempos sociais (SUE, 1994). O tempo aparece assim como “o mais nobre atributo de toda a dominação. Um poder recém-surgido, desejoso de afirmar-se [...]” (CANETTI, 1995, p.32). Esse tempo dominante reflete o poder de uma classe que procura fazer prevalecer sua visão de mundo, expressa numa concepção particular de usos e controle dos tempos. Não sem razão, a burguesia buscou assegurar seu poder impondo uma nova concepção de tempo, trabalho e tempo de trabalho. Um tempo quantitativo e racional, uma construção que se impôs como universal e que prefigura o tempo industrial, da sociedade moderna (THOMPSON, 1967).

Mesmo que em cada cultura temporal haja um tempo dominante, que apareça como único, preciso, uniforme e igual, em todos os lugares, ele não é exclusivo. Quando analisamos as vivências temporais cotidianas dos indivíduos (CARDOSO, 2009), vemos a explicitação das diversas temporalidades sociais. Diversos modos de vivenciar e representar um “mesmo” tempo social e a elaboração de equações temporais (GROSSIN, 1991) que têm o objetivo de harmonizar temporalidade são muitas vezes conflitantes: tempos de trabalho, tempos com a família, de estudo, tempos de lazer, tempos de não trabalho, tempos à disposição, tempos livres, entre outros, o que nos leva a falar em “tempos”, no plural (CARDOSO, 2009).

Temos, então, o tempo, ou os tempos, como resultado das interações sociais, como uma construção social e historicamente determinada (ELIAS, 1998; OLIVA AUGUSTO, 1994). Tendo essas concepções como pano de fundo, o objetivo deste artigo é analisar algumas das relações que se passam, no contexto atual, entre os tempos de trabalho e de não trabalho. O foco da questão é “o direito e o dever à desconexão” do trabalho, o tempo de não trabalho.

O artigo inicia com uma breve leitura sobre as disputas pelos tempos de trabalho e de não trabalho ao longo da história, chegando às suas configurações no contexto atual. Em seguida, ainda com o objetivo de melhor compreender essas configurações, são analisadas as percepções dos trabalhadores diante dessas mudanças, utilizando-se de algumas pesquisas nacionais e internacionais. Finalmente, veremos como alguns atores sociais, no Brasil e na França, posicionam-se em relação ao “direito e dever à desconexão”, ou seja, como se mobilizam, agem e argumentam. A opção por demonstrar a experiência francesa justifica-se pelo fato de que ali a temática do tempo de trabalho tem sido amplamente discutida e negociada pelos diversos atores sociais. Assim, apesar da especificidade da cultura temporal francesa, esta análise nos possibilitará, por contraste, não apenas melhor compreender a realidade brasileira como aportar novas ideias para o debate que já teve início no Brasil.

Disputas relacionadas aos tempos dedicados ao trabalho e ao não trabalho

Nas disputas entre trabalho e capital, ao longo da história, o capital buscou impor uma separação cada vez maior entre tempo e espaço de trabalho e tempo e espaço de não trabalho, transformando o primeiro em algo regular, contínuo e, por isso mesmo, independente da vontade ou das necessidades dos trabalhadores. Para isso, diversas foram as estratégias utilizadas: introdução do trabalho fora do domicílio, máquinas que impunham um novo ritmo de trabalho, pagamento de salários baixos para obrigar a mais horas e mais dias de trabalho, códigos de conduta, multas por atraso ou falta, controle rígido dos horários dentro e fora do local de trabalho e, mais tarde, o relógio de ponto (THOMPSON, 1967), sem contar o papel essencial que teve a escola ao “ensinar” a disciplina, a regularidade, o “bom” uso do tempo e o valor e a ética do trabalho (THOMPSON, 1967).

Os trabalhadores, por sua vez, travaram uma longa luta com o tempo que deve ser dedicado ao trabalho, passando por diferentes enfoques, a depender da conjuntura e da correlação de forças. No início do processo de industrialização, quando as jornadas de trabalho podiam chegar a 18 horas por dia, a reivindicação por um menor tempo

de trabalho estava diretamente relacionada à busca pela sobrevivência. Essa longa luta resultou em diversas legislações sobre a redução da jornada laboral. Em seguida, e muitas vezes em paralelo, a reivindicação foi pela conquista de um tempo livre, de um equilíbrio entre os tempos de trabalho e de não trabalho.

Sem deixar de lado a reivindicação por um tempo de não trabalho, a redução da jornada surgiu, nos anos 70, como uma das ações para combater o desemprego, num contexto em que, cada vez mais, era necessário menos horas de trabalho para se produzir um mesmo serviço ou mercadoria. Essas ênfases permanecem até os dias atuais, como foi visto, por exemplo, nas discussões sobre as 35 horas na França ou na Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho no Brasil (CALVETE; CARDOSO; FIGUEIREDO, 2008).

Em meio às disputas pelos tempos de trabalho e de não trabalho, os empregadores, por sua vez, continuam a criar maneiras para apoderar-se do tempo livre já conquistado. Inicialmente, criando e difundindo a noção de hora extra, ou seja, um tempo dispensado ao trabalho que invade o tempo livre conquistado, mesmo que, muitas vezes, a um custo maior. Paralelamente, o capital foi intensificando o tempo de trabalho ainda contido na jornada laboral por meio de um forte e longo processo de inovação tecnológica e organizacional.

Nos anos 90, assistimos à forte pressão do capital para ampliar a flexibilização do tempo de trabalho, tendo como intenção a disponibilização do tempo do trabalhador nos momentos em que a produção ou serviço necessitem (CARDOSO, 2009). Vale frisar, entretanto, que essa busca por maior flexibilização não substitui o processo de intensificação nem a contínua tentativa do capital em aumentar a jornada laboral. Não substitui, tampouco, as ações que impedem novas reduções do tempo laboral, como visto na Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salários, no Brasil, iniciada em 2003 e que, até o momento, não obteve êxito em razão da forte resistência dos empregadores (CALVETE; CARDOSO; FIGUEIREDO, 2008).

Nessa mesma década, autores como Freyssenet (1994) e Zarifian (1996) ressaltavam que o processo de separação entre os tempos e espaços de trabalho e de não trabalho estava sendo substituído por um movimento contrário, de reaproximação, de forma que a definição de onde cada um começa e termina passaria a ser cada vez mais fluída e flexível. Trata-se de uma reaproximação definida pelo capital, em que o traba-

lhador não apenas continua a não poder definir seus tempos de trabalho, como perde a capacidade de deliberar sobre seus tempos de não trabalho.

Como resultado dessas transformações, assistimos, no contexto atual, a uma crescente fragmentação e individualização dos tempos de trabalho, assim como ao surgimento de uma pluralidade de novos tempos laborais: tempos que devem ser dedicados à qualificação frente às mudanças constantes no trabalho, tempos de transporte, tempos de sobreaviso e tempos de trabalho fora da jornada laboral, cada vez mais facilitados pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, TIC's (CARDOSO, 2013). Esses novos tempos de trabalho, é bom frisar, apresentam-se em total assincronia com os outros tempos sociais, ou seja, os tempos dedicados à família, ao lazer, ao descanso, ao estudo, entre outros.

Por isso mesmo podemos falar em tempos “dedicados” ao trabalho (CARDOSO, 2009) para além do tempo de trabalho, dado que esse tempo de trabalho é pensado, na maior parte das vezes, apenas como aquele vinculado ao local de trabalho e à produção direta de um serviço ou uma mercadoria (DAL ROSSO, 2008). Ao contrário, “tempos dedicados” ao trabalho definem as atividades relacionadas ao trabalho, diretamente ou indiretamente, que causam desgaste para o trabalhador, que desorganizam sua vida social e que, além de tudo, não são contabilizadas como trabalho e, conseqüentemente, não são objeto de remuneração ou compensação.

Tempos de trabalho extensos, tensos, intensos, flexíveis e imprevisíveis. Diante dessa situação, na primeira década dos anos 2000, evidentemente, a questão dos tempos de trabalho e de não trabalho vinculou-se, ainda mais fortemente, à temática da saúde do trabalhador (CEE, 2001; BOISARD, 2002; DAL ROSSO, 2008; INRS, 2010; CARDOSO, 2015). É nesse contexto que alguns dos atores sociais constroem “novas” reivindicações, entre as quais pode-se citar a que diz respeito ao “direito” e ao “dever” de desconexão ao trabalho. Na realidade, como bem explicitado por Souto Maior (2003), trata-se da antiga luta da classe trabalhadora pelo tempo de não trabalho, pela retomada do tempo livre duramente conquistado.

A relação entre os tempos de trabalho e de não trabalho na visão dos trabalhadores

Para melhor compreender as atuais configurações da relação entre os tempos de trabalho e de não trabalho, analisaremos as percepções dos trabalhadores diante dessas mudanças. Mesmo que no Brasil ainda não tenhamos muitas informações nacionais a respeito dessa relação¹, a pesquisa Sips/Ipea, intitulada “Trabalho e tempo livre”, realizada em 2012², aborda a temática que nos interessa.

1 Com certeza, a pesquisa sobre “Usos do Tempo”, que começa a ser realizada no Brasil, trará informações relevantes para melhor compreendermos os tempos dedicados ao trabalho e ao não trabalho (IBGE, 2012).

Uma das perguntas indaga aos entrevistados se eles conseguem se “desligar do trabalho”. Nesse caso, quase metade dos respondentes (45,4%) assinalou que tem “dificuldade para se desligar totalmente do trabalho remunerado, mesmo após o horário de término de sua jornada diária”, o que mostra que sair do espaço e tempo de trabalho não significa, necessariamente, desconectar-se do trabalho (IPEA, 2012, p. 9). Os motivos apresentados para essa atitude são a necessidade de estar de prontidão para a realização de atividades extraordinárias (26,0%), necessidade de planejar/desenvolver atividades ainda relacionadas ao trabalho, utilizando-se de internet, celular etc. (8,0%), assim como a necessidade de aprender um conjunto de coisas sobre o próprio trabalho (7,2%) (IPEA, 2012), o que está associado à noção de tempos dedicados ao trabalho.

2 Pesquisa realizada com 3.796 pessoas residentes em áreas urbanas de todo o Brasil, com pelo menos 18 anos de idade e com ao menos um trabalho remunerado em sua semana de referência (IPEA, 2012).

Completando a informação, 37,7% dos entrevistados afirmam que “o tempo livre vem diminuindo por conta do trabalho remunerado”, seja em razão do excesso de atividades exigidas no trabalho, seja pelas atividades ainda relacionadas ao trabalho, mas que devem ser realizadas fora da jornada (IPEA, 2012, p.12). Quando questionados sobre o que sentem quando precisam utilizar seu tempo livre para trabalhar, 48,8% dos entrevistados apresentaram reações negativas. Entre estes, 36,7% se dizem conformados, já que “precisam manter o trabalho”, 5,1% expressam tristeza por não sentirem prazer no trabalho, e 7% mostram-se revoltados por acharem que “o tempo livre deveria ser dedicado a outras atividades” (IPEA, 2013, p.15). Por outro lado, 42% têm uma atitude positiva e frisam que “fazem o que gostam”, e 9,2% mostram-se indiferentes ao assinalarem que “nunca têm o que fazer quando estão de folga” (IPEA, 2013, p. 16).

3 Essa pesquisa é realizada pela EUROFOUND, a cada cinco anos, entre os países membros da União Europeia, desde 1990.

Ampliando nossa análise, os resultados de 2015 do “European Survey on Working Conditions” (EWCS)³, abrangendo os trabalhadores da União Europeia, mostram que,

mesmo que 58% dos entrevistados digam que o horário de trabalho está de acordo com as suas preferências, 13% gostariam de aumentá-lo (EUROFOUND, 2015). Esse resultado dialoga com o aumento dos trabalhadores com um emprego em “tempo parcial substancial” (entre 21 e 34 horas por semana) e em “tempo parcial marginal” (20 horas por semana ou menos) (EUROFOUND, 2015, p. 5). E ainda, 28% gostariam de reduzir a jornada laboral. Nesse caso, o resultado deve-se, em parte, ao fato de que, apesar de haver um percentual menor de trabalhadores que labutam “48 horas ou mais”, essa ainda é uma realidade para 12% dos entrevistados, sendo que 10% trabalham entre 42 e 48 horas semanais.

Em relação à flexibilidade do tempo de trabalho, a Eurofound desenvolveu um índice de regularidade que, no ano de 2015, revela que 43% dos trabalhadores têm horários e regimes de trabalho muito regulares, 28% têm uma regularidade média, e 30% têm uma regularidade baixa. Assim, a pesquisa ressalta que, apesar do trabalho padrão prevalecer, os chamados “horários de trabalho atípicos” abrangem uma parcela significativa dos trabalhadores: trabalho aos sábados, domingos, em turnos e trabalho noturno (EUROFOUND, 2015).

No que diz respeito ao controle por parte do trabalhador para definir seus tempos de trabalho e, conseqüentemente, os de não trabalho, a pesquisa de 2015 mostra que, para a maioria dos trabalhadores, são os empregadores que decidem sobre os seus horários de trabalho: 64% dos entrevistados não podem alterar o seu horário, e 10% podem escolher entre horários já definidos pelo empregador. Para dificultar ainda mais a possibilidade de harmonização dos diferentes tempos sociais, 31% dos entrevistados afirmam que as alterações nos horários de trabalho muitas vezes são comunicadas com pouca antecedência. Às vezes, essa comunicação é feita até no próprio dia, como ocorre com 5% dos trabalhadores. Ou apenas no dia anterior, como é o caso de 8%. Ocorreu de 11% dos trabalhadores serem solicitados “com pouca antecedência a apresentar-se no trabalho várias vezes no mês anterior à pesquisa” (EUROFOUND, 2015, p. 5).

Tendo como foco a preocupação referente à invasão do tempo de trabalho no tempo de não trabalho, a pesquisa de 2015 revela que 45% dos entrevistados disseram ter trabalhado durante o seu tempo livre para responder às exigências do trabalho nos últimos 12 meses, “sendo que 3% o fizeram diariamente, 7%, várias vezes por semana, e 13%, várias vezes por mês” (EUROFOUND, 2015, p. 6). E ainda:

14% dos trabalhadores dizem que continuam a preocupar-se “sempre” ou “quase sempre” com o trabalho durante o seu tempo livre; 21%, que se sentem “sempre” ou “quase sempre” demasiado cansados para executar algumas das tarefas domésticas necessárias, e 11% declaram que o seu trabalho os impede “sempre” ou “quase sempre” de dedicar tempo à sua família (EUROFOUND, 2015, p. 5).

Ainda que não tenhamos, neste artigo, o propósito de nos aprofundar na questão da intensidade do tempo de trabalho⁴, vale ressaltar que, na pesquisa de 2010, os resultados revelam que a intensidade se mantém a um nível elevado, apesar de ter-se estabilizado em relação às duas últimas décadas. Demonstrem ainda que houve mudanças nas formas de pressão; reduz-se aquela advinda de máquinas, mas, por outro lado, aumenta-se a pressão para atingir as metas e objetivos definidos pelas empresas, que passam de 30%, em 2000, para 41%, em 2010. Há também um aumento da necessidade de trabalhar com prazos rígidos, passando de 50%, em 1991, para 63,8%, em 2010 (EUROFOUND, 2011).

⁴ Para mais informações sobre a questão da intensidade do trabalho ver DAL ROSSO (2008), CARDOSO (2013) E DAL ROSSO E CARDOSO (2015).

Com metas de trabalho cada vez mais presentes e que aumentam a cada ano (CARDOSO, 2013), somadas a prazos cada vez mais curtos, não é difícil entender por que os trabalhadores dizem que continuam a trabalhar no tempo livre, que continuam preocupados com o trabalho, que se sentem cansados e sem tempo para a família. Sem contar o fato de perderem, cada vez mais, a possibilidade de programar seus tempos de não trabalho, dado que, muitas vezes, eles são avisados com pouca antecedência quando devem alterar seu horário de trabalho.

É possível observar, por fim, um aumento do tempo de trabalho para aqueles que exercem o teletrabalho (também chamado trabalho a distância ou remoto). Na França, o percentual de trabalhadores que exercem o teletrabalho aumentou de 8%, em 2006, para 16,7% em 2012, e, de acordo com a pesquisa realizada pelo Observatório do Teletrabalho e do Ergoestresse, em 2015, 61% dos trabalhadores que exercem o teletrabalho disseram que houve aumento em sua jornada laboral (OBERGO, 2015).

Desconexão do trabalho: a luta contra o aumento do tempo de trabalho

Diante das novas configurações da relação entre os tempos de trabalho e de não trabalho é fácil compreender por que o dever e o direito à desconexão do trabalho, ao tempo de não trabalho, ganha espaço no debate político. Quais argumentos estão sendo apresentados pelos diferentes atores sociais a esse respeito? Esse tema já aparece no processo de negociação coletiva? Já há alguma referência a essa questão na legislação? Apesar deste artigo não ter como pretensão esgotar essas indagações, ele visa contribuir para seu entendimento.

Inicialmente, essa discussão aparece tendo como foco os indivíduos em geral, frisando os riscos da conexão total para o convívio social e para a saúde: 41% dos franceses dizem que conseguem ficar sem a internet por no máximo três dias; destes, 8% conseguem se desconectar por apenas algumas horas, e 11%, até um dia, no máximo (CREDOC, 2011). Dos franceses entrevistados, 53% não desligam seu telefone mesmo estando em cinemas, museus ou teatros (HAVAS MEDIA, 2012). Por outro lado, a pesquisa Havas Media (2012), sobre os usos das TIC's, revela que 65,2% dos franceses gostariam de se desconectar de tempos em tempos, 74,8% se sentem muito solicitados, 59,3% gostariam de ter um pouco de tranquilidade, e 36,4% ressaltam que a utilização de instrumentos de conexão o tempo todo deixa a vida mais estressante. Ainda se confirmou que 59,7%, efetivamente, desconectam-se totalmente de tempos em tempos. Ou seja, uma conexão total que, para alguns, começa a ser sentida como um problema passou a ser questionada⁵.

Essa conexão total no cotidiano, num ciclo vicioso, possibilita que também o capital exija a não desconexão do trabalho, que se torne natural a solicitação para que o trabalhador trabalhe mesmo fora do tempo e local de trabalho. No início, a pressão pela disponibilidade total pode ser vista como uma forma de reconhecimento pelo seu trabalho. *Notebook, smartphones, celulares*, tudo isso também pode ser visto como uma maneira ou possibilidade de se diferenciar dos colegas de trabalho. Entretanto, com o tempo, os impactos negativos para a vida pessoal e para a saúde vão se manifestando e ficando mais evidentes (CARDOSO, 2015). Além disso, se o uso das TIC's aparece, inicialmente, calcado num discurso libertador, vemos que o avanço tecno-

⁵ Por exemplo, nos EUA, desde 2010, há uma iniciativa da associação Rebo, o “national day of unplugging”, que propõe que, por um dia, as pessoas desliguem seus telefones portáteis, tabletes etc., para que possam recriar os laços sociais e afetivos com seus conhecidos. Também pode ser observado que a “desconexão” está sendo usada como instrumento de marketing: por exemplo, uma propaganda da Coca-Cola mostra que o refrigerante é capaz de aproximar as pessoas que passam o tempo todo no computador. A marca Kit-Kat, com seu slogan “fazer uma pausa”, criou zonas sem wifi para que as pessoas possam se encontrar sem a intervenção dos celulares. Também a empresa de telefone tailandesa DTAC2 criou o estranho slogan “coloque o telefone em seu devido lugar: desconectar para conectar”. A empresa Burger King nos EUA propõe que o cliente delete 10 amigos do facebook para ganhar um sanduíche (HAVAS MEDIA, 2012; LE MONDE, 2015). Enfim, a desconexão se transforma num negócio, mas, de alguma forma, traz o tema para o debate e a reflexão social.

lógico, ao mesmo tempo que possibilita que o trabalho se exerça à longa distância, implica um controle pelo mesmo modo, isto é, pela conexão “*on-line*”, aliada às metas e objetivos de trabalho.

Nesse contexto, diversos atores sociais põem em debate a questão do direito e dever à desconexão. No Brasil, o jurista Souto Maior, desde o início dos anos 2000, fala-nos sobre o direito à desconexão do trabalho ou o “direito de não trabalhar”, um direito que não se restringe à pessoa que trabalha, mas que diz respeito à família e a toda sociedade. Souto Maior (2003, p. 2) frisa que “descanso é pausa no trabalho”, de forma que ele só será efetivo quando houver a desvinculação total do trabalho, isto é, física e mental. De acordo com o autor, o “direito à desconexão pode ser traduzido como o direito ao resgate da subjetividade, que se perde quando o ser humano resta conectado ao trabalho reificado. Não é apenas uma questão de lazer, mas uma questão de saúde” (2003, p. 5).

Para Almeida e Severo (2014, p. 11), “jornada é tempo de vida”, e o direito à limitação da jornada laboral e ao efetivo gozo do descanso (real desconexão) possibilita, justamente, que se tenha vida fora do ambiente de trabalho. Os autores frisam ainda que é verdade que o trabalho é um direito fundamental, todavia, esse direito não pode excluir o direito ao descanso, lazer, convívio familiar e social; ou seja, ao não trabalho. Caso contrário, sem o tempo necessário para si próprio, são importantes os impactos negativos para a saúde dos trabalhadores e de suas famílias.

Em seu artigo, Souto Maior (2003) destaca algumas situações onde a pressão por permanecer conectado ao trabalho, no tempo de não trabalho, é mais evidente. Uma delas refere-se aos gerentes que, por trás do discurso de total autonomia em seu trabalho, justificam o “não controle” de suas jornadas laborais. Mas o problema é que esse “não controle”, num contexto de crescente pressão por atingir metas, entre outros objetivos, transforma-se numa jornada que não tem fim. Para Souto Maior (2003, p. 4), juntamente com a demanda pela qualidade total, exige-se a “entrega total; a regra é romper os diques entre trabalho e vida privada, entre intimidade e empresa. Aos poucos, o trabalho vai ocupando e minando todas as reservas pessoais”. Ressalta, entretanto, Souto Maior (2012) que mesmo os chamados “altos empregados”, do ponto de vista jurídico, têm direito à limitação da sua jornada de trabalho, tanto diária, como mensal ou anual. Portanto, nada justifica que eles possam ou devam trabalhar mais horas que o previsto na legislação.

Outra situação trazida pelo jurista refere-se ao teletrabalho, numa conjuntura de crescente flexibilização do contrato de trabalho. Para Souto Maior (2003, p. 12), esse

tipo de trabalho agride o direito ao não trabalho, dado que “a própria vida privada do trabalhador se perde no fato de se transformar a sua residência em local de trabalho, com prejuízo para o próprio convívio familiar”. Mais uma vez o autor frisa que, do ponto de vista jurídico, não há qualquer diferença entre trabalho dentro ou fora do estabelecimento do empregador, assim:

[...] uma vez configurada a relação de emprego, o efeito concreto a se produzir, sob o prisma do direito ao não trabalho, é o da declaração do direito à limitação da jornada de trabalho também nestes serviços, tornando efetivo tal direito com a fixação do pressuposto de que cabe ao empregador estabelecer o limite da jornada a ser cumprida. Não se pode barrar a ideia do direito ao limite da jornada com o argumento das dificuldades de se quantificar, sob o prisma da prova, a jornada trabalhada. Essa é uma dificuldade instrumental que não interfere na declaração, em tese, do direito. (SOUTO MAIOR, 2003, p. 13)

O “sobreaviso” é outra questão que tem trazido o tema do direito à desconexão. Para Silva (2015, p. 2), uma importante mudança ocorreu na legislação que trata desse tema ao regulamentar que “não é mais necessário que o empregado permaneça em casa para que se caracterize o sobreaviso, basta o “estado de disponibilidade”, em regime de plantão, para que tenha direito ao benefício”. Isso porque, com o advento das TIC’s, a necessidade de “limitação de locomoção” é substituída pela “limitação do direito de livre disposição do tempo alheio à jornada, com ampliação do poder de comando do empregador e impedimento do empregado usufruir do descanso livre” (SILVA, 2015, p. 4). Essa é a concepção que tem norteados os julgamentos, como pode ser visto a seguir:

[...] o tempo em que o empregado deve permanecer conectado à empresa, ainda que por meio do aparelho celular, é tempo de trabalho e, portanto, deve ser remunerado. As horas de sobreaviso, diante da desterritorialidade do trabalho no mundo contemporâneo, não se definem pela exigência da fixação a um local aguardando ordens, mas pela fixação a um aparelho móvel que aprisiona seu portador às demandas potenciais do empregador. (SILVA, 2015, p.5, in: TRT 1ª R 09/03/2015)

Também em seu artigo, Silva (2015) nos mostra exemplos em que a jurisprudência, mesmo que lentamente, vem incorporando a noção de “desconexão do trabalho” para tratar do sobreaviso: “Assim, manter o trabalhador conectado ao trabalho nos momentos em que deveria estar descansando, colocando-os à disposição do trabalho por meio do celular, fere o que modernamente vem sendo chamado de direito à desconexão do empregado (SILVA, 2015, p. 7, In: TRT 1ª R 4/3/2015).

Além desses casos específicos, é importante frisar que a demanda por uma não desconexão do trabalho abrange cada vez mais trabalhadores, inseridos nos mais diversos setores de atividade, seja de forma explícita ou implícita (CARDOSO, 2013). E quanto mais se expande a cultura da conexão total, maior facilidade tem o empregador para manter os trabalhadores conectados. Em muitos casos, é possível utilizar os aparelhos dos próprios trabalhadores e ferramentas simples como e-mail ou *whatsapp*.

Ampliando a nossa análise, a temática da desconexão, na França, ganha visibilidade, sobretudo a partir de 2010, quando novos termos passam a ser criados ou ganham novos significados, entre eles: “*harcèlement numérique*” (assédio numérico), “*infoobesidade*” (grande número de solicitações informacionais gerando uma sobrecarga informacional), “*always on*” (conexão em todos os espaços e tempos), *temps choisi* (tempo escolhido), “*hyper connectés*” (hiper conectados), “*nomophobiques*” (contração de “no mobile phobia” que se refere à agonia de estar desconectado), entre outros.

No ano de 2012, a questão da conexão/desconexão do trabalho é tratada pela empresa Orange, que cria o “Coletivo do Tempo”. No site do coletivo, é frisado que o objetivo da iniciativa é “contribuir para o estabelecimento de uma utilização adequada das regras de novas tecnologias que permitem aos empregados se organizarem melhor e introduzir na sua rotina tempos brancos e de desconexão”. Há também uma avaliação da situação atual. Ressalta-se que a explosão da internet, dos *smartphones* e tablets alterou o cotidiano, resultando no “*Always on*”. “Trata-se de uma verdadeira revolução que transforma de maneira durável nossa maneira de nos comunicar, de trabalhar e também nossa percepção do tempo”. Entretanto, mesmo vivendo “em um mundo onde todos os tempos se sobrepõem, todos parecem cultivar o desejo de preservar um tempo para si mesmos. O tempo de desconexão ilustra essa tendência” (ORANGE, 2012, tradução nossa).

É importante fazer dois destaques em relação à Orange: um deles é que se trata de uma empresa que oferece produtos e serviços que possibilitam, exatamente, a conexão total. Assim, no site “Coletivo do Tempo”, paralelamente à ampliação do espaço para aplicativos de “ajuda” para os usuários que querem se desconectar por um período de tempo, há também a propaganda de dispositivos para aqueles que querem se manter conectados. E, ainda, além dos diversos aplicativos para “ganhar tempo”, há também os que são destinados a “perder tempo”, ou seja, para relaxar e se desconectar, mesmo

que mantendo o telefone ligado. Afinal, não se pode perder o hábito de se relacionar com o mundo mediado pelas TIC's. A segunda observação é sobre o contexto de onde emergiram as novas práticas da Orange. Essa empresa assistiu, ou melhor, causou um número significativo de adoecimento mental e de suicídios após o início do seu processo de privatização (GOLLAC E BODIER, 2011). Os casos de suicídio ocorridos, sobretudo nessa empresa, desencadearam discussões sobre a necessidade de compreender o sofrimento e o mal-estar advindos do local de trabalho, resultando na elaboração de um relatório sobre “Riscos Psicossociais no Trabalho”. Ou seja, trata-se de uma empresa que se sente pressionada pela crescente manifestação dos usuários relacionada ao desejo de desconexão, assim como pelo conjunto da sociedade diante dos casos de adoecimento e suicídio, pelos sindicatos e, também, pelos próprios trabalhadores. Pressões que repercutem, evidentemente, em suas vendas e no seu lucro.

Diante desse cenário, a empresa explicita em seu site que é preciso tirar o melhor da tecnologia tanto no trabalho como no lazer, “sem se deixar invadir e sem se sentir guiado por outras energias que não a própria vontade”. E no que se refere aos trabalhadores, a Orange frisa que devem ser instauradas as “regras do jogo”:

Em acordo com seu empregador, e sobre a base de leis do trabalho em constante melhoria, as regras consistem a definir horários e métodos de trabalho claros. Assim, uma vez em casa ou durante suas férias, os trabalhadores podem se consagrar à sua família e às suas atividades, sem o risco de serem interrompidos por um *e-mail* ou por uma ligação”. [...] Em suma, não devemos trabalhar em qualquer lugar ou em qualquer momento, sob o pretexto de que as nossas ferramentas tecnológicas estão à mão. Especialmente porque isso evita muitos inconvenientes: aumento do ritmo e intensidade de trabalho, estresse, sobrecarga de informação (ORANGE, 2012, tradução nossa).

Essa mesma empresa, por meio do seu diretor de recursos humanos, Bruno Mettling, recebeu uma demanda do Ministério do Trabalho, do Emprego, da Formação Profissional e do Diálogo Social, para elaborar um relatório sobre os usos das TIC's. Esse relatório, nomeado “Transformação Digital e Vida no Trabalho”, teve a finalidade de estudar os efeitos das transformações digitais no mundo do trabalho, analisando como elas já modificaram o trabalho, bem como “as condições segundo às quais [a mudança digital] poderá ser orientada no futuro para contribuir a dar sentido ao trabalho e melhorar a vida no trabalho” (METTLING, 2015, p. 2). No relatório, é explicitado

que a “conexão” precisa ser pensada não só no nível individual, mas também como um direito que deve ser respeitado pelas empresas. Assim, esse direito é visto como uma corresponsabilidade entre o trabalhador e o empregador. Por isso, deve-se falar não apenas em direito à desconexão, mas também em dever à desconexão.

No diagnóstico é dito que a “intensificação do trabalho e o excesso de conexões profissionais” podem levar ao desequilíbrio da relação entre vida privada e trabalho, bem como contribuir para o adoecimento dos trabalhadores (METTLING, 2015, p. 10), dado seu poder de romper a fronteira entre lugar de trabalho e domicílio, assim como entre o tempo de trabalho e o tempo consagrado à vida pessoal. No local de trabalho, a combinação entre “excesso de conexão” e intensificação pode ser um fator de stress “criando no trabalhador um sentimento de solicitação permanente, de aceleração sustentada pelas diversas interações”. Além disso, o acúmulo de tarefas que devem ser realizadas ao mesmo tempo é fonte de pressão. Por exemplo, “um trabalhador em reunião pode ser demandado a responder um SMS, a tomar uma decisão por e-mail, ao mesmo tempo que deve estar atento ao que é dito, refletindo sobre o que deverá encaminhar após a reunião” (METTLING, 2015, p. 35, tradução nossa).

O relatório faz referência a diversas situações que merecem mais atenção, tais como: o sobreaviso, o teletrabalho, os trabalhadores informais e o caso dos gerentes, conteúdos já frisados por juristas brasileiros, como vimos anteriormente. No caso da França, a redução da jornada para 35 horas não abrangeu os gerentes. Foi criado o “*forfait jour*”, cuja remuneração vincula-se ao número de dias trabalhados no ano e não às horas trabalhadas. Nesse caso, as regras de compensação se estabelecem em acordo individual entre as partes. De acordo com a DARES, em 2015, o “*forfait jour*” cobria 47% dos gerentes, que revelaram trabalhar em torno de 46,4 horas por semana. O relatório sublinha ainda que, apesar de prevista na legislação, a negociação sobre formas de compensação não era efetivada – “72% dos gerentes não tinham nenhuma medida de regulação sobre os usos dos meios de comunicação, como o e-mail ou celulares, e 1/3 ressentia de não ter nenhum ‘direito à desconexão’” (DARES, 2015, p. 5, tradução nossa).

Além disso, para fugir das 35 horas, muitas empresas “transformaram” diversos trabalhadores em gerentes. Por isso mesmo, vários acordos sobre “*forfait jour*” foram julgados ilegais pelo Comité Europeu de Direitos Sociais (UGICT-CGT, 2014). No Brasil, a tentativa de transformar os trabalhadores em gerentes, para fugir de acordos ou

legislações, também tem-se tornado uma prática usual em diversos setores, de forma implícita ou explícita. O exemplo mais explícito é o dos bancos que, para contornarem a conquista da jornada de 36 horas, transformaram vários caixas em gerentes, ficando assim livres para a implantação da jornada de 44 horas semanais (CARDOSO, 2009).

Ao final do relatório, é sugerido um conjunto de ações para se resolver os problemas já abordados, entre as quais encontra-se a necessidade de completar a medida de “tempo de trabalho” pela medida “carga de trabalho”, ressaltando que se deve realizar um estudo específico para a construção de indicadores (METTLING, 2015). Na realidade, se tomarmos o relatório elaborado pelo *College d'Expertise*, em 2011, sobre os “Riscos Psicossociais no Trabalho – RPS” (GOLLAC e BODIER, 2011), veremos que já existe um conjunto de indicadores para “medir” as cargas físicas, mentais e emocionais do trabalho. Nesse relatório, os RPS são definidos como “riscos para a saúde mental, física e social, causados pelas condições de emprego e pelos fatores organizacionais e relacionais susceptíveis de interagir com o funcionamento mental” (GOLLAC E BODIER, 2011, p. 13, tradução nossa). São sugeridos, ainda, seis indicadores de análise: exigências do trabalho, exigências emocionais, autonomia ou margem de manobra, relações sociais e relações de trabalho, conflitos de valores e insegurança na situação de trabalho e emprego. Como desdobramento desse relatório, foi criada uma pesquisa específica sobre os riscos psicossociais no trabalho, que foi a campo em 2015.

O relatório elaborado por Mettling (2015), por fim, traz exemplos de acordos e iniciativas para regular os usos das TIC's dentro e fora do local de trabalho. Um deles é o acordo inédito realizado em 2011 com a Volkswagen alemã, que abrange todos os trabalhadores que tinham *smartphones* profissionais. O documento definiu que, entre 18h e 7 h da manhã, um dispositivo impediria que as mensagens fossem enviadas aos destinatários. Na França, em 2014, um acordo entre a federação dos engenheiros e conselheiros, chamado “acordo Syntec”, previu a obrigação à desconexão dos instrumentos de comunicação a distância para os gerentes em regime de “*forfait jour*”, visando respeitar a duração mínima de repouso. O acordo da “Apec60”, de 2013, sobre riscos psicossociais no trabalho também incluiu “regras de bom uso de mensagens eletrônicas” (METTLING, 2015, p. 31).

Ainda conforme o relatório, outras empresas, apesar de não realizarem acordos, iniciaram discussões a respeito do direito à desconexão, como é o caso da Daimler-Benz,

que, em 2014, criou um programa que dava a opção para parte dos trabalhadores participar do dispositivo “*Mail on Holiday*”. Com esse programa, as mensagens que são enviadas aos trabalhadores em seus períodos de folgas, além de terem uma resposta automática do tipo “esta mensagem deverá ser encaminhada para outro responsável ou mandada ao final da folga”, são suprimidas para não gerarem um acúmulo na caixa de entrada.

Na França, o acordo de abrangências nacional e interprofissional chamado “Em Direção de uma Política de Melhora da Qualidade de Vida no Trabalho e da Igualdade Profissional”, de meados de 2013, também aborda a questão do “tempo de desconexão”. Em seu artigo 17, “Promover uma Gestão Inteligente das TIC’s ao Serviço da Competitividade das Empresas Respeitando a Vida Privada dos Trabalhadores”, a avaliação é que as TIC’s podem destruir os limites entre lugar e tempo de trabalho e de não trabalho, gerando impactos negativos para a vida do trabalhador. Assim, entre as ações previstas no acordo, merece destaque aquela que determina às empresas que, após sondarem dos trabalhadores o que eles acham do uso das TIC’s, criem meios para possibilitar a conciliação entre vida profissional e vida pessoal, bem como para a possibilidade de efetivos “tempos de desconexão” (METTLING, 2015, p. 40, tradução nossa).

Além da negociação do acordo interprofissional, as centrais sindicais francesas se mobilizam a respeito do tema em outros espaços. A Ugict-CGT, que representa os engenheiros, gerentes e técnicos, é a que mais tem investido nessa questão. Em 2014, ela lançou uma campanha que tinha o objetivo de “proteger a vida privada e os tempos de repouso dos trabalhadores” por meio da conquista do “direito à desconexão e à redução efetiva do tempo de trabalho” (UGICT-CGT, 2014, p. 4, tradução nossa). Essa campanha inclui diversas ações: realização de seminários sobre a relação entre as TIC’s e o trabalho, dias de mobilização, criação de grupos de trabalho, bem como a criação de um site que contém diversas informações, experiências e legislações sobre o tema. Há no site também um espaço para que os trabalhadores possam medir as horas extras que realizam e que não são pagas.

Em 2015, a central realizou um abaixo-assinado “pelo direito à desconexão e à redução da jornada laboral” dos trabalhadores que ela representa, apresentando proposições que foram encaminhadas ao Ministério do Trabalho, do Emprego, da Formação Profissional e do Diálogo. As proposições englobam diferentes aspectos, entre os quais estão a negociação obrigatória sobre a utilização das ferramentas de comunicação, a

revisão da legislação sobre teletrabalho, tendo como foco o controle da jornada de trabalho, a limitação do “*forfait jour*” apenas para os gerentes autônomos. Também recomendam que o trabalho noturno seja realmente excepcional e que a sua realização seja justificada pelo empregador, que o tempo à disposição do empregador seja distinto do tempo de descanso e que o tempo de transporte durante o trabalho seja considerado como tempo de trabalho (UGICT-CGT, 2015).

A Ugict-CGT também denuncia que as alterações no código do trabalho propostas pelo governo, no início de 2016⁶, apesar de fazerem referência ao direito à desconexão, preveem mudanças que afetam a redução da jornada de trabalho para 35 horas. Sobre o direito à desconexão, está proposto que os trabalhadores devem ter direito a desligar seus celulares e outras ferramentas que possibilitam a conexão, quando não estiverem em seu horário de trabalho, a fim de assegurar o respeito em relação aos tempos de repouso e folga. A modalidade e a forma dessa desconexão devem ser negociadas pelas empresas, anualmente, no momento da negociação do acordo “Em Direção de uma Política de Melhora da Qualidade de Vida no Trabalho e da Igualdade Profissional”, mencionado anteriormente. A crítica de algumas das centrais recai não apenas sobre o fato de não haver previsão de uma legislação, dando muito peso à negociação por empresa, como também em razão da sua validade ter início apenas no fim de 2017.

Mais do que isso, as críticas devem-se ao fato de que, nessa proposta de reforma do código do trabalho, há diversas mudanças referentes ao tempo de trabalho que reduzem direitos já conquistados e também ampliam as possibilidades de sua flexibilização (LE MONDE, 2015). Ou seja, ao mesmo tempo que se discutem o direito e o dever à desconexão do trabalho, são criadas novas regras que estimulam a extrapolação dos limites diários e semanais da jornada de trabalho, o uso de horas extras, o fracionamento do tempo de repouso, a ampliação do número de trabalhadores em “*forfait jour*”, a desconsideração das horas de sobreaviso, entre outras proposições que colocam em xeque a redução do tempo de trabalho para as 35 horas. Além disso, ganham poder os acordos por empresa, e perdem espaço as negociações coletivas para legislar sobre diversos temas relacionados ao tempo de trabalho (UGICT-CGT, 2016).

⁶ A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Lei nº 2016-1088, de 8 de agosto de 2016, relativa ao trabalho, à modernização do diálogo social e à segurança do percurso profissional, que trata, em seu artigo nº 55, parágrafo 7º, do “direito à desconexão do trabalho”. Para mais informações ver: <file:///E:/TEXTOS/Legisla%C3%A7%C3%A3o/lei%20Fran%C3%A7a%202017.pdf>

Considerações Conclusivas

A análise realizada neste artigo revela que, cada vez mais, os tempos que devem ser dedicados ao trabalho extrapolam a jornada e o espaço de trabalho, tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo, alterando completamente as vivências fora do local de trabalho, isto é, estabelece-se uma outra forma de relação entre os tempos dentro e fora do local de trabalho pela qual o tempo liberado da jornada laboral já não pode mais ser tomado como sinônimo de tempo livre.

Dificuldade de se desligar do trabalho, sensação de que o tempo livre vem diminuindo, pressão para trabalhar e se qualificar no tempo de não trabalho, preocupação contínua com o trabalho, cansaço resultante do trabalho que impede a realização de outras atividades, necessidade de atingir metas e objetivos em constante ampliação, prazos cada vez mais curtos, conhecimento sobre as mudanças no horário de trabalho com pouca antecedência, aumento da flexibilidade e da intensidade do tempo de trabalho são algumas das percepções dos trabalhadores em relação aos seus tempos de trabalho e de não trabalho, no contexto atual, discutidas neste artigo.

Também no relatório elaborado pela empresa Orange (2012), em sua análise da conjuntura atual, são ressaltados os diversos problemas enfrentados pelos trabalhadores em razão da disponibilidade total ao trabalho e a ininterrupta conexão, a saber: intensificação do trabalho, excesso de conexões profissionais, desequilíbrio entre vida pessoal e profissional, aumento do ritmo de trabalho, do stress, da sobrecarga de informação, solicitação permanente, aceleração, pressão para realizar várias tarefas ao mesmo tempo, entre outros. Há ainda a questão da subordinação, que não pode se estender indefinidamente, pois “o trabalhador subordinado encontra-se adstrito a um determinado horário de trabalho que delimita temporalmente a sua disponibilidade perante o empregador” (MALET, 2011/2012, p. 229). Em síntese, a relação de sujeição entre trabalhador e empregador deve ser temporária e limitada.

Nesse contexto, e não por coincidência, diversos autores têm enfatizado o aumento e a diversificação das formas de sofrimento e das doenças relacionadas ao exercício do trabalho, mesmo que muitas ainda não sejam consideradas doenças profissionais: fadiga generalizada, dores musculares, estresse, ansiedade, angústia, depressão, medo, esgotamento profissional (*burn out*), síndrome do pânico, Lesões por Esforço Repeti-

tivo/Distúrbios Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (LER/DORT), alcoolismo, impotência sexual, problemas cardíacos, entre muitos outros (DEJOURS, 2007; INRS, 2010; SELIGMANN-SILVA, 2011; CARDOSO, 2015).

O direito e o dever à desconexão são tratados por alguns atores sociais como mais uma tentativa de delimitação dos tempos que devem ser dedicados ao trabalho, como uma forma de harmonização entre os diferentes tempos sociais, como a expressão do desejo em relação ao tempo da vida, a vontade de não experimentar pressão o tempo todo, de não sentir culpa por não responder a todas as demandas, a todas as urgências cotidianas. Enfim, uma aspiração ao controle dos tempos sociais.

Infelizmente, podemos dizer que não se trata mais de uma luta pela redução da jornada laboral, mas uma resistência ao aumento dos tempos dedicados ao trabalho, um aumento que tem-se dado, na maior parte das vezes, de forma velada, mascarada, não explícita. Um aumento que se dá pelo medo – medo do processo de avaliação, medo do desemprego. Esse tempo maior de trabalho, muitas vezes, não é contabilizado, remunerado ou compensado. Aproveita-se da nova cultura da conexão total, para naturalizar a crescente disponibilidade ao trabalho.

Um aumento dos tempos dedicados ao trabalho não deve ser atribuído ao crescente uso das TIC's, ou seja, as novas tecnologias não podem ser tomadas como a fonte desse aumento. Elas são instrumentos, ferramentas que podem ser utilizadas de diversas maneiras com diferentes objetivos: libertar ou aprisionar, liberar ou pressionar. Por isso mesmo serão sempre muito limitadas às ações que têm como único foco a própria tecnologia. Claro que os acordos e experiências que vimos, que têm o objetivo de limitar os usos das TIC's, são muito importantes, seja pela sua implicação real, seja, sobretudo, pelo seu efeito de desnaturalizar a disponibilidade crescente ao trabalho, desnaturalizar a prática de deixar o trabalho invadir o tempo de não trabalho, prática que deve ser questionada pela via do debate e da reflexão.

Todavia, essas ações são ainda muito limitadas, pois estão direcionadas às consequências. Logo, eis a pergunta que devemos fazer: por que os trabalhadores estão trabalhando mais? Por que estão usando seu tempo livre para realizar atividades ainda relacionadas ao trabalho, para se qualificar, para planejar o trabalho, para pensar no trabalho? De onde vem a demanda, de onde vem a pressão? Afinal, sabemos que, de uma forma geral, os sujeitos não trabalham no tempo livre por opção. A resposta é

evidente: os trabalhadores estão expostos a uma carga de trabalho cada vez maior, tanto física, como mental e emocional (FERNEX, 1998; DAL ROSSO, 2008; GOLLAC, BODIER, 2011). Mas de onde vem essa pressão e essa demanda pelo aumento da carga de trabalho? A causa também é evidente: trata-se da busca incansável do capital em reduzir seus gastos, em aumentar seus lucros.

Logo, se realmente a sociedade quer resolver os problemas vivenciados e relatados pelos trabalhadores, é necessário chegar às suas causas diretas e indiretas e não apenas às suas consequências. É necessário questionar o trabalho, seus objetivos, suas condições, suas formas de organização, suas relações, seus ambientes, e não apenas suas ferramentas e instrumentos. Por isso mesmo, somar à tradicional medida de horas de trabalho a de carga de trabalho é muito importante, dado que, como vimos, a primeira já não consegue mais dar conta de todo o desgaste sofrido pelo trabalhador. Essas se somam, mas não se substituem, é importante ressaltar. E os indicadores já elaborados pelo *College d'Expertise* sobre os “Riscos Psicossociais no Trabalho” ou discutidos pela OIT (SAUTER, 1998) dão conta, exatamente, de “medir” as diferentes cargas físicas, mentais e emocionais do trabalho.

Isso porque, se tomarmos um indicador limitado de carga de trabalho, corremos o risco de não resolver o problema da demanda por “mais trabalho” (DAL ROSSO, 2008). Corremos o risco de, simplesmente, ver a variável “tempo de trabalho” ser descartada. Corremos o risco de ver o direito e o dever à desconexão ficar no discurso, restringir-se às ferramentas, transformar-se em mais um produto, uma mercadoria; compramos a possibilidade de nos conectar em qualquer tempo e espaço e, depois, compramos a possibilidade de nos desconectar.

Assim, com este artigo, minha intenção foi contribuir para a explicitação do tempo como uma construção social e, portanto, como resultado das correlações de forças presentes na sociedade, em determinado momento histórico. Isso nos faz pensar a sociedade, suas instituições, seus problemas como algo passível de mudanças, de intervenção, de reconstrução, seja no momento presente ou futuro e sob formas e com cursos diferentes. Trazer análises e informações sobre as relações que se estabelecem, no contexto atual, entre os tempos de trabalho e de não trabalho, visa produzir novos conhecimentos que podem servir como insumos aos diferentes atores sociais que desejam discutir o tempo, o trabalho e o tempo de trabalho.

Referências

- ALMEIDA A. E.; SEVERO, V. S. *Direito à desconexão nas relações sociais de trabalho*. São Paulo: LTr, 2014.
- CENTRE DE RECHERCHE POUR L'ÉTUDE ET L'OBSERVATION DES CONDITIONS DE VIE – CREDOC. *La diffusion des technologies de l'information et de la communication dans la société française*. Paris: Credoc, 2013. 288 p.
- ALMEIDA A. E.; SEVERO, V. S. *Direito à desconexão nas relações sociais de trabalho*. São Paulo: LTr, 2014.
- CANETTI, E. *Massa e poder*. São Paulo: Schwarcz, 1995.
- CARDOSO, A. C. M. O trabalho como determinante do processo saúde-doença. *Tempo Social*, Jun 2015, vol.27, n.1, p.73-93.
- CARDOSO, A. C. M. Organização e intensificação do tempo de trabalho. *Sociedade e Estado*, ago 2013, vol.28, n.2, p.351-374.
- CARDOSO, A. C. M. (2009) *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho: disputas em torno da jornada do trabalhador*. São Paulo: Annablume.
- CARDOSO, A.C.M; CALVETE, C.; FIGUEIREDO, A. Argumentos para a discussão da redução da jornada de trabalho no Brasil sem redução do salário. *Nota Técnica*, n. 66, abril 2008, 8 p.
- Centre d'Études de l'Emploi – CEE. *Contraintes de temps dans le travail et risques pour la santé en Europe*. n. 47, septembre, 2001.
- DEJOURS, C. *Conjurer la violence: travail, violence et santé*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 2007.
- DAL ROSSO, S.; CARDOSO, A.C.M. Intensidade do trabalho: questões conceituais e metodológicas. *Sociedade e Estado*, dez 2015, vol.30, n.3, p.631-650.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DIRECTION DE L'ANIMATION DE LA RECHERCHE, DES ÉTUDES ET DES STATISTIQUES – DARES. *Les salariés au forfait annuel en jours: une durée du travail et une rémunération plus importantes*. Analyses, n. 48, juillet 2015, 8p.
- ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- ESTÊVÃO, M. A. subordinação como elemento do contrato de trabalho. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, v. 106/107, jan./dez. 2011/2012, p. 217 – 245.

FREYSSENET, M. Quelques pistes nouvelles de conceptualisation du travail. *Sociologie du Travail*, [Paris], 1994, p. 105-122.

FERNEX, A. “Intensité du travail, définition, mesure, évolutions: premiers repérages”. *Etudes et Recherche*, l’ISERES, n. 169, février, Paris, 1998.

FONDATION EUROPEENNE POUR L’AMELIORATION DES CONDITIONS DE VIE ET DE TRAVAIL – EUROFOUND. *Primeiras conclusões: Sexto inquérito europeu sobre as condições de trabalho*. Luxembourg, 2015, 8 p.

FONDATION EUROPEENNE POUR L’AMELIORATION DES CONDITIONS DE VIE ET DE TRAVAIL – EUROFOUND. *Evolução ao longo do tempo: primeiras conclusões do quinto Inquérito Europeu sobre as Condições de Trabalho*. Luxembourg, 2011, 8 p.

GOLLAC, M. ; BODIER, M. Mesurer les facteurs psychosociaux de risque au travail pour les maîtriser. *Rapport du Collège d’expertise sur le suivi des risques psychosociaux au travail*. Paris, 2011, 223p.

GROSSIN, W. *Pour une science des temps: introduction à l’écologie temporelle*. Nancy: Octares, 1991.

HAVAS MEDIA. Unplugget : *La France des déconnectés*. 2012. Disponível em: <http://fr.slideshare.net/HAVASMEDIAFRANCE/unplugged-la-france-des-dconnects>. Acesso em: 02 abr. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009*, primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2012, 58p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. Trabalho e tempo livre. *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*, 21 de março de 2012.

INSTITUT NATIONAL DE RECHERCHE ET DE SECURITE - INRS. *Le Stress au travail*. Dossier. Paris, 2010. 22p.

LE MONDE. *Travail, vers un droit à la déconnexion*. 2015 Disponível em: http://www.lemonde.fr/politique/article/2015/09/15/travail-vers-un-droit-a-la-deconnexion_4757836_823448.html. Acesso em: 28 fev. 2016.

MISPELBLOM, F. B. Où commence, où s’arrête, le temps de travail. In: *Temps, statut et conditions du travail*. Bologna: Franco Angeli, 1999. Speciale VII Journées de Sociologie du Travail.

METTLING, B. *Transformation numérique et vie au travail*. Rapport Ministre du Travail, de l’Emploi, de la Formation Professionnelle et du Dialogue Social, setembro 2015, 69 p.

OBSERVATOIRE DU TÉLÉTRAVAIL ET DE L’ERGOSTRESSIE - Obergo. *4ème enquête sur les impacts du télétravail*, juin 2015. 7p. Disponível em: <http://gps.teletravail.free.fr/Publications2016/2015-05-25%20Synthese-enqu%EAte-Teletravail-OBERGO%202015.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2016.

OLIVA-AUGUSTO, M. H. O moderno e o contemporâneo: reflexões sobre os conceitos de indivíduo, tempo e morte. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 6, n. 1. p. 105-119, 1994. (editado em 1995).

ORANGE, *Le Collectif Orange*. 2012. Disponível em: <http://lecollectif.orange.fr>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SAUTER, S. L. et al. Factores Psicosociales y de Organización. In: Organización Internacional Del Trabajo - OIT. *Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo*, Ginebra: OIT, 1998.

SELIGMANN-SILVA, E. *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, M. C.T. Sobreaviso e o direito à desconexão. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVIII, n. 140, set 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/%3C?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16364&revista_caderno=25>. Acesso em 02 abr. 2016.

SOUTO MAIOR, J. L. Do direito à desconexão do trabalho. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15 Região*. Campinas, n° 23, 2003. Disponível em: http://trt15.gov.br/escola_da_magistratura/Rev23Art17.pdf. Acesso em: 15 mar. 2016.

THOMPSON, E. P. Time, work-discipline, and Industrial Capitalism. *Past & Present: a journal of historical studies*. Oxford, n. 38, dec. 1967.

UNION GÉNÉRALE DES INGÉNIEURS, CADRES, TECHNICIENS – CONFÉDÉRATION GÉNÉRALE DU TRAVAIL - UGICT-CGT. Campagne droit à la déconnexion. *Cadres Infos*, n. 713, dec. 2014 7p. Disponível em: <file:///C:/Users/MM%20Asus/Downloads/CI%20713.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.

UNION GÉNÉRALE DES INGÉNIEURS, CADRES, TECHNICIENS – CONFÉDÉRATION GÉNÉRALE DU TRAVAIL - UGICT-CGT. *Propositions pour garantir la réduction du temps de travail et la santé a l'heure du numérique*. Nov. 2015. Disponível em: <http://ugict.cgt.fr/deconnexion/lugict-cgt-adresse-a-la-ministre-du-travail-ses-propositions-pour-garantir-la-reduction-du-temps-de-travail-et-la-sante-a-lheure-du-numerique/> Acesso em: 20 mar. 2016.

UNION GÉNÉRALE DES INGÉNIEURS, CADRES, TECHNICIENS – CONFÉDÉRATION GÉNÉRALE DU TRAVAIL - UGICT-CGT. *El Khomri paqquer vos droits au Karcher*, fev. 2016. Disponível em: <http://ugict.cgt.fr/deconnexion/laissezrez-vous-el-khomri-passer-vos-droits-au-karcher/> Acesso em: 20 mar. 2016.

ZARIFIAN, P. La notion de temps libre et les rapports sociaux de sexe dans le débat sur la réduction du temps de travail. In: HIRATA, H.; SENOTIER, D. *Femmes et partage du temps du travail*. Paris: Syros, 1996.

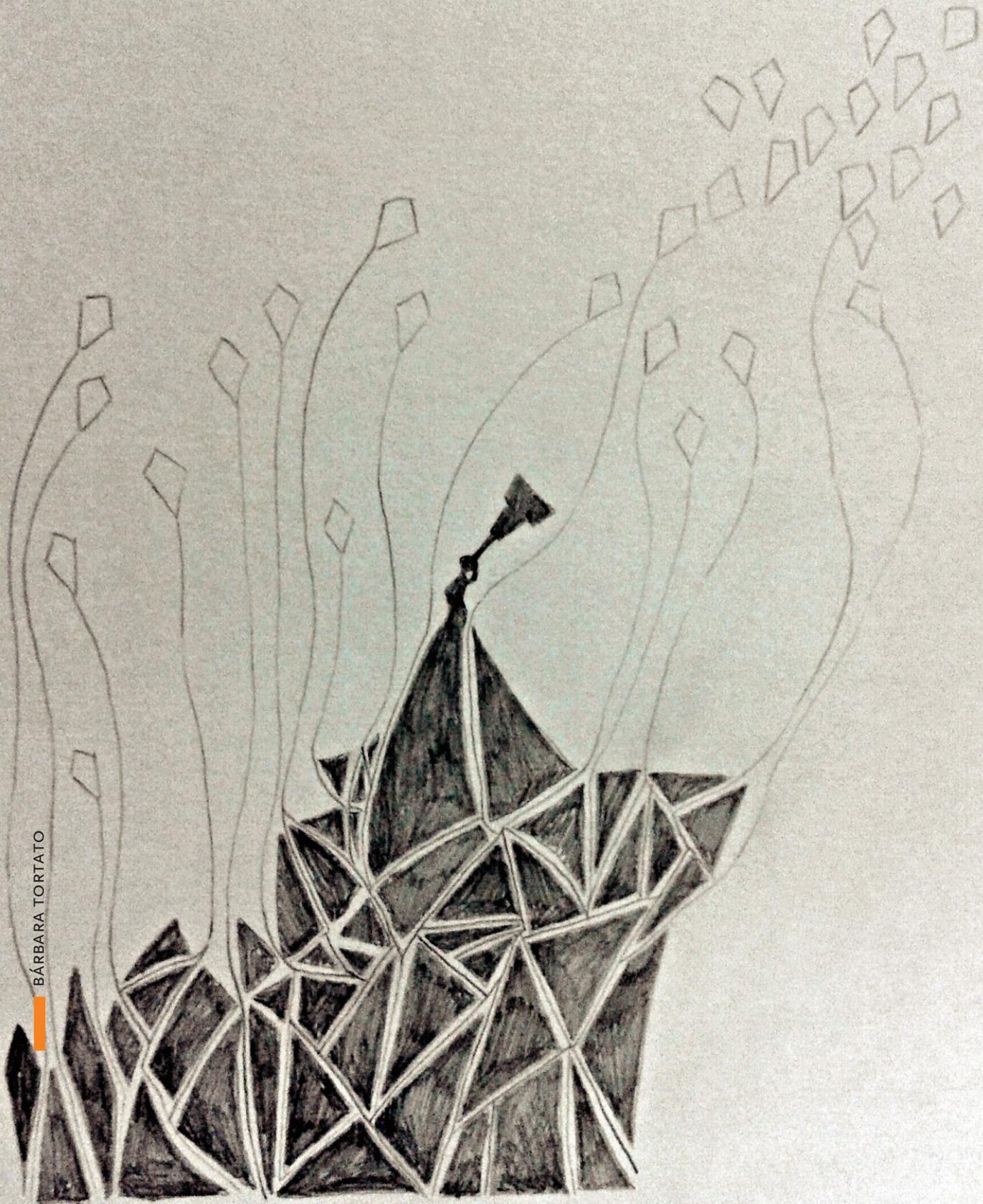
TIME AND SPACE



II
TEMPO E
ESPAÇO



BÁRBARA TORTATO



DOMÍNIO DO ESPAÇO. TEMOR DO TEMPO.

O que desejar dos arquitetos dos próximos dias?

ADRIANO MATTOS CORRÊA*

RESUMO Mapear e dominar o espaço são estratégias que empreendemos para encobrir o nosso temor e incapacidade de projetar o tempo. Práticas construtivas referenciadas na dimensão-temporal poderiam nos anunciar outras e diferentes dobras nos modos de ocupação e relação com o nosso território-comum. Em um contexto territorial dominado por ordem uniformizante, higiênica e policiada, a possibilidade de experimentar uma comunidade que inclui a diferença pressupõe hospedar o outro, compartilhar e investigar outros modos para a formação e a prática de um homem-arquiteto. Uma “arquitetura informe” anuncia relações compartilhadas por sujeitos nomeados, habitantes de contextos singulares dispostos a experimentar de modo cúmplice, nas frestas do campo maior do domínio do arquitetural, outros modos de se viver e edificar as nossas mediações espaciais.

PALAVRAS-CHAVE Espaço-tempo. Experiência. Território-comum.

THE DOMAIN OF *SPACE*. THE FEAR OF *TIME*.

What should we want from the *architects* in the coming days?

ABSTRACT Map and dominate the *space* are yours strategies to cover up our fear and inability to project the *time*. Constructive practices referenced in the *time-dimension* could announce other and different folds in the modes of occupation and relationship with our *common-ground*. In a territorial context dominated by an order based on a uniform management, hygienic and policed, the possibility to experience a *community* that includes the *difference* assumes: host know each other, share and investigate other methods for training and practice of an architect. A *formless architecture* announces relationships shared by guys named, inhabitants of natural contexts willing to experiment so accomplice, in the cracks of *the biggest* architectural domain, other modes of living and build our *space mediations*.

KEYWORDS Time-dimension. Experience. Common-ground.

* Mestre em Letras pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Arquitetura e Urbanismo NPGAU - Universidade de Minas Gerais. Professor de projetos da EA|UFMG. E-mail: adrianoarquiteto@yahoo.com.br

*urbem fecisti quod
prius orbis erat*

disse sobre Roma o poeta Rutilus Numatianus - século V
“fizeste uma cidade do que antes era o mundo”

Nossa formação ocidental nos fez hábeis em esquadrihar o território para assim dominá-lo espacialmente. “Projetar” para nós é um ato propositivo por um ordenamento estratégico imposto sobre o espaço abordado, por nós medido, demarcado e, então, nomeado.

Antes conhecer, com todo o aparato técnico disponível, para depois projetar nosso domínio sobre o território conquistado. Intuito de quem quer domar, dominar e submeter o espaço ao que normalizamos como o “conhecido”.

Se por um lado nós nos fizemos preparados para o “domínio espacial do território”, por outro, lidar com esse mesmo território pelo viés temporal nos é caro. Deparamos com um desconhecer, um devir impossível de ser mapeado, algo imprevisível para o qual não julgamos haver ferramentas de medidas disponíveis confiáveis. Apavora!

E como não fomos formados para aprender a escutar, aprender sobre o silêncio perante o outro que desconhecemos, nós atacamos. E o projeto pré-concebido para tal encontro com a diferença é o de acertar em cheio o alvo mirado. E para esse instante que está por acontecer é que aperfeiçoamos continuamente a nossa máquina de cooperação e desenvolvemos nossas estratégias, sem duvidar do nosso poder de fogo. Fomos e continuamos sendo talhados para dominar o espaço e ignorar o tempo.

A zona de conforto ocidental baseia-se no poder e na instauração de um espaço mapeado e controlado por nós. E o drama que nos atormenta e desestabiliza nossa confiança e certeza é a imprevisibilidade da dimensão temporal. Ignoramos o tempo, e nossa cegueira compromete nossas relações com o planeta.

Registros introdutórios

O arquiteto. O tático e o estratégico. O território e a região.

Este é um especial momento para refletir acerca das práticas daqueles que pretendem arquitetar o nosso território comum. Não a prática de uma arquitetura pautada pela identidade disciplinar tradicional, regulada por identidades de classe ou conselhos profissionais, mas refletir criticamente acerca do fazer de homens-arquitetos que se propõem a construir o dia a dia das nossas convivências cotidianas, formas diversas de vivermos que ocorrem simultâneas sobre essa mesma única espessura territorial que todos nós compartilhamos. Urge a necessidade de desdobrar outros modos para a relação do homem com o meio ambiente natural e construído que procuramos habitar. O homem tem promovido ações construtivas e destrutivas comprometedoras para as relações diversas da vida existente no planeta.

Em diversas publicações, em distintos encontros para promover reflexão sobre as cidades e a arquitetura que se produz contemporaneamente no mundo civilizado – na trienal de Lisboa de 2013, intitulada *Close, Closer*, e com a chamada: “O que mais a arquitetura pode fazer?” – , alardeou-se o pensamento de que podemos entender [...] “a arquitetura não apenas como um objeto e uma ideia a ser mediada, mas como um ato de mediação em si mesmo;” – e dessa proposição se desdobrava: [...] “se você quer ser arquiteto e quer transformar o mundo, não empilhe nenhum tijolo nem construa mais nenhum edifício.” Muito se tem refletido e discutido sobre qual o perfil e o papel desejado e necessário ao arquiteto contemporâneo.

Há na concepção de um espaço arquitetado e no entendimento de uma concepção para o propósito de um projeto, uma variante fundamental, imensamente ignorada, mas fundamental para se pensar e produzir as relações que se dão sobre tal dimensão territorial, que é o tempo.

Se considerarmos que o território é finito e que está por demais saturado pelo excesso de intervenções humanas, por toda a tralha que o homem tem construído e destruído durante sua pequena existência sobre o planeta, cabe aos arquitetos dos próximos dias tentar refletir e deslocar o motivo e a prática da produção dos espaços e objetos que imaginamos serem necessários para intermediar o convívio humano. Em

um tempo no qual o consumo excessivo de bens parece ser o norteador das bases para o nosso desenvolvimento pessoal, social e econômico, é óbvia a urgência em refletir sobre esse modelo de sociedade. O pensador contemporâneo da cultura e do design, o tcheco Vilém Flusser, já nos alertou para a reveladora origem do termo objeto: do latim *ob-iectum* – obstáculo – e do grego *problema*. E ele ainda conjectura que qualquer que seja o objeto ou arquitetura que edificamos hoje sobre a superfície do planeta, será ele amanhã um obstáculo a ser superado pelas próximas gerações.

É por todos esses argumentos (e outros tantos por costurar) que este ensaio propõe que voltemos o nosso interesse para a outra dimensão que compõe o diagrama territorial: o tempo. Podemos imaginar juntos que a dimensão temporal possa iluminar outros modos de continuar arquitetando as nossas relações espaciais como parte original desta nossa mesma vida comum e compartilhada.

E quem são eles, ou quem serão os arquitetos convocados para desenhar os nossos próximos dias? Se é que nós temos condições de imaginar e nomeá-los.

Poderemos nos imaginar sujeitos capazes de uma “exigência de atualidade” em relação ao presente e que, no mesmo momento que apreendem o tempo do agora, tornam-se aptos a experimentar e promover uma abertura para a vivência espacial e cotidiana do presente (com o desenvolvimento de uma capacidade de apreender com a experiência vivida)? Serão esses arquitetos hábeis em promover uma proximidade temporal para assim atuar sobre nossa realidade? Que dimensão temporal será essa? É da ordem do mensurável? Podemos projetá-la assim como fazem os arquitetos, que dimensionam, projetam e desenham os seus edifícios e cidades?

A filosofia ocidental desde sempre tem especulado sobre essas relações espaço-temporais. Mas o que fazer quando a realidade do vivido, quando o turbilhão dos fatos cotidianos nos oprime, nos cega a todos perante a urgência em existir e compartilhar este mesmo e único planeta? O que fazer quando nem os modelos científicos nem os princípios do divino já não se demonstram razoáveis para sugerir caminhos para a nossa coexistência?

O modo excessivo como temos consumido e construído compulsivamente o nosso território de relações tem-se mostrado cada vez mais distante de um pensamento acerca do porquê de estarmos explorando de tal modo o meio ambiente e da finalidade de termos edificado tanto. Nós, pretensos arquitetos contemporâneos, ainda estamos

distantes de um pensamento capaz de abordar criticamente e promover a construção de argumentos capazes de produzir uma reflexão inerente aos nossos fazeres. A perversidade de um modelo sustentado pelo consumismo e pela ganância do capital tem silenciado e atrofiado a nossa capacidade crítica.

Mesmo que seja razoável o argumento filosófico acerca de Dédalo, que foi, segundo MCewen, o nome do arquiteto referência original para a nossa cultura helênica, considerado antecessor ao filósofo Sócrates e, assim, o postulante encarnado do pressuposto de que a arquitetura e a cidade precedem a filosofia: “[...] when the artifice has become a theoria, a spectacle, that the clever invention can reveal the divine cosmic order” (MCEWEN, 1994, p. 52), creio que uma abordagem via pensamento e crítica filosófica pode ser um caminho por uma referência mais relacionada ao temporal e, portanto, menos material, para engendrarmos articulações outras possíveis ao desenho do espaço constituído para o nosso convívio comum. E no pensamento filosófico poderá ser criada a possibilidade de uma abordagem capaz de superar a produção contemporânea de uma crítica hegemônica, que não conversa e não dá chances para as contraposições – certa crítica surda, parcial e que não suporta as diferenças.

O temporal nos remete a uma dimensão menor, menos abarcadora e totalizante perante a dimensão imensa do espacial, mais próximo da vida e mais próximo das mãos do sujeito que, acuado pelo desconhecimento pessoal cada vez maior do que seja um espaço palpável e possível de relações diversas, anula-se e deixa de experimentar e propor outras espacialidades para a sua existência. Espero que sejamos capazes de desenvolver melhor essa intuição ao longo deste e de outros muitos ensaios.

Acerca da organização atual das cidades, há o surgimento de um interesse por regiões e regionalismos, principalmente por parte daqueles aos quais o professor Edward Soja nomeia geógrafos urbanos.

Não só as questões espaciais urbanas com foco no mapeamento do todo e do complexo em que se transformaram as cidades atuais tem pautado o entendimento da configuração territorial engendrada pelos urbanistas. Um renovado interesse por um “novo regionalismo” tem permeado o entendimento da configuração territorial. Citado por Soja, a expressão “novo regionalismo”, cunhada do vocabulário de Michael Storper e desenvolvida no seu trabalho “The Regional World” (1997), é a força motriz por trás da engrenagem de uma nova e outra economia urbana que se anuncia. Nessa configu-

ração, o autor “concebe regiões como comparáveis a mercados, estados e ao parentesco, como estruturas organizacionais fundamentais da sociedade humana”. Essas relações sociais, culturais, políticas e econômicas se dão em um espaço conquistado por esses vizinhos. E que são por eles mesmos, esses habitantes da vizinhança do lugar, o meio onde se produzem outras relações urbanas, alimentadas por um constante processo de configurações sucessivas, relações que se constituem muito mais dependentes de uma hábil articulação do tempo do que de projetos arquitetônicos-constructivos-espaciais.

Mesmo que aprofundemos nossa investigação via conceito espacial de território, como sendo o nosso horizonte de referência, veremos que a cada novo tempo esse mesmo território é susceptível aos diferentes discursos ali produzidos ao longo da sua ocupação como tal. A cada “outro tempo” lhe é dado um “outro nome”. O território é assim feito de significados diversos. O que caracteriza especificamente cada território é a sua extensão, é a sua espessura e, particularmente, é a sua perpétua metamorfose. Ou seja: é sempre um texto novo, que a sucessão e o passar do tempo modifica, o que se faz impresso continuamente e de modo sobreposto sobre tal extensão, superfície e espessura singular de cada um dos diversos territórios por nós habitados.

Para o historiador de Genebra André Corboz, em ensaio publicado na edição da Universidade de Coimbra, intitulado “Conimbriga – Architectura e Memória”, “cada território é único, daí a necessidade de ‘reciclar’, de raspar mais uma vez (mas com o maior cuidado possível) o velho texto que os homens escreveram sobre o insubstituível material dos solos, a fim de depositar um novo que responda às necessidades de hoje, antes de ser por sua vez revogado” (PROVIDÊNCIA, 2015, p. 34).

O território, assim vislumbrado por Corboz, depende do dinamismo dos fenômenos de formação e produção contínua do seu significado. Depende do tempo. Portanto, o território é um porvir. Há aí uma necessidade de uma relação coletiva vivida, entre uma superfície topográfica e todas as diversas relações estabelecidas nas suas dobras, o que nos permite intuir que não há território sem imaginário do território. Todavia, mais do que um mapeamento estratégico espacial dessa paisagem, importa os desdobramentos temporais das relações constituídas sobre essa espessura. Mais uma vez, dependemos de uma hábil articulação e entendimento do tempo para nos aproximarmos do caráter singular capaz de nomear especialmente cada um dos territórios abordados por nós.

Articular habilmente o tempo requer uma destreza tática muito maior do que um domínio estratégico. Na definição que Michel de Certeau na sua *História do Cotidiano* elabora acerca do “tático”, em contraposição ao “estratégico”, podemos inferir que a tática não tem por lugar senão o outro – joga com o terreno que lhe é imposto, tal como se revela a força de um atrator estranho; ela opera golpe por golpe, lance por lance; aproveita das ocasiões e delas depende; usa das falhas que se vão abrindo na vigilância do proprietário; cria surpresas; consegue estar onde ninguém espera; anuncia a necessidade de uma hábil utilização do tempo, ao contrário do estratégico, que depende do domínio de um aparelho proprietário e da capacidade técnica de mapear esquadrinhando e medindo espacialmente o território.

Fazer parte desse jogo, da arquitetura desse “outro tempo”, que não o meu tempo e não dependente apenas de mim – que por princípio deve permanecer aberto à interferência de qualquer outro – exige muita presença tática do jogador, muita disposição à experimentação, ao incerto de travessias perigosas por territórios desde antes desconhecidos. É preciso manter as portas abertas, ter a casa sempre disponível para hospedar qualquer que seja esse “outro” que se arrisque e adentre o campo de jogo do território que nos é comum.

Manobrar e ter o domínio espacial desse barco me parece inviável e deveras impossível. É bom ter os ouvidos bem abertos, pois a principal habilidade requerida aos arquitetos dos próximos dias é, a exemplo do sábio do Pireu, o Fenício construtor dos navios com as quilhas mais precisas de toda a Grécia, como descrito por Paul Valéry no seu *Eupalinos ou o Arquiteto*: [...] “às vezes, dizia, o vento está a favor; outras vezes, está contra, o essencial é navegar corretamente.” [...] “dotado do mais aguçado e profundo ouvido jamais dado a um crânio possuir, tudo quanto penetrava naqueles labirintos emaranhados transformava-se na presa de um monstro singularmente ávido.” (VALÉRY, 1996, p. 149-151). E assim, ouvindo o mar, as marés, os ventos, as tempestades, ouvindo os peixes tal como o marinheiro aprendeu a navegar, a correr riscos e então projetar e construir os navios para travessias inventadas.

Argumento:

O projeto e o projétil. A presença. A experiência e a imprecisão. A narrativa.

Elaborar um pensamento capaz de propor uma ação temporal é como se dispor a navegar. Tenho comigo um barco, instrumental disponível, alguma experiência, mas tudo depende do dia e do mar. É sempre da ordem de uma nova experiência. Minha ação depende desse outro (ou outros) que eu não domino. Exige a minha proximidade, a minha presença, os meus sentidos atentos, a minha intuição, a minha disposição em me abrir e experimentar o outro. E o “outro”, na condição de um outro mesmo, traz consigo um grau de desconhecido. E por mais que eu já tenha experimentado navegar, sempre há o risco de eu ser surpreendido. Por mais que eu elabore o traçado e projete todas as imagináveis variantes da minha aventura, há sempre comigo a lógica do pior, do azar, assuntando o meu empreendimento. Por mais que eu mapeie, que esquadrihe o território previamente escolhido e delimitado para minha aventura, por mais que eu detenha e domine todos os instrumentos disponíveis para minha orientação, cada vez ou cada dia é uma outra vez ou outro dia. Depende do tempo. Depende dessa dimensão que eu não controlo.

Talvez, em uma suposta tentativa de superar ou enganar o que há de imprevisível, em seja lá qual for a nossa empreitada, depositamos na figura do arquiteto, ou naquele que projeta hoje o que pretendemos para o amanhã, o ideal de um pensamento perspectivo capaz de dominar as incertezas do caminho até o nosso objetivo. Ou mesmo de garantir o desenho e a permanência resistente ao tempo daquilo que assim fora planejado e configurado para tal.

Historicamente, é a partir do século XV que a figura do arquiteto adquire o status de um profissional oficial que define e tem o poder de determinar o desenho de um edifício a ser construído. É então que, diante do papel em branco, esse sujeito nomeado vai conceber um projeto e vai desenhar com precisão o que deve ser executado por todos os outros profissionais necessários para viabilizar a sua concepção original. Mais do que isso, o arquiteto preconizava a garantia da autoria da obra, projetando a permanência do edifício de acordo com o documento do desenho que se fazia como um objeto de registro da sua criação.

A palavra projeto, que para nós significa, de modo corrente, um plano para a realização de uma ação, vem do latim *projectu* (lançado), participio passado de *projicere* (lançar para diante). Um projétil que pretende acertar um alvo previamente determinado. Ou mesmo o verbo projetar, que no latim é *proiectare* e que significa arrojear, lançar, dirigir adiante, ou em distância. Usamos também a palavra projeto para definir o desenho desenvolvido para a execução de uma determinada obra. É o que apresentamos como a representação gráfica ou escrita que demonstra o resultado vislumbrado e determinado para a construção de um edifício. Um desígnio, um traçado prévio, uma empreitada, um empreendimento. Em dicionários de português, é comum ver a palavra projetar como sinônimo de arquitetar ou também sinônimo de desenhar e ainda de planejar ou programar.

A nossa fé no poder do projeto, muitas vezes se ilude no ideal da possibilidade de prever e prescrever de antemão todas as variáveis de um problema, que poderia se resolver com o compartilhamento do conhecimento de todos aqueles que estão envolvidos. Pautados por essa ilusão, tentamos programar com precisão as ações necessárias para abordar determinada situação e tendemos a tratar o problema de modo distanciado e com a autoridade de quem ignora o próprio instante da construção e dos saberes daqueles que integram o processo. Agindo assim, acabamos por separar as habilidades intelectuais da prática e do saber corporal, que também deveriam ser igualmente considerados e necessários para a solução das situações e dos problemas enfrentados para a construção de um determinado objetivo.

Procuramos, então, desenvolver ferramentas e aparelhos cada vez mais capazes de substituir, com ainda mais precisão e distanciamento, o trabalho e a sensibilidade circunstancial do homem, afastando-nos do mundo tangível dos materiais e do tempo vivido durante a feitura de um propósito, o que de certa forma nos acomoda e nos conforta em uma zona de segurança produzida e controlada por essa distância estratégica. A fé na perfeição dos instrumentos que projetamos para isso nos faz, muitas vezes, apenas funcionários repetitivos a serviço desse ferramental. Para Sennett, a “utilização de ferramentas imperfeitas ou incompletas leva a imaginação a desenvolver essas capacidades necessárias para reparar e improvisar” (SENNETT, 2009, p. 21). São as nossas habilidades intelectuais associadas às nossas habilidades manuais que podem fazer do homem-arquiteto um artífice capaz de inventar e experimentar soluções construtivas novas e outras perante as possibilidades tecnológicas e materiais das quais dispomos no instante da nossa aventura propositiva.

E fazendo-nos funcionários dos aparelhos aos quais nos submetemos é que deparamos com práticas organizadas de forma restrita, centradas apenas no treinamento para alcançar determinado fim e pautadas pelo ideal de constituir uma “prática especializada”, na qual o maior objetivo é que o homem acabe por apenas atingir uma meta pré-fixada sem a possibilidade de experimentar o aquém ou o além. O uso de ferramentas ou de tecnologias mal empregadas nesse sentido – que apenas redundam e se repetem na abordagem dos problemas – faz do homem apenas um funcionário dos aparelhos que ele manipula. A especulação filosófica de Vilém Flusser acerca da máquina fotográfica em *Filosofia da Caixa Preta* é um exemplo ampliado de algumas das relações funcionais a que estamos sujeitos. Richard Sennett desenvolve um capítulo inteiro, apresentando como exemplo dessa má utilização o que ocorre no CAD (*design computer-assisted*), programa de informática usado por engenheiros e arquitetos para conceber, projetar e desenhar as suas proposições.

Por outro lado, poderíamos imaginar que o projeto poderia não servir apenas como uma maneira de organizar e propor a concepção e a formalização de um pensamento ou que ele não direcionasse a prática de forma linear, unidimensional ou mesmo unidirecional. Que o projeto não se contentasse apenas com o intuito de conceber um objeto ou uma forma dominada. Algo assim como a escrita, que na suposição de Flusser: “não é apenas um gesto reflexivo, que se volta para o interior, é também um gesto (político) expressivo, que se volta para o exterior” (FLUSSER, 2002, p. 21). O projeto (projétil) poderia ser uma experiência que pretende ir ao encontro do outro, a fim de compartilhar experiências com esse outro, de ouvi-lo e incluir o seu saber no processo de concepção, seja esse outro um sujeito, um objeto ou um território por habitar.

Para aprofundarmos o entendimento entre essas relações, outro ponto importante que podemos relacionar com o pensamento de Flusser é a diferença que o autor faz entre “acontecimento” e “ocorrência”, ou entre “acontecer” e “ocorrer”: “para que algo possa acontecer, tem de ser percebido e compreendido por alguma consciência como acontecimento (processo)” (FLUSSER, 2002, p. 22). Consideramos aqui que “ocorrer” se dá de forma intuitiva como uma experiência pessoal, que se manifesta por meio do nosso encontro com uma realidade específica do mundo que habitamos, de modo independente do espaço demarcado ou do tempo cronológico numerado e medido por nós, enquanto que o “acontecimento” está marcado e é narrado como

uma realidade entendida no tempo e no espaço, portanto consciente e possível de ser ordenado como parte de uma linha histórica.

A nossa concepção de projeto se associa muito mais ao conceito de “acontecimento”, assim como o proposto por Flusser, do que ao de “ocorrência”. Para o desdobramento e a concepção de um projeto, precisamos ordenar linearmente os acontecimentos que irão servir de lastro para ordenar nosso pensamento perspectivado, para que possamos empreender uma ação direcionada ao que está adiante em uma linha imaginada, supostamente dominada e demarcada do tempo, o que seria o oposto à noção de ocorrência desdobrada por Flusser, que diz de um eis-ai, que, ao mesmo tempo que está, já se foi: não nos permitindo capturá-la, a não ser talvez no instante do lançamento. Essa noção é bem diferente da noção que nós produzimos acerca do nosso ideal de projeto.

Por outro lado, poderíamos contrapor o pensamento desenvolvido sobre o significado do projeto, com o sentido e as possibilidades de experimentação que se encontram implicadas no conteúdo da palavra invenção. O projeto talvez esteja mais relacionado a acontecimento, assim como a invenção tem mais a ver com ocorrência. A invenção se faria em saltos enquanto o projeto carece se submeter linearmente à doutrina imposta pelos acontecimentos históricos. Não que fosse desnecessário o conhecimento crítico produzido com o pensamento próprio à linearidade histórica, mas para a invenção se faz imprescindível um deslocamento, ou mesmo um rompimento com o pilar constituído pela continuidade histórica.

A invenção carece de algo mais traumático, um preciso cisalhamento sobre o território conhecido, enquanto que o projeto apenas nos dispõe ao vertiginoso, mantendo-nos, porém, presos a uma corda que nos atrela a territórios nomeados e por nós previamente dominados por nós.

Se apostássemos na invenção, no risco daquilo que não medimos de antemão, se entregássemos a nossa pretensa obra aos dizeres não ditos do tempo do porvir, talvez nos conectássemos de forma mais compromissada com a lógica de relações e existência do planeta. O tempo de experiência e da ocupação da obra passaria a fazer parte do processo de concepção e construção do edifício ou do território. Assim poderíamos imaginar uma arquitetura flexível e interativa, comprometida com a dinâmica da vida cotidiana das pessoas que se proponham a habitar seus espaços sugeridos, uma proposta possível de se adaptar à natureza imprevisível e mutável das necessidades dos cidadãos no

cenário da vida nas cidades que aqui estão e que não mais se sustentam por princípios ordenadores e pré-estabelecidos por um planejamento autoritário, que pulsam além dos seus muros definidores de seus limites e ordem, como constatou o imperador romano Adriano em suas memórias, na narrativa ficcional produzida por Marguerite Yourcenar em *Memórias de Adriano*: “[...] os telhados de Roma já não cabem mais em Roma.”

Devemos aqui considerar também os fatores débeis que particularizam a emocionalidade de cada um dos outros tantos presentes e participantes desses processos construtivos da arquitetura e das cidades. É fundamental a presença da identidade de cada um como parte de uma prática vinculada à teoria, ou de uma teoria vinculada à prática. Ir além da abstração teórica, buscar na narrativa do outro valores capazes de argumentar acerca daquilo que Gottfried Semper (tratadista e arquiteto alemão que viveu no século 19 e que procurou enumerar os elementos básicos da arquitetura) chamou de uma “variedade infinita” de possibilidades. É preciso ouvir e emoldurar a voz da narrativa de cada singular experiência e contribuição transformadoras dessas diferentes identidades, desses todos outros, presentes e essenciais para a concepção de uma obra.

E por que a narrativa?

Por dois principais motivos: primeiro porque amíngua e porque, na falência da linguagem lógica, há a brecha para o desdobramento de uma linguagem figurada, dentro da qual podemos dar voz à narrativa. Segundo, pela temporalidade, pelo distanciamento (que nos aproxima do outro e da diferença) e pela singularidade própria a um modelo interpretativo e processual que a narrativa é capaz de engendrar.

Sobre a linguagem figurada, podemos dizer que ela existe porque nem todos os sentidos são alcançados pela lógica proposicional. Muito da experiência humana não se alcança pelo método objetivo de medir e de julgar as operações que articulamos acerca do mundo vivido. Com a narrativa é possível assumir verdades contextuais, temporais, em vez de uma verdade única e definitiva.

Se as formalidades dos sistemas combinatórios mostram-se insuficientes para esclarecer situações concretas do humano – como o erro, a falta e todos os excessos de conflitos que a vida humana experimenta – atentar para o discurso figurativo, por meio de sua inovação nos modos de dizer e propor outras relações interpretativas contribui para a compreensão do tempo e da ação da experiência humana. E é essa narrativa de um sujeito particular, limitado, encarnado, finito, concreto, falível e fa-

livelmente racional (e não um sujeito transcendental), que nos interessa como argumento original por uma arquitetura relacionada ao tempo – e não apenas pautada por um pretense domínio do espacial.

Por que a narrativa é marca que articula e anuncia o humano? Para se processar a ação construtora é preciso que se escute a voz do outro. Por quê? Porque o agir e o construir é percebido em tudo que tem enredo e se constitui como argumento para a obra construtora. Porque as coisas e os processos construtivos não são entendidos e compartilhados senão em encadeamentos de histórias múltiplas e diversas.

O homem se desenvolve na ação, seu caráter se constrói na experimentação – não em uma técnica que preveja o produto final, mas em uma constante dinâmica de exploração das potencialidades de qualquer que seja a técnica ou as ferramentas disponíveis. Não é pelo dado técnico que a “arquitetura menor” acontece, mas é pela possibilidade de se ter no dado do mundo uma fonte inesgotável de formas de fazer o mesmo, sem nunca ser o mesmo.

Registros construtivos

O tempo das coisas. O informe. A experiência interior e a exigência comunitária.

O naufrágio na pretensão formal de tudo saber sobre a espacialidade do território, pretensamente mapeado e dominado, nos conduz à suspeita de uma in-formidade original e persistente do espaço. No verbete do seu Dicionário Crítico, Georges Bataille delinea o informe: “afirmar que o universo não se assemelha a nada e que é apenas informe, corresponde a dizer que o universo é algo semelhante a uma aranha ou a um escarro”.

Assumir uma costura “malenjambrada” de um “tempo menor”, apostar na experiência, sem culpa e sem almejar esclarecer prospecções inexplicáveis, parece uma atitude sensata àqueles que se entregam e se dispõem ao tempo das coisas. Encarar o espaço, sua dimensão maior e abarcadora de todas as relações construtivas possíveis, apenas com a debilidade menor da dimensão temporal de cada dia, que transcorre passo a passo, Tateando no escuro o que se anuncia para cada novo instante, não é uma luta de David contra Golias.

É na ferramenta da narrativa – essa linguagem fraca, incapaz de respostas, sem interlocutores eleitos, para todos e para ninguém – que, aparentemente, a fragilidade da menoridade do tempo angaria a sua força. Trata-se de uma força insubordinada. De palavras sem floreios ou tecnicamente amparadas. A experiência vivida isolada e exemplar de cada narrador não se confunde com a precisão matemática de um projeto projetado.

Se nós considerarmos a experiência da arquitetura como uma prática ativa (cotidiana) e instável de tradução do espaço físico-social das relações, entendendo a arquitetura como um ato de presentificação da diversidade e das diferenças territoriais (uma ação em processo por nortear certa ocupação, ou uma prática de invenção de um território possível para nossas relações de compartilhamento do espaço vivido), veremos no homem-arquiteto um agente em nome de uma tradução comunitária para a abordagem de um contexto espacial qualquer.

Se atentássemos para a definição de tradução como sendo um “salto”, como o faz Vilém Flusser, em seu “Glossário para uma futura filosofia da fotografia”, para quem traduzir é “mudar de um código para outro, portanto, saltar de um universo a outro” (FLUSSER, 2002, p. 79), não veríamos na arquitetura um modelo de formatação para petrificar um discurso espacial, ou de engendrar propósitos por uma política urbana, ou para a necessidade de atender a uma demanda prefigurada, ou de uma função ou de um desejo por um território delimitado e regulamentado. O arquiteto-tradutor, agente presente no cotidiano das relações, seria mais um dos mediadores no jogo das diferenças.

Essas noções encaminham para a hipótese de experimentar um campo que processa uma desapropriação de um saber anterior e instituído da arquitetura. Poderíamos apostar em um valor, ou em uma prática do homem-arquiteto, que interage com um conjunto de experiências e narrativas sociais e políticas de todos aqueles envolvidos em cada processo de ocupação territorial deflagrado, além ou aquém da instituição do arquitetural como disciplina maior.

Esse envolvimento reverbera em um desdobramento de decisões singulares, de traduções constantes e sucessivas, que se manifestam de modo combativo a uma totalização que se engessa no projeto. Esse campo de desapropriação corresponde à invenção de um espaço informe entre os domínios da arquitetura e da vida cotidiana. Informe como o tempo: tanto no sentido do desenho de uma espacialidade dinâmica,

quanto de uma comunicação singular capaz de potencializar formações comunitárias pautadas na diferença, no compartilhamento dos saberes e dos fazeres.

Poderíamos imaginar uma prática arquitetônica capaz de desfazer espaços já instituídos, tencionando a vida e a arquitetura, por uma proposição temporal de outros modos de experimentação do território no mundo vivido.

Portanto, a arquitetura não se daria necessariamente como um conhecimento consolidado e instituído, mas como uma comunicação narrativa oriunda do não saber e da experiência vivida. E assim sendo, como a comunicação de um não-saber, a prática da arquitetura se daria como expressão do “ser da diferença” (BATAILLE, 1992, p. 12). Uma prática aberta ao tempo e a uma exterioridade como espaço virtual potente, onde uma relação entre interlocutores possíveis se faz problematizada. E assim se anuncia uma abertura para uma aparição: de outras presenças fora de si, como também do outro qualquer, como nos expõe Georges Bataille:

A experiência interior é uma conquista, e como tal, para o outro. O sujeito da experiência dissolve-se, extravia-se, perde-se no objeto que, por sua vez, se dissolve. Mas nunca poderia dissolver-se a esse ponto se a sua natureza não lhe permitisse essa alteração. O sujeito na experiência apesar de tudo permanece;

[...] ao fazer-se consciência de outros e, como era no coro antigo, a testemunha, o divulgador do drama, perde-se como tal na comunicação humana, lança-se enquanto sujeito para fora de si, perde-se numa multidão indefinida de existências possíveis (BATAILLE, 1992, p. 76).

A experiência em Bataille não é uma noção única, acabada ou conciliatória. Ela aparece no ensaio “A experiência interior”, sob várias acepções: como experiência interior, experiência limite, experiência de transgressão, experiência soberana. Bataille começa por definir a experiência interior como uma “experiência limite na qual o homem atinge o extremo do possível” (BATAILLE, 1992, p. 6); uma experiência transversal a uma abordagem fenomenológica (que trata a experiência como algo produzido e subjetivado consoante a uma vivência). A experiência interior é algo que se comunica na própria experiência como comunicação singular. Uma espécie de “êxtase” experimentado pelo sujeito entregue ao processo do qual ele é uma parcela presente.

A experiência se constitui de uma entrega que se dá na “decisão” do êxtase: uma ação não coagida e sem projeto, em que o sujeito dilacerado comunica singularmente a experiência para o outro qualquer. Lança-se à exterioridade uma “exigência comuni-

tária”. Posta essa exigência, lemos uma decisão política. Se a decisão é a prioridade do sujeito da experiência, ela é também uma forma de ação sem coação no mundo que, mesmo sob o retrospecto de uma continuidade impossível da experiência, vai promover ao outro qualquer a possibilidade da experiência.

Aqui, o que lemos é uma amplificação da noção de comunidade que passa a figurar por meio dos sujeitos comunicadores de suas “experiências singulares”, como “comunidade dos diferentes”, o que não constitui um consenso ou uma fórmula que resulte num desenho prévio e na configuração de um espaço delineado. Estamos diante de uma impossibilidade que formula a autocrítica de uma ideia de plenitude. O que podemos partilhar é a culminância de uma comunidade impossível, em uma política do impossível como tentativa de realização da “comunidade da diferença”, onde um ethos soberano é dado pela experiência singular de cada um.

Se a experiência pautada pela decisão singular faz política, abrimos o campo desta investigação para o lugar em que (a) experiência toma forma e comunica para a formação comunitária. Assim, a arquitetura de um território pode ser compreendida como uma forma de inscrição desse sentido de comunidade.

Bataille, em seu *Dicionário Crítico*, define “espaço” como um “descontínuo” e traça uma crítica à abstração e ao autoritarismo do espaço encarcerado da arquitetura. Ao mesmo tempo evoca a “experiência dos espaços” como definidoras deles próprios em contraposição às definições filosóficas abstratas. Evoca o “tempo das coisas”. E no verbete “informe” reafirma sua característica de impropriedade: “informe não é só um adjetivo com determinado sentido, mas um termo que serve para desclassificar o que em geral exige que todas as coisas tenham a sua forma” (BATAILLE, 1994, p. 99).

Na sua crítica ao autoritarismo do espaço arquitetônico, Bataille considera a arquitetura a expressão do ser ideal das sociedades, vinculado ao controle social, ao gosto pela autoridade humana ou à sublimação divina, ou à regulação do espaço.

Essas críticas já pressupõem um posicionamento político contra a autoridade instituída e contra a totalidade da realização do projeto. Seja do pensamento, próprio ao filósofo, seja do espaço encarnado na arquitetura, seja do contexto social, patenteado pelas instituições e pelos sujeitos da autoridade. Nesse sentido, podemos definir o espaço informe como uma contra-arquitetura: uma arquitetura temporal, domínio da experiência, na qual a decisão política é um combate para a instauração da experiência,

combate ao racionalismo como forma dominante da realidade humana e das suas derivantes de controle do território e de projeto.

Se aproximarmos o conceito de “espaço informe” de Bataille ao espaço do trato da arquitetura, poderíamos imaginar uma prática espacial de um enfrentamento político de resistência, na formação de uma “comunidade de resistência”. Poderíamos imaginar desfazer o espaço idealizado da arquitetura como forma de amplificar a mobilidade social contra o funcionalismo das cidades.

Poderíamos imaginar, por meio de uma prática da arquitetura pela fomentação de um espaço político e por uma “comunidade de resistência”, a concepção de uma “espacialidade da diferença” no exercício de outros modos de habitar o planeta? Imaginar a possibilidade de uma arquitetura da experiência, referenciada pela dimensão temporal, e que poderia derivar em outras percepções do espaço e, por conseguinte, em outras políticas de relação com o nosso território comum?

Seria a propósito uma arquitetura em que a materialidade da obra estaria sob constante tensão no processo de sua diluição no cotidiano da vida, em que as ações cotidianas pressionam para sua abertura à experiência e ao passo imprevisível do tempo. Um “espaço informe” é que se possibilita, por suas características de formação singular e de informação de singularidades, essa condição de “experiência”. E, por conseguinte, inviabiliza, no retrospecto de uma história recente, a estetização da política de regimes totalitários, inviabilizando também uma estetização da arquitetura própria ao ideário das utopias de vanguarda.

Desse modo, a noção de “informe” em Bataille aparece como “comunicação” de uma contraposição combativa às dicotomias entre o universal da forma e o individual da matéria, entre idealidade e realidade, entre espaço abstrato e espaço experimentado, entre o estético e o político. Para o entendimento do “informe” é necessário superar o pensamento dialético: não se trata de contrapor princípios distintos em uma relação de caráter dicotômico. A “comunicação” em Bataille é presidida pelo princípio de deslocamento que, orientada para a experiência estética, possibilita a participação da arquitetura na vida como uma comunicação de caráter singular, que vai além do drama das dicotomias.

E se considerarmos a possibilidade de uma arquitetura “informe”, abríamos sua prática construtiva para um alastramento capaz de propor lugares que extrapolam o campo instituído do espacial, não só estabelecendo um confronto com a ordem das ocupações

sociais/institucionais, como também promovendo e adentrando o cotidiano das relações pessoais. Nesse sentido, o “espaço informe” pode ser lido como potencializador da experiência do sujeito ou de uma comunidade de resistência, como espaço de relação com o temporal, anunciante, material e simbolicamente, do território comum da diferença.

É desse modo que uma arquitetura da experiência realiza suas proposições, que se dão como resistências ao mundo instituído e previamente projetado. A construção de uma espacialidade “informe”, referenciada na experiência singular dos sujeitos, põe em jogo a instituição do arquitetural, do domínio do espacial. É com base nesse que outros arranjos materiais espacializados anunciam o espaço “informe”, onde a “exigência comunitária” se manifesta, onde a comunicação singular ou a construção de fricções singulares produzem as pontes entre a “experiência” e a “decisão política” para a formação de uma possível “comunidade da diferença”.

Nessa espacialização do “informe”, arquiteturas de resistência, de acordo com Ba-taille (1992), acabam produzindo territórios de resistência, tanto no espaço “potencia-lizador da experiência”, quanto em outros modos vindouros de habitar o mundo. E na sua capacidade autocrítica, de se desfazer e de inventar arranjos em outras espacialida-des participantes da dinâmica da vida, o espaço “informe” adquire uma carga histórica e uma outra presença arquitetônica.

Trata-se de uma “exigência comunitária” que se manifesta nas reações de resis-tência ao regramento policial das cidades, à institucionalização do espaço público, à higienização do nosso território comum de relações, à gentrificação, à especulação imobiliária que inviabiliza e expulsa os moradores das regiões centrais das cidades, ao preconceito social, ao poder do capital, ao pressuposto legal capitalista do direito à propriedade, à venda do espaço público para a realização de eventos por grandes corpo-rações e entidades supranacionais, entre outros. Essas “comunidades de resistência”, muitas vezes, articulam-se de modo horizontal, sem lideranças ou ideologias únicas, sem se instituírem como partidos políticos ou sindicatos de trabalhadores, sem uma articulação clara e sem previsão de duração. Pulsam nas cidades, nas redes sociais in-formatizadas, em ocupações temporárias e espontâneas do território.

Podemos vislumbrar na produção, tanto crítica quanto prática, desse “espaço in-forme” uma conciliação possível de ser engendrada entre a dimensão do temporal (o tempo das coisas) e uma abordagem espacial. Cabe aos arquitetos dos próximos dias a coragem de empreender esse propósito.

Para estar em sintonia com o pensamento de Georges Bataille acerca da “experiência”, como argumento para o desdobramento deste ensaio, lemos aqui um pensamento propositivo, que se vale do recurso filosófico e literário, anunciante de uma política do impossível. Bataille é retomado como um interlocutor potente diante de uma crise do pensamento e da política, que tem como saída uma crítica da sua reprodução, isto é, de uma análise crítica de suas fundamentações e legitimidades (históricas e mesmo ontológicas). A referência a esse autor abre para o pensamento a possibilidade de se debruçar sobre o ainda impensado. E se não for isso, ao menos sobre o ainda inexprimível, ou mesmo o ainda “incomunicado”. Para os arquitetos dos nossos próximos dias abre-se a possibilidade de refletir acerca de um “espaço informe”, da potência de uma concepção espacial capaz de “desconstruir” ou por em risco o domínio instituído do arquitetural. De incluir em suas proposições o “tempo das coisas”, como nos afirma San-Payo, leitora de Bataille:

[...] se a filosofia nos nossos dias pode sobreviver à morte do sujeito filosófico, é porque coloca algo no lugar agora deixado vago por aquele: a percepção de uma diferença que reintroduz o que – sob uma falsa aparência de verdade e de “naturalidade” – era objeto de uma implacável exclusão.

Talvez esteja aí uma das maiores contribuições de Georges Bataille para o campo filosófico e arquitetônico. A abrangência de um pensamento que se alastra do conhecimento à própria vida como uma base propositiva para outros modos de abordar o nosso território comum, de fazer e de pensar fundamentados na diferença e na autocrítica subjacente à insuficiência do arquitetural como disciplina.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o Contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.
- BATAILLE, Georges. *A parte maldita; precedida de 'A noção de dispêndio'*. 2.ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- BATAILLE, Georges. *A experiência interior*. São Paulo: Ática, 1992.
- BATAILLE, Georges. *A mutilação sacrificial e a orelha cortada de Van Gogh*. Lisboa: Hiena, 1994.
- BATAILLE, Georges. *O Erotismo*. Lisboa: Antígona, 1988.
- BESNIER, Jean-Michel. *La politique de l'impossible. L'intellectuel entre revolte et engagement*. Paris: Éditions la Découverte, 1998.
- CERTEAU, Michel. *L'invention du quotidien, tome 1: Arts de faire*. Paris: Gallimard, 1990.
- CORBUS, André. *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon: Editions de l'Imprimeur, 2001.
- FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta: ensaios para uma filosofia da fotografia*. São Paulo: Relume Dumará, 2002.
- FLUSSER, Vilém. *O Mundo Codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo, Cosac Naif, 2007.
- HOLLIER, Denis. *Against architecture. The writings of Georges Bataille*. Cambridge, London: MIT press, 1989.
- MCEWEN, Idra. *Socrates'Ancestor – an Essay on Architectural Beginnings*. London: The Mit Press, 1994.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Olho e o Espírito*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O Visível e o Invisível*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- PROVIDÊNCIA, Paulo. *Conimbriga – Arquitectura e Memória*. Coimbra: EDARQ, 2015.

SEMPER, Gottfried. *Style in the Technical and Tectonic Arts; or Practical Aesthetics*. 2v. Los Angeles: Getty Research Institute, 2004.

SENNETT, Richard. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SOJA, Edward. *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell, 2000.

SOJA, Edward. *Thirdspace: Journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

STONER, Jill. *Toward a minor Architecture*. Londres: Mit Press, 2012.

VALÉRY, Paul. *Eupalinos ou o Arquiteto*. São Paulo: Editora 34, 1996.

YOURCENAR, Marguerite. *Memórias de Adriano*. Rio de Janeiro: Record, 1974.



FREDERIC EDWIN CHURCH

The Parthenon (detalhe), óleo sobre tela, 1871

AS MORADAS DO TEMPO: ARQUITETURA*

CARLOS ANTÔNIO LEITE BRANDÃO**

RESUMO As obras de arquitetura não projetam apenas espaços, mas também o tempo. Por meio delas articulamos nossa noção do tempo e nossa relação com ele de vários modos. A parte central deste artigo exemplifica isso em diferentes períodos, a começar pelo Egito Antigo. Como constituímos nossa temporalidade entre aquilo que passa e aquilo que permanece, sua conclusão alerta para a necessidade de instaurarmos referências de permanência e solidez num mundo cada vez mais marcado pelo efêmero e pelo instável. Essa é uma das tarefas principais exigidas atualmente da arquitetura, um dos poucos lugares capazes de instaurar essas referências.

PALAVRAS-CHAVE Arquitetura. Tempo. História. Espaço. Temporalidade.

THE ABODE OF TIME: ARCHITECTURE

ABSTRACT The architectural works not only project spaces but also time by which we express our notion of time and our manifold relationship with it. This is what this article mainly demonstrates in different periods beginning with Ancient Egypt. Once we create our temporality between what passes by and what remains, it seems that we have to place references of permanence and consistency in a world that increasingly emphasizes the fleeting and the volatile. This is one of the main tasks required in architecture nowadays as one of the few places able to create such references.

KEYWORDS Architecture and time. History of architecture. Time and space.

* Revisto quase quinze anos depois de ter servido como base para uma conferência pronunciada na FAU/UFBA, este trabalho integra os estudos desenvolvidos na pesquisa “Uma filosofia possível da arquitetura, da cidade e do decoro” (bolsa de pesquisa do CNPq).

** Professor Titular da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: brandao@arq.ufmg.br

1. O tempo como dimensão da arquitetura

Só há projeto de arquitetura se o tempo é projetado nele.

Teorizar sobre o espaço da arquitetura não é apenas analisá-lo, descrevê-lo ou justificá-lo. Mais do que tudo, é encontrar o sentido que ele toma para nós, e isso vale tanto para quem o projeta ou o habita quanto para quem faz dele objeto de especulação teórica.

Todo sentido é histórico. Antes de habitar o espaço, o homem é ser lançado no abrigo da história. E a arquitetura é, antes de tudo, o fazer do espaço via de acesso de nós a nós mesmos, espaço que deixa de ser visto para ser vivido, espaço da nossa história, da nossa vontade de escolher uma história para habitá-la, de retomar, vislumbrar ou transcender a temporalidade mortal de nossa existência. É a possibilidade humana do tempo que berça a possibilidade humana do espaço:

Mais que um sentimento estético ou de utilidade, nossos objetos e nosso espaço nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. [...] Cada um destes objetos representa uma história vivida. Penetrar na casa em que estão é conhecer as aventuras afetivas de seus moradores¹.

¹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: TA Queiroz, 1983, p. 360.

Acostumamo-nos a pensar o tempo de forma utilitária e instrumental, como uma régua em que os segundos se acumulam de modo implacável e objetivamente. Mas o tempo humano é o tempo histórico, a *durée* bergsoniana, o tempo vivido e biográfico distinto do cronológico. Esse tempo humano faz da lembrança e da memória, por um lado, e da esperança e do desejo, por outro, as duas faces da moeda chamada “presente”. A arquitetura nos faz habitar esse presente e o que ele imanta do passado e do futuro, do conhecido e do distante, do familiar e do estranho, do que somos e do que não somos.

Fazer arquitetura é fazer do tempo uma coordenada que preenche o espaço com a nossa humanidade. Além de projetar coberturas, paredes e aberturas que deverão ser construídas, é preciso projetar o tempo e dar a quem habita um lugar no espaço e

na história, ou seja, no mundo. Por destinar sua obra tanto à pragmática do uso e da função quanto à poética da habitação e do sentido, a arquitetura tem a constituição dos heróis trágicos: na finitude das suas edificações mora também a infinitude do espírito, da memória e dos desejos. A caducidade das técnicas e dos materiais, sempre corrompidos pelo tempo e pelo contingente, fazem-na edificar também aquilo que pretende ser perene, inolvidável e memorável. Esse diálogo, às vezes áspero, entre o espaço e o tempo é o motivo da arquitetura e desta reflexão².

² Cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Arquitetura: habitação do tempo. Design interiores*. São Paulo, RAL, ano 7, 1993. n. 37, p. 86-87.

2. O tempo habita a arquitetura: uma breve história

Carpe diem: nossa relação com o tempo não é tranquila. Ele corrói nosso corpo e nossa mente, faz desaparecer o que julgávamos indestrutível, transforma a composição dos elementos e dos seres, destitui a estabilidade e a permanência de todas as coisas. De vários modos tentamos nos evadir dele: lançando mão dos cosméticos, recorrendo à crença na vida eterna ou ao eterno retorno, ou mesmo realizando obras por meio das quais acreditamos permanecer. À ação corrosiva do tempo contrapomos formas alusivas à eternidade. Vivemos como mortais, mas nos acreditamos imortais, dizia Pe. Vieira. Nossa natureza é tão trágica quanto a do herói grego: nossa alma de atributos divinos, imortal e infinita segue sempre presa à matéria mortal e finita da condição humana.

Habitamos entre a caducidade das coisas e o desejo de permanência. Nossa experiência do tempo se dá dentro de uma díade, como diz Ivan Domingues, intuindo o efêmero e desejando a eternidade, e vice-versa³. Daí sucedem-se outras díades, como a do profano e a do sagrado, a memória em que o tempo persevera trabalhando ou o esquecimento que o empalidece, a vida ativa e a contemplativa, o engajamento e a evasão. De várias formas procuramos instalar a eternidade no tempo; em vários momentos a corrosão do tempo abate a imobilidade do eterno.

³ Sobre isso e o que se segue, nos baseamos em DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Iluminuras, 1996.

Também a arquitetura se apresentará dentro dessa díade do efêmero e do eterno com que o tempo é experimentado por nossas vidas. Não pretendemos traçar aqui todo um panorama da história da arquitetura. Serve-nos apenas lembrar algumas obras que, nessa história, apresentam uma forma de o homem articular o tempo e se relacionar com ele.

As pedras alinhadas da casa dos mortos e a sucessão de esfinges no Egito constroem um vetor longitudinal a medir o movimento da vida para a morte, mundo de Isis e Osiris. Esse percurso longitudinal conduz-nos ao sem tempo e ao infinito, e não a uma meta, que são mimetizados por uma geometria cósmica em que os elementos e temas arquitetônicos se repetem sem qualquer alteração. Essa mesma “geometria do mesmo” disciplina o *Conjunto Funerário de Hatshepsut*. Também as pirâmides procuram escapar da dimensão e das amarras terrenas e engendram um tempo sacralizado. Não se trata de uma instância ética que se situaria na memória do passado egípcio, mas de uma dimensão situada fora da história, mítica e religiosa: uma ordem da eternidade que não se confunde com a temporalidade humana e que gera a escala monumental que é imposta pelo edifício ao seu fruidor. Esse gesto construtivo nos reconduz para uma eternidade que se contrapõem aos nossos atos mundanos. Por isso também a oposição entre os espaços interno e externo que caracteriza a arquitetura do antigo império egípcio, como o *Templo de Amon* em Luxor, assemelha-se à do início da arquitetura cristã primitiva ocidental, como veremos. Também nessa arquitetura, presente nas igrejas de *S. Sebastiano* (312-313) e *S. Sabina* (422-432), em Roma, o sagrado e o profano se opõem e não se deixam permear. O tempo que a pirâmide e a igreja paleocristã nos convidam habitar é de ordem mística e algo desvinculado da história. O eterno não está nem aquém nem além do tempo, mas o envolve como o mar no qual Osiris passeava com sua barca, entre o nascente e o poente. A geometria cósmica e imutável, a inexorável repetição de elementos, a ordenação com base no eixo longitudinal e na ortogonalidade e a ruptura estabelecida entre o edifício e o entorno, semelhante à que opõe o oásis e o deserto, formam a cosmovisão, a temporalidade e as componentes básicas da arquitetura egípcia⁴.

4 A “imitação” desses fundamentos da arquitetura egípcia foi o que serviu a mim, a José Eduardo Ramos para concebermos o projeto premiado em terceiro lugar no *Concurso Internacional Bibliotheca Alexandrina*, realizado em 1987, e promovido pela União Internacional dos Arquitetos, UNESCO e Governo do Egito.

A forma de um templo grego típico, como o *Parthenon* ateniense ou o *Templo de Netuno*, em Paestum – com seu telhado de duas águas, seu peristilo ritmado pelas ordens das colunas, sua forma cúbica, suas proporções entre o todo e as partes (*concinntas*) e o embasamento que o eleva na paisagem – não conduz imediatamente à experiência do tempo vivida pelos cidadãos do período clássico daquela cultura. Mas se observamos a evolução dessa tipologia na história da arquitetura grega, percebemos que ela remonta a um arquétipo, a uma *arché*, fixado na pedra e que lentamente se desenvolveu a partir das primitivas construções em madeira provenientes do período arcaico até estabelecer

o “tipo”, a estrutura interna da forma que foi generalizada e que serviu de base comum para uma linguagem sujeita a variantes infinitas⁵.

A elaboração desse modelo “típico” se ancora nas construções primitivas, as quais traziam para o visível a marca de um *ethos* original do qual não se pretendia afastar. Ao ser construído, o edifício grego refazia, simbolicamente, a fundação desse *ethos* e repetia o gesto que dera origem à *polis* e, por remissão, ao homem e à cultura grega. As ordens dóricas e jônicas que proporcionavam os edifícios e modelavam suas colunas eram mímeseis da proporção e do caráter dos homens dóricos e jônicos que constituíram a civilização helênica, como se aprende com Vitruvius. Essas colunas sustentavam o templo e aludiam a esses dois povos sobre os quais foram fundadas a história e a *arché* do *ethos* grego. Uma dupla razão cerceava a invenção de novas formas nessa fase da arquitetura grega: do lado da produção, o arquiteto se desprenderia da *arché*, da origem ética cuja celebração fundava a “*arché*-tectura” e destinava o seu edifício; do lado da fruição, as formas seriam reduzidas a elementos meramente estéticos postos à deriva do substrato ético que as deveria legitimar e não seriam mais capazes de evocar seu conteúdo e ser compreendidos.

Ao repetir o gesto arquetípico e fundador, o edifício grego fazia aflorar a representação cíclica do tempo, a qual nos leva sempre a revisitar periodicamente um ponto original. Esse “eterno retorno” – encontrado na doutrina platônica do tempo, por exemplo – figura o tempo de forma semelhante ao mito: “o tempo é a imagem móvel da eternidade”, diz Platão no *Timeu*. Contudo, essa repetição do gesto arquetípico não é uma mera cópia: a forma aprimora-se continuamente como ao incorporar elementos de perspectiva, correções visuais e motivos decorativos extraídos do presente e dos feitos heróicos; a madeira é substituída pela pedra; o edifício conquista uma integração cada vez mais elaborada com a paisagem circundante; os *tholos* começam a difundir um partido arquitetônico circular; novos elementos são articulados numa cidade que se torna cada vez mais complexa, entre outros. Por isso, a experiência grega do tempo não é a mera cópia do gesto fundador, mas a interpretação e a reedição da *arché*, do pensamento e da representação das origens às quais se volta e se reelabora. O eterno retorno admite, assim, ciclos, e não uma figuração meramente circular e plana do tempo ou uma repetição dele. O fundo sobre o qual essas mudanças quase imperceptíveis se projetam denuncia, contudo, a disposição de enfrentar o *epheméros*, aquilo que dura um dia, e de construir a permanência e a invariância.

⁵ Sobre a tipologia e o tipo em arquitetura, cf. ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Ática, 2001. p. 65-70.

Como vemos no *Parthenon*, não há propriamente uma separação entre o espaço sagrado e o espaço profano. Interior e exterior são articulados em duas instâncias: hapticamente, por um peristilo, por onde se deambula e se passa fluidamente do espaço aberto ao coberto; visualmente, através de uma implantação em que paisagem e edifício reforçam-se reciprocamente. Por não ser adentrado ordinariamente e por não abrigar funções e usos humanos mais pronunciados, Bruno Zevi viu o templo grego como escultura, e não como arquitetura. Contudo, contrapondo-se a essa afirmação, Norberg-Schulz destacou como esse templo reenviava o espectador à paisagem: a “arché-tectura” encontra-se nessa paisagem, mais do que no edifício. O tempo sagrado habita a natureza, não a transcende como o fará o espaço cristão:

Quanto à relação do tempo com a história, a julgar pelo pouco que nos foi legado pelos antigos, o tema do destino nos mostra duas coisas: por um lado, a articulação de duas ordens diferentes, porém associadas: o tempo dos deuses e o tempo dos homens, cuja união e confrontação constantes revelam a irrupção do sagrado na ordem do mundo (DOMINGUES, 1986, p. 51).

Arché interpretada e construída, instrumento de reenvio do humano ao divino e vice-versa, o templo grego subtrai-nos da corrupção incessante das coisas ao edificar a imagem da permanência como consciência e constante reinterpretção da origem, frente à qual se pautam nossas ações no presente. Ele é a alteridade exposta à sedução do presente para promover uma ação refletida e medida não apenas pela sua eficácia diante das circunstâncias que lhe são contemporâneas, mas também pela justiça e pelo diálogo que essa ação estabelece com a história e com aquilo que ultrapassa o imediato. Ao ser introduzida no monumento grego, a pedra, com sua resistência, não serviu apenas para mudar a tecnologia da edificação. Ela serviu também para exprimir o desejo de resistir à corrupção do tempo *edax rerum* e de destinar-se ao futuro: por meio da obra de arquitetura, o homem tenta conferir a si a imortalidade antes atribuída só à alma e aos deuses. Uma imortalidade que se constrói revisitando as origens, o “imóvel da eternidade” constituído como parâmetro para medir o próprio presente. Por isso, a originalidade não era entendida como invenção de algo absolutamente novo. O homem passa, mas a arquitetura fica: ela instala a eternidade no tempo e “re-apresenta” a origem de modo que ela possa ser reconhecida pela *polis*. Não se trata de uma evasão mística, mas da construção de uma referência para o aqui e o agora em que realizamos

nossas ações⁶. A dimensão da arquitetura como coisa pública é o fruto daquele que se propõe, com sua obra, a encontrar para ela um fundamento ético, mais do que um embevecimento estético.

É também a aguda consciência da caducidade das coisas e da efemeridade do mundo que, entre outras coisas, impõe à arquitetura romana acrescentar a escala monumental e sobre-humana à herança do repertório clássico grego, como fazem o *Pantheon* e os arcos do triunfo. A arquitetura cristã primitiva, já mencionada ao se falar da arquitetura egípcia, forjou-se sobre a separação entre o sagrado e o profano, como em *S. Sebastiano*. A ordem da eternidade e do espírito, construída dentro da igreja, evita o contato com o mundo terreno e material vizinho. A mesma oposição o Bizantino realiza contrapondo o alto e o baixo, como na *Basílica de Santa Sofia*, em Constantinopla. Esse efeito é reforçado pela atmosfera diáfana com que a luz banha o ambiente e é refratada pelos mosaicos das paredes. A mesma atmosfera mística perdura na herança ocidental do Bizantino, como na *Batistério de Florença*, onde a vida eterna regida pelo Pantocrata parece figurada.

No interior do templo cristão primitivo, a construção do espaço é determinada por uma longitudinalidade bem diversa daquela em que se repetiam os elementos na arquitetura egípcia. O espaço egípcio fazia alusão a uma ordem a-temporal que recobria a nossa experiência terrena, mas cujo acesso só era possível mediante um desprendimento de natureza quase mágica. Sua longitudinalidade não se explicava por nenhuma meta ou foco, mas bastava-se por si mesma. Ao contrário, o espaço cristão primitivo é orientado e tem no altar o ponto focal onde terminam o movimento e a tensão espacial, como em *Santa Sabina*, em Roma. Seu eixo incorpora a meta que lhe dá uma estrutura mais definida e objetiva do que a ordenação egípcia e sua repetição infinda, a perder-se e a nos fazer perder na sucessão interminável dos mesmos elementos pelo espaço. A pirâmide, como já vimos, aludia à transcendência como evasão da história. A longitudinalidade da igreja paleocristã cria esse objetivo e faz do altar e sua luz uma meta precisa para onde são direcionados os movimentos e o olhar do espectador. Nessa meta, o caminho longitudinal da nave encontra seu termo. Até chegar a ela, o fiel experimenta o seu percurso (como no rito da comunhão) como o próprio tempo que transcorre em sua vida terrena em cujo final ele se salva ou se condena. Da mesma forma, o partido arquitetônico que domina o período medieval até o Gótico possibilita que experimentemos o tempo como caminho da salvação em direção à vida eterna, como na *Catedral de*

6 “Tal é, pois, o sentido da experiência do efêmero e da evasão do tempo para o homem grego: da mesma forma que para o homem arcaico, o efêmero deve ser anulado e perenizado; porém, o ponto de evasão e a eternidade estão diante de nós, aqui e agora, no presente atual, não atrás de nós, no passado, no começo ou início do tempo.” DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Iluminuras, 1996. p. 33.

Salisbury. Ele é orientado e tem um sentido de percurso, tanto espacial quanto temporal, o que não era nítido na estrutura egípcia, na qual se construía a imagem de infinitude, monumentalidade e atemporalidade desvinculadas da dimensão terrena. De modo diverso, a arquitetura medieval, sobretudo a cristã primitiva, internaliza a escala humana do peristilo grego e dá a ela uma intimidade e “simpatia” próximas à temporalidade com que habitamos e compreendemos o mundo⁷. Contudo, se na Grécia predominava a imagem cíclica do tempo a visitar as origens, no Medievo predomina a linha de um tempo vetorizado para a eternidade vislumbrada após o percurso terreno. No cristianismo, o tempo aparece como irreversível, ao contrário da reversibilidade proposta para o deambular do cidadão grego, que vai da sacralidade do templo à mundaneidade da ágora, e vice-versa. O espaço cristão primitivo cria expectativa, propõe um caminhar concreto e convida a uma apropriação. No Egito ele criava suspensão e contemplação.

⁷ Sobre o modo como o partido da igreja medieval figura uma imagem cristã do tempo e da vida cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite Brandão. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. E, também, NORBERG-SCHULZ, Christian. *Meaning in western architecture*. New York: Rizzoli, 1983.

Uma vez que o tempo terreno é orientado e tem como destino a vida eterna, a experiência do tempo histórico no Medievo não é densa e aprofundada. Nele, o tempo parece se instalar fora do tempo. Esse “fora”, contudo, não está no passado, como no caso grego, mas além do futuro. O futuro *post-mortem* é a alteridade de que o presente medieval necessita para prover de sentido as suas ações. Essa tensão que anima o vetor temporal constrói também a longitudinalidade cristã primitiva e é posteriormente desdobrada pela verticalidade gótica. O templo grego remetia a uma ordem sagrada exterior a ele e implantada na paisagem. Herdando a atmosfera reclusa das catacumbas, a igreja cristã primitiva, ao contrário, forja uma ruptura com o exterior e promove o mergulho do homem para dentro de si mesmo, da mesma forma como lança para dentro, na sucessão e ritmo das arcadas da sua nave, a escala humana e o ritmo que o peristilo grego manifestava. Por isso, o templo paleocristão comercia menos com o mundo público e cívico do que os edifícios gregos e romanos. Como sugere Santo Agostinho, o medievo faz do tempo o tempo da alma em estado de recolhimento e de entrega a Deus, tempo de catacumbas que ainda não haviam alçado à flor da terra:

Da alma que está em mim antes de estar no mundo, da alma que está só ante Deus antes de estar em comércio com outrem e com o mundo, e é uma sorte de tempo psicológico que com ele se instala.[...] O tempo da alma é o tempo da vida íntima, do recolhimento, da meditação, da elevação, da queda (pecado), da confissão, da expiação, da fé, numa palavra, pura interioridade. (DOMINGUES, 1996, p. 82).

Chastel propõe que acessemos o Renascimento pela intuição do espaço. Proponho que o acessemos pela intuição do tempo e da historicidade. No século XV, o tempo passa a ser valorizado por si mesmo, adquire uma componente funcional e operativa e exige para si um cuidado e uma atenção “de modo que não o desperdicemos”, como aconselhava Leon Battista Alberti. A inauguração dessa dimensão moderna do tempo pode ser vista no *Della Famiglia*, de Alberti, autor também dos primeiros tratados modernos da arte e da arquitetura. Nele, o tempo é propriedade do homem, cuja história pessoal é alicerçada na capacidade de bem usá-lo, na sua *masserizia*. Em Alberti, o tempo é o tempo útil do comércio e seus mercadores. É *cosa preciosissima*:

Não se pode outorgar nem diminuí-la; de modo algum ela pode deixar de ser tua enquanto tu a queiras tua. [...] Ao empregar o tempo em aprender, pensar e exercitar coisas louváveis, o homem faz o tempo ser próprio dele; e quem deixa transcorrer ociosa uma hora depois da outra sem nenhum exercício honesto, o perde. Perde-se o tempo, portanto, ao não servir-se dele, e o tempo será daquele que saiba empregá-lo (DOMINGUES, 1996, p. 82).

Quanta diferença em relação ao tempo cristão primitivo! Em Alberti, o tempo deixa de ser um rio a fluir sem controle para o mar da eternidade e passa a ser visto como sucessão de instantes valorizados como tais, na medida em que eles instauravam as várias possibilidades concretas de nosso agir. É tempo histórico e humano, tempo de ação e de reflexão focadas na *vita ativa*, mais do que tempo de oração e de contemplação⁸. Esse novo tempo histórico e humano está na estátua equestre do *Gattamelata* e nos profetas de Donatello ou no *Sacrifício de Isaac*, proposto por Brunelleschi para o *Batistério* florentino. Comparemos esse painel em bronze de Brunelleschi com o proposto por Ghiberti para figurar a mesma história no mesmo concurso. O conto bíblico é narrado por um Ghiberti concentrado em descrever todos os seus elementos. Esses elementos têm valor em si mesmos e não são “concertados” por uma relação que os contamine uns aos outros. Falta-lhes, como diria Alberti no *De Pictura*, uma *historia* que dramatize os servos, o asno e a montanha. Ghiberti não descreve um drama humano propriamente, mas o antigo rito do sacrifício, aceito por Isaac, o qual oferece sua garganta como se obedecesse pacificamente ao seu destino e às imposições da história. O gesto distante e formal do anjo suspende o sacrifício. Da mesma forma, o ato de Abraão é desprovido de energia e mais parece uma pose retratada pelo artista para ilustrar o conto. Em Ghiberti, os tempos, espaços e atos são desconexos e separados: os servos, por exemplo, conversam

⁸ Sobre a modernidade do tempo em Alberti, cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Quid tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 68-80. Cf. Também a Introdução de Romano e Tenenti em ALBERTI, Leon Battista. *I libri della famiglia* (a cura di Ruggiero Romano e Alberto Tenenti). Torino: Einaudi, 1969.

como se a cena não se referisse a eles ou como se ela transcorresse em outro momento. O anjo interfere nela pelo poder que emana de seu gesto, mas esse gesto permanece algo demasiado celestial e quase que meramente simbólico. Disso resulta que nosso olhar se disperse entre as várias citações e referências inseridas no painel.

Em Brunelleschi, não há essa dispersão. Todo o olhar é capturado pelo vigor com que o anjo segura a mão de Abraão no átimo exato que precede a degola, expondo o desespero de Isaac, cuja resistência à morte aparece na musculatura tensa das pernas. A história de Brunelleschi dura muito menos e não se delonga como a narrativa de seu rival. Todos os atos e figuras são simultâneos, submetidos ao drama do gesto e do sentimento humano e ambientados dentro do mesmo *topos* da história. Sobre a linha reta formada pelo dorso do asno, como um palco a agigantar a ação dramática, é exposta a luta entre as vontades contrastantes de pai, filho e anjo:

Ghiberti descreve o espaço em um suceder-se de planos e episódios; Brunelleschi constrói o espaço com a simultaneidade dos movimentos e o equilíbrio dinâmico de suas contraposições. [...] O espaço em Ghiberti é um espaço natural no qual acontece um determinado fato. Brunelleschi elimina o espaço natural e produz o vazio. Nesse vazio, ele constrói um espaço novo com os corpos, os gestos e as ações das pessoas. [...] Não será o espaço natural, mesmo que mais meditado, mais medido e mais objetivamente interpretado. Será um espaço não natural, de fatos mais que de coisas, pensado como a dimensão do agir *histórico*. (ARGAN, 1992, p. 117, destaque nosso).

Brunelleschi concentra todo o drama no instante e ocupa esse instante com o fato e a paixão humana. Ele não ilustra a Bíblia, mas constrói uma cena teatral onde a unidade do tempo adquire o peso do acontecimento, da história, da ação humana que recusa a se curvar ao destino e às potências sobre-humanas.

Essa constituição dos instantes como dotados de espessura e densidade próprias remete à unidade múltipla da arquitetura renascentista, constituída, em grande parte, como uma justaposição aditiva e sucessiva de elementos modulares, tal como no *Hospital dos Inocentes*, do mesmo Brunelleschi. Mas não é isso o que nos interessa mais. Esse mesmo hospital de Brunelleschi agencia uma *loggia* e dota tanto o espaço do edifício quanto a praça à sua frente de um caráter comunal e cívico. A cidade e a arquitetura se põem em função desse caráter, tornam-se propriedade dos cidadãos que delas se apropriam. Esse sentimento de autoria do próprio destino domestica o espaço e o põe em função da vida a ser construída no presente, tal como foi feito com o tempo – tem-

po e espaço apropriados, apossados, habitados, *se habendi*, tornados próprios de nós: arquitetura feita com propósito cívico, tal como as *loggia* e as praças, de edificar o mundo e o “humano do homem”, ou seja, arquitetura humanista, no sentido ciceroniano.

O espaço dessa arquitetura humanista desenvolve-se com base na perspectiva, como em *Santo Spirito* de Brunelleschi. Correlato a essa perspectiva espacial, o olhar renascentista aplica sobre a história uma perspectiva temporal capaz de ver a distância e de compreender, por exemplo, a Antiguidade Clássica e interpretá-la tendo em vista sua utilidade ao presente e ao futuro. Assim, por exemplo, o estudo das ruínas romanas não foi mero exercício de erudição, mas investigação hermenêutica destinada a servir à resolução de problemas da arquitetura do *quattrocento* florentino, tal como o de cobrir sua catedral, *Santa Maria del Fiore*, e o de criar a identidade de uma cultura própria e forte, capaz de servir tanto para consolidar a mentalidade do burgo frente à feudal quanto para celebrar a herança da tradição clássica frente ao mundo medieval. Ver as coisas a distância: a arte renascentista ensinou a tomar distância para ver as coisas em perspectiva no espaço e em conjunto; o humanismo italiano e o *studia humanitatis* do século XV (mas já também em Petrarca) ensinaram a pensar o presente em comparação com os demais momentos registrados na história. A habilidade em proporcionar as partes de um edifício e os estudos sobre composição e proporção, também difundidos nos tratados artísticos do período, vêm da própria atividade comercial e sua necessidade de comparar e pesar mercadorias. Mas a arte florentina revela também a maneira como o próprio tempo é pensado: em comparação e relativo ao espectador que o enquadra. Não existem grandezas autônomas, nem a verdade de cada momento histórico pode ser compreendida nele mesmo, mas só em relação ao olhar que a ele visa junto com outros momentos e diante do presente e da tarefa de construir o mundo onde vivemos em ato, como ocorreu com Florença, ao apelar para todos os meios para preservar sua autonomia, independência e liberdade diante da ameaça iminente de Milão, ou como Brunelleschi, estudando edifícios antigos para cobrir a catedral do presente.

Vejamos a reforma de *Santa Maria Novella* e voltemos à obra albertiana. Trata-se de uma antiga igreja medieval que apresenta arcos ogivais e nave central mais alta do que as laterais, em contraste com o gosto horizontal e homogêneo preponderante no classicismo renascentista. Alberti interpreta essa herança. Apesar de humanista e opositor da escolástica, seu olhar compreende a obra e não a destrói, mas a adapta para

dar vazão à geometria e à racionalidade próprias da herança italiana e toscana. Sua intervenção preserva os elementos góticos e os funde em uma decoração geométrica que já se encontrava no românico florentino e manifesta, por exemplo, em *San Miniato al Monte*. Em *Santa Maria Novella*, Alberti cuida de fazer, por meio das volutas que antecipam a solução barroca, a transição entre a primeira e a segunda ordem do edifício. O passado e o presente se proporcionam mutuamente, e a arquitetura é tanto o cuidadoso desenvolvimento da fachada dentro do tema do quadrado quanto o cotejamento de dois tempos, o medieval e o moderno, a compararem-se reciprocamente.

Para instalar a eternidade no tempo, a arquitetura do Renascimento reportou-se à Antiguidade Clássica e procurou encontrar na história os ingredientes de uma *virtù* capaz de combater e superar as constantes oscilações da *fortuna*. Arte e arquitetura renascentistas foram instrumentos para instalar tanto um sentimento e desejo de permanência quanto uma imagem de estabilidade capazes de compensar a intensidade e a radicalidade das mudanças promovidas nos valores, nos hábitos e em todos os campos da cultura. Ao propor um ideal estético contraposto à instabilidade da época, a arte e a arquitetura renascentista surgiram como utopia destinada a servir de modelo capaz de reeducar o presente. Não é sem razão que, na mesma época, multiplicaram-se os mundos utópicos como *A Nova Atlântida*, *A Cidade do Sol* e a ilha de Thomas Morus. Também da ordem do futuro, essa utopia não ocupou, contudo, o mesmo *topos* que a vida eterna ocupou no Medievo. No Renascimento, o futuro se faz do exame e da legitimação dada pela experiência passada e do que é útil e passível de ser construído no presente. O presente é o termo da perspectiva do tempo renascentista. Na Idade Média, a vida eterna era esse termo e destino, mas sem força e ambição para modelar e entrar no presente. A ausência dessa força e a perda do presente no horizonte do homem medieval é o que fez as “renascenças” do período, como a carolínea ou a otomana, mostrarem-se débeis para transformar o mundo e a humanidade quando comparadas à renascença do *quattrocento* italiano⁹.

⁹ Cf. PANOFKY, Erwin. *Renacimiento y renacimientos en el arte occidental*. Trad. Maria Luisa Balseiro. Madrid: Alianza Editorial, 1975. 338 p.

Cada vez mais imanentes, a eternidade e o absoluto “caíram” na história e no tempo, marcado, agora, mais pelas torres dos relógios públicos erigidos com orgulho pelas cidades do que pelas horas dos mosteiros e conventos. Cada vez mais trágica, a dominação progressiva do tempo pelo homem moderno fez-se acompanhar de uma hipertrofia do instante. Cada vez mais, a figura do tempo passou a ser vista como a sucessão dos

pontos que compõem a reta infinita do progresso. O tempo laicizado e a deificação do efêmero têm, como contrapartida, a fragmentação do todo, e esse é o desespero do homem maneirista do século XVI. Quanto mais o tempo é medido e dominado, mais aguçados ficam a nostalgia do todo e o sentimento de vertigem diante da sucessão histórica cada vez mais acelerada de acontecimentos e descobertas surpreendentes, como a peste, as reviravoltas do poder político, as disputas religiosas e o heliocentrismo. No abismo dessa vertigem, brotam, incessantemente, a exigência do absoluto e os apelos por se reinstalar o eterno dentro do devir incessante das coisas, como na *Melancolia* de Dürer. A arquitetura renascentista se fez para providenciar uma habitação menos condicionada pelo fugaz e pelo efêmero, menos sujeita aos efeitos da passagem do tempo ou do que dura “só um dia”, ao contrário do que se verifica no domínio da arquitetura contemporânea. Já o tempo maneirista foi tensionado por duas exigências opostas: por um lado, pelo sentimento cada vez mais agudo da passagem e do devir em que cada momento, tornado coisa humana, pressiona a nossa existência com suas incontáveis possibilidades de mudanças; por outro, pelo desejo de escapar dessa passagem vertiginosa e das mutações contínuas que impedem qualquer representação estável do mundo.

A *Biblioteca Laurenziana*, de Michelangelo, é admirável expressão dessa tensão e de como o problema do tempo se situa na base conceitual de um projeto de arquitetura. Michelangelo compõe a antessala da biblioteca pelo conflito entre os elementos de arquitetura e os espaços que os contêm. A enorme escada ocupa quase toda a antessala e é claramente desproporcional em relação ao ambiente quadrado. Essa desproporção se agiganta nos degraus que transbordam os corrimãos. As colunas, confinadas em nichos recortados na parede e excessivamente estreitos, enfatizam a luta entre o espaço e os elementos nele contidos, entre o interior e o exterior, entre o corpo e a alma. Esse conflito é o tema que Michelangelo repetirá nas pinturas do teto da *Capela Sistina*. Todo o espaço da antessala é desproporcional e concebido por meio do confronto insolúvel entre os elementos e o espaço. Nessa antessala, o arquiteto renuncia à uniformidade, ao equilíbrio e ao ritmo harmonioso. Contudo, ao subirmos a escada, chegamos à sala da biblioteca retangular, uniforme, totalmente livre de conflitos, harmoniosa e geometricamente ritmada pelas pilastras aparentes. Nessa sala, a sucessão do tempo é dominada, e o espaço se comporta como uma sucessão de momentos justapostos, medidos e controlados pela organização geométrica e renascentista da composição. Na última

unidade espacial, a da biblioteca pensada por Michelangelo para abrigar os livros raros e de religião, o ambiente se centraliza e se estabiliza, de modo a concluir o eixo do percurso longitudinal que, partindo daquela escada e atravessando a biblioteca, acaba por convergir nesse espaço triangular no qual se reinstala a imobilidade e o eterno.

Ocorre, portanto, uma articulação em que diversos estados de espírito se sucedem em contrastes, à medida que o percorremos: o espaço não é homogêneo e constrói um caminho que parte do extremo conflito e culmina na imobilidade máxima. Diz-nos Norberg-Schulz:

A zona primeira e mais baixa representa os conflitos da existência terrena, a luta individual da alma para alcançar significado existencial; [...] a calma harmonia da biblioteca sugere uma solução baseada no intelecto; [...] a terceira zona, a mais elevada, simboliza a sabedoria divina (representada na biblioteca pelos livros raros). (NORBERG-SCHULZ, 1983, p. 139).

Temos, portanto, um espaço que não é feito para ser visto, mas para ser percorrido, passo a passo. Mais do que os conflitos apresentados na antessala, o que é propriamente manierista é o conflito entre as três unidades espaciais, as quais são articuladas não por um único princípio que regeria todo o projeto, mas por princípios diferentes – e até mesmo opostos, como se verifica ao passarmos da antessala para a biblioteca – que colidem entre si. Esse choque entre ambientes diversos e contrapostos só pode ser experimentado por quem percorre o espaço. E é justamente por requerer esse percurso que o tempo fundamenta a concepção e a experiência arquitetônicas: tempo construído com base em instantes e momentos espaciais hipertrofiados, à primeira vista autônomos, mas cujo sentido só se revela quando os vemos situados dentro de um todo fragmentado em que leis e sentimentos contrários, como a desproporção e a harmonia, são justapostos de modo a tensionar o fruidor e a prendê-lo em sua fronteira. Na *Biblioteca Laurenziana*, espaço e tempo são estilhaçados e figurados como colisão e conflito de momentos impossíveis de ser homogeneizados dentro de uma repetição serial e dos quais só se pode libertar pelo repouso da morte e do retorno da alma à sua imobilidade eterna, como Michelangelo exprime em suas *Pietàs*¹⁰.

A arquitetura barroca incorporou a fugacidade, representou a infinitude do tempo e do espaço da ciência moderna, aproveitou-se da fragmentação da experiência temporal para criar um espaço infinito, virtual e apropriado progressivamente à medida que é percorrido, e não por uma visada única capaz de englobar toda a verdade do edi-

¹⁰ Sobre a Biblioteca Laurenziana e o conflito como base da arquitetura do século XVI ver BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 103-130.

fício como fazia a perspectiva renascentista. O Barroco, tanto na arquitetura e na arte quanto no cálculo infinitesimal de Leibniz ou na ciência de Galileu, quis representar e domesticar o infinito como no coroamento de *S. Carlo alle Quattro Fontane*, de Borromini; na lanterna de *Sant'Ivo alla Sapienza*, do mesmo Borromini; nas alamedas do *Jardim de Versalhes*, de Le Nôtre, e do barroco tardio da Europa setentrional; na pintura de Manoel da Costa Athayde para o forro de *São Francisco de Assis*, em Ouro Preto. Cada célula espacial tornou-se um “mundo concentrado”, como uma mônada inesgotável. Cada momento espacial foi dilatado e procurou abrigar em si o absoluto. A visão da totalidade cedeu lugar à prevalência do pormenor. O eterno se imiscuiu no tempo, o absoluto penetrou nas partes, o infinito se laicizou, e o transcendente apelou por habitar o imanente. Daí a “tortura” com que o artista barroco pretendeu subjugar a dureza da matéria, daí sua insatisfação permanente a querer contrariar a natureza das formas e dos elementos, daí a antinaturalidade borrominiana, a rebeldia contra o tempo e a insaciabilidade por formas e novidades instaladas em todos os ambientes até gerar o “horror ao vazio”, o *horror vacui*, como na igreja de *S. Lorenzo*, de Guarino Guarini.

Somos filhos dessa sede e dessa insatisfação próprias da condição moderna. E nossas arte e arquitetura documentam isso até mesmo através da nostalgia de ordem que experimentamos diante da arquitetura neoclássica, como pretende Antonio Canova, ao refazer o *Pantheon* em seu *Templo de Passagno*, na segunda década do século XIX. Em geral, a arquitetura neoclássica não trabalha com “tipos”, como mencionamos a respeito da arquitetura grega, mas com “modelos” a serem transcritos prescindindo da interpretação histórica¹¹. O Neoclassicismo, em geral, não articula muito as exigências do presente com a herança do passado, e tende a limitar tanto a *hybris* inventiva do barroco que chega até mesmo, em alguns casos, a fazer do projeto arquitetônico nada mais do que a cópia de um modelo. Nesse ponto, a história da arquitetura reduz-se a um catálogo de formas desprovidas de uma linguagem por meio da qual se poderia passar à consideração crítica do passado e à compreensão da situação histórica atual e das soluções que ela exige. Reduccionismo semelhante ocorreu nas correntes revivalistas do pós-modernismo da segunda metade do século XX. O Neoclassicismo documenta, portanto, como o sentimento do progresso cada vez mais acelerado é acompanhado, simultaneamente, de um latente sentimento de perda, de fracasso e de decadência bem como de uma nostalgia de ordem e de referências estáveis.

¹¹ Cf. ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Ática, 2001. p. 69.

Na modernidade, não são mais as potências externas ao tempo que impõem aflições ao homem. O próprio homem, divinizado em Michelangelo e Descartes, situa-se como o responsável por seu próprio destino, estando em seu poder evitar e reparar todo mal. E essa reparação é possível por meio da história vista como um progresso contínuo. Nessa história, em que não há lugar para o “eterno retorno”, o avanço do tempo parece ser o instrumento da perfeição futura a ser conquistada e da realização do bem e da felicidade plena. O futuro e o passado não são mais alteridades diante das quais o presente possa ser confrontado. O passado é nostalgia, e o futuro é o território sempre aberto e a ser ocupado com intensidade, como Eiffel pretendeu com suas obras.

Essa é a aposta da modernidade, aí incluída a maior parte da arquitetura do século XX e do início do XXI, desde os protomodernistas até os últimos movimentos desconstrucionistas e neomodernistas. Para ocupar esse território descampado, a visita às origens, como a empreendida pela arquitetura grega e a temporalidade cíclica nela concebida, foi substituída pelo valor da inovação absoluta e desprendida de qualquer arquétipo. O modelo passou a ser o futuro, e a história passou a valorizar não o que permanece, mas o que muda:

Já na história passa a ser valorizado não o que permanece e não-muda (o mesmo) segundo o modelo dos arquétipos da repetição, mas a mudança e a diferença (o outro), dissociados de todo e qualquer arquétipo, salvo o do progresso, se é que se pode falar de arquétipo ainda, visto que o modelo buscado é atingido no futuro, não no passado, ao contrário do que se imaginava antes. (DOMINGUES, 1996, p. 59-60).

Apostando no futuro e chicoteando o tempo para fazê-lo avançar e ocupar esse território, temos a arquitetura de Boullée, como o *Cenotáfio de Newton*, contrapondo-se à nostalgia neoclássica, os construtivistas russos do início do século, como se vê no *Monumento para a Terceira Internacional* de W. Tatlin, os projetos imaginados por Leonidov, o novo homem e a nova máquina de morar propostos na *Villa Savoye* e no *Vers une architecture* por Le Corbusier, o projeto de Brasília, de Lúcio Costa e Niemeyer, e até a proposta de interligar fluvialmente todo o Brasil imaginada por Sérgio Bernardes.

Mas, lado a lado, o eterno insiste em penetrar na história, e uma figuração da unidade é proposta para substituir a visão do tempo como constituído por momentos implodidos no quadro fragmentado da história e da cultura. Assim, à tensão do arco moderno protendido para o futuro, o pós-modernismo flexionou-se para o passado. Ao mesmo

tempo que a herança ocidental foi seduzida por uma tecnologia universal cada vez mais sofisticada e desnuda – como na *Torre Eiffel* e no *Centro Georges Pompidou* em Paris e no edifício do *Lloyds's* em Londres, de Richard Rogers – floresceu o contraponto artesanal, romântico e contextual de um Gaudí, nos umbrais do século XX, ou o “modo intemporal de construir” de Charles Alexander. Contrapondo-se à voracidade e ao alarde do novo, Alvaro Siza, como no *Restaurante Boa Nova*, em Leça da Palmeira, e Severiano Porto, no *Centro de Proteção Ambiental*, em Balbina, fincaram um pé na tradição interpretada e no “silêncio”, para usarmos um termo de L. Kahn, de uma arquitetura menos midiática e bombástica. No pluralismo moderno e pós-moderno, vários tempos encontraram vários tipos de moradas. Em Emilio Ambasz, ao projetar uma casa em Córdoba, por exemplo, a arquitetura constrói um tempo mítico, arquetípico, “original”. Sua *arché* não se encontra propriamente em um passado, como no caso grego, mas em um sem-tempo que, procurando romper os muros temporais, centraliza o tempo como o tema fundamental do combate da pedra, da luz e da matéria ávidas de imortalidade e transcendência. Ao se perguntar pela essência do que seja uma biblioteca, uma praça ou um templo, Louis Kahn busca uma ordem no espaço arquitetônico capaz de figurar um tempo e uma permanência que se contraponham à fugacidade do presente, como se observa no seu projeto para a *Sinagoga Hurva*, em Jerusalém. E não é outra a razão que o leva a aprender com a arquitetura egípcia, que tanto desenhcou, com a expressividade das massas e da repetição dos mesmos elementos, como no *Instituto Indiano de Administração*, em Ahmedabad, e no *Unity Temple* em Rochester, a força dos eixos ordenadores, verificada no *Instituto Salk* em La Jolla, (EUA) e a clara distinção e articulação entre interior e exterior do mesmo *Instituto Indiano de Administração*. Estudando e desenhando a arquitetura grega, Kahn reinterpretou o conceito de ordem, como na *Biblioteca Philips Exeter* em Connecticut, e realçou o papel da luz como elemento capaz de dotar o edifício de transcendência e “silêncio”, como faz o *Kimbell Museum*. Em Kahn, a perenidade capaz de facear o efêmero é buscada dentro da permanência dos elementos na história e nas instituições e aspirações da cultura humana, ao contrário da a-temporalidade figurada na arte oriental, em um jardim zen ou em alguns projetos de Tadao Ando, como a *Casa Ito*. Em Kahn, a eternidade é deduzida da interpretação da história e da necessidade humana por espaços que respondam às aspirações ou inspirações afetas à permanência; no oriente, ela se projeta de um modelo supra-histórico e fora do tempo.

3. A arquitetura habita o tempo: do efêmero da percepção à construção do eterno

12 “Mas, por mais importante que seja esta distinção para nossa experiência privada, falta muito para que ela seja suficiente para constituir a noção ou categoria do tempo. Essa não consiste simplesmente em uma comemoração parcial ou integral de nossa vida passada. Ela é um quadro abstrato e impessoal que envolve não apenas nossa existência, mas a da humanidade. Ela é um quadro ilimitado onde toda duração está exposta sob o olhar do espírito e onde todos os acontecimentos possíveis podem ser situados em relação a pontos de referência fixos e determinados. Não é meu tempo que assim pode ser organizado; é o tempo tal como é objetivamente pensado por todos os homens de uma mesma civilização. Apenas isso já é suficiente para fazer entrever que uma tal organização deve ser coletiva. E, com efeito, a observação estabelece que esses pontos de apoio indispensáveis, em relação aos quais todas as coisas são classificadas temporalmente, são emprestados à vida social. [...] Um calendário exprime o ritmo da atividade coletiva ao mesmo tempo que tem por função assegurar sua regularidade.” (grifos do autor). DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 212. (Os pensadores).

A breve história que apresentamos a respeito das várias maneiras como o tempo habitou e habita a arquitetura deve ser agora, invertida, para dar lugar a uma breve conclusão: a arquitetura, em reciprocidade, habita o tempo.

A dimensão temporal da arquitetura passou a ser mais explicitada a partir do advento de uma percepção cada vez mais rápida do mundo circundante, que corresponde à aceleração do tempo na modernidade e na contemporaneidade, como exposto anteriormente. Essa quarta dimensão – a comandar, por exemplo, a apreensão que temos dos edifícios e letreiros de uma avenida através de um carro ou de um trem de alta velocidade – veio a prescrever novas formas e escalas para as construções e as cidades. Em que pese a relevância que essa abordagem do tempo assume na teoria da arquitetura recente, ela não fere a substância da arquitetura e não responde propriamente à experiência da temporalidade intrínseca à experiência espacial. Essa abordagem pode servir para conformar e prescrever formas adequadas à fruição de um determinado objeto pelo indivíduo, conforme o ângulo e modo de visada, mas não para construir uma forma como o homem passe a habitar a história por meio do espaço e, assim, construir sua própria identidade e dotar seu universo de uma componente familiar.

Ultrapassando a consideração do tempo como condição em que se dá a percepção individual, pretendo, nesta conclusão, pensá-lo como componente da arquitetura na condição de acontecimento humano que vai além da contingência de sua fruição. Na medida em que concebemos a arquitetura como construção de uma *arché*, e essa *arché* é investida de uma dimensão pública e ética, também o tempo deve ser lançado nessa dimensão. Isso implica tanto não tomarmos o tempo como algo totalmente individual e subjetivo quanto não o pensarmos como uma “quarta” dimensão plenamente mensurável e divisível. Em vez de concebermos o tempo como algo do mundo das percepções e sensações, procuramos relacioná-lo a uma entidade de ordem coletiva e a um *ethos*. É dessa forma, por exemplo, que E. Durkheim elabora sua ideia de um tempo social e objetivo, a conformar, inclusive, as experiências individuais da temporalidade¹². Esse tempo é próprio de uma arquitetura que se interessa pela organização coletiva da cidade e da sociedade, a exemplo de instituições destinadas a melhor inserir o indivíduo dentro da coletividade, como é o caso das universidades.

A compreensão do tempo da arquitetura se instala no campo da díade efêmero/eterno, cujas manifestações na história acabamos de ler. Abordar a questão do tempo na arquitetura é remetê-la a tal campo e perscrutar o papel a ela destinado em nosso presente para articular a experiência da temporalidade. Se considerarmos a questão do tempo apenas como uma das componentes com que o objeto se dá à percepção, permanecemos apenas na dimensão estética da arquitetura, mas se consideramos o tempo como tempo social, antropológico, histórico, tensionado entre o efêmero e o eterno, a pesquisa avança até investigar a posição da arquitetura dentro de nossa cultura. Aqui chegamos ao âmbito em que se poderia mover da teoria para uma filosofia da arquitetura. Com base no exame de algumas obras, abordamos a experiência do tempo na história da arquitetura. Concluiremos examinando o papel e a experiência da temporalidade em que é produzida a arquitetura dentro do mundo e da atualidade.

Entendemos “mundo” como aquilo que o homem constrói para si com o sentido de tornar “familiar” e próprio o ambiente que o cerca de modo a habitá-lo. Habitar o mundo e construir um mundo habitável é o sentido de toda atividade do ser humano – da religião à ciência, do trabalho ao lazer, da arte ao consumo – de modo a compensar a condição precária e frágil da existência e a fugacidade e efemeridade da vida.

Essa condição “familiar” requer duas coisas: tempo e uso. As coisas que nossas atividades criam para tornar familiar o mundo devem ter a durabilidade e a funcionalidade próprias à familiaridade e ao uso que delas se espera. “Sem se sentir à vontade em meio a coisas cuja durabilidade as torna adequadas ao uso e à construção de um mundo, do qual a própria permanência está em contraste direto com a vida, essa vida jamais seria humana”, diz Hannah Arendt¹³. A durabilidade é a condição do uso. E é ela também que empresta às coisas uma certa objetividade e independência dos homens em particular. Assim, uma cadeira serve a várias pessoas e até a várias gerações. Um martelo mantém-se com uma durabilidade formal e material que o possibilita resistir à imediaticidade dos usos e à frequência com que ele é empregado. Uma casa é capaz de manter-se como tal enquanto abriga o lar de vários indivíduos, famílias e gerações. Ou seja, os objetos de uso portam consigo uma durabilidade que serve tanto para o uso imediato quanto para emprestar à vida humana alguma estabilidade e invariância. Isso os faz ser conhecidos em sua essência e em suas causas (final, formal, material e eficiente, conforme Aristóteles). E possibilita ao mundo conquistar uma familiaridade: os utensílios e instrumentos

¹³ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p. 147.

assumem, portanto, um caráter mais do que meramente utilitário ou instrumental. Sua durabilidade e uso fundam a familiaridade, e é essa familiaridade a responsável por dotá-los de sentido e significado simbólico, de forma a ser possível preservá-los ao lado de nossa cabeceira, no centro da mesa da sala, ou no meio de uma cidade.

Se a arquitetura tem no uso um componente e destino que a definem, mesmo no templo grego, e o seu propósito é o de providenciar a habitação humana, cumpre ser ela dotada da durabilidade necessária. A arquitetura surge como fruto do trabalho do homem para criar a objetividade do mundo que se pretenda familiar, humano, capaz de transformar o caos em cosmo e de nele habitarmos de modo seguro, no sentido heideggeriano¹⁴. A despeito do efêmero e de sua contínua mutação, os homens podem reaver sua identidade diante do contato com a obra de arquitetura e os vários objetos por ela suportados. É o ambiente arquitetônico que oferece uma objetividade que, interposta ao ambiente natural, dota o mundo da estabilidade necessária à sua apropriação, entendida como construção da familiaridade que nos “salva” da permanente mutação e do efêmero. Essa solidez e durabilidade é o produto do trabalho humano e investe a categoria da *firmitas* na obra de arquitetura. E, pelo próprio vínculo que estabelecemos entre a durabilidade e o uso, a *firmitas* anda de braço dado com a *commoditas* ou *utilitas*, segunda categoria da tríade com que Alberti e Vitruvius viram a obra de arquitetura ser composta. E, assim como o utensílio ou instrumento, a própria dimensão de uso e durabilidade própria ao objeto arquitetônico é capaz de nele investir, com o tempo, um valor simbólico e um sentido que ultrapassam o caráter meramente instrumental ou utilitário.

Esse valor da permanência e do sentido é um dos pontos que aproxima a tarefa arquitetônica da tarefa artística, embora outras valências, como as técnicas e utilitárias, afastem-nas bastante. Como obra de arte, a arquitetura transmuta os materiais e “re-apresenta” o mundo como mundo humano, dota-o de sentido, faz dele o “lar não mortal dos seres mortais”¹⁵. Assim, a luz adquire um sentido ao projetar-se no vitral gótico da catedral de Chartres ou na capela de Le Corbusier, em *Ronchamp*, e a maleabilidade plástica do concreto se exhibe tanto nessa capela quanto na de *São Francisco de Assis*, na Pampulha, de Niemeyer. Em vez de virarem lenha e cinza, os restos de caixotes e engradados adquirem valência semântica e documentam o mundo da vida quando servem para compor o ambiente e transformar o espaço em espacialidade, como se pode ver até mesmo na pequena *Padaria Bonome*, de Freuza Zechmeister,

¹⁴ Cf. HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: CHOAY, Françoise (org.). *O urbanismo*. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1962. p. 345-350.

¹⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. p. 181.

em Belo Horizonte. Sem a arquitetura, o poder desses elementos não emergiria, e não prestaríamos atenção neles. A beleza que admiramos numa obra de arquitetura não se valoriza apenas por critérios estéticos, mas também por fazer transparecer a luta contra a dissolução e a mutação constante própria da ordem da natureza na condição de *natura naturata*. Essa luta e essa autoridade é que admiramos, ainda hoje, nas pedras sobrepostas das muralhas de uma cidade antiga, como Roma ou Lucca. Também a *venustas* – o deleite ou prazer, última categoria da tríade vitruviana e albertiana – é investida pela durabilidade da *firmitas* e pela pretensão de se figurar uma imagem de durabilidade, constância e familiaridade. Daí podermos homologar, por exemplo, a beleza de objetos usados, não antigos, como os edifícios que pertencem ao patrimônio e à memória de nosso mundo. Isso faz da temporalidade – como tempo vivido e construído sobre a díade do efêmero e do eterno – uma dimensão da arquitetura mais ética do que estética ou sensorial.

A arquitetura só é capaz de criar um lar para os mortais se ela adquire estabilidade e durabilidade para conseguir suportar e sobreviver à mutabilidade das coisas e ao movimento da vida e das ações. Como suporte, ela é o contraponto que serve – mais do que para abrigar homens, objetos e funções – para sustentar e compassar a sucessão cada vez mais veloz de instantes hipertrofiados. Só assim a arquitetura consegue criar um lar para a diáspora em que se constituiu a modernidade e para o trãnsfuga em que se constituiu o homem que a habita em permanente estado de movimento, penúria e vazio. A sociedade de consumo e a velocidade das trocas e a obsolescência que ela impõe são estágios dessa modernidade, cujos fundamentos situam-se há mais de quinhentos anos. Contudo, também o consumo, como o trabalho e o lazer, é atividade que contribui para tornar o mundo familiar, apropriado, usado. O perigo não está propriamente nele, mas em não criar – como contraponto à sua crescente fertilidade e futilidade – as referências de permanência e durabilidade capazes de fazer a vida se fixar e se realizar em alguma coisa que permaneça, que dê testemunho de nós mesmos, que crie uma identidade e uma familiaridade com o mundo. Por meio dessas obras nos fazemos autores da nossa própria vida em vez de permanecermos como joguetes à mercê de um destino heterônomo e de informações das quais perdemos o controle e a capacidade de interpretar¹⁶. A arquitetura, por sua materialidade, repercussão pública e capacidade de tecer dentro de si tanto os valores da *firmitas* quanto os da *utilitas* e da

¹⁶ Cf. ARGAN, Giulio Carlos. *Projeto e Destino*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Ática, 2001. p. 7-64.

venustas, assim como por sua propriedade de cruzar as dimensões da técnica, da estética, da ética, da função e do símbolo, é um dos poucos meios ainda disponíveis para fazer visível no mundo a díade estrutural na qual se faz nossa experiência do tempo e da história. Cumpre à arquitetura – incluindo aqui a arquitetura que tem a cidade como seu objeto primeiro – transcender a mera funcionalidade das coisas produzidas para o consumo, a mera utilidade dos instrumentos produzidos para o uso, o mero deleite produzido pela beleza e a mera exibição das novidades produzidas pela mídia. Cumpra a ela, como vimos na revisão histórica apresentada, apesar da prioridade dada ao efêmero na modernidade, criar as condições para a constituição de um mundo familiar no qual se reconheça e celebre a dimensão temporal da existência e o espaço da história em que, verdadeira e provisoriamente, ainda habitamos, não apenas como indivíduos, mas como integrantes de um *ethos* comum, compartilhado e familiar.

Afinal, só há projeto de arquitetura se o tempo é projetado nele.

Referências

- ALBERTI, Leon Battista. *I libri della famiglia* (a cura di Ruggiero Romano e Alberto Tenenti). Torino: Einaudi, 1969.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Ática, 2001.
- ARGAN, Giulio Carlo. *Storia dell'arte italiana*. Firenze: Sansoni, 1992.
- BOSI, Ecléa. *Lembrança de Velhos*. São Paulo: TA Queiroz.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite Brandão. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Arquitetura: habitação do tempo. *Design interiores*. São Paulo, RAL, ano 7, 1993. n. 37.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *Quid tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Iluminuras, 1996.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).
- HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. In: CHOAY, Françoise (org.). *O urbanismo*. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1962.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Meaning in western architecture*. New York: Rizzoli, 1983.

Quando se trata de mim,
qual a primeira lembrança
que vem a sua mente?

BRENO BITENCOURT
Sem título, Glitch art, 2017



POÉTICAS DA UBIQUIDADE:

a construção do tempo e da memória em plataformas midiáticas *on-line*

LUCIANA ANDRADE GOMES BICALHO*

TIAGO BARCELOS PEREIRA SALGADO**

AMANDA CHEVTCHOUK JURNO***

RESUMO Este trabalho objetiva analisar a relação entre tempo e memória com base na ubiquidade e na instantaneidade próprias aos processos comunicacionais distribuídos em plataformas midiáticas *on-line*. Partimos dos rastros digitais deixados pelas ações humana e não humana na produção e compartilhamento de conteúdos nesses ambientes digitais. Investigamos como esses ambientes se configuram como “lugares de memória” em razão dos agenciamentos híbridos presentes na lógica de armazenamento de informações em bancos de dados. Para isso, analisamos as especificidades das plataformas midiáticas *on-line*, questionando como elas modificam a nossa maneira de apreender o tempo e a memória, tendo em vista a dimensão efêmera e fluida desses ambientes de compartilhamento.

PALAVRAS-CHAVE Memória. Plataformas midiáticas *on-line*. Tempo.

UBIQUITY POETICS:

the construction of Time and Memory on the Online Social Networks

ABSTRACT This paper aims to think about the relationship between time and memory from the ubiquity and instantaneity that are specific to the communication processes distributed on online media platforms. We leave digital traces left by human and non-human actions in the production and sharing of contents in these digital environments. We investigate, in this way, the configuration of “memory locations” from hybrid agencements present in the information storage logic in databases. For this, we investigate the characteristics of online media platforms and we question how they change our way of apprehending time and memory in view of the ephemeral and fluid dimension of these sharing environments.

KEYWORDS Keyword. Memory. Online media platforms. Time.

* Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista FAPEMIG. Pesquisadora pelo NucCon vinculado ao CCNM/UFMG. E-mail: lucianadrade@gmail.com

** Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CAPES. Pesquisador pelo NucCon vinculado ao CCNM/UFMG. E-mail: tigubarcelos@gmail.com

*** Doutoranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora pelo NucCon vinculado ao CCNM/UFMG. E-mail: amandajurno@gmail.com

Introdução

Vi o populoso mar, vi a aurora e a tarde, vi as multidões da América, vi uma prateada teia de aranha no centro de uma negra pirâmide, vi um labirinto roto (era Londres), vi intermináveis olhos próximos perscrutando-me como num espelho, vi todos os espelhos do planeta, e nenhum me refletiu, vi num pátio da rua Soler as mesmas lajotas que há trinta anos vi no vestíbulo de uma casa em Fray Bentos, vi cachos de uva, neve, tabaco, veios de metal, vapor de água, vi convexos desertos equatoriais e cada um de seus grãos de areia, vi em Inverness uma mulher que não esquecerei, vi a violenta cabeleira, o altivo corpo, vi um câncer no peito, vi um círculo de terra seca numa calçada onde antes existira uma árvore, vi uma chácara de Adrogué, um exemplar da primeira versão inglesa de Plínio, a de Philemon Holland, vi ao mesmo tempo, cada letra de cada página (em pequeno, eu costumava maravilhar-me com o fato de que as letras de um livro fechado não se misturassem e se perdessem no decorrer da noite), vi a noite e o dia contemporâneo, vi um poente em Querétaro que parecia refletir a cor de uma rosa em Bengala, vi meu dormitório sem ninguém, vi num gabinete de Alkmaar um globo terrestre entre dois espelhos que o multiplicam indefinidamente, vi cavalos de crinas redemoinhadas numa praia do mar Cáspio, na aurora, vi a delicada ossatura de uma mão, vi os sobreviventes de uma batalha enviando cartões-postais, vi numa vitrina de Mirzapur um baralho espanhol, vi as sombras oblíquas de algumas samambaias no chão de uma estufa, vi tigres, êmbolos, bisões, marulhos e exércitos, vi todas as formigas que existem na terra, vi um astrolábio persa, vi numa gaveta da escrivaninha (e a letra me fez tremer) cartas obscenas, inacreditáveis, precisas, que Beatriz dirigira a Carlos Argentino, vi um adorado monumento em La Chacarita, vi a relíquia atroz do que deliciosamente fora Beatriz Viterbo, vi a circulação de meu escuro sangue, vi a engrenagem do amor e a modificação da morte, vi o Aleph, de todos os pontos, vi no Aleph a terra, vi meu rosto e minhas vísceras, vi teu rosto e senti vertigem e chorei, porque meus olhos haviam visto esse objeto secreto e conjectural cujo nome usurpam os homens, mas que nenhum homem olhou: o inconcebível universo (BORGES, 2003, p. 170-171).

No fragmento do conto *Aleph* transcrito acima, publicado em livro homônimo pelo escritor argentino Jorge Luis Borges em 1949, o narrador – cujo nome é também Borges – é o próprio personagem da trama. Nesse trecho, o narrador-personagem nos

conta o que seu amigo Carlos Argentino Daneri vislumbrou quando avistou o *Aleph*¹, um ponto do espaço que abarca todos os outros pontos e no qual estão contidos todos os tempos, lugares, objetos e imagens do mundo. Por telefone, Borges fica sabendo que a descoberta do *Aleph* se deu quando Daneri, em razão da demolição de sua casa, necessitava de um lugar tranquilo para seu ambicioso projeto de compor um poema infinito.

¹ *Aleph* é uma palavra hebraica referente à letra A no alfabeto romano e ao *Alfa* no alfabeto grego.

Nesse sentido, o *Aleph* seria uma espécie de ponto de convergência do universo, que não ofereceria uma ordem hierárquica ou um caráter de sucessão entre seus elementos; ao contrário, todos os objetos estariam dispostos de maneira simultânea e justapostos em um único ponto. Enquanto Borges via um mundo refletido sobre si mesmo e uma possibilidade de totalidade do universo, Daneri o compreendia como uma forma infinita de ver as coisas do mundo, utilizando-o como matéria-prima para seu poema. Para Borges, o *Aleph* era como uma esfera que representava todas as coisas, símbolo de um mundo fechado e de um conhecimento total. Por isso, sua preocupação era com a impossibilidade de esquecer tudo o que vira e não mais ser capaz de se maravilhar com a grandeza do universo. Por sua vez, Daneri acreditava que o *Aleph* seria a representação de uma visão aberta, múltipla, que se estenderia ao infinito (BORGES, 2003, p. 171).

Inspirados nessa dualidade de apreensão do mundo, expressa pela diferença entre o modo como Borges e Daneri pensam, é que construímos este trabalho: de uma compreensão fechada e semiestruturada para uma visão mais ampla, processual e multidirecional do conhecimento. Procuramos mostrar que a construção coletiva do mundo e dos saberes do mundo é potencializada pelas diferentes tecnologias de comunicação e informação que utilizamos atualmente, principalmente a partir do advento de dispositivos móveis, como *smartphones*, *tablets* e *notebooks*. Com isso, considerando também que tais tecnologias não inauguram essa dimensão coletiva, buscamos romper com as divisões em relação às noções de tempo e espaço nos ambientes digitais, sobretudo aquelas que polarizam tempo e espaço *on-line* e *off-line*.

Nesse contexto de produção coletiva do saber, a noção de *fluidéz* de Bauman (2001), referente à facilidade de movência dos fluidos, é oportuna para pensarmos a constante mudança à qual o conhecimento se submete. Desse modo, o cruzamento e a indefinição entre os saberes se dão de maneira fluida em ambientes digitais e, ainda que não restrita a esses ambientes, apresentam-se como um artifício que propenso à não solidificação dos campos do saber, mas sim para sua condição momentânea e dinâmica.

No que tange à produção do conhecimento, a noção de *fluidez* se torna ainda mais evidente em *sites* de redes sociais *on-line*, principalmente em relação à configuração da memória pessoal e coletiva. É cada vez mais comum produzirmos diversos conteúdos (textos, imagens, vídeos, *links*, *hashtags*) em ambientes *on-line* por meio de dispositivos móveis e digitais que, em certa medida, tentam organizar e classificar o tempo, buscando compor registros de nós mesmos e fabricar uma memória não perecível ao longo dos segundos, minutos, horas, dias, meses e anos que vivemos.

O imperativo da instantaneidade, que parece dilatar o presente, demanda que o tempo seja cronometrado e passível de mensuração. As marcações temporais que acompanham nossas produções *on-line*, nesse sentido, tendem a facilitar a compreensão do tempo, permitindo-nos dizer o que veio antes, o que está acontecendo neste momento e o que virá em seguida. Essa tentativa de precisar o tempo seria uma maneira de torná-lo inteligível, em meio a um fluxo veloz e denso de produções, uma vez que o presente não é nada além de um instante que deixou de ser o que seria. O presente é pueril e escapa *no* e *ao* tempo.

O convite das plataformas midiáticas *on-line*² (GILLESPIE, 2010) para publicar “o que está acontecendo” (*Twitter*), “compartilhar algo” (*Facebook*) ou registrar a imagem daquele momento (como no *Instagram* e no *Snapchat*) é igualmente uma convocação para a construção da memória por meio do registro dos momentos presentes nesses ambientes midiáticos digitais. Consideramos ao longo de nossa escrita, como será possível perceber, que as plataformas midiáticas *on-line* se aproximam da noção de “lugares de memória” cunhada por Pierre Nora (1993), uma vez que são fruto do desejo humano de produzir lugares onde a memória possa existir. Do mesmo modo, eles também contemplam para uma dimensão histórica do passado. Porém, para o autor, esses “lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p. 12).

Os momentos que selecionamos, editamos e compartilhamos em rede reafirmam a ideia de que não há memória espontânea, ou seja, para que a memória seja acionada, há algo que a aciona. Para lidarmos com o esquecimento e promovermos a lembrança, criamos arquivos, ou seja, registros que nos fazem lembrar aquilo que escolhemos lembrar ou preferimos não esquecer. Escrevemos diários, tiramos fotografias e filmamos os momentos, guardamos objetos que nos foram dados por alguém ou nos lembram alguém ou alguma situação. Com a dinâmica das plataformas midiá-

² Neste trabalho, optamos pela noção de “plataformas midiáticas *on-line*” em detrimento de redes sociais, redes sociais digitais ou *sites* de redes sociais, pois, conforme nossa abordagem, toda rede é sociotécnica e enreda dimensões *on-line* e *off-line* que não devem ser separadas nas análises. O uso do termo *site*, igualmente, restringe a inclusão e a consideração de aplicativos. Plataformas midiáticas *on-line*, no sentido que adotamos, possuem três dimensões: computacional (a infraestrutura), arquitetural (estrutura de base para ações e operações específicas) e figurativa (plataformas são plataformas não apenas porque possibilitam a inscrição de códigos e protocolos, mas porque as *affordances* nelas presentes permitem a comunicação, a interação e comercialização).

ticas *on-line*, temos escolhido esses lugares como preferenciais para a publicização desses instantes que capturamos.

Quando questionamos uns aos outros sobre o valor afetivo de nossos registros, como argumenta Van Dijck (2007), essas ações se tornam ainda mais claras. De acordo com a autora, em uma pesquisa realizada a fim de saber quais objetos os entrevistados salvariam caso houvesse um incêndio em sua casa, a maioria das pessoas afirmou que privilegiaria seus objetos pessoais, sobretudo os álbuns de fotografia. Essa escolha indica que os traços de personalidade e a vontade de permanência estão implicados na noção de memória. Uma vez, portanto, que se escolhe preservar momentos até então vividos e registrados, escolhe-se também que eles sejam lembrados. Em ambientes digitais, podemos verificar a mesma relação afetiva com algumas imagens que neles circulam. Porém, nesses ambientes, a memória, além de ser construída pelas opções pessoais de arquivamento, bem como pelas interações entre os humanos, também é influenciada pelas configurações dos próprios ambientes programáveis, ou seja, a interação entre humanos e não humanos.

Pensemos em um registro fotográfico do casamento de nossos melhores amigos que é recomendado pelos algoritmos do *Facebook* em nosso “*Feed de Notícias*” (FN). Passados cinco anos da data da cerimônia, revemos a imagem em que o casal corta o bolo durante a festa de celebração do matrimônio. Por meio dela, acionada pelos algoritmos do *site*, lembramo-nos das pessoas que estavam presentes conosco na festa, das roupas que vestiam, do sabor e do cheiro dos alimentos que comiam naquela noite, da rota que pegamos para chegar até a festa e de tantos outros detalhes. Pensemos ainda na possibilidade de um amigo que, saudoso de uma viagem, revê as fotos de seu álbum publicadas no *Facebook* e comenta uma delas ao se lembrar de seus amigos presentes na imagem. No comentário, insere a marcação do nome de cada um dos amigos, fazendo com que eles sejam notificados em seus perfis pessoais. Ao receber a notificação e se direcionar para o *link* da foto (a primeira a ser publicada), esses amigos se recordarão daquele momento presente na imagem. Essa lembrança pode ser, ainda, direcionada pelo amigo que fez a marcação por meio da inserção de um comentário, chamando a atenção para alguma lembrança específica.

Desse modo, nossas produções, associadas ao sistema de recomendação e notificação dos ambientes midiáticos digitais, operam ao mesmo tempo como dispositivos

3 Os critérios de recomendação variam de acordo com a rede social digital.

Um aspecto comum às plataformas midiáticas on-line é a não disponibilização da totalidade de variáveis consideradas na seleção das publicações. Entre os critérios conhecidos e que se repetem nesses ambientes estão a proximidade entre as pessoas que publicam e leem a atualidade da publicação (tempo) e o número de interações que tem (com outros perfis).

Os algoritmos, desse modo, selecionam como prioridade de exibição nos FNs publicações dos usuários com os quais interagiu, postagens publicadas recentemente e/ou que tenham maior número de interações entre perfis.

mnemônicos e como dispositivos de esquecimento. Se de um lado esses dispositivos nos fazem lembrar, de outro, eles nos fazem esquecer. Ao não indicar uma imagem, texto ou vídeo que valha ser lembrado, segundo critérios dos *sites*³, acabamos, muitas vezes, por não recorrer aos arquivos que produzimos e publicamos. O desmanchar mental do registro assim como o seu não acionamento acabam por não constituir um “lugar de memória”. Dito de outra maneira, as publicações deixam de restar e são esquecidas. Assim, para haver memória, é necessário haver conexões.

A respeito disso, Ricoeur (2007) destaca que a memória não pode ser concebida como uma simples matriz da história, sem capacidade de gerar novas conexões. Sua construção não depende da historiografia, mas incorpora também as lacunas do esquecimento. Dessa maneira, o autor entende a noção de arquivo não apenas como um lugar físico ou espacial, mas também como um lugar de movimento. Voltando ao *Facebook*, podemos pensar que as imagens que voltam ao “*Feed* de Notícias” (FN) e que são atualizadas em novos contextos ganham vida e passam a vigorar no presente, recebendo comentários e instigando emoções. Por outro lado, as imagens que não são escolhidas ou garimpadas pelos humanos e não humanos fazem parte de uma das dimensões da construção de memória que pontuamos acima: o esquecimento.

Podemos entender essa relação entre memória e esquecimento observando o conto “*Funes, o Memorioso*”, em que Borges (2007) retrata a memória com base na função taxonômica, tomando o personagem como responsável pela criação de um inventário de todas as lembranças e experiências vividas. Todavia, com o desdobrar da narrativa, percebemos uma tentativa frustrada do personagem em organizar todos esses arquivos. Esse “catálogo” monstruoso e infinito de conhecimento se mostra frágil e inútil quando o personagem, apesar de sua capacidade de registrar tudo, revela-se também incapaz de esquecer, de filtrar e selecionar todo o conhecimento adquirido. Em outras palavras, não existe uma construção da memória sem a dualidade entre lembrança e esquecimento; ambas são dimensões que compõem a primeira.

De modo semelhante, somos incapazes de visualizar e assimilar o volume de informações que recebemos diariamente, principalmente aquelas advindas das plataformas midiáticas on-line, em que somos notificados a todo instante e acabamos por não verificar todas as atualizações que recebemos em nossos perfis, seja no *Facebook*, no *Twitter*, no *Instagram*, no *Snapchat* ou até mesmo em nossos e-mails, que são atuali-

zados a cada vez que os acessamos remotamente. Outro lado desse processo mostra a condição de delegadas (LATOURE, 1994) que as máquinas assumem. Nós, humanos, delegamos aos objetos técnicos, como computadores, *notebooks*, *tablets*, *smartphones* e algoritmos a tarefa de lembrar em nosso lugar. Ao anotarmos um compromisso em nosso calendário digital, autorizamos que o *smartphone* aja por nós, permitindo que esse objeto técnico nos lembre de nossos compromissos. Nesse sentido, não somos nós quem lembramos, mas um não humano que se lembra por nós. Obviamente que esse processo não é de todo maquínico, bem como não o é de todo humano. Com isso, defendemos aqui que cabe olharmos para as associações híbridas entre humanos e não humanos (objetos técnicos, dispositivos móveis, algoritmos, plataformas midiáticas *on-line* etc.), pois um não age sem o outro (LATOURE, 2005).

Podemos, então, pensar as plataformas midiáticas *on-line*, bem como os dispositivos móveis aos quais elas se associam, como um grande “arquivo memorialístico”, em que humanos e não humanos se encontram, provisoriamente, em associação mútua, por isso sociotécnicos (LATOURE, 1994; CALLON, 2008). Ao mesmo tempo, ambos se afetam mutuamente, produzindo uma dimensão política e comunicacional. Na visão de Latour (2004), levantar uma questão política é investigar a presença de forças até então ocultas, fazendo emergir algo que ainda não tinha sido visto. Portanto, torna-se viável conceber uma dimensão política da memória pensando nos rastros digitais, pois evidencia as múltiplas agências e conexões que afetam a experiência. Além disso, o processo associativo e de mútua afetação entre os elementos implicados demonstra a dimensão também comunicacional da memória, posto que humanos e não humanos se encontram em associação e afetação recíproca.

Dessa maneira, incorporando ao nosso olhar o modo de apreender o mundo do personagem Daneri, propomos pensar como se dá a construção da memória e do tempo pelas plataformas midiáticas *on-line*, questionando: O que é próprio às ambiências midiáticas digitais e à sua organização temporal? Assim, ao considerarmos a ação de mútua afetação entre humanos e máquinas/espacos virtuais, buscamos entender a dimensão múltipla e coletiva de agenciamento do tempo. Com a finalidade de compreendermos essa composição híbrida de “lugares de memória” ubíquos e instantâneos, tomamos os rastros digitais das ações humanas e não humanas nas plataformas midiáticas *on-line* como ponto de partida.

O tempo ubíquo nas plataformas midiáticas on-line

Podemos considerar a onipresença e a ubiquidade, tal como o faz Santaella (2010) ao mencionar o pesquisador francês Dominique Carré, como as principais figuras da mobilidade, principalmente depois do surgimento das tecnologias móveis. Notamos, dessa maneira, que mobilidade e ubiquidade estão intimamente implicadas uma na outra. Enquanto a mobilidade se refere ao deslocamento, a ubiquidade diz respeito à possibilidade de se comunicar enquanto se desloca, estando presente em cada um dos pontos de uma dada trajetória. A ideia de onipresença, incutida na noção de ubiquidade, oculta o deslocamento, permitindo “ao usuário continuar suas atividades mesmo estando em outros lugares” (SANTAELLA, 2010, p. 17).

Nesse caso, essas figuras de mobilidade nos interessam por trazer uma visão múltipla e aberta sobre as relações entre tempo e espaço. Quando falamos em ubiquidade e onipresença, falamos de uma continuidade temporal do vínculo comunicacional sem preceder um espaço fixo e territorial. Na verdade, o que assimilamos é uma plurilocalização formada pela adição de instantes, que vive pela iminência da instabilidade. O usuário torna-se, então, um nômade que pode ocupar vários lugares possíveis ao mesmo tempo, em razão da possibilidade de estar conectado o tempo todo. Por isso, nesses ambientes fluidos e hiperconectados, fica difícil estabelecer os sentidos de permanência e duração (SANTAELLA, 2010).

Pensemos em uma criança que brinca com seu *tablet* ao ir da escola para sua casa. Ao acionar sua rede 3G ou 4G e sua localização atual, um amigo que a acompanha em outro bairro consegue notar seu deslocamento espaço-temporal. Podemos nos perguntar: afinal de contas, onde ela estava? Ela estava em todos os espaços e tempos que ela percorreu. Sua localização, nesse sentido, foi plural. Ela esteve presente em cada um dos pontos de seu trajeto e a todo instante em que esteve conectada.

Outra perspectiva que complementa esse sentido de ubiquidade nos é ofertada por Maciel (2007). A autora afirma que ubíquo é tudo aquilo “que é passível de ser inserido – mesmo que provisoriamente – em vários lugares ao mesmo tempo, dada a diversidade muitas vezes contraditória de seus traços” (MACIEL, 2007, p. 156). Ela se recorda da figura do ornitorrinco, animal descoberto em 1979, na Austrália, que

possuía características comuns a vários outros animais, sendo todas as categorias de classificação animal pré-existentes insuficientes para catalogar essa espécie. Ao pensar sobre o ornitorrinco, Eco (1998, p. 55) nos diz que ele “é um animal que parece concebido para desafiar qualquer classificação, quer científica quer popular”.

A figura do ornitorrinco nos ajuda a conceber as plataformas midiáticas *on-line* como ubíquas, visto que elas podem ser estudadas de distintas maneiras e apresentam até mesmo uma dificuldade de classificação. Assim como o animal pode ser enquadrado em várias categorias ao mesmo tempo, as plataformas midiáticas *on-line* transitam e se transformam de acordo com as articulações entre as linguagens e as ações dos atores em movimento. Esses espaços ubíquos “intensificam a potência inata da mente para a fluidez, pois permitem que múltiplas realidades desfilem de modo simultâneo em nossa mente” (SANTAELLA, 2010, p. 18).

Além disso, com a possibilidade de registrar e compartilhar conteúdo nas plataformas midiáticas *on-line*, o número de mediadores torna-se mais amplo, sendo uma característica intrínseca à rede, favorecendo seu caráter ubíquo pelas conexões criadas entre os agentes em movimento. Nesse caso, para Latour (2005), não existe critério *a priori* para a definição de um ator ou mediador. Na sua visão, um ator ou mediador é aquilo ou quem faz muitos outros atores agirem. De modo mais didático e simplificado, ator ou mediador é qualquer coisa responsável por fazer alguma outra coisa. Atores ou mediadores, nesse sentido, são humanos e não humanos. Ambos agem e levam outros a agir, pois nenhum deles age em separado, mas em associação, por isso o emprego do hífen na expressão *ator-rede* elaborada e desenvolvida por Latour (2005).

Isso nos permite pensar que a mobilidade cria espacialização, pois possibilita o compartilhamento simultâneo de registros de vários lugares e temporalidades distintas, gerando um movimento contínuo de desterritorialização e reterritorialização. Para Lévy (1996), isso acontece porque tudo está inserido em um processo de virtualização, ou seja, de “heterogênese, devir outro, processo de acolhimento de alteridades” (LÉVY, 1996, p. 25). Os espaços, então, se metamorfoseiam. Por isso, o virtual está ligado à noção de desterritorialização, visto que ele toca em algo que não possui mais fronteiras nítidas, ou seja, o virtual é fruto da fractalização do mundo. Contudo, apesar de Lévy (1996) considerar uma separação, ainda que didática, do virtual e do atual, pensamos que ambas as dimensões são apenas uma. Dito de outra maneira, não é possível

estabelecer um limite e dizer: até aqui temos o real, a realidade; e aqui temos o virtual. Pelo contrário, os dois aspectos se implicam mutuamente. O virtual age *no, pelo e com* o atual/real e vice-versa. Ao pesarmos em um evento agendado pelo *Facebook* pró ou contra o governo Dilma, notamos que ele atualiza o que é publicado *on-line*, bem como reformula e incide em ações *in loco* que, simultaneamente, retornam e atualizam a página do evento.

A presença ou ausência física em ambientes midiáticos digitais, portanto, não repercute na extinção ou perda de sentido da noção de lugar. O que percebemos é um redimensionamento dessa categoria, que se torna um fluxo dinâmico e turbulento de territorialidades, visto que “lugares são redes de atores que conectam outros lugares e temporalidades” (LEMOS, 2013, p. 52). O lugar, portanto, como consideramos, é mediador, ele age na construção de sentido e modifica a noção de presença. O lugar, de fato, opera na instauração de presenças. Ele torna presente e sintetiza uma ausência. As plataformas midiáticas *on-line*, portanto, como “lugares de memória”, atualizam o presente, o passado e o futuro, convergindo-os, tal como o faz o *Aleph*, para o “tempo real”.

Weissberg (2004) afirma que a noção de “tempo real” é polêmica e vem sendo utilizada, desde 1970, para designar aplicativos “cujo tempo de tratamento é compatível com o fenômeno a ser controlado” (WEISSBERG, 2004, p. 126), ou seja, quando a recepção coincide com a emissão. Porém, o autor ressalta que, na lógica do compartilhamento *on-line*, a instantaneidade deixa de ser o paradigma primeiro para dar espaço ao “tempo diferido”, em que emissão e recepção não coincidem. Assim, a noção de “tempo real” está vinculada à ideia de interação, redimensionando o espaço de produção e consumo que configura a expansão da temporalidade. São justamente essas interações (compartilhar, curtir, comentar, gostar, não gostar, publicar, visualizar) que vão produzir os rastros digitais que criam e atualizam a memória.

Com relação à questão da “presença”, Santaella e Lemos (2010) destacam que ela passa a ser conectada. Entretanto, isso não significa que ela se oponha à “ausência”, pois não se trata de considerar a dimensão física da “presença”, mas as relações e trocas contínuas. Para as autoras,

os dispositivos móveis entram nas redes como novos atores que permitem o contato contínuo, ininterrupto, dos atores humanos entre si na rede, pois seus pontos de entrada e saída são eles mesmos móveis e, por consequência, permanente-

mente abertos. Isso habilita os atores a estar sempre copresentes uns aos outros à medida que se movimentam de maneira independente no espaço. (SANTAELLA; LEMOS, 2010, p. 52).

Essa ideia de “tempo real” presente na citação acima dialoga com o ponto de vista de Andrew Hoskins (2009), que acredita que o processamento de dados em “tempo real” produz uma simulação de memórias que são recriadas indefinidamente, uma vez que a temporalidade nos ambientes digitais é contínua e emergente, não pontual como nas mídias chamadas “tradicionais” (rádio, televisão, jornais e revistas). A temporalidade de um evento permanece ativa, e os rastros produzidos podem ser resgatados a qualquer momento, reativados e revividos conforme os interesses dos usuários ou recomendação das próprias plataformas midiáticas *on-line*. Isso significa que a memória se modifica pela enorme capacidade que as tecnologias digitais ofertam a cada pessoa de se expressar em rede.

Os rastros digitais na lógica do banco de dados

A possibilidade de resgatar os rastros digitais, produzidos pelos agentes humanos e não humanos, é o que configura a relação entre tempo e memória neste trabalho. Entretanto, podemos perceber que a memória tem sido objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, visto que ela está intrinsecamente ligada à própria vida. A história é sempre uma reconstrução “problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.” (NORA, 1993, p. 9). A memória é construída por detalhes vagos e, sobretudo, afetivos, por isso só pode ter ligação com o presente. A história é, por sua vez, um ato de discurso crítico, uma operação intelectual, que está ligada às continuidades temporais e às relações das coisas. “A memória é um absoluto, e a história só conhece o relativo.” (NORA, 1993, p. 9).

Por essa razão, Nora (1993) explica que a memória tem uma natureza múltipla, que pode ser direcionada tanto ao coletivo, ao plural, quanto ao individual. Por isso, só podemos falar de “lugares de memória” que são criados com base nas relações entre lembranças e esquecimentos. Se fôssemos capazes de cristalizar todos os momentos, como o personagem Funes, não haveria necessidade de reconstruí-los, e perderíamos

o movimento entre memória e história. Nesse sentido, só criamos conexões daquilo que está ameaçado pelo esquecimento. Assim, os arquivos criados não estão prontos, fechados ou acabados, mas encontra-se em permanente estado de construção.

Na perspectiva de Derrida (2001), o arquivamento tanto produz quanto registra o evento. Ele não é a memória, mas um lugar que se configura pela falta estrutural da chamada memória. Sua principal característica é sempre trabalhar contra si mesmo (DERRIDA, 2001, p. 23), pois existe uma “pulsão de arquivo” que leva em conta as contradições entre lembrança e esquecimento, visto que é impossível abarcar a totalidade, e sempre selecionamos os registros que serão acionados. O que significa que o arquivo pode sempre apontar para outros “lugares de memória”.

Para Ricoeur (2007), os rastros estão no presente, como índice de uma ausência, e não no passado, o que torna o esquecimento uma dimensão própria da memória. Os rastros não são a ação, mas a marca do que sobrou da ação, como também explicita Nora (1993) ao empregar a palavra “resto”. Por isso, o esquecimento não deve ser visto como um operador de apagamento dos rastros nem como uma distorção que reduz sua confiabilidade. É justamente essa potencialidade política e comunicacional dos rastros que entendemos, neste artigo, como memória – potência em revelar o que foi associado e produziu uma conexão em rede que antes não havíamos percebido ou levado em conta.

No contexto atual de grandes volumes de dados que são produzidos, armazenados e compartilhados digitalmente, conhecidos como *Big Data*⁴, e na lógica dos bancos de dados, há um grande acúmulo de registros que concentram diversos tipos de rastros deixados digitalmente pelas ações de usuários na *web* – desde o percurso feito no acesso a um *site* até as ações realizadas durante a exibição de um vídeo. Com o aumento do uso de dispositivos móveis e a cotidiana produção e compartilhamento de textos, áudios e imagens por usuários, aumenta-se a produção de rastros digitais nesses ambientes.

Uma vez que nossa memória passa a ser construída também pela lógica de ambientes midiáticos digitais, torna-se instigante pensar a atuação dos não humanos no questionamento da construção desses “lugares de memória”. Apesar de os humanos serem contemplados na maior parte das pesquisas em comunicação, é preciso refletir sobre a atuação dos algoritmos e da lógica do banco de dados na composição e destino dos rastros digitais, bem como na formação de arquivos que serão recuperados e revividos por nós mesmos, humanos.

4 O conceito de *Big Data* foi usado pela primeira vez por John Mashey, em meados da década de 1990, para se referir à manipulação e análise de um grande volume de dados (KITCHIN, 2014). Porém, o autor afirma que existem pelo menos três aspectos fundamentais para se pensar o *Big Data*: a) enorme volume de dados (*terabytes* ou *petabytes*), b) a alta velocidade, visto que são criados praticamente em tempo real, e c) natureza temporalmente e espacialmente referenciada.

Afinal, todas as ações na *web* deixam rastros (BRUNO, 2012) que podem ser mais ou menos recuperados e usados para entender nossa navegação. Podemos, então, compreender o *Big Data* como um conjunto de arquivos potentes e que tendem ao infinito para a coleta e armazenamento de dados, mas que também podem se mostrar frágeis e arbitrários na tentativa de recuperação dos rastros digitais. Ao retomar o pensamento do filósofo francês Michel Serres, Bruno (2012) alega que o rastro digital é um “quase-objeto” que pode ser mais ou menos visível, resistente, duradouro ou voluntário. O rastro digital, nesse sentido, “situa-se num limiar entre presença e ausência; visível e invisível; duração e transitoriedade; memória e esquecimento; voluntário e involuntário; identidade e anonimato.” (BRUNO, 2012, p. 685).

A autora nos chama atenção para o fato de que “se historicamente entende-se o esquecimento como o efeito mais ‘natural’ e o registro como gesto suplementar, vivemos na rede o inverso: para que o esquecimento se produza, é preciso uma ação deliberada” (BRUNO, 2012, p. 688). Assim, todas essas informações geradas nos nossos acessos são computadas junto às de milhares de outros usuários e usadas para criar “perfis de público”, prever comportamentos e, assim, vender espaços de publicidade personalizada, relatórios de *marketing* para empresas interessadas ou sistemas de vigilância, entre outros. Sob essa perspectiva, o rastreamento das ações na *web* constitui uma via privilegiada de acesso aos desejos e traços de personalidade dos usuários:

A suposição de autenticidade contida nestes rastros está atrelada à ideia de que, uma vez “emanando” do próprio fluxo das ações cotidianas, eles seriam vestígios colhidos in natura, e por isso mais confiáveis, uma vez que o filtro da consciência estaria mais relaxado. (BRUNO, 2012, p. 8).

Ao mesmo tempo, os rastros digitais não possuem características exclusivas, mas são potencializados nos ambientes programáveis e mais facilmente recuperáveis, pois “toda ação – navegação, buscas, simples cliques em *links*, *downloads*, produção ou reprodução de um conteúdo – deixa um rastro, um vestígio mais ou menos explícito, suscetível de ser capturado e recuperado” (BRUNO, 2012, p. 687). Entretanto, a autora atenta para o fato de que, ao mesmo tempo que produzimos padrões comunicacionais e mnemônicos – assegurando a existência de arquivos – nem todo rastro digital é persistente e recuperável, pois pode ser apagado pelos usuários ou mesmo não arquivado. Os usuários podem optar, por exemplo, por acessar a *web* por meio de páginas

anônimas em *browsers* ou apagar os *cookies* e históricos de navegação após a utilização, fazendo seus rastros digitais deixarem de existir.

A dimensão entre memória e esquecimento nas plataformas midiáticas *on-line* volta a ser tensionada quando algumas delas, como o *Snapchat*, alegam oferecer aos usuários a possibilidade de “não deixar rastros”. Nesse ambiente especificamente, as publicações postadas na “história do usuário” desaparecem após 24 horas, e aquelas enviadas para contatos específicos só podem ser visualizadas uma única vez. O esquecimento nessa rede social digital, contudo, é relativo: há a possibilidade de capturar a tela (*screenshot* ou *printscreen*) para salvar a imagem compartilhada ou fazer o *download* de suas próprias postagens. Assim, os usuários utilizam essa prerrogativa para fazer determinadas histórias ficarem disponíveis por mais tempo, para que possam ser visualizadas por mais pessoas e posteriormente recuperadas. Para isso, costumam republicar os vídeos e/ou fotos em outras plataformas midiáticas *on-line*, como o *Instagram*, geralmente com a *hashtag* *#snapsave*, em referência ao ambiente “original” do conteúdo.

Para Hoskins (2009), essa manipulação constante dos dados nos mostra que estamos lidando com uma memória simulada, ou seja, uma memória em estado de potência, em vias de metamorfose. Apesar de se tratar de um arquivo que se mostra ao infinito, a memória só se atualiza no presente, por meio do compartilhamento dos relatos. As mensagens publicadas no *Facebook* que voltam para o topo do “*Feed* de Notícias” são exemplares desse processo de atualização. É preciso lembrar que os algoritmos responsáveis pela seleção de mensagens exibidas nessa interface só oferecem visibilidade para essas mensagens quando elas são acionadas por alguma ação. Há também casos em que o *Facebook* escolhe algumas postagens e oferece ao usuário para compartilhá-las em suas “linhas do tempo”. As postagens vêm acompanhadas do título “Suas lembranças no *Facebook*” e o texto “Fulano, consideramos importante preservar as memórias que você compartilha aqui. Achamos que você gostaria de lembrar essa publicação de X anos atrás”. Oferecendo essas postagens, os algoritmos contribuem para a atualização da memória no presente ao possibilitarem a revisão daquele conteúdo. Ainda que o usuário opte por não republicá-lo em seu perfil, o momento já foi rememorado por ele.

Isso significa que estamos diante de uma memória mediada, conforme afirma Van Dijck (2007), dando ênfase ao comportamento híbrido das plataformas midiáticas *on-line*. A autora define esse tipo de memória como um produto da mediação humana

e dos dispositivos midiáticos. Isso ocorre porque as audiências das plataformas midiáticas *on-line*, como dito anteriormente, são compostas dos processos de adesão e recomendação dos algoritmos desses ambientes midiáticos. Igualmente, elas se formam pela circulação de sentidos e pela sobreposição de camadas de mediação (publicação, recomendação, comentário, republicação). Essa relação modifica o vínculo fundamental entre os mediadores, pois “estar audiência” (SALGADO, 2013) significa produzir rastros, ou seja, deixar vestígios por meio dos agenciamentos coletivos que constituem a experiência de mundo dos seres sociotécnicos. Por isso, podemos falar de uma formação coletiva ou sociotécnica da memória.

A noção de memória, então, torna-se maleável, volátil, apreendida por meio de uma dimensão menos factual (VAN DIJCK, 2007, p. 39). Sempre que acionamos algum registro, criamos novas narrativas, ou seja, ele nunca será memorizado da mesma forma em períodos distintos. Para Ricoeur (2007), a lembrança é um ato fictício, pois está sempre condicionada à nossa percepção. E essa percepção muda com o passar do tempo, estando intimamente ligada ao momento em que estamos vivendo. “Teríamos, assim, a sequência: percepção, lembrança, ficção” (RICOEUR, 2007, p. 65).

Dessa maneira, criamos diariamente novas narrativas nas plataformas midiáticas *on-line*, por meio de nossas numerosas publicações. Tencionamos os limites da memória tentando capturar e registrar os acontecimentos à medida que eles se dão, criando enormes arquivos de nós mesmos. Esses arquivos, junto aos arquivos de rastros digitais e publicações de milhares de outros usuários, conformam gigantescos compêndios de dados que jamais serão compreensíveis pela mente humana. Na tentativa de evitarmos o esquecimento, delegamos aos não humanos a tarefa de arquivar esse conteúdo – submetendo-nos à sua lógica de funcionamento – e a tarefa de nos ajudar a lembrar e organizar nossos conteúdos.

Considerações finais

Neste trabalho, tencionamos as noções de memória e tempo com base nas plataformas midiáticas *on-line* para propormos uma visão mais ampla, processual e multidirecional do conhecimento. Procuramos mostrar como as diferentes tecnologias de comunicação e informação que utilizamos atualmente potencializam a construção co-

letiva do mundo e dos saberes do mundo, construção que se dá de maneira associativa, conectiva, relacional e, portanto, híbrida e sociotécnica.

Nesse contexto, recorreremos à noção de “fluidez” para pensarmos como o cruzamento e a indefinição entre os saberes se dão também de maneira fluida no ambiente digital, chamando a atenção para essa não solidificação dos campos do saber e para sua condição processual e aberta. Acreditamos que as plataformas midiáticas *on-line*, ao possibilitarem a produção e compartilhamento de conteúdos diversos, influenciam a produção da memória dos usuários. Por meio da publicação de fotos, áudios, vídeos e textos, facilitada pelos dispositivos móveis, os usuários constroem arquivos para apreenderem o tempo e o mundo. Como procuramos elucidar, usamos os ambientes midiáticos digitais para nos ajudar a lembrar das coisas que não queremos esquecer, construindo imensos arquivos de nós mesmos com vistas a um futuro de recordações.

Mas o que é compartilhado nesses “lugares de memória”? Como esses conteúdos são armazenados? Orientados por essas questões, discutimos a ação dos não humanos na configuração de memórias. A partir do momento em que delegamos a esses atores a tarefa de armazenar nossos conteúdos, também nos submetemos às suas lógicas de armazenamento e classificação. Os momentos que selecionamos, editamos e compartilhamos em rede reafirmam a ideia de que não há memória espontânea, ou seja, a memória é acionada por alguma outra coisa. Nessa dinâmica, os não humanos participam na composição da memória, selecionando, inclusive, o que deve ser lembrado – como é o caso do *Facebook*. Como ressaltamos, trata-se de uma recomendação feita segundo as ações que já se deram nesse *site*: o que curtimos, o que comentamos, quem adicionamos em nosso perfil, entre outras possibilidades que precisam ser investigadas em outras produções.

Nas plataformas midiáticas *on-line*, como frisamos, a noção de tempo deve ser problematizada. Pontuamos, desse modo, que o imperativo da instantaneidade dilata o presente e as marcações temporais que acompanham nossas produções *on-line*, facilitando-nos a compreender o tempo. O convite das plataformas midiáticas *on-line* para que publiquemos nossas ações é também uma incitação a construirmos nossa memória.

Em suma, construímos arquivos gigantescos que não podem ser por nós apreendidos. No âmbito do *Big Data*, diversos tipos de informações e rastros digitais são

armazenados para que possam ser recuperados em um futuro infundável. Cabe perguntarmos a nós mesmos a razão pela qual temos produzido, publicado e armazenado tantos dados que jamais vamos retomar. Nesse contexto, precisamos, novamente, lançar mão dos não humanos – como os algoritmos do *Facebook* – para selecionar o que vamos ou não lembrar. Delegando funções aos não humanos, submetemos nossa memória à sua lógica de seleção e classificação. Desse modo, é fundamental discutir os rumos da construção mnemônica nas plataformas midiáticas *on-line*.

Referências

- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, J. L. O Aleph. In: BORGES, J. L. *O Aleph*. São Paulo: Globo, 2003. p. 157-176.
- BORGES, J. L. Funes, o memorioso. In: BORGES, J. L. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 99-108.
- BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. *Famecos*, Rio Grande do Sul, v. 19, n. 3, p. 681, 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12893/8601>>. Acesso em: 1 abr. 2016.
- CALLON, Michel. Entrevista com Michel Callon: dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Sociologias*, Rio Grande do Sul, ano 10, n. 19, jan./jul. 2008, p. 302-321. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n19/a13n19.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- ECO, Umberto. *Kant e o ornitorrinco*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GILLESPIE, Tarleton. The politics of ‘platforms’. *New Media & Society*, v. 12, n. 3, p. 347-364, maio 2010.

HOSKINS, Andrew. *The digital distribution of memory*, 2009. Disponível em: <<http://www.inter-disciplinary.net/wp-content/uploads/2009/03/hoskins-paper.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

KITCHIN, Rob. The real-time city? Big data and smart urbanism. *GeoJournal*, n. 79, 2014, p. 1-14. Disponível em: <<https://www.maynoothuniversity.ie/progcity/wp-content/uploads/2014/02/GeoJournal-Real-time-city-2014.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1994.

LATOUR, Bruno. Se falássemos um pouco de política? *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v.3, n.4, 2004, p. 11-12. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/94210/Se%20falássemos%20um%20pouco%20de%20política%20Latour.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social – An Introduction to Actor-Network-Theory*. New York: Oxford University Press, 2005.

LEMONS, A. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. *Galáxia*, São Paulo, n. 25, p. 52-65, jun. 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/13635>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

MACIEL, Maria Esther. Poéticas do inclassificável. *Aletria*, Belo Horizonte, v.15, p. 155-162, 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1393/1491>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SALGADO, T. B. P. Notas sobre audiências, comunidades e fãs nos canais de Felipe Neto no YouTube. *Ciberlegenda*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 69-82, 2013. Disponível em: <<http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/viewFile/615/343>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. *Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter*. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, Lucia. *A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade*. São Paulo: Paulus, 2010.

VAN DIJCK, José. *Mediated memories in the digital age*. Stanford: Stanford University Press, 2007.

WEISSBERG, Jean-Louis. Paradoxos da teleinformática. In: PARENTE, André (Org.). *Trama da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NIXE

Mini mundo, silicone adesivo e caneta
sobre acetato, foto: Elisa Campos



TEMPOS DA MOBILIDADE:

três notas de uma nova partitura espaço-temporal

MARCELO CINTRA DO AMARAL*

RESUMO A mobilidade urbana se desenvolve em um espaço, consumindo um tempo e deslocando um corpo. O espaço exerce papel importante na análise da mobilidade, mas este artigo trata de como os “tempos da mobilidade” podem interferir no espaço, seja na alteração das velocidades, seja na redução das distâncias ou redefinindo ritmos. Para romper com a tendência de o tempo se reduzir ao emprego compulsório do espaço, esboçam-se os primeiros elementos para uma teoria e apresentam-se exemplos de políticas e práticas que tentam alçar o tempo a uma categoria privilegiada de análise e ação. O tempo guarda de forma latente inúmeras possibilidades de reflexão e de transformação, por ações políticas ou poéticas, mas, antes de tudo, é preciso refletir sobre ele.

PALAVRAS-CHAVE Espaço-tempo. Mobilidade urbana. Desvelocidades.

MOBILITY TIMES:

three notes on a new space-time score

ABSTRACT Urban mobility involves actions in a space, using a time and moving a body. The space plays an important role in the analysis of mobility, but this article is about how the *mobility times* can transform the space, changing speeds, shorting distances or setting rhythms. To change the tendency of the time to be reduce by the compulsory use of space, the text shows propositions for a theory and examples of policies and practices that trying to raise the time to a category of analysis and action. The *time* has several possibilities of reflection and transformation of political or poetic actions, but first of all, we need to think about it.

KEYWORDS Space-time. Urban mobility. Develocity.

* Engenheiro Civil e Doutor em Geografia pelo IGC/UFMG. E-mail: m.amaral.br@gmail.com

Tempos de mobilidade

Durante séculos, acreditávamos que os homens mais velozes detinham a inteligência do Mundo. A literatura que glorifica a potência incluiu a velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a “sua” civilização para o resto do mundo. Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos “lentos” e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virílio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrinhá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. (SANTOS, 1996, p. 220).

Surge das primeiras leituras de Milton Santos, em especial da passagem acima, a intuição sobre a importância da dimensão dos tempos – e das velocidades – para pensar a mobilidade urbana. As pessoas, ao saírem de suas casas para ir ao trabalho, à escola ou a outros locais onde realizam suas atividades, percorrem espaço e consomem tempo.

O espaço é um dos conceitos fundamentais que podem contribuir para a compreensão da mobilidade cotidiana da cidade, mas parece esconder o tempo, conceito ainda pouco explorado quando se pensa nesse tema, mesmo que se defenda que o conceito de espaço deva ser sempre entendido como espaço-tempo. Essa indissociabilidade entre espaço e tempo, amplamente difundida entre geógrafos, ainda provoca algumas disputas com historiadores, que têm no tempo (histórico), seu conceito fundamental. Mas tempo não se deixa reduzir e surge e ressurgue sempre associado ao espaço e ao corpo quando se pensa nos deslocamentos das pessoas, sempre associado ao espaço e ao corpo, e expresso de diversas formas.

Um campo novo, o da mobilidade urbana, surge no Brasil a partir dos anos 2000, como tentativa de mudança de paradigma do setor de transportes, com foco nas pessoas e que contempla aspectos ambientais ou sustentáveis. De inspiração internacional, em especial da Europa, que havia adotado essa terminologia há alguns anos, aos

poucos foi se difundindo e ganhando hegemonia nos meios acadêmico e técnico e por toda a sociedade brasileira como o termo dominante.

O conceito de mobilidade é tratado por inúmeros campos de conhecimento. Marc Wiel¹ discorre sobre como economistas, sociólogos, engenheiros e geógrafos apresentam conceitos diferentes ao propor uma abordagem de mobilidade urbana como uma indissociabilidade entre mobilidade e cidade. Vincent Kaufman² e Caroline Gallez³ mostram algumas das formas como mobilidade é usada nas ciências sociais, especialmente nos aspectos de mobilidade social e migração. Logo, se surge no campo da engenharia e das políticas urbanas, nos últimos cinco anos, a mobilidade urbana tem começado a ser objeto das ciências humanas no Brasil, atraindo pesquisadores sociais a explorar a multifacetada natureza da mobilidade de indivíduos e das cargas. Frente à vastidão que se abre nesse novo campo, cabe registrar que a reflexão objeto desse texto limita-se aos tempos dos deslocamentos de pessoas na cotidianidade urbana.

1 WIEL (2005).

2 KAUFMANN (2014).

3 GALLEZ; KAFMANN (2009).

O sociólogo francês Henri Lefebvre, sem nunca ter tratado diretamente dos temas mobilidade urbana ou tempos, contribui de forma indireta para essa reflexão ao longo das várias fases de suas teses críticas, especialmente quando trata da vida cotidiana e da produção do espaço. Suas quatro obras sobre a cotidianidade⁴ evidenciam a necessidade de apropriação do tempo cotidiano como possibilidade de transformação social, e uma possível leitura de *A Produção do Espaço*⁵ possibilita afirmar que é possível se pensar na produção do tempo – de outros tempos –, uma vez que ele constata que o tempo (histórico e cotidiano) é espaço, e, quando não se separam, o sentido de um se descobre no outro, sem mediação intelectual. Essa associação/indissociação carrega conflitos e contradições e procura romper com a tendência de o tempo se reduzir ao emprego compulsório do espaço, por meio de percursos, marchas, trajetos, transportes. O tempo guarda de forma latente inúmeras possibilidades de reflexão e de transformação, tão necessárias à reflexão da mobilidade urbana, principalmente quando tratado sob a perspectiva das ciências humanas.

4 Antes de construir sua obra urbana e espacial, Lefebvre desenvolveu a “Crítica da vida cotidiana”, iniciada em 1947, com quatro obras que se estendem até 1981, nas quais constrói uma instigante análise de como o sistema econômico (no caso, o capitalismo) produz e reproduz uma vida cotidiana para sua própria reprodução.

5 LEFEBVRE (2000).

Mas de que tempo (ou de que tempos) devemos falar ao pensar a mobilidade urbana?

Em um texto sobre o tempo nas cidades, transcrito de uma palestra de 1989, Milton Santos⁶ traz reflexões sobre possibilidades de leitura destes tempos urbanos: tempos curtos e longos; tempo cósmico, tempo histórico e o tempo existencial; tempo individual (vivido, sonhado, vendido e comprado) e tempo simbólico (mítico, tempo das sensações);

6 SANTOS, M. (2002).

tempo histórico (tempo sucessão, tempo social, o ontem, o hoje, o amanhã); tempos justapostos e tempos superpostos; tempo como sequência (o transcurso), tempo como raio de operações (o espaço) e tempo como rapidez de mudanças e como riqueza de operações. No meio dessas possibilidades, entre um tempo que é sucessão e um tempo contido no tempo – e que é comandado pelo espaço –, Milton Santos defende que a abordagem da dimensão temporal sobre as cidades deveria estar focada nos “tempos lentos” e “tempos rápidos”, que refletem a correlação política entre homens e instituições hegemônicas e homens e instituições hegemonzados. Dessa diferenciação, destaca-se a velocidade como aspecto prioritário na compreensão das cidades e, obviamente, da mobilidade urbana.

7 Alguns autores preferem grafar *cronos* ou *chronos*, mas optou-se pela grafia *kronos* por sua complementariedade com o *kairós*.

8 Segundo a mitologia grega, Kronos e Kairós eram irmãos, filhos de Aiôn, o tempo eterno. A diferenciação entre as três palavras gregas para o tempo foram tiradas de Julien (1998, p. 92 apud DINUCCI, 2008).

9 Segundo Boaventura, a monocultura do tempo linear é a ideia de que o tempo tem sentido e direção únicos e conhecidos, formulados de diversas formas nos últimos duzentos anos, tendo sempre os países centrais do sistema mundial na frente do tempo: progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento, globalização. (SANTOS, B., 2002, p. 251)

10 Ecologia das temporalidades é a “ideia de que as sociedades são constituídas por várias temporalidades e de que a desqualificação, supressão ou ininteligibilidade de muitas práticas resulta de se pausarem por temporalidades que extravasam do cânone temporal da modernidade ocidental capitalista” (SANTOS, B. 2002, p. 251).

Os gregos antigos tinham três palavras para o tempo, derivadas de sua mitologia: *kronos*⁷, *kairós* e *aiôn*⁸. *Kronos* representa o aspecto quantitativo do tempo, *kairós*, designa o aspecto qualitativo do tempo, e *aiôn*, o tempo eterno. Sem desmerecer do *aiôn*, o tempo do acaso, do jogo, da brincadeira, essa dualidade entre *kronos* e *kairós*, entre o tempo cronológico, que se mede e o tempo indeterminado, tempo em que algo especial acontece, traz uma potência do que se defenderá como apropriação do tempo. Há predominância de pensar o tempo como o *kronos*, o tempo construído pelo conhecimento, tempo regular, divisível e, portanto, controlável. Associar o tempo da nossa vida cotidiana apenas ao quantitativo é limitar sua potencialidade. Nessa dimensão predominante, os tempos dos deslocamentos são vistos como um tempo perdido, desprovido de sentido e de motivo. É importante reconhecer as dimensões qualitativas e lúdicas do tempo, tempo aberto à ação e constituído pela ocasião, tempo perigoso, caótico e, portanto, indomável. *Kairós* é essa experiência do momento oportuno.

Essa crítica à predominância do *kronos*, também está na base do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, quando ele registra a “monocultura do tempo linear”⁹ e defende a adoção de uma “ecologia das temporalidades”¹⁰, uma vez que o tempo linear, que é apenas mais uma das múltiplas concepções do tempo, não é sequer a mais praticada. Defende ainda que a identidade de uma pessoa ou grupo social é composta de diferentes tempos e temporalidades que são ativados de modo diferente em diferentes contextos e situações: tempos modernos e não modernos; tempos antigos e recentes; tempos lentos e rápidos. Pensar que os tempos dos deslocamentos podem ser (e, de fato, o são!) diferentes para cada um e a cada momento, em razão das características do próprio deslocamento, do indivíduo e do ambiente em que se realiza, amplia as possibilidades de análise.

A concepção de uma espécie de “palimpsesto temporal da mobilidade” dialoga diretamente com o pensamento do geógrafo francês Jean Ollivro, em seu livro *L’homme à toutes vitesses*¹¹, quando afirma que os indivíduos não percebem da mesma forma idêntica o que percorrem de maneira diferente, confirmando a necessidade de se refletir sobre o fato de que esse tempo da mobilidade pode também estar associado ao *kairós* e até mesmo ao *aiôn*, aos tempos curtos e cíclicos, aos ritmos e, obviamente, à sua relação com o espaço e o corpo.

11 OLLIVRO (2000).

Repensar a pluralidade dos tempos é uma primeira chave de leitura para repensar o tempo e a mobilidade urbana e, dentro dessa perspectiva múltipla, há muito a se explorar. O antropólogo francês Marc Augé¹², célebre por suas conceituações de “não lugar”¹³, que estão totalmente imbricadas com os deslocamentos das pessoas, confirma em sua formulação de uma antropologia da mobilidade, que para pensá-la, deveríamos aprender a repensar o tempo. Dessa forma, se existem “não lugares”, não poderíamos pensar que existem “não tempos”?

12 AUGÉ (2004 e 2010).

13 Conforme AUGÉ (2004, p. 87): “[por] ‘não lugar’ designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços”.

A mobilidade se realiza prioritariamente nos tempos curtos (dos minutos, das horas e dos dias) e não no tempo histórico (dos meses e dos anos). É no ciclo do dia e da semana que ela se produz, tornando-se parte da vida cotidiana, que se reproduz a cada dia e a cada semana. Mas o tempo da vida cotidiana que é o mesmo tempo dos deslocamentos, cíclico e lento (medido em horas e minutos), por sua natureza cíclica, torna o tempo um elemento de alienação. Existe uma expressão francesa que sintetiza essa alienação, adaptada de um verso de Pierre Béarn: *méto, boulot, dodo* (metrô, trabalho, sono).

Trata-se do tempo do nosso corpo, tempo do trabalho e do lazer, do sono e da alimentação. Por sua vez, os tempos sociais são simultaneamente cíclicos (com origem na natureza) e lineares (com origem no conhecimento, na razão e na técnica), tornando o ritmo uma das possíveis chaves de análise e, com ele, a sincronicidade. Esse ritmo cotidiano, que se repete a cada dia e a cada semana, juntamente com o tempo-distância e a velocidade podem ser incorporados de forma conjunta.

É a busca de ativar esses “não tempos” da mobilidade que motiva as formulações deste artigo, que se desdobra na proposição de três elementos capazes de fundamentar os “tempos da mobilidade”: teoria, política e prática. De forma casada, essas notas sobre novas reflexões teóricas, novas políticas urbanas e novas práticas sociais podem ser o início de uma caminhada na construção de um novo campo de estudos e de ações.

Por uma teoria das temporalidades da mobilidade urbana

Tempo é ferramenta de leitura e análise para muitos campos do conhecimento, sendo dimensão fundamental para os historiadores. Fascina geógrafos pela sua indissociabilidade do espaço. Há que se reconhecer a existência de muitos estudos sobre tempo na Geografia, especialmente a partir dos anos 1960, como registra Milton Santos¹⁴. Um dos autores destacados por Santos, o sueco Torsten Hägerstrand, lida com o conceito do “tempo como raio de operação” e desenvolve uma linha denominada “geografia temporal” (ou geografia do espaço-tempo) em que procurou tratar de forma mais explícita o fator tempo nas atividades espaciais humanas.

14 SANTOS (1996, p. 30-35).

O surgimento da “geografia temporal” está no artigo *What about People in Regional Science?*¹⁵, onde Hägerstrand destaca que o movimento de um indivíduo no espaço-tempo apresenta restrições associadas à sua velocidade de deslocamento. Sua metodologia considera “prismas espaço-temporais” que representam o desenvolvimento dos deslocamentos diários das pessoas no espaço e no tempo e podem ajudar a compreender o tempo como dimensão articuladora da cidade (e da mobilidade) e a pensar na ampliação de acesso às oportunidades de forma mais equitativa. Hägerstrand defende que as oportunidades de cada um dependem de sua capacidade de usar o espaço no tempo (sua velocidade), pois é o que define (quando e por quanto tempo) os encontros entre indivíduos para produzir ou consumir, nos lugares que Wiel chama de copresença.

15 HÄGERSTRAND (1970).

A abordagem da geografia temporal contribui para a proposição de uma teoria de temporalidades de mobilidade ao explicitar que maior velocidade significa maiores oportunidades, ajudando a reforçar as políticas de uso e ocupação do solo como um instrumento da política de mobilidade. Quanto mais oportunidades de emprego, estudo, entre outras atividades, estiverem perto de onde as pessoas moram, menos se precisará da velocidade, ou seja, mais poderemos pensar em uma cidade de homens lentos.

Logo, propõe-se que o início de uma teoria dos tempos ou temporalidades da mobilidade considere três dimensões básicas: o tempo como “distância” ou raio de operação, onde se manifesta inerente ao espaço e dele é indissociável; o tempo como “velocidade”, ou a capacidade de superação do espaço pelo tempo, e o tempo como “ritmo”, questão

que é fundamental e funciona como ponto de partida e pano de fundo, pois mobilidade urbana é, em sua essência, predominantemente cíclica e inerente à cotidianidade da vida.

Impossíveis de ser separadas, essas três dimensões das temporalidades surgiram ao longo da elaboração de uma pesquisa de Doutorado¹⁶ que procurou relacionar a produção do espaço da e na cidade com a mobilidade urbana resultante. Partindo da proposição de se compreender a mobilidade urbana por meio da tríade espaço-tempo-corpo como prismas de leitura, o que possibilitou análises dialéticas, percebeu-se a força do tempo como predominante, especialmente ao se constatar que existe nos mecanismos de localização das pessoas e suas atividades, uma “constante disputa pelo tempo”. A leitura articulada entre “velocidade” e “distância”, elementos fundamentais para a compreensão do que é próximo e do que é distante se reflete na articulação do movimento do corpo no espaço-tempo, tendo o urbanista como um “ajustador de distâncias”¹⁷, que “orquestra” os espaçamentos, tendo a velocidade como “música”, que, como toda manifestação musical, segue um ritmo, ora lento, ora rápido, no compasso da cotidianidade.

Cidade e mobilidade são indissociáveis, coproduzem-se mutuamente e se explicam reciprocamente, sendo a mobilidade, a contrapartida da localização das atividades sociais no espaço. Existe uma relação dialética entre os processos de localização das pessoas (habitação), das instituições (equipamentos e empresas) e os deslocamentos que formam o conjunto da mobilidade urbana cotidiana, conexão real ou latente entre os “lugares de copresença”, definidos pelo urbanista francês Marc Wiel como lugares de interação social (todos os lugares onde se realizam atividades humanas: moradia, trabalho, lazer, comércio, estudos etc.).

O desdobramento imediato dessa ideia de que a localização é o fator fundamental da necessidade (quantitativa e qualitativa) da mobilidade é a importância da “distância” (expressa em espaço e/ou tempo) entre os diversos “lugares de copresença”. Normalmente, o “próximo” é o desejável; e o indesejável, se quer “distante”. Com base nessa dicotomia fundamental entre o “próximo” e o “distante” (de certa forma óbvia) se desenvolvem os processos de produção do espaço urbano – tanto para a produção quanto para a reprodução – e o urbanismo manifesto por projetos urbanos e por instrumentos urbanísticos. As distâncias de uma cidade não se limitam apenas a seus extremos, e há uma relatividade nesses conceitos em função dos atributos dos deslocamentos. Essa relatividade das escalas tanto é fundamental para quem pensa e contribui para a

¹⁶ Essas premissas e constatações fazem parte da minha tese de Doutorado (AMARAL, 2015) sobre a mobilidade urbana de Belo Horizonte e sua relação com a cidade configurada aos pedaços. O tempo nasce de uma intuição, surgindo e ressurgindo ao longo da pesquisa e do texto final da tese.

¹⁷ OFFNER (2010).

formação da cidade (os urbanistas, no sentido amplo) quanto para as pessoas em suas decisões e escolhas (ou falta delas) cotidianas. Isso faz do urbanista um ajustador de tempo e faz dos moradores da cidade “ajustadores” de suas próprias distâncias e de seus próprios tempos de deslocamento, constantemente criando estratégias para se ajustar (ou se submeter) às distâncias e tempos que a cidade lhes impõe, ajustando seus tempos por processos de localização, tanto de suas moradias e trabalho quanto dos lugares onde estudar, consumir e executar as demais atividades da vida cotidiana.

18 WIEL (2002) e ORFEUIL (2005) na realidade francesa.

Na evolução e expansão das cidades, constata-se uma estabilidade¹⁸ dos tempos médios de deslocamentos ao longo dos anos, que se explica pelo fato de as pessoas sempre procurarem maximizar suas relações sociais e também considerando que ganhos de tempo em deslocamentos são rapidamente ocupados com mais atividade e, conseqüentemente, mais deslocamentos. Guarda-se uma proporcionalidade entre tempo da atividade e sua contrapartida em termos de mobilidade, mais precisamente sua componente temporal, sendo de 10% na França.

19 Desenvolvo, na minha tese, essa ideia no item *Desmistificando a técnica: a (falsa) superação das barreiras espaçotemporais na cidade* (AMARAL, 2015, p. 100-113).

Se a técnica para superar barreiras de distância e tempo nas cidades foi um mito¹⁹, uma ilusão da sociedade fordista moderna e modernista, a velocidade ainda é o fetiche e o desejo da cidade motorizada, mesmo que apenas praticada nos espaços públicos em condições ideais, sem outros carros para competir pelo uso do espaço. O desafio atual é reverter o paradigma de cidade rápida e distante, evidenciando a importância de se olhar a cidade próxima e lenta, que deverá conviver com a cidade rápida que a sufoca.

20 Literalmente, a tradução seria “O Homem a todas velocidades”, que brinca com a expressão “a toda velocidade.” Essa expressão no plural também não é comum em francês, mas parece funcionar melhor, pois oralmente não se pronuncia os “s”. Em português, preferimos adaptar o título.

A relação entre espaço e tempo evidencia dois conceitos complementares e importantes para tratar dos deslocamentos: distância e velocidade. Se a distância é o espaço quantificado, a velocidade é o potencial para vencer as distâncias em um espaço de tempo. Para refletir sobre a velocidade, uma abordagem que parece bem estimulante e adequada ao tema é a obra *L'homme à toutes vitesses (O homem de todas as velocidades)*²⁰, de Jean Ollivro (2000), geógrafo francês, que propõe uma reflexão sobre o impacto social do aumento da velocidade ocorrido nos últimos 150 anos. As reflexões de Ollivro partem de uma constatação principal: até 1850, a humanidade vivia uma lentidão homogênea, quando a relação entre a velocidade do mais rápido e do mais lento era de 1 para 2,5 (relação de velocidade). Desde então, mas especialmente ao longo do século XX, a relação vai se modificando, chegando a uma relação de velocidade de 1 para 44, quando se compara a velocidade a pé com a do TGV (trem de grande velocidade), construindo

um contexto de rapidez diferenciada, um processo que conduz à possibilidade de se alcançar e percorrer territórios percorridos em velocidades cada vez mais variáveis. Essas velocidades diferenciadas e certamente não homogêneas entre as pessoas (aos mais ricos, mais rapidez!), é um dos elementos principais de modificação dos espaços.

Se a lentidão homogênea reduzia a vida cotidiana ao espaço próximo, a rapidez diferenciada possibilitou diversas relações temporais do homem com o território, tornando essa relação muito mais complexa e questionando o sentido da noção de próximo e de distante. Na lentidão homogênea, as pessoas estabeleciam uma relação mais forte com seu espaço-tempo, uma relação de proximidade. Quando se tornaram mais errantes (nomadismo, deslocamento aleatório), passaram a não estar mais presas a um ponto fixo.

A contribuição teórica de Ollivro é de alçar a velocidade – e o acesso a ela – a uma categoria conceitual no campo espacial, tratando de dois tempos simultaneamente: os tempos curtos, dos deslocamentos cotidianos, e o tempo longo, das transformações históricas relacionadas à velocidade. Importante destacar que a principal questão desenvolvida é a rapidez diferenciada, que não eliminou os homens lentos, mas levou-os a conviver com “homens de todas as velocidades”. Essa nova condição da humanidade rompe a obrigação da proporcionalidade entre espaço e tempo (antes, de um passo por segundo), mas que ainda existe, sobreposta cada vez mais por outras proporcionalidades ou outras velocidades. O desdobramento dessa ideia afeta as relações dos homens com o espaço-tempo, com as práticas de deslocamento, com o território (e o transforma), com a política e com a vida cotidiana e a decisão do indivíduo do seu “território de vida”. Jean Ollivro situa suas reflexões em um campo mais teórico e multiescalar. Não enfatiza os desdobramentos no espaço urbano, porém suas ideias inspiram o debate da relação entre a velocidade, o próximo e o distante. Ao tratar da relação entre a rapidez diferenciada e a vida cotidiana, Ollivro evidencia um paradoxo entre o próximo e o distante, uma vez que os homens que praticam intensamente o espaço de proximidade não podem partir frequentemente para longe. Já o errante (o homem moderno) vive seu espaço e seu tempo sem ocupá-lo; ele o percorre. Constata ao final que o indivíduo vive cada vez mais velocidades diferentes e territorialidades múltiplas, o que torna complexa e relevante a reflexão sobre o próximo e o distante. Ainda assim, isso traz contribuições para a relação entre esse indivíduo e seu espaço, o que possibilita desenvolver a noção de não lugar e questionar se, na velocidade, esse homem não está percorrendo um não espaço.

21 WIEL (1999). E como a cidade reage à velocidade crescente e diferenciada? Marc Wiel²¹, guiado pela convicção de que a mobilidade tem um papel central na evolução urbana, defende que houve uma passagem da “cidade pedestre” para a “cidade motorizada”. Essa transição urbana é produzida por uma associação de processos relativos à localização das atividades (moradia, empregos, comércio, serviços, etc.) e à gestão dos transportes.

22 WIEL (2006). Wiel²² trata com frequência da interface entre a produção dos espaços e a mobilidade urbana, como na contraposição entre velocidade e densidade, considerado um dado-chave para entender a cidade, uma vez que velocidade e densidade são características antagônicas e definem morfologias urbanas distintas. Para ele, tanto a opção pela velocidade quanto a opção pela densidade, apresentam vantagens e desvantagens, nem sempre evidentes.

São vantagens da velocidade para as famílias o ganho de tempo e, consequentemente, de espaço, podendo morar mais longe e viver em locais maiores. Por sua vez, a maior vantagem para as empresas é o aumento da produtividade. Mas a velocidade não faz ganhar tempo de forma definitiva, afirmação que parece contra intuitiva, mas que se baseia em duas razões principais: (i) os diversos elementos das atividades urbanas se modificam no espaço, em razão de novas decisões das famílias, empresas ou instituições, para limitar a duração dos deslocamentos e os tornar proporcionais; (ii) os tempos de deslocamentos permanecem proporcionais ao tempo passado fora de casa.

Existem, porém, desvantagens visíveis e invisíveis da velocidade. As visíveis são as mais evidentes e conhecidas: perda de convivialidade dos espaços públicos, aumento de acidentes e impactos na saúde das pessoas. Os inconvenientes invisíveis são: (i) engarrafamento dos acessos; (ii) desestruturação dos polos de proximidade; (iii) aumento dos custos do transporte coletivo; (iv) poluições globais que causam impacto na mudança climática; (v) crescimento da segregação social.

Do outro lado dessa equação proposta por Wiel, estão as vantagens e desvantagens da densidade urbana. Inicialmente, ele desmistifica a ideia de que a densidade é que possibilita alcançar “urbanidade dos lugares” (tolerância e hospitalidade). Ele entende, ao contrário, que essa urbanidade é alcançada apesar da densidade. Mas essa densidade traz vantagens materiais, como a economia do espaço, a redução dos custos de urbanização e a redução da mobilidade. Mesmo assim, ele pondera que essa economia de espaços é relativa, que a redução de custos não foi comprovada e que a redução da

mobilidade acontece, mas de forma bem mais lenta que o declarado. Nesse sentido, Wiel se questiona se as vantagens da densidade não são mais de natureza imaterial, em virtude da criação de espaços públicos que melhoram interações sociais na constituição de um sentimento de pertencimento a uma comunidade, já que densidade sem qualidade urbana provoca concentração da precariedade. O principal inconveniente da densidade se reflete na supervalorização dos imóveis.

Por fim, o mais importante para Wiel é mostrar a dificuldade de se elaborar um compromisso aceitável entre densidade e velocidade, de forma a contemplar três exigências: atenuar a crise de habitação, evitar inconvenientes da segregação social e ter uma mobilidade mais sustentável em relação às crises ambientais. Por um lado, as ideias de Wiel alertam para uma leitura de cidade por sua velocidade, mostrando que a “cidade-automóvel” engloba a “cidade-transporte-coletivo” e a “cidade-pedestre”; por outro lado, decifram mecanismos de localização e processos de urbanização que afetam as origens e destinos das viagens e serão retomados na discussão da formação dos pedaços da cidade. Esses mecanismos de localização, por sua vez, associam-se de tal forma à necessidade humana de busca da copresença, que a mobilidade²³ passa a ser definida como “o investimento – que tem um custo (em tempo, dinheiro e conforto) – que torna possível, pelo deslocamento de um lugar de copresença a outro, uma interação social”. ²³ WIEL (2005).

Por uma política dos tempos de mobilidade

Pensar as políticas públicas considerando o tempo²⁴ é uma experiência relativamente recente, que documentos europeus comprovam ter-se iniciado em meados da década de 1980, na Itália. No entanto, a relação entre tempo e mobilidade, no que se refere ao escalonamento de horários de atividades e os consequentes descongestionamentos das horas de pico, inicia-se antes, como no caso francês, com os trabalhos do *Comité National pour l'Aménagement des Horaires de Travail* (Comitê Nacional de Gestão de Horários de Trabalho - CNAT) entre 1958 e 1961.

A história das viagens domicílio-trabalho no regime de acumulação capitalista mostra que a organização do trabalho industrial sempre exigiu horários de trabalho rígidos, mas que é o fortalecimento do modelo fordista que vai consolidar essa sincronicidade dos ritmos urbanos ao mesmo tempo que o local do domicílio vai se

²⁴ Fontes de referência para a reconstituição histórica: Munch (2013); CNT – Conseil National de Transports (2001); Vassalo (2005); Mallet (2013).

distanciando do local de trabalho. Esse processo culmina na sobrecarga de transporte em horários de pico, que começa a ser questionado pelo olhar da produtividade das empresas. Surgem, na década de 1970, políticas de gestão de horários de trabalho, com proposições de escalonamentos de horários para ampliar a capacidade dos sistemas viário e de transporte. Esse tipo de medida por escalonamento de horários, que teve ecos no Brasil, nada mais é que usar do tempo para resolver problemas de mobilidade.

A designação de “políticas temporais” (urbanas) – ou “políticas do tempo” – vai surgir apenas na Itália, ao longo dos anos 1980, em um movimento que ganhará o nome de *tempi della città* (tempos da cidade). Em 1985, iniciam-se ações públicas territorializadas, motivadas pelas transformações dos ritmos da sociedade e tomada de consciência da sua incidência na qualidade de vida. Em sua origem, tratava-se de uma problemática inovadora e de uma questão científica multidisciplinar sobre a cidade pós-industrial.

25 Denominado *mai rompante* e que teria durado dez anos na Itália, entre a batalha do Valle Giulia, em março de 68, e a repressão de Bolonha, em setembro de 1977.

Esse surgimento na Itália é um rebatimento tardio do movimento de maio de 68²⁵ naquele país, iniciado por militantes autônomos que se interessavam em restituir o espaço de trabalho das mulheres e em fazer respirar a vida cotidiana pelo alargamento e adaptação dos horários de abertura do comércio e por uma luta para obter transporte público confiável e adaptado às necessidades das mulheres e das crianças nas cidades italianas. O desdobramento dessas primeiras reivindicações é a aprovação de uma lei nos anos 1990, que deu competência às prefeituras para intervir sobre questões de tempo e de horários e de instalar escritórios do tempo municipais.

Cidades de vários países acompanham o movimento italiano, principalmente da Finlândia, Alemanha, Holanda e Espanha. Em meados dos anos 1990, desenvolve-se uma escola francesa de políticas temporais. Deve-se distinguir o modelo dos países do norte (menos pautados em políticas públicas) do modelo dos países do sul, essencialmente associado a políticas públicas locais. Em 2000, foi aprovada na Itália uma Lei (denominada Lei Turco) que tornou obrigatória a política temporal em cidades acima de 30 mil habitantes.

26 Ocupou o cargo de primeiro-ministro da França pelo Partido Socialista Francês, entre 1997 e 2002.

Na França, o início das políticas temporais foi impulsionado pelo grupo Tempo e Território, no início do governo Lionel Jospin²⁶, entre 1998 e 2002, envolvendo os territórios de: Poitiers, Nancy, Rennes, La Gironde, Belfort et Saint-Denis. Em 2001, essa política é considerada de orientação nacional, e as primeiras municipalidades que aderiram às políticas criaram “escritórios do tempo” (em Poitiers, Paris, Rennes, Lyon e

Saint-Denis) ou estabeleceram missões de estudo e prospecção de urbanismo. Essas políticas temporais dialogam diretamente com o texto de Milton Santos sobre o tempo nas cidades, no qual cita-se uma passagem de Baillard sobre uma cidade denominada Cronópolis, que, no seu esplendor, era como um organismo fantásticamente complexo:

Transportar a cada dia quinze milhões de empregados de escritório, manter o serviço de eletricidade, de água, de televisão, administrar essa nossa população, tudo isso dependia de um só fator: o tempo! Esse organismo não poderia subsistir senão sincronizando estritamente cada passo, cada refeição, cada chamada telefônica. Daí, houve necessidade de descongestionar os horários, segundo a zona da cidade. Os carros tinham placas de cores diferentes, de acordo com o horário em que podiam circular, e assim o sistema se generalizou. Só se podia ligar a máquina de lavar, postar uma carta ou tomar um banho, durante uma faixa determinada de tempo. Um sistema de cartas coloridas e uma série de quadros publicados a cada dia, assim como programas de televisão, permitiam a cada pessoa sua localização dentro daquela faixa de tempo. Caso contrário, os fusíveis saltavam e a recuperação do sistema seria muito cara. No edifício que, antigamente, era um dos maiores parlamentos do mundo, isto é, o lugar onde se faziam leis, nesse décor, de estilo gótico perpendicular, uma espécie de ministério do tempo estava pouco a pouco se constituindo, em torno de um relógio gigantesco. Os programadores eram, de fato, os senhores absolutos da cidade. E a totalidade da existência de cada um era impressa nos boletins expedidos a cada mês pelo Ministério do Tempo (SANTOS, 2002, p. 21-22).

Tratando de questões bem mais amplas que apenas a mobilidade, os “escritórios do tempo” foram uma forma original de lidar com conflitos. Os principais objetivos desse tipo de política lidam com tempos, espaços e pessoas, defendendo que os ritmos de uma cidade em transformação já não precisam ser sincrônicos, quando a sua dessincronização causa sofrimentos individuais (pessoas que sentem que não param de correr), coletivos (congestionamentos, desvios de uso) e agrava as desigualdades. É possível uma rearticulação espacial e temporal no território, principalmente em razão das novas tecnologias de comunicação (celulares, GPS, computador portátil e internet). O desdobramento das políticas temporais se dá para diversas dimensões, como a questão de gênero, as desigualdades sociais, o espaço e seu uso. Sua relação direta e indireta com a mobilidade pode vir a ser construída da mesma forma que com o espaço: podemos falar de uma produção do tempo produtivo e uma produção do tempo de reprodução. Em outras palavras, isso significa trabalho e lazer, que se completam pelos tempos dos deslocamentos.

Ao tratar também dos tempos do trabalho (produção, formação e estudos), tempo livre, tempo da vida social, tempo do lazer, tempo doméstico, as políticas do tempo evidenciam que é possível considerar políticas públicas pela dimensão tempo e que esses tempos incluem o tempo em deslocamento, que é central na vida cotidiana das pessoas. A ideia de um setor público que intervenha sobre os tempos parece algo tentador (se estiver a serviço da sustentabilidade e do resgate dos tempos lentos) e arriscado (se for dominado ou estiver a serviço dos tempos rápidos, os tempos dominantes) ao mesmo tempo. Explicitar a dimensão temporal pode contribuir para entender melhor os ritmos urbanos.

Os escritórios e agências do tempo levam em conta a diversidade dos ritmos cotidianos e sua coordenação. O ritmo urbano nasce da configuração de vários elementos, com permanentes ajustes e também de dessincronizações e diferenças de horários. É essencialmente um conjunto formado pela relação entre as partes, um acordo entre diferentes processos temporais que interagem entre eles.

Pensar o ritmo no contexto da mobilidade no tempo presente é ver como esses ritmos estão se alterando a cada dia e de forma rápida. A mobilidade das pessoas vem crescendo e se tornando mais diversa e complexa, tanto em termos de destinos quanto de horários e de motivos. O crescimento de atividades de lazer e turismo, sistematicamente desprezados pelas políticas de mobilidade, passam a ser considerados até em cidades menos turísticas, e os grandes eventos passam a exigir mais da mobilidade, como pôde ser visto durante a Copa do Mundo de 2014 em Belo Horizonte e nas demais sedes de jogos. De um lado, a inserção na sociedade passa a exigir mais e mais mobilidade, e os que têm pouca mobilidade passam a se sentir excluídos. Para a organização dos transportes, os efeitos mais evidentes são a tendência de desaparecimento das horas de vale ou horas entre picos, e a complexidade vai exigir um funcionamento contínuo e mais personalizado, o que diminui mais ainda a atratividade do transporte público, que tem dificuldades em se adaptar. A circulação de mercadorias passa a ser pressionada a não se realizar nos horários de pico, com políticas que restringem esses horários e estimulam entregas em horários menos críticos ou mesmo noturnos. Os efeitos no espaço e na cidade são imediatos, inserindo a mobilidade na agenda política e exigindo outras temporalidades (serviços noturnos, finais de semana, dias especiais). As escalas se modificam, e o desafio passa a ser o de conciliar a mobilidade de proximi-

dade com os transportes rápidos e diferenciar os usos dos espaços públicos no tempo.

Só o fato de considerar que há sempre uma cidade lenta e outra rápida, que se relacionam em constante disputa por espaço, muitas vezes de forma desigual, já parece ser uma possível abertura para romper com o paradigma dominante. E ainda é importante associar o caráter político e de transformação da valorização dos tempos lentos. O que a grande maioria das pessoas deseja não é o melhor (ou mais rápido) modo de transporte, mas sim a maior proximidade aos seus destinos (suas oportunidades)! É esse o desejo que move as pessoas ricas e pobres na busca de lugares para a moradia, seja em condomínios, em favelas ou em qualquer outro pedaço da cidade. É esse o desejo dos urbanistas ao propor cidades compactas, superquadras ou “ecobairros”.

Quando se trata da política pública de mobilidade urbana, uso e ocupação do solo e outras relacionadas (habitação, saúde, lazer, cultura), o impacto dos transportes escolhidos, da estrutura construída/desejada, da origem/destino e do preço para se mover pela cidade, é sentido por todos os cidadãos que se deslocam (tempo), em algum grau, pelo seu território (espaço). Diversas cidades, nos quatro cantos do mundo, têm fomentado e desenvolvido políticas e programas que priorizam os “tempos lentos” e, com base nisso, desconstróem os “tempos rápidos”. Medidas de *traffic calming* europeias começaram como um movimento popular no final da década de 1960, como no caso da cidade holandesa de Delft, onde residentes lutaram para impedir o tráfego de passagem, transformando as ruas em *woonerven* (em tradução livre: pátios residenciais). O que eram canais para a circulação de carros, tornaram-se áreas compartilhadas, com mesas, bancos, caixas de areia, transformando a rua em uma pista de corrida de obstáculo para veículos motorizados e, conseqüentemente, uma extensão da casa para os moradores²⁷. 27 EWING (1999).

Logo, foi na Holanda que surgiram as primeiras regulamentações de medidas moderadoras de tráfego. A partir de setembro de 1976 entraram em vigor, no país, novas regras para áreas residenciais. Os planejadores holandeses incorporaram o conceito de *woonerf* (singular de *woonerven*), retirando a separação tradicional entre a pista e a calçada, restringindo a velocidade máxima do veículo motorizado à do passo humano, mantendo a função de suporte ao tráfego, mas nenhuma função para o tráfego de passagem. Cedo ou tarde, outros países como Dinamarca (1978), Áustria (1983) e Suíça (1984) se empoderaram dessas regras holandesas e implementaram em suas cidades regulamentações semelhantes²⁸. 28 SCHLABBACH (2012).

Esse agir sobre a forma urbana, por meio da promoção de um desenvolvimento urbano que prioriza as curtas distâncias e os “tempos lentos”, (re)democratiza a cidade e possibilita reagrupar diferentes tipos de utilização do solo pela estrutura (comércio, serviços, escolas, espaços públicos, áreas de lazer, moradia e emprego) e pelos usuários (pessoas com mobilidade reduzida, com deficiência, idosos, crianças e os demais atores). Esse modelo de cidade, fomentado há mais de três décadas, diminuiu as inúmeras disparidades do uso das ruas e hoje promove a utilização de transportes ativos, possibilita a presença de novos atores no espaço público e, no centro delas, prioriza o ser humano e a sua vida.

Por novas práticas sobre os tempos da mobilidade: apropriação, desejo e fruição.

A apropriação dos espaços e dos tempos da cidade passam necessariamente pela apropriação de seu próprio corpo e de seus próprios desejos, contrapondo-se à sociedade do consumo (do espaço e tempo). O corpo é um fator influente nas escolhas pessoais para realização dos deslocamentos, tanto para uma melhor análise da questão quanto para explicitar as políticas que possam direcionar essas escolhas por fatores mais coletivos que individuais. Esse corpo em deslocamento vai além do corpo humano e suas diversas condições físicas para a deambulação e de suas “transformações” em duas ou mais rodas, principalmente do automóvel.

Algumas pessoas estão decidindo usar seu corpo como única propulsão de seus deslocamentos, deixando de usar o carro (ou de querê-lo) e decidindo usar o transporte coletivo e a mobilidade ativa. Organizam suas vidas, seus “lugares de copresença” e sua mobilidade de forma diferente. Apesar de pouco notada, no Brasil, essa mudança tem-se intensificado aos poucos.

A avaliação do grau de proximidade deve considerar a capacidade de percorrer o espaço no tempo, ou seja, a velocidade disponível. Intuitivamente, maiores velocidades de deslocamento propiciariam “ganhar tempo”, pelo simples fato de percorrer mais espaço em menor tempo. No entanto, ao se pensar um deslocamento completo, deve-se considerar a velocidade média e a distância percorrida. Ao longo do último século, houve um contínuo aumento das velocidades máximas possíveis de ser alcançadas por

um veículo motorizado, mas isso não resultou obrigatoriamente em maiores velocidades médias de deslocamentos nas cidades, principalmente pelos congestionamentos decorrentes do aumento de veículos. Por outro lado, as cidades foram se espalhando, e as pessoas passaram a percorrer maiores distâncias. Logo, o resultado encontrado foi contra intuitivo: à maioria das pessoas, o histórico aumento de velocidades não permitiu “ganhar tempo”, mas apenas “ganhar espaço”.

É certo que parcelas da população, notadamente os de maiores rendas, conseguiram diminuir seus tempos de deslocamento. O urbanista Flávio Villaça²⁹ descreve muito bem como as classes sociais disputaram as melhores localizações em algumas metrópoles brasileiras. Entre as diversas vantagens em disputa, estão menores tempos de deslocamento, bem como o controle desses tempos. Mas como em toda disputa, uns vencem e outros perdem. Alguns (no caso, muitos) perdem tempo e controle, já que, equidade e velocidade na locomoção tendem a ser inversamente proporcionais, como constata Ivan Illich³⁰, em célebre texto dos anos 1970, pois qualquer ganho de tempo proporcionado pela velocidade é sempre pago.

As possibilidades para o desenvolvimento de uma cidade são muitas, e todas elas passam pela vontade de quem nela exerce suas funções regulares (habitação, trabalho, estudo, lazer etc.) de influenciar o sistema de tomada de decisão, que, por sua vez, é constituído por inúmeras relações multilaterais entre gestores públicos e empresas, coletivos organizados, cidadãos, mídia, academia, assim como as relações entre esses próprios órgãos.

Na busca pelo estabelecimento de novas relações sociais nesse décor urbano, faz-se necessário que os diversos atores sociais ajam e (re)conquistem os disputados e conflituosos espaço e tempo da cidade para resgatá-lo para as pessoas. Foi isso que cidadãos holandeses fizeram ao criar os *woonerf* e ao transformar o bairro de Pijp³¹, quando crianças começaram a demandar outras cidades possíveis e conseguiram transformar o espaço de forma incrível, que vem marcando décadas.

Não há dúvidas de que reconquistar o espaço é uma forma de resgatar temporalidades, mas que outras formas existem para reconquistar diretamente o tempo nas cidades, especialmente o tempo da mobilidade urbana?

Talvez a forma mais conhecida e difundida de se questionar o papel do tempo (e dos tempos rápidos) na contemporaneidade seja o movimento *slow*. Iniciado em mea-

²⁹ VILLAÇA (1998).

³⁰ ILLICH (2004).

³¹ Na capital da Holanda, uma rica história foi a resistência dos moradores do bairro de Pijp contra o uso das ruas pelo automóvel. Esse movimento foi iniciado por crianças, em março de 1972, que resolveram questionar os motivos das ruas serem para carros e não para brincar. Após mobilizar moradores do bairro, as ações se desdobram em um movimento social que se inicia de forma pacífica, mas que acaba gerando reações e contrarreações violentas. As reivindicações são levadas aos políticos, e os resultados acabam por transformar as políticas públicas da cidade de forma definitiva. O movimento usou frases do tipo: “tudo é devotado ao estacionamento. Por que não podemos andar de bicicleta?” e “Tirem os carros do caminho, nós queremos brincar!”.

32 Para conhecer um pouco da difusão do movimento no Brasil: <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>.

dos da década de 1980, em razão do enfrentamento à implantação de um *fast food* na Itália, o *slow food*³² se difundiu por todo o mundo e se desdobrou nos conceitos de *slow life*, *slow design*, *slow travel*, entre outros. Hoje, todas essas abordagens compõem um *slow movement*, que, seguramente, está incitando o imaginário de parcelas da população a questionar seus tempos.

33 Grupo Poro (2011).

É no campo do imaginário que alguns coletivos de artistas atuam sobre o tempo, no que poderíamos denominar de “ativismo”, um ativismo artístico que se mistura com o político, como no caso do Grupo Poro de BH³³. Com ações diversificadas, como a distribuição de camisetas com a frase “reduza a velocidade” e o Projeto “Perca tempo”, iniciado em 2010, que contempla, entre suas ações, a distribuição de panfletos com sugestões de formas de perder tempo, como pode ser visto na Figura 1.

34 Grupo Poro (2013)

O Grupo Poro atua no tempo da cidade como uma possibilidade de encantamento. Acompanhar o caminho das formigas, caminhar, fazer listas de coisas improváveis, tomar sol, ouvir histórias, passear por feiras livres escolhendo frutas são algumas das formas de se “perder tempo” para ganhá-lo imediatamente de volta. É a inversão do

paradigma da velocidade por meio de um paradoxo. Eles atuam *na e pela* cidade, em busca de uma cidade lúdica e coletiva, como pregam em Manifesto³⁴ publicado na edição 20.1 da Revista da UFMG. Declaram querer ressignificar os espaços urbanos com proposições poéticas e/ou de cunho político, mas o fazem também sobre o tempo. Manifestam-se em defesa do ócio e por uma cidade lenta, questionando a necessidade da velocidade e a qualidade da pressa. Denunciam que os espaços públicos são, muitas vezes, formas de limitar a experiência do tempo. E clamam pela liberdade que só o controle de nosso próprio tempo poderá nos dar.



FIGURA 1 – Material utilizado pelo Grupo Poro no Projeto PERCA TEMPO
Fonte: <http://poro.redezero.org>.

O coletivo Desvelocidades³⁵ segue esse mesmo rastro adentrando a mobilidade urbana. Também defende que a cidade contenha a velocidade, como o faz o Grupo Poro, mas é mais específico na atuação sobre os deslocamentos e sua relação com os lugares. Se, por um lado, alinha-se à proposta de uma educação do olhar, contida no Manifesto do Poro, para ativar o imaginário urbano e criar novas maneiras de pensar as cidades e agir em seus espaços, por outro lado, busca resgatar o prazer proporcionado pela cidade e reconquistar os tempos de deslocamento.

Uma das ações do Desvelocidades dialoga diretamente com a proposta do PERCA TEMPO. Ainda em versão preliminar, o folheto 10 “Maneiras incríveis de perder tempo” em seus deslocamentos propõe sempre que prestemos atenção nos lugares por onde passamos, para usufruirmos ao máximo de nossos deslocamentos pela cidade. Sugere observar o movimento das esquinas, olhar sarjetas das ruas para tentar encontrar objetos que circularam involuntariamente pela cidade, parar em cada árvore florida para contemplar ou tirar uma foto e procurar as árvores frutíferas e escolher um bar, uma loja ou uma praça para parar, conhecer e usufruir. Coisas simples como priorizar um caminhar acompanhado, sempre perguntando se alguém está seguindo na mesma direção, ou conhecer e explorar caminhos diferentes para um mesmo destino abrem espaço para a surpresa de caminhos incríveis e mais agradáveis, por “apenas cinco minutos a mais!”

A ação mais estruturante do coletivo Desvelocidades é a proposição de um Manifesto pelas Desvelocidades. O deslocamento de nosso corpo pelo espaço-tempo da cidade é um gesto urbano cotidiano com potencialidades sociopolíticas, cujo automatismo contemporâneo tende a ocultar. Se esse deslocamento é tendencialmente repetitivo e funcional, desprovido de desejo e realizado por meio de “não lugares” e “não-tempos”, é urgente que se resgatem esses tempos e espaços perdidos. O coletivo defende que menores velocidades – desvelocidades –, além de ser elemento de políticas públicas, seja opção de ação direta das pessoas com a utilização de seus corpos e gestos.

Entender deslocamento como gesto urbano significa tomá-lo como fruto de decisões relativas às formas possíveis de transportar nossos corpos. Se os processos de transmissão e recepção da experiência urbana são fortemente influenciados e dominados pela produção do espaço urbano para o automóvel, é preciso ativar alguns contra processos, no imaginário e nas ações das pessoas.

Sem deixar de arriscar um tom poético, o Manifesto pelas Desvelocidades desdobra-se em quatro maniFESTAS que organizam os sete princípios, e um fim. Cada

35 A ação desvelocidades, da qual faço parte, inicia-se em outubro de 2014, com a proposição de uma pesquisa sobre as Zonas 30 e outras formas de conter a velocidade em áreas urbanas, conjuntamente com Guilherme Lara Camargos Tampieri. Desdobra-se na proposta de um Manifesto, escrito em 2015, e em um site (desvelocidades.red), lançado em setembro de 2016, passando a incorporar mais pessoas sensíveis ao tema e estimular que todos se manifestem em suas ruas, bairros e cidades em busca de desvelocidades urbanas.

36 Essa intervenção, organizada pela Professora Elisa Campos, da Escola de Belas Artes da UFMG, é fruto de uma disciplina da habilitação em artes gráficas (CAMPOS, 2016). Há treze anos, a professora propõe a seus alunos um questionamento dos espaços expositivos, levando-os a atuar em canteiros de obras paralisadas, bares e espaços públicos. Muitas edições de intervenções similares ocorreram no pergolado do Parque Municipal, sempre com os alunos propondo interações inusitadas aos passantes. No entanto, há alguns anos, aproximando-se do conceito de “não lugar”, as ações artísticas naturalmente se aproximam da mobilidade e dos “não tempos”. Em 2009, foram feitas intervenções nas obras de alargamento da Avenida Antônio Carlos, que se preparava para receber o Move. Em meio a uma avenida destruída, literalmente um “não lugar”, pontos de ônibus receberam intervenções poéticas e políticas. Na edição de 2016, a explicitação do tempo apareceu ainda mais forte, com obras que convidavam os usuários a jogar, ler e interagir entre eles, apropriando-se do tempo da espera do transporte coletivo.

MANIFESTO PELAS DESVELOCIDADES

As cidades devem (man)ter espaços comuns: de 0 a 20 km/h

1. Antes de tudo, que os espaços públicos das cidades sejam espaços comuns.
2. As cidades devem recuperar seus espaços perdidos.
3. Que as cidades também sejam das crianças: brinquem, usem e abusem!

As ruas da cidade devem ter baixas velocidades: cidades até 30 km/h

4. Ruas a 30 para recuperar a calma, o silêncio e a vida.
5. Bairros a 30: a proximidade e o comércio local.
6. Cidades a 30 como estratégia para melhorar a qualidade de vida.

Por velocidades menores em toda a cidade: 40, 50 e 60 km/h

7. De 40 a 60 km/h: a cidade contendo a velocidade.

Onde permitir mais de 60 km/h, já não pode ser chamado de cidade

8. Mais de 60 km/h, já não é cidade.

QUADRO 1 – Manifesto pelas desvelocidades – Fonte: www.desvelocidades.red

princípio está desdobrado no que foram denominadas miniFESTAS, que esclarecem e justificam as ações.

É claro que existem outras maneiras possíveis de se reapropriar dos tempos de deslocamento. Dar a eles mais poesia é uma delas, resgatando o *kairós*. Nesse sentido, foi realizada, em junho de 2016, uma ação poética de alunos de artes gráficas da Escola de Belas Artes da UFMG, denominada “O que te move?”³⁶, intervenção gráfica em ônibus e estações do serviço de transporte coletivo MOVE, em Belo Horizonte. Partindo da análise do próprio nome de serviço (move, no imperativo, que dá a ordem: Move-se!) e questionando o “não lugar” das estações de parada e do próprio ônibus, o grupo interferiu nos momentos de deslocamento, estimulando que as pessoas usufríssem dos espaços e dos tempos.

Por meio da brincadeira, do jogo, da possibilidade de oferecer um olhar singular sobre o lugar, criaram almofadas para o apoio da espera e para os duros assentos, colocaram vasos de flores e imagens aquáticas nos vidros, o que conquistou olhares e comentários, provocando o desejo de reagir, estimulando conversas, trazendo elementos das memórias particulares a cada passageiro. Alguns dos trabalhos podem ser vistos na Figura 2.

Ainda longe de se poder comemorar novas práticas sobre as temporalidades, os exemplos destacados neste item não são casos isolados. Pessoas e grupos já perceberam que, muito melhor que buscar a velocidade, deve-se buscar a apropriação do tempo perdido, diminuindo-o, mas dotando-o de prazer. Essas novas práticas trazem possibilidades de se pensar e organizar de forma diferente os deslocamentos, mas seguramente ainda existem outras possibilidades de novas práticas dos tempos de mobilidade.



FIGURA 2 – Imagens dos trabalhos da intervenção O que te move – À esquerda, trabalho *Mini mundo*, de NIXE, silicone adesivo e caneta sobre acetato aplicado sobre janela do ônibus Linha 51 do MOVE (foto: Elisa Campos); à direita acima, trabalho *Acon(chegar) e partir*, de Alice Santos, bordado sobre almofada, instalada no bundoril da estação UFMG do MOVE (foto: Nathaly Ferreira); à direita abaixo, trabalho *Em quadrados*, de Nathaly Ferreira, molduras sobre vidro da estação UFMG do MOVE (foto: Elisa Campos).

Conclusão

A proposição da tríade teoria/política/prática sobre tempos da mobilidade é apenas mais um passo para a consolidação do campo da mobilidade urbana e um convite à reflexão e à exploração de novas conexões. Pensar nos tempos de outras mobilidades que não apenas a urbana e explorar as especificidades temporais associadas à mobilidade de subpopulações específicas (gênero, idade, classes sociais) são apenas algumas possibilidades.

A dimensão do tempo, expressa em termos de distância ou de velocidade (podendo se desdobrar em ritmo), é a essência da vida cotidiana da cidade, e essa essência tem feito surgir ideias importantes de cidade, como a “cidade compacta” (de proximidade) e a “cidade lenta”. Considerar o tempo como uma interessante dimensão articuladora da mobilidade pode vir a ser uma abertura para romper esse sistema fechado expresso nos círculos viciosos entre produção do espaço e mobilidade. O tempo parece ser uma barreira que impediu que a exclusão espacial e o esgarçamento urbano aniquilassem o cotidiano das pessoas obrigadas a viver na cidade distante. Se o tempo foi de fato essa barreira, pode vir a ser o elemento transformador, por sua reapropriação simbólica em ideias como “cidade a 30 minutos” ou “cidade a 30 km/h”, onde o tempo (como velocidade) também se presta a um papel transformador do imaginário, que procura resgatar a “cidade pedestre” sufocada pela “cidade motorizada”.

Se é comumente aceita, no campo dos estudos socioespaciais, a constatação da forte relação existente entre os processos econômicos, as políticas urbanas e de mobilidade e os espaços produzidos, parece ser relevante propor o esboço de uma “teoria dos tempos da mobilidade”.

Mas como aprofundar essas ideias esboçadas no campo teórico? Além da diferenciação dos tempos, parece que seria possível associar processos socioespaciais (ou sociotemporais) às dimensões distância, velocidade e ritmo. Identificar as especificidades do comportamento espaço-temporal de homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, idosos, classe trabalhadora, profissionais liberais, pobres, classe média, ricos, entre outros, poderia ser uma linha a ser explorada com os prismas espaço-temporais de Hägerstrand. Reconhecer as diferenças dos tempos (quantitativa e qualitativamente) pode estimular abordagens mais antropológicas.

Outros aspectos possíveis de ser explorados são as novas dimensões temporais e novas ferramentas de análise. A dimensão “aceleração”, que o alemão Hartmut Rosa

utiliza na sua crítica social do tempo, pode trazer algumas questões interessantes para dialogar com a proposta das “desvelocidades”, já que pode ser entendida como uma desaceleração da cotidianidade. Por sua vez, ainda pouco explorada no Brasil, a ritmálise proposta por Henri Lefebvre nos anos 1980 pode vir a ser uma nova ferramenta que explicita as eurritmias e arritmias urbanas.

Mas o maior desafio teórico para a construção de uma teoria dos tempos de mobilidade parece ser a grande dificuldade em separar esses tempos de deslocamento dos tempos cotidianos, o que induz a abordagens mais amplas dos tempos urbanos e tempos sociais. Essa parece ser a mesma dificuldade que se enfrenta ao se tratar das políticas temporais. Se uma das conclusões possíveis desse artigo é a evidente relevância de se explorar as políticas temporais na realidade brasileira, as políticas dos tempos de deslocamento parecem estar indissociadas de outras temporalidades sociais.

Uma importante inovação proposta neste texto é a associação entre teoria, política e prática. Essa proposta inovadora amplia a necessidade de se consolidar esse novo campo. Além das pequenas práticas sociais apresentadas, é preciso reconhecer e estudar o recente interesse pelo tema de mobilidade urbana na atuação política de coletivos da sociedade civil, que parecem extrapolar as práticas apenas reivindicatórias. Muito da transformação desejada depende de formas inovadoras de atuar sobre o imaginário urbano, em que os atores mais inusitados podem vir a fazer diferença: crianças, artistas e movimentos de gênero podem surpreender a todos, ao apontar o dedo para a necessidade de apropriações do espaço ou do tempo de forma mais equitativa e justa.

Um longo caminho se vislumbra, e fiquemos satisfeitos se esses três pequenos passos representarem apenas o começo de uma fértil caminhada. Que outros se juntem, com suas reflexões e questões, pois tempo não nos faltará! Os caminhos para que as cidades cheguem às desvelocidades serão longos, mas, se percorridos lentamente, darão fruto.

Pensar cidades possíveis sempre remete a Ítalo Calvino, com suas Cidades Invisíveis, especialmente nessa passagem sobre Fedora, convidada a fechar esse artigo:

No centro de Fedora, metrópole de pedra e cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é modelo para outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tomar se por uma razão ou outra não tivesse se tornado o que é atualmente. (CALVINO, 2003, p. 34).

Sonhemos outras Fedoras!

Referências

AMARAL, Marcelo Cintra do. *A mobilidade da cidade aos pedaços: espaço-tempo-corpo dos deslocamentos em Belo Horizonte*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências – IGC, Universidade Federal de Minas Gerais.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus Editora, 2004.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: EDUFAL/UNESP, 2010.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2003.

CAMPOS, Elisa (Org.) *O que te move? Catálogo de ação*. 2016.

CNT - Conseil National des Transports. *Nouveaux rythmes urbains et organisation des transports*. BAILLY Jean-Paul; HEURGON Edith (Coords.). Paris: Editions de l'aube, 2001.

EWING, Reid H. *Traffic calming: state of the practice*. Washington (EUA): Institute of Transportation Engineers, 1999.

HÄGERSTRAND, Torsten. What about people in regional science? *Papers of the Regional Science Association*, v. 24, 1970. p 7-21.

ILLICH, Ivan. *Energia e equidade*. IN: LUDD, Ned. *Apocalipse motorizado: a tirania do automóvel em um planeta poluído*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

DINUCCI, Aldo Lopes Kairós. Retórica e ética em Górgias de Leontinos Kairos. *Controvérsia*, v. 4(1). São Leopoldo: Unisinos, 2008.

GALLEZ, Caroline; KAUFMANN, Vincent. Aux racines de la mobilité en sciences sociales. IN: FLONNEAU, Mathieu; GUIGUENO, Vincent. *De l'histoire des transports à l'histoire de la mobilité*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009, p. 41-55.

GRUPO PORO. Manifesto - Por uma cidade lúdica e coletiva, por uma arte pública, crítica e poética. *Revista UFMG*, Belo Horizonte, v. 20, n.1, p. 78-89, jan./jun. 2013.

GRUPO PORO. *Intervalo, Respiro, Pequenos deslocamentos: Ações poéticas do Poro organização: Brígida Campbell, Marcelo Terça-nada*. São Paulo: Radical Livros, 2011.

KAUFMANN, Vincent. (2014). Mobility as a Tool for Sociology. *Sociologica*, 1/2014. Bolonha: Società editrice il Mulino, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *La Production de L'espace*. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

MALLET, Sandra. *Aménager les rythmes: politiques temporelles et urbanisme. Espaces-Temps.net*, 2013.

MUNCH, Emmanuel. *Penser l'organisation métropolitaine des horaires de travail pour une meilleure gestion des mobilités pendulaires* (mémoire de master). Paris: École des Ponts, 2013.

OFFNER, Jean-Marc. L'urbaniste? Un ajusteur de distances. *Urbanisme*, Paris, n. 372, p. 56-57, 2010.

OLLIVRO, Jean. *L'homme à toutes vitesses. De la lenteur homogène à la rapidité différenciée*. Rennes: Presses Universitaire de Renne, 2000.

ORFEUIL, Jean-Pierre. *L'automobilité en France: comportements, perceptions, problèmes, perspectives. Le Journal de l'IVM*. Paris: 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.

SANTOS, Milton. O tempo nas cidades. *Ciência e Cultura* [online]. 2002, v.54. p. 21-22.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHLABBACH, K. *Shared Space*, 2012.

VASSALO, Patrick. Ville et politiques temporelles. *Mouvements*, n. 39/40. Paris: La Découverte, 2005.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

WIEL, Marc. *Vitesse ou densité*. 2006.

WIEL, Marc. *Questions de mobilité – la mobilité en question*. Apostila do curso (capítulo 1). Brest: Institut de Géoarchitecture de Brest, 2005. não publicada.

WIEL, Marc. *La transition urbaine – ou le passage de la ville pédestre à la ville motorisée*. Paris: Sprimont: Architecture + Recherche / Pierre Mardaga, 1999.

WIEL, Marc. *Ville et automobile*. Paris: Descartes & Cie, 2002.

The image shows a vertical, rectangular concrete wall. The wall is composed of several large, light-colored concrete panels. Each panel has a grid of small, dark circular holes. The holes are arranged in a regular pattern, with approximately 5 holes per row and 10 holes per column. A dark, rectangular opening is centered near the bottom of the wall. The ground in front of the wall is paved with dark, square tiles. To the left, a portion of a brick building is visible. To the right, a white wall and some green foliage are visible.

AUTOR DESCONHECIDO
Casa Azuma, Japão, 1976

TEMPO E PAISAGEM

ALTAMIRO SÉRGIO MOL BESSA*

RESUMO Este ensaio trata da paisagem como espacialização do tempo, que, quando apreendido nos raros jardins que se insurgem no deserto paisagístico do mundo contemporâneo, pode trazer novas possibilidades ao pensamento. Dialogando com filósofos, historiadores da paisagem e artistas, descobre-se como as duas distintas gêneses da paisagem, a de tradição chinesa e a ocidental, tratavam a questão do tempo e do espaço. A primeira dava ênfase à paisagem como conciliação de opostos, um caminho a ser complementado pela imaginação, enquanto a segunda enfatizava os resultados. Tornada hoje hegemônica, a racionalidade ocidental coloca em campos distintos homem e natureza, tempo e espaço, configurando majoritariamente temporaneidades predatórias que se impõem violentamente sobre as lentas temporalidades que qualificam os lugares.

PALAVRAS-CHAVE Paisagem. Tempo. Jardim do tempo.

TIME AND LANDSCAPE

ABSTRACT This essay deals with the landscape as spatialization of time, which when apprehended in the rare gardens that occur in the scenic desert in contemporary world, may point out to new possibilities to the thought. Dialoguing with philosophers, landscape historians and artists, it shows how the two distinct landscape genesis, the Chinese and western traditions, treated the issue of time and space. The former puts its emphasis in landscape as reconciliation of opposites, a path to be complemented by imagination, where as the latter emphasizes the outcomes. Made hegemonic nowadays, the western rationality places in different fields man and nature, time and space, mostly setting predatory temporariness that violently imposes itself upon the slow temporality that qualifies the places.

KEYWORDS Landscape. Time. Garden of time.

* Professor Adjunto do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.
Doutor em Arquitetura e Urbanismo – USP – com pós-doutorado em Filosofia da Paisagem e Arquitetura Paisagística pela FAU-USP
E-mail: altamirobessa@gmail.com

Abertura

Podemos nos perguntar onde é possível apreender o tempo, observar sua passagem. A paisagem, esta espacialização do tempo, é um lugar privilegiado para fazê-lo. Ela registra a narrativa temporal do pensamento humano, pelas marcas que faz aderir ao ambiente. A paisagem, esta categoria privilegiada enformadora do real, é o lugar onde tempo e espaço se articulam.

A passagem criativa do tempo habilita o espaço a ser paisagem. Sem isso, ela é apenas país, uma espécie de “espaço vacante”, para usar palavras de Carlos Drummond de Andrade. Para o poeta, a paisagem é um projeto que construímos com o tempo: “Paisagem, país/ feito de pensamento da paisagem/ na criativa distância espacitempo” (ANDRADE, 1973).

Alain Roger argumenta que, para operar a passagem do país à paisagem, é necessária a operação da arte: “*El país se queda en la indiferencia estética*” (ROGER, 2006, p. 23). Essa artealização nasce, quando, confrontados com o lugar, o país “acorrenta-se ao nosso espírito”, como diz Simmel (2012), numa espécie de disposição anímica, chamada por ele de *stimmung da paisagem*, que faz reunir os elementos dispersos numa totalidade que nos toca. Segundo Berque (1994), essa disposição não está no ambiente, tampouco no sujeito, como se fosse um sonho ou alucinação, mas na trajetiva da interação entre um e outro.

Ainda em Berque (1994), a expressão do caráter estético que o homem estabelece com o seu ambiente revela a sensibilidade paisagística das civilizações. Essa sensibilidade pode expressar-se em duas formas de pensamento: o pensamento paisageiro (*pensée paysagère*), que evidencia que determinada cultura tinha uma relação estética com o meio, e um pensamento sobre a paisagem (*pensée du paysage*), que constitui uma reflexão crítica dessa relação. Para o autor, as primeiras civilizações na história da humanidade que apresentaram juntas esse par de formas de pensamento foram a chinesa, a partir do século IV, e a europeia, a partir do século XVI.

A paisagem chinesa, como todo o seu pensamento, resulta de um longo e tumultuado processo cumulativo das noções e pressupostos do taoísmo, confucionismo, budismo, entre outras escolas de pensamento. As contradições e diferenças entre eles evoluem de tal maneira que iam sendo acolhidas como alternativas ou complementaridade.

A ética predominante nessa tradição conciliadora atribui especial valor ao social e ao político, sem, contudo, retirar a importância do individual. O confucionismo, por exemplo, prescreve que o indivíduo se realiza em sociedade, enquanto que para o taoísmo ele deve buscar uma harmonia com as forças da natureza. O jardim chinês acolhe as duas visões: ao mesmo tempo que é espaço de sociabilidade, também reserva lugares para a contemplação, a meditação e a introspecção solitária.

Na tradição chinesa, “o tempo não se apresenta como uma questão”, pois ele “não aparece como intervalo entre um ponto de partida (a criação do mundo) e um ponto de chegada (o fim do mundo)” (TRIGOSO, 2011, p. 3). A construção paisagística chinesa buscava criar sequências de ambientes e visadas que surpreendessem os usuários, distorcendo-lhes a percepção espacial. Fracionando o lugar em diferentes ambientes, recusava a linearidade, visual e perceptiva, reservando a cada um deles seus próprios mistérios.

Outro importante aspecto que vale ressaltar é que o pensamento chinês está na realidade. Os chineses não estavam preocupados em alcançar o paraíso, mas em prestar atenção à natureza e às coisas. Nessa concepção, a ação humana não submete a natureza. Ao contrário, Lao-tsé, autor do livro considerado fundador do taoísmo, o *Tao Tê Ching*, prescrevia: “o Homem segue a Terra, a Terra segue o Céu, o Céu segue o Tao¹, e o Tao segue a Natureza”. 1 O Caminho

Além de se revelarem como importantes alteridades que necessitam de um relativo afastamento dos cânones ocidentais para serem compreendidos, os pensamentos paisageiro e sobre a paisagem chineses tiveram fundamental importância nas culturas japonesa e ocidental.

No Ocidente, a paisagem surge da arte, no alvorecer da Modernidade, em que a ciência vai progressivamente afastando o homem da natureza, a ponto de classificar em campos distintos as ciências da natureza e as do espírito. A paisagem entra fazendo a mediação entre esse homem moderno e o mundo em que vive.

Agindo sobre e com o ambiente, o homem se afasta para contemplar suas ações, valorando-as objetiva e subjetivamente. A partir daí, determina as intervenções futuras,

que terminam por atribuir ou retirar sentido dos lugares. A paisagem ocidental instaura-se, dessa forma, entre o fazer e o ver o que se faz, sendo não só o palco da ação, mas também sua representação.

O pensamento paisageiro ocidental envolve, então, ação e apreciação. Mais raro, no entanto, tem sido a ocorrência também de um pensamento sobre a paisagem, que acrescenta ao par anterior um terceiro termo: o juízo crítico. É especialmente esse pensamento crítico sobre as paisagens que faz avançar, como defende o paisagista americano Arnold Bearleant, no seminal *Living in the Landscape*. No mesmo sentido, Turri (2013) enfatiza que as paisagens mais admiradas, reconhecidas pela sua qualidade estética e pela harmonia com a natureza são aquelas em que o homem-autor também se preocupou em posicionar-se como espectador e crítico dessa ação.

Rosário Assunto, em *Il Paesaggio e l'estetica*, argumenta que as paisagens são um espacializar-se do tempo, que ocorre por dois modos: pela temporalidade – a linha evolutiva qualificadora que conserva e traz o passado ao presente, prolongando-o ao futuro – e pela temporaneidade, como a que toma conta das metrópoles contemporâneas. Essa é a ação que se apodera destrutivamente da temporalidade, uma constante remoção que faz prevalecer as coisas que têm prazo de validade programado, dada a sua natureza especulativa. De sua ação avassaladora sobre o ambiente, escapam poucos enclaves com alguma qualidade, dos quais muitos são capturados pelo turismo de massa e outras indústrias que os consomem como mercadorias. Sobram alguns raros, que passo a denominar neste ensaio de jardins do tempo – recortes paisagísticos muito especiais, onde se identifica um claro compromisso de cuidado com o melhor de suas temporalidades constitutivas.

Apresento dois destes exemplares: a Casa Azuma, em Sumiyoshi, Osaka, e o Mosteiro Nossa Senhora das Graças, em Belo Horizonte, obras singulares de duas tradições: o primeiro, da oriental; o segundo, da ocidental.

Antes de apresentá-los ao leitor, julgo necessário construir um breve panorama de cada uma dessas tradições.

A alteridade chinesa

A ideia de paisagem surge pela primeira vez na China, mais de mil anos antes do Ocidente. Enquanto a paisagem ocidental nasce da pintura, a chinesa é primeiro identificada na literatura, no ano de 353. Essa origem literária resultou em muitas expressões para designar paisagem, sendo a mais tradicional *shanshui*, que significa montanha-água.

As altas montanhas, para o pensamento taoista mais antigo, eram lugares sagrados, de onde se poderia contemplar não o panorama da Terra, “e sim a misteriosa essência imaterial de seu espírito” (SCHAMA, 1996, p. 408). Já a água é a metáfora para o *Wuwei*, o pensamento taoista da não interferência. Flexível e aparentemente insignificante, a água, ligada ao feminino *Yin*, vai vencendo pacientemente a matéria *Yang* da montanha, seja desgastando-a lentamente, seja desviando-se de obstáculos para continuar seguindo seu curso, do alto, onde nasce, para os vales e o mar. O par montanha-água expressa a conciliação de opostos que constituiu a noção de paisagem oriental.

Os sábios chineses deambulavam pela natureza para captar esses dois elementos paisagísticos, registrando suas percepções nas artes da poesia e pintura. Na pintura, representavam as cenas em rolos de seda, que se sucediam interrompidas por intervalos em branco, metaforicamente representando a água. Esses espaços de suspensão são a “alma da pintura na China”, falou o Prêmio Nobel de Literatura japonês, Yasunari Kawabata, pois fazem expandir as cenas representadas até o apreciador, que pode percebê-las como continuidade do próprio corpo.

Inspirados nessas pinturas eram construídos os jardins chineses. Neles, diferentes ambientes eram interrompidos por estratégias paisagísticas como elevações, lagos, anteparos de alvenaria, pavilhões e percursos sinuosos, que tornavam complexas e distorciam propositalmente a fruição, fazendo do fruidor um atribuidor de sentidos, pelo exercício da imaginação.

Na tradição chinesa, não há indissociabilidade entre o tempo e o espaço: Ele “não aparece como uma duração monótona, constituída pela sucessão de momentos qualitativamente iguais, mas como um conjunto de diferentes eras, estações ou épocas” (TRIGOSO, 2006, p. 4). A construção de paisagens nessa tradição exigia dos chineses uma grande simbiose com a natureza.

A cultura chinesa teve significativo impacto no desenvolvimento das artes no Japão, cujas contribuições foram sendo acrescidas às influências nativas do Xintoísmo, que professa e venera a divindade da natureza. Mais tarde, foram acrescidos os ensinamentos do budismo, vindo da China no ano de 552, especialmente da doutrina zen, que propunha alcançar a paz com mais simplicidade, sem excessos de preceitos e ritos. Ela ganhou grande capilaridade na população e presença nas artes, incluindo a paisagística (PAZINI, 2013).

A estética paisagística dessa doutrina expressou-se principalmente por pequenos jardins projetados como mundos protegidos para o cultivo da serenidade e prática da meditação, lugar do exercício da ascese. Se antes os jardins eram construídos por nobres e aristocratas, agora tornavam-se tarefa de monges, que consideravam a tarefa de construí-los uma prática religiosa (PAZINI, 2013).

O tema da cabana, recorrente na literatura do budismo, tem grande importância para o pensamento paisagístico oriental. É na rusticidade da cabana, com sua porosidade, que se convidam os elementos naturais a entrar, que o homem em sua solidão se abriga para refletir sobre uma das suas maiores fontes de sofrimento: a dificuldade de aceitar a impermanência. As rusticidade e porosidade da cabana, conceitualmente a transformam numa ruína: “construída por mãos humanas e integrando materiais toscos, é, pela inclusão e expressão dessa impermanência, mais real no sentido que não foi feita para desafiar a temporalidade [...]” (CARVALHO, 2011, p. 80).

No Japão, a cabana era o centro da cerimônia do chá, que influenciou notavelmente as artes japonesas, inclusive as paisagísticas e arquitetônicas. Descrita pelo já citado escritor Yasunari Kawabata como “um encontro de sentimentos”, a cerimônia era realizada em espaços metodicamente projetados pelos Mestres do Chá, desde o jardim externo até os objetos colocados no seu interior. A cabana do chá é construída para induzir ao “gozo estético” no seu interior e está na origem da *sukiya*, a casa tradicional japonesa (OKAKURA, 2008).

A ideia de suspensão, intervalo, pausa ou vazio, que em japonês se designa pela expressão *ma*, está fortemente presente na tradição oriental. Trata-se de “um colapso, através de meios estéticos, do mundo objetivo, espacial, no mundo subjetivo, temporal” (CARVALHO, 2011, p. 157). Arquiteticamente, materializa-se na abertura, no respiro, no pátio, na porta ou portão; no desenho urbano, em praças, largos e vazios que al-

teram a densidade do tecido urbano, dissolvendo-o ou reconstituindo-o (CARVALHO, 2011). O *ma* não é um acaso, mas uma intenção espacial projetada para uma outra experiência sensorial.

Um dos mais importantes arquitetos da atualidade, o japonês Tadao Ando, no início da sua carreira, projetou a Casa Azuma. Implantada em meio a um tradicional bairro japonês em Sumyoshi, Osaka, em terreno retangular de 3,6m de frente e 12,6 m de profundidade, a casa, de apenas 64,7 m², é constituída de dois blocos cúbicos de concreto aparente, um colocado à frente e outro ao fundo do terreno. No seu centro, o arquiteto instala um pátio descoberto.

Afirmando que “a casa serve ao propósito de abrigar, tanto física quanto espiritualmente”, Ando, em Azuma, utiliza importantes princípios do milenar pensamento paisagístico oriental.

A casa está numa rua de habitações tradicionais japonesas e instala-se ali como uma provocação, ou, como diz Ando, “uma interrogação” a um mundo que pouco tolera o diferente e a ousadia. Ao usar um material estranho ao lugar e à cultura arquitetônica tradicional japonesa, ele instala ali uma *shanshui*, pois a conciliação do duo montanha-água também é provocativa: não está esvaziada de tensão. Água e pedra estão sempre em disputa.

A fachada da casa tem uma única abertura, a porta, como na cabana da cerimônia do chá. Atravessá-la é também um ritual de passagem de um mundo exterior em direção a um ambiente protegido, construído para o abrigo das intimidades. Como a cabana, a casa parece recusar o mundo, para que ele não a invada, mas deixa aberta uma porosidade, o pátio. Nesse pátio instaura-se o princípio do *ma*, o hiato espacial que promove a articulação funcional, a ventilação e a iluminação dos ambientes que se voltam para ele, como nas casas tradicionais japonesas, que no seu interior são escuras. Sobre isso, diz o arquiteto: “Quando você se acomoda no interior de um aposento escuro e dali olha para o jardim, que é iluminado naturalmente, você começa a sentir a relação fundamental que existe entre luz e escuridão, a razão pela qual elas precisam uma da outra para se expressar” (ANDO e AUPING, 2003, p. 56).

A Casa Azuma é uma conversa do homem com a natureza. Tadao Ando afasta as soluções óbvias dos tetos verdes, jardins vegetados ou espelhos d’água e constrói esse diálogo recusando-se a cobrir o pátio. Ao fazer isso, ele traz a natureza para o cotidiano

da casa. Não importa o clima ou a temperatura, se venta, chove ou esteja nevando, as pessoas devem sempre atravessá-lo como uma experiência natural. “Como tudo na arquitetura, trata-se de uma questão de equilíbrio entre procedimentos de afastar a pessoa da natureza e de convidar a natureza a entrar no espaço” (ANDO e AUPING, 2003, p. 52), afirma o arquiteto.

O concreto aparente é o material de todas as obras de Ando. Para ele, esse material tem mais de mil cores. A cor, diz, não está na sua superfície, mas deve ser alcançada da profundidade daquele material. A cor no concreto é sutil, quase monocromática, como são as das pinturas e dos jardins orientais. Alcançá-la é uma questão de perseverança, conhecimento e técnica: Tadao Ando dedica cuidado especial às concretagens, testando previamente inúmeras misturas até alcançar a cor e textura desejadas. E o concreto, “que é capaz de absorver e complementar a natureza”(ANDO e AUPING, 2003, p. 35), com o tempo vai ganhando outros tons, resultado da ação da passagem do tempo, que vai deixando nele os registros das impermanências.

Estão também presentes na obra as ideias de ordem e simplicidade, expressas na geometria da edificação, na clareza programática e dos fluxos, na ausência de ornamentos e simplicidade do mobiliário. Sobre isso, diz o arquiteto: “Eu, é claro, fui muito influenciado pela arquitetura japonesa tradicional. Ela me ensinou, sobretudo, que expressões universais aspiram à simplicidade” (ANDO e AUPING, 2003, p. 46).

A Casa Azuma, um jardim do tempo oriental, foi premiada, em 1976, pela Associação de Arquitetos do Japão.

A paisagem ocidental

Historiadores da paisagem elegeram como marco do seu surgimento no ocidente a carta que Francesco Petrarca enviou ao dominicano Dionigi di San Sepolcro relatando sua subida ao monte Ventoux. Em 26 de abril de 1336, o poeta italiano resolveu subir o monte em busca de alento para uma paixão não correspondida. Depois de muito esforço físico, já no alto, após exultar-se pela vista extraordinária que de lá divisou, Petrarca abre o *Confissões* de Santo Agostinho e lê esta passagem: “E os homens se maravilham com as altitudes das montanhas e as ondas imensas do mar e a vasta extensão dos rios e o circuito do oceano e a revolução dos astros, mas não atentam em si mesmos”. O

poeta entrega-se ao chamado de Agostinho, que o convence a abdicar dos apelos sedutores do mundo exterior em favor da salvação de sua alma.

Segundo Joachim Ritter, Petrarca, ao não reconhecer na vista do Ventoux a fonte de sua paz espiritual, expressa o nascimento da cisão irreparável entre homem e natureza, antecipando o par de concepções de natureza que se desenvolverá no Ocidente daí em diante: de um lado, a da ciência, “das leis universais que regem, como constantes mensuráveis, o comportamento dos fenômenos”; de outro, a da paisagem, “atraente, próxima e qualitativa, que se dá sensivelmente na experiência estética”, oferecendo-se “à contemplação de um observador que se encontra existencial e gnosiologicamente já fora dela” (SERRÃO, 2013, p. 18).

Na passagem do mundo de Petrarca para a Modernidade, um conjunto de acontecimentos notáveis – como a emergência do pensamento humanista e a invenção da perspectiva, técnica que possibilitou trazer o exterior para o quadro, organizando-o segundo o olhar do artista – encontrarão, no norte da Europa do século XVI, especialmente pela sua laicização, as condições para a afirmação de uma nova forma artística de representar o mundo: a pintura de paisagem.

É essa pintura que vai fornecer os artifícios pelos quais o homem moderno passará a ver o seu lugar de vida. Utilizando a perspectiva, o pintor de paisagem enquadrava, como se fosse uma janela, a porção do exterior sob o seu ponto de vista. Essa janela também construía outra separação: um eu dentro e o mundo fora.

Assim, são o olhar perspectívico e o enquadramento estético que constituem ontologicamente a paisagem ocidental. O que faz uma porção do ambiente ou da natureza – este “nexo infindo das coisas”, como diz Simmel (2012) – ser uma totalidade compreensível, ou seja, a paisagem, é justamente o seu enquadramento por uma tomada de posição estética.

Esse novo modo de ver paisagístico vai ser disseminado primeiro entre as elites, os artistas, nobres e aristocratas europeus, em obras de arte, literárias, jardins, parques, palácios e cidades. O modelo preferido dessa artealização eram as pinturas clássicas, inspiradas nos princípios do pitoresco e da estética do sublime, especialmente na Inglaterra, que pretendia transformar-se numa “Nova Roma” (PAZINI, 2013).

Essa estética paisagística vai popularizar-se por meio do *Grand Tourist*, viagens culturais à terra do classicismo, a Itália, que durou entre os séculos XVI e XIX. Praticado

inicialmente por ricos, foi ganhando a adesão da classe média urbana e importantes intelectuais, como Rousseau e Goethe, que contribuíram para disseminar o hábito de viajar e caminhar como prática formativa e estética, mas foi Friedrich Nietzsche (1844-1900), também um filósofo deambulador, que ampliou a ideia de paisagem tomada como um lugar de fruição e contemplação do grandioso e do belo. As paisagens de Nietzsche eram o campo para o aprofundamento do seu juízo crítico do mundo, especialmente em relação à sociedade, moral, religião e ciência. Ele constrói o seu pensamento na fórmula: caminhar, pensar, anotar e desenvolver os temas em casa. O filósofo dizia: “Não escrevo somente com a mão/ O pé também dá sua contribuição/ Firme, livre e valente ele vai/ Pelos campos e pela página (NIETZSCHE, 2012, p. 43). E recomendava; “Agora ande, andarilho!”.

Nietzsche andava pelos lugares subindo e descendo. O alto e a distância, para o filósofo, tinham uma grande força: “Gosto, como os animais da floresta e do mar, / De por algum tempo me perder, / De permanecer num amável recanto a cismar, / E enfim me chamar pela distância, / Seduzindo-me para – voltar a mim” (NIETZSCHE, 2012, p. 32).

Mas o corpo imerso nas paisagens como forma de conhecimento do mundo começa a perder força com a invenção da máquina a vapor – que acelera o tempo das viagens e leva as pessoas a fazê-las confinadas em trens e navios, transformando o *Grand Tourist* em *Mass Tourist* – e com a aceleração dos efeitos das inovações tecnológicas e do capitalismo sobre os assentamentos humanos.

As antigas cidades medievais tiveram suas muralhas ultrapassadas pelo processo de dispersão urbana, centrado na lógica rentista da “planta em grade”, mais lucrativa, que não considerava as especificidades topográficas, históricas e socioespaciais locais. As distâncias intraurbanas ampliaram-se, e a mobilidade diária foi-se tornando penosa e desagradável.

Esse modelo de urbanização extensiva e desoladora foi-se disseminando pelas cidades ocidentais, provocando um grande apagamento das identidades dos lugares e da base material que durante séculos foram enformando suas paisagens. Atualmente é também adotado no Oriente, especialmente na China, implantando-se violentamente sobre uma cultura com outra tradição paisagística.

Para Bearleant (1997), as paisagens das metrópoles atuais deixaram para trás a matriz pictórica, substituindo-a pela arquitetônica, fundando o que denominou “esté-

tica da continuidade”. Nessa estética, o ambiente urbano não é mais só aquilo que nos envolve, mas também o que nos penetra. E na maioria dos lugares o que nos penetra são degradação, violência, ruído inescapável do trânsito, poluição, odores químicos, a opressão sem graça dos edifícios, fios e antenas, outdoors e tantos outros produtores de danos diários que terminam por nos dessensibilizar.

Viver nessas cidades, especialmente em suas franjas urbanas, tem sido uma experiência ambiental de endurecimento, “esta espessura de pele que se torna progressivamente rígida, matéria dura como um couro sobre o qual a experiência desliza sem sensibilizar” (BESSE, 2006, p. 106). Isso vai reduzindo a nossa capacidade perceptiva e, conseqüentemente, nosso poder de imaginar, e, sem eles, onde faremos habitar o onírico, as utopias e a beleza?

Em Belo Horizonte, há um jardim do tempo em que podemos encontrá-los.

O mosteiro beneditino feminino Nossa Senhora das Graças implanta-se numa colina na Vila Paris. Nos anos iniciais de sua construção, na década de 1950, a ocupação ali era rarefeita. O projeto, encomendado ao arquiteto modernista carioca Francisco Bolonha, era constituído de um edifício para cem religiosas, com jardins circundantes. Sua construção ocorreu em fases e durou 50 anos.

Quando a subida ao Mosteiro é feita a pé, como eu e meus alunos fizemos, à moda de Nietzsche, pode-se ter uma experiência especial de conhecimento e desvelamento, se houver disposição do andarilho para isso.

Já no percurso sinuoso da subida, vai-se atravessando várias paisagens – desde aquela que ainda traz predominantemente a confusão da cidade, até a mais silenciosa e reveladora dos sentidos, que ocorre no interior do Mosteiro.

Uma primeira tomada de posição paisagística realmente diferente ocorre quando já se consegue notar a mudança no tecido urbano e na tipologia arquitetônica, o decréscimo da temperatura, certa diminuição dos ruídos difusos da cidade, o adensamento da vegetação e o barulho das aves que começam a substituir o dos carros.

A subida vai sendo orientada pela torre sineira do Mosteiro, que anuncia um espaço diferente. Certa introspecção vai-se intensificando à medida que sabemos aproximar aquela paisagem do mundo religioso.

Aos poucos, o edifício do Mosteiro se mostra, às vezes oculto pelas grandes árvores do jardim que se foi consolidando no coroamento do morro ou por outras margeadas

pelo muro circundante. Ultrapassado o portão de acesso, o mosteiro vai aparecer por inteiro logo depois de uma curva, apoiando-se suavemente no movimentado terreno sobre um entablamento de pedra. Apresentado, ele expõe toda a sua racionalidade modernista. O jogo de aberturas da fachada, a mudança na inclinação dos tetos e a verticalidade do campanário orientam o visitante, tornando legível e compreensível sua arquitetura, assim como a regra de São Bento, criada no século V, orienta toda a vida no seu interior.

A fachada do prédio lembra uma fábrica, e a Igreja diferencia-se pelo teto abruptamente inclinado que captura a luz exterior em direção ao altar. Todo o interior é solene, sóbrio e silencioso. Sobre a porta que separa os parlatórios do claustro principal, a inscrição *Secundum Verbum* anuncia uma intenção de ruptura com o tempo secular, instalando o do sagrado.

O claustro do Mosteiro é um jardim dentro daquele jardim do tempo. Reservado à intimidade, poucas vezes aberto a visitantes, é uma paisagem de grau máximo de proteção, que é fortemente invadida pelo céu (Fig. 1), que nela ganha um imenso protagonismo. Com as nuvens, ele abraça aquela paisagem formando seu plano de cobertura protetor, rompido apenas pela grande torre de concreto aparente, de 25m de altura, que aponta em sua direção, como a reforçar o vínculo de pertencimento daquele lugar

com a “Cidade Celestial”, modelo que orienta a construção dos mosteiros desde o quinto século. O final da torre, já quase encontrando o céu, onde está a maquinaria dos sinos, parece-me uma grande boca aberta da qual imagino Santo Agostinho interpelando os “Petrarcas” que insistirem em buscar no mundo exterior a sua paz espiritual.

Essa mesma torre é a verticalidade necessária em toda paisagem, um movimento entre o lugar que se vive e o alto, que reposiciona e relativiza os nossos dramas humanos (lembramos que foi a visão da Terra do alto de Gagarin e sua narrativa que fizeram o mundo enxergar-se como uma única casa).



FIGURA 1 – Campanário do Mosteiro visto do claustro – Foto do autor, 2014

Abrigando uma comunidade cuja rotina diária é expressa por ordem, estabilidade e disciplina, a vida no Mosteiro é comandada pelas chamadas “Horas Canônicas”, uma divisão do tempo instituída no século XI e seguida pelos fiéis, por meio do chamado *Livro das Horas*², em que cada uma das horas corresponde a um ofício divino³.

Alguns desses ofícios são realizados em latim e com o canto gregoriano acompanhado da cítara, um instrumento antigo que poucos sabem executar. Quando se assiste a um deles, de corpo e alma, compreende-se melhor o que Berque quis dizer quando afirmou que a paisagem está na trajetiva entre as coisas e o sujeito que as percebe. Também se compreende melhor o porquê dos danos cotidianos serem tão nefastos à nossa experiência perceptiva: é preciso muita sensibilidade e concentração para “desdurecer” e apreciar a beleza daqueles momentos, naquele lugar, num tempo que não sabemos bem mais qual é.

Francisco Bolonha utilizou, com muita sensibilidade, o modernismo, uma vanguarda arquitetônica do século XX, para abrigar uma milenar tradição beneditina. Por sua vez, as pessoas que escolheram viver ali reconheceram nessa arquitetura um lugar digno para abrigar suas práticas religiosas e passaram a cuidar dele como se cuida de um jardim. O resultado é uma paisagem de extraordinária força simbólica que constitui expressão paisagística de uma temporalidade resistente frente a uma cidade que parece ter optado pela indiferença estética.

2 As Riquíssimas Horas do Duque de Berry é um livro das horas do início do século XIV, encomendado pelo duque aos irmãos Limbourg. É considerado o primeiro trabalho ocidental em que a paisagem surge como autônoma na representação pictórica (ROGER, 2007).

3 Matinas, Prima, Terça, Sexta, Noa, Vésperas e Completas.

Considerações conclusivas

As paisagens são uma resposta do tempo e do pensamento às necessidades da vida nos lugares.

Como construção social, elas transformam-se com as mudanças nos valores das sociedades, mas isso deve acontecer permitindo que haja bons avanços coletivos. A valoração das paisagens apenas como algo a ser apreciado não é suficiente para que isso ocorra. Se assim fosse, os territórios turísticos ou aqueles protegidos pelas legislações de proteção do patrimônio seriam os melhores lugares de vida, o que necessariamente não é verdade. Por isso é preciso exercitar também um pensamento crítico sobre as paisagens.

A modernidade ocidental e sua razão, tornada hoje hegemônicas, representaram avanços significativos na ciência, mas trouxeram também certo empobrecimento da

apreciação paisagística, pelo nosso endurecimento, resultado de danos cotidianos impostos aos cidadãos nas metrópoles. Empobreceu também o pensamento crítico sobre as paisagens, seja pela diminuição de referentes qualitativamente estimulantes ou do exercício de avaliar e refletir sobre a nossa construção paisagística cotidiana. Essas são, na minha opinião, as principais razões do declínio qualitativo de grande parte das paisagens urbanas contemporâneas.

A paisagem, que nasceu da arte, foi afastando-se dela pela pressa desestabilizadora da urbanização de lucro fácil que vamos construindo no Ocidente, que está preocupada em transformá-la, o mais rápido possível, em uma mercadoria consumível. Esse *modus operandi* agora se impõe também aos lugares de rica tradição paisagística conciliadora e aberta ao exercício da imaginação, como o Oriente, causando ali graves conflitos culturais e socioambientais.

No entanto, a arquitetura e o urbanismo, quando arte, podem ajudar a promover esse reencontro, construindo a base material dos jardins do tempo, como nos dois casos que foram relatados neste ensaio: a Casa Azuma e o Mosteiro Nossa Senhora das Graças.

Esses lugares especiais são a força resistente da temporalidade capaz de expor ao pensamento os bons princípios estruturadores da relação entre o homem, o tempo e o espaço na história das suas culturas constituintes. Ao mesmo tempo que recuperam o melhor de suas tradições, oferecem-se como estimulantes ao pensamento crítico. Ao fazerem isso, os jardins do tempo provocam, interrogam e desestabilizam, seja pela linguagem material ou formal inovadora, pelos usos incomuns que abrigam ou pelas relações inesperadas que constroem com o mundo circundante. São, igualmente, uma mensagem de otimismo!

Descobrir, apreciar, interpretar e cuidar dessas paisagens singulares e resistentes é forma não só de conhecimento e redescobertas, mas também de projetar um futuro.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond. *As impurezas do branco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973.
- ANDO, Tadao; AUPING, Michael. *Tadao Ando: conversas com Michael Auping*. São Paulo: Editora G. Gili Ltda, 2003.
- ASSUNTO, Rosário. *Il paesaggio e l'estetica*. Milano: Novecento, 2006.
- BEARLEANT, Arnold. *Living in the landscape. Toward an aesthetics of environment*. Lawrence: University Press of Kansas, 1997.
- BERQUE, Augustin. *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Paris: Editions Champ Vallon, 1994.
- BESSE, Jean-Marc. Nas dobras do mundo. Paisagem e filosofia segundo Péguy. In: BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. Trad. Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. 97-106.
- CARVALHO, Thiago Mesquita. *Arte e natureza no budismo japonês*. Lisboa, 2011, 162 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Mestrado em Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- OKAKURA, Kakuzo. *O livro do chá*. Trad. Leiko Gotoda. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda, 2008.
- PAZINI, Franco. *Projetar a natureza*. Arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2013.
- ROGER, Alain. *Breve tratado del paisaje*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2007.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SIMMEL, Georg. *A filosofia da paisagem*. Trad.: Artur Morão. Covilhã: LusoSofia Press, 2009.
- SERRÃO, Adriana Veríssimo. Paisagem: Natureza Perdida, Natureza Reencontrada? *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, v.1, n.2, Lisboa, 2013.
- TRIGOSO, Maria. A (não) questão do tempo na tradição chinesa. *Cultura - Revista de História e Teoria das Ideias*. Centro de História da Cultura, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, vol. 23.
- TURRI, Eugênio. A paisagem como teatro. Do território do vivido ao território representado. In: SERRÃO, Adriana Veríssimo (Coord.). *Filosofia da paisagem. Uma antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013, p. 167 – 184.

ORLANDO FERGUNSON, A "flat-Earth" map, 1893

MAP OF THE

SQUARE AND STATIONARY EARTH.

BY PROF. ORLANDO FERGUNSON,

HOT SPRINGS, SOUTH DAKOTA.

Four Hundred Passages in the Bible that Condemn the Globe Theory, or the Flying Earth, and None Sustain It.
This Map is the Bible Map of the World.

Copyright by ORLANDO FERGUNSON, 1893.

For Angels standing on the Four Corners of the Earth.—Isaiah 37: 1, 2.

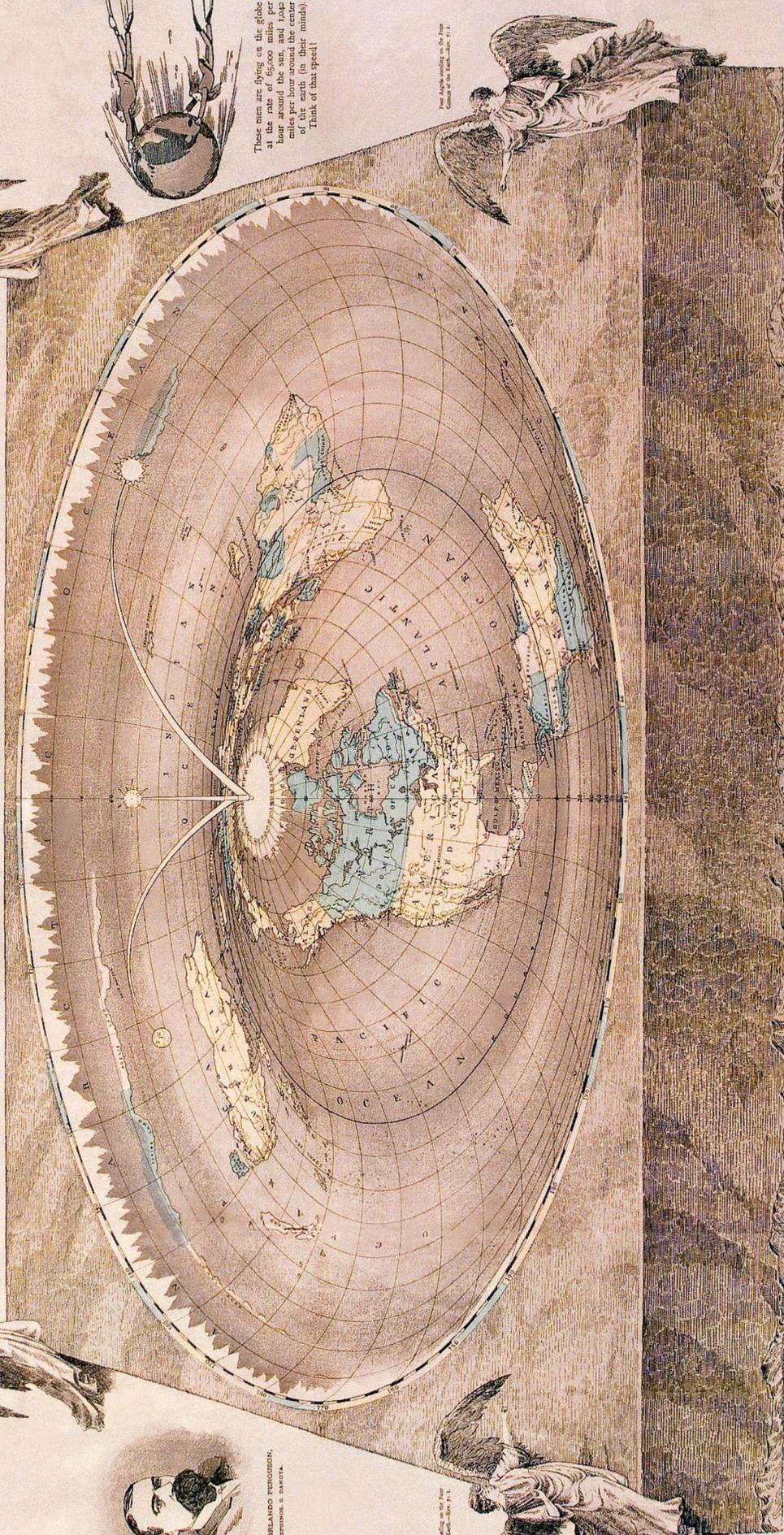
For Angels standing on the Four Corners of the Earth.—Isaiah 37: 1, 2.



PROF. ORLANDO FERGUNSON,
HOT SPRINGS, S. DAKOTA.

For Angels standing on the Four Corners of the Earth.—Isaiah 37: 1, 2.

For Angels standing on the Four Corners of the Earth.—Isaiah 37: 1, 2.



These men are flying on the globe at the rate of 65,000 miles per hour around the sun, and 1,000 miles per hour around the center of the earth (in their minds). Think of that speed!

And his hands were steady until the going down of the sun.—Ex. 17: 12. And the sun stood still, and the moon stayed.—Joshua 10: 12-13. To him that stretched out the earth, and made great lights (not worlds).—Job, 31: 26-27. The sun shall be as at rest.—Isaiah 34: 7. The prophecy concerning the globe theory.—Isaiah, 20th chapter. Woe to the rebellious children, sayeth the Lord, that say, We will not see the day of wrath, for we have peace, because we have quietness.—Isaiah 40: 22. He that spread forth the earth.—Isaiah 53: 5. That spreadeth abroad the earth by myself.—Isaiah 54: 24. My hand also hath laid the foundation of the earth.—Isaiah 58: 13. Thus saith the Lord, which giveth the sun for a light by day, and the moon and stars for a light by night (not worlds).—Jer. 31: 35-36. The sun shall be cupped into Gadates, and the moon into blood.—Acts 2: 20.

SCRIPTURE THAT CONDEMNS THE GLOBE THEORY.

The world also shall be stable that it be not moved.—Chron. 16: 30. The whole world shall be astonished at the day of wrath, because they have despised the word of the Lord, and they shall say, Why hath the Lord done thus unto us?—Isaiah 19: 15. The whole world shall be astonished at the day of wrath, because they have despised the word of the Lord, and they shall say, Why hath the Lord done thus unto us?—Isaiah 19: 15. The whole world shall be astonished at the day of wrath, because they have despised the word of the Lord, and they shall say, Why hath the Lord done thus unto us?—Isaiah 19: 15.

Send 25 Cents to the Author, Prof. Orlando Ferguson, for a book explaining this Square and Stationary Earth. It Knocks the Globe Theory Clean Out. It will Teach You How to Foretell Eclipses. It is Worth Its Weight in Gold.

CRONOLOGIA NA COROLOGIA

– A construção de uma perspectiva temporal

PEDRO HENRIQUE CORRÊA DE ARAÚJO BARROS*

ROBERTO CÉLIO VALADÃO**

RESUMO A Geomorfologia, como tradicional subcampo do saber geográfico, prima, por essência, pelo caráter espacial dos fenômenos atrelados às dinâmicas inerentes da superfície terrestre. Entretanto, para compreender suas respectivas morfologias é obrigatório repertoriá-las, não somente no espaço, mas, fundamentalmente, através do tempo. Desde que o mundo deixou de ter a esguia e finita história proclamada pelas Sagradas Escrituras e debutou numa imensidão jamais imaginada, os estudos referentes à atuação processual foram catapultados a uma outra ordem de análise. Assim, o objetivo do presente trabalho é evidenciar que a perspectiva de tempo geológico fora historicamente construída e que os desdobramentos metodológicos que dela alvoreceram acabaram por balizar essa ciência natural, também, à luz dos estudos contingenciais, típicos de um campo essencialmente historicizado.

PALAVRAS-CHAVE Geografia. Geomorfologia. Tempo Geológico. Uniformitarismo.

CHRONOLOGY IN CHOROLOGY

– Building a Temporal Perspective

ABSTRACT Geomorphology, as a traditional subfield of the geographical knowledge, foregrounds, by essence, the spatial character of the phenomena conjoined with the inherent dynamics of the terrestrial surface. However, in order to comprehend its respective morphologies it is required that we compile them, not only in space, but, fundamentally, through time. Since the world dissociated itself from the fine and finite history proclaimed by the holy writ and opened up an immensity never conceived by man, the studies related to the processual performance were catapulted to another order of analysis. Thereby, the goal of the present work is to evidence that the perspective of the geological time was historically built and that the methodological outcomes arisen from it ended up determining that natural science, also, by the light of the contingent studies, typical of an essentially historicized field.

KEYWORDS Geography. Geomorphology. Geologic Time. Uniformitarianism.

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências. da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: pedrohcabarros@gmail.com

** Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: valadao@ufmg.br

1. Introdução

Um olhar panorâmico sobre a história das ciências modernas revela que preocupações acerca da ordenação espacial dos fenômenos sobrelevam-se, consideravelmente, se não de forma exclusiva pela chancela da Geografia e assentam-se, minimamente, sob formalismos afins da referida disciplina. Em outros termos, apesar de reconhecermos que a dúvida topológica é, quiçá, tão antiga quanto a história da humanidade, que o propulsar da ciência geográfica origina-se em consequência duma outra e singular trama conceitual, própria do transcurso do século XVIII para o século XIX na Alemanha, objetivamos esclarecer que, desde que a ciência moderna relegou ao objeto a centralidade ontológica, outrora posta no indivíduo, e passou a parametrizar a fluidez mundana exclusivamente no fenomênico, criou-se uma necessidade de se repertoriar os fenômenos, não somente em razão de suas inauditas, singulares e próprias condições, mas também pela surgente necessidade em se estabelecer conexões e relações entre eles. Assim, em consequência dessa laicização da Natureza, torna-se então tradição epistêmica e discursiva a imediata afinidade entre as prementes preocupações toponímicas dos fenômenos, os eventos e fatos e inquietações tão próprias do campo geográfico (SANTOS, 2002).

Nascida com um caráter fundamentalmente de síntese, enciclopédico, a moderna Geografia, em seu contexto de gênese, norteadas por preceitos nitidamente empiristas, tem seus esforços direcionados ao inventário de lugares, ao levantamento dos recursos naturais existentes – as tarefas empreendidas por esse nascente campo disciplinar com perspectivas essencialmente corológicas, já que se preocupa com as dinâmicas concernentes ao espaço terrestre, sobretudo naquilo que indica os mecanismos e razões que tornam os ambientes naturais do planeta respectivamente distintos entre si. Nesse sentido, apesar do próprio conceito espaço sofrer com conotações epistêmicas próprias (NEWTON, 1974; KANT, 1989) por se tratar duma basilar categoria filosófica moderna, sua qualidade como objeto na ciência geográfica, no entanto, aparece como uma das poucas unanimidades dentro desse específico campo do saber.

Com o natural decurso da ciência moderna, no seu porvir segmentado em variados campos do conhecimento, aquela ciência dos lugares, ou das meras localizações, ganha um pluralismo investigativo, ampliando e diversificando seu arcabouço teórico/conceitual. Logo, a ciência da superfície terrestre se defronta, agora, com o engrandecimento da heterogeneidade e complexidade da organização espacial, ao reconhecer que dentro do todo, há, também, espaços específicos. Assim, o antigo espaço terrestre unitário e monolítico torna-se fragmentário e diversamente adjetivado.

Com esse emaranhar gnosiológico, a moderna Geografia viu-se, obrigatoriamente, na interdependência e numa conseqüente conexão com variadas disciplinas e com as demais ciências da Terra, já que, para dar conta de seu intrincado objeto, ela não poderia tornar-se um campo de pesquisa fechado em si mesmo. A fim de desvelar relações e dinâmicas singulares do complexo e multifacetado espaço terrestre, o geógrafo, ao mirar a senda da espacialidade, lança-se por entre recortes analíticos da realidade, visando promover, em conseqüência da conjugação dessas pormenorizadas e fragmentadas compreensões, uma síntese das relações topológicas dos fenômenos. Assim, num claro posicionamento de interseção entre as ciências naturais e as ciências humanas, a ciência geográfica, ao primar por um caráter essencialmente horizontalizado do saber, lida com a compreensão da constituição do espaço geográfico, que é essencialmente produto da influência recíproca entre o labor humano sobre um quadro físico natural.

E justamente pelo fato de o meio físico, em sua extensão, alvorecer como receptáculo dos demais fenômenos e suas intrínsecas dinâmicas, surge, como condição *sine qua non* numa abordagem geográfica clássica a necessidade premente de se compreender e reflexionar sobre suas inatas relações. Daí o surgimento da Geomorfologia como ciência.

O compartilhar do mesmo radical etimológico denuncia, de antemão, seu similar caráter corológico. Contudo, ressalta-se, antecipadamente, que ela, diferentemente da Geografia, não investiga a espacialidade de qualquer conjunto de fenômenos. Tem, antes, por fundamento primário considerar e interpretar as distintas morfologias do relevo e suas espacialidades.

Aparentemente monótona e estática, a superfície terrestre apresenta-se, não obstante, de maneira extremamente dinâmica e multiforme. De natureza essencialmente ritmada, a dinâmica dos processos que imprimem mutações às morfologias de relevo é, comparativamente à puerilidade da vida humana, incessante e morosa, já que se trata de

um mosaico multiforme de processos, contumazmente irregulares e de circunstâncias de atuação, majoritariamente, de baixa magnitude e frequência, isto é, não catastróficos.

Nesse sentido, o dinamismo do relevo, por vezes, cotidianamente imperceptível, evidencia uma atuação processual fragmentária e descontínua, diversamente distribuída e sincronicamente articulada, não somente no espaço, mas, sobretudo, no tempo. Logo, as paisagens, como um grande palimpsesto, impõem, permanentemente, muitos desafios à abordagem geomorfológica, visto que, apesar de seu objeto de investigação ser sobre as formas de relevo, sua análise recai, obrigatoriamente, sobre a periodização delas ao longo do tempo.

Desde que o mundo deixou de ter a esguia idade proferida pelas Sagradas Escrituras, esse cenário, já caudaloso, embarçou-se ainda mais. A história das transformações do mundo, outrora compactada, finita e teleologicamente subordinada em poucos milhares de anos, numa perspectiva fundamentalmente cíclica e imanente, torna-se, paulatinamente, mais dilatada, contínua, extensa, unidirecional e caótica. Obviamente, essa mudança paradigmática, assim como ocorre nas demais ciências, em termos kuhnianos, não procedeu de maneira irrefletida e instantânea. Pelo contrário, as referidas mudanças se deram em razão de determinados fatores e condições que, amalgamadas no hoje, possibilitam compreender que para a ciência geomorfológica, o decifrar do tempo em sua amplitude é imperativo para se compreender as questões relativas à estruturação e dinâmica do espaço.

Em conformidade com o acima exposto, objetivamos, portanto, com o presente trabalho, explicitar de maneira preliminar, mas tão precisa quanto possível, como o desvelar do tempo profundo reordenou o saber concernente às dinâmicas intrínsecas da superfície terrestre, ao catapultar suas temporalidades a uma outra ordem de grandeza, não somente de vastidão dos eventos, mas, sobretudo, no que se refere à série temporal de acontecimentos, ao clarificar inauditas efetividades de suas atuações e, portanto, ao estabelecer e assumir que a crosta terrestre é produto de inúmeros e aleatórios ritmos de transformações. Assim, delinearemos, principalmente, com base nos principais preceitos da ciência geomorfológica, no que se refere à sua práxis, como essa nova perspectiva temporal induziu a uma emergente clarividência na abordagem geomorfológica, pois, sendo ela essencialmente escalar, seu trato demanda, a desconstrução duma ordinária e cômoda concepção de tempo humano e auxilia, igualmente, na tomada de consciência

sobre as multitemporalidades intrínsecas ao modelado terrestre, competências essas tão caras e extremamente pertinentes à sustentabilidade e ao planejamento ambiental, questões urgentes e necessárias às nossas hodiernas sociedades.

2. Do êfemero à infinitude: um mundo essencialmente dinâmico

O tempo, como matriz que subjaz e periodiza a condição intrínseca de vida, se não ocupa lugar de destaque no pensamento humano, alvorece, pelo menos, como questão inevitável em nossas considerações existenciais, em sua vivência prática. Entretanto, conforme atesta Elias (2010), as primárias parametrizações eram, pois, mais obtusas e menos exatas que nossas presentes construções, já que as demandas e necessidades dos povos primitivos eram escassas e pueris, em consequência de circunstâncias de vida essencialmente arcaicas. Por orientarem suas vidas em um modo quase nada inquisitivo, numa franca perspectiva contemplativa, as remotas sociedades tinham, nesse sentido, quando muito, apenas uma necessidade de periodização quase momentânea de suas vivências sociais. Orientavam-se, essencialmente, em referência ao permanente ciclo periódico das estações, bem como na observação dos movimentos cotidianos, mensais e anuais de alguns corpos celestes, haja vista a onipotência mitológica e o consequente obscurecer de seus interesses interrogativos.

À medida que as necessidades práticas de um caráter majoritariamente social demandaram certos e precisos ordenamentos da vida cotidiana – agricultura, pecuária e demais atividades – a determinação do tempo tornou-se cada vez mais ativa, no sentido de se saber claramente não somente acerca da ordenação e padronização do contínuo das atividades sociais, mas (e inclusive) o “quando” dos ritmos menos contínuos das transformações da natureza física dos fenômenos. Logo, a experiência temporal vai-se condicionando, paulatinamente, em um caráter impositivo e urgente, situação até então desconhecida.

E o que a historiografia nos mostra é justamente isso. Apesar de não exatas, o emprego de terminologias temporais alvorece desde Homero e Hesídeo que, expressadas em seus poemas, demonstram as diferentes vivências que os homens experimentavam do tempo em diversas circunstâncias da vida. Esse pluralismo semântico vai ganhando vagarosamente, nos séculos vindouros, contornos mais precisos até atingir seu ápice

em Aristóteles, quando, segundo Rey Puento (2010), o Estagirita rompe completamente a ligação entre o tempo e a eternidade, e passa, então, a ser repertoriado, segundo o agora, isto é, produto de um antes e promovedor de um depois.

Mesmo supostamente regidos por um cosmos supralunar incorruptível e constante, as consecutivas aproximações que os homens, historicamente, experimentaram com o mundo material, imperfeito e, portanto, mutável, fizeram as sociedades – gradativamente libertas de superstições e mitologias – encarar a realidade como um grande mosaico de sucessivos fenômenos físicos, dando ao tempo um caráter fundamentalmente linear, contínuo, sequencial. Por meio do progressivo desenvolvimento social, em consequência do estabelecimento crescente de uma integrada trama de processos relacionados à vida humana, notadamente a partir da época escolástica, a experiência da temporalidade pelas sociedades vai engrandecendo e complexificando tanto os símbolos temporais concebidos quanto as posteriores sínteses que deles surgiram, as pretéritas e elementares reflexões acerca da puerilidade da vida humana – tais como seu caráter irrevogável e o temor irremediável da morte – direcionando-nos, forçosamente, a questões mais amplas, isto é, as realacionadas à defluência periódica dos fenômenos físicos.

2.1 – Da criação à finalidade: intempestivos processos, exígua existência

Com o esvaecer da garantia mítica na regência das mudanças no ambiente, a figura humana fora catapultada a uma orgulhosa posição no mundo. Esse extremar ontológico ganha contornos explícitos na era medieval quando, por concepção, assumia-se não só que o planeta ocupava uma posição de destaque no universo, mas (e inclusive) que todo o domínio da natureza estava teologicamente subordinado ao homem e a seu destino eterno (BURTT, 1983). Concebia-se, à vista do exposto, uma profunda e persistente confiança de que, pelo fato de o homem ser o fator mais importante e controlador do universo, a natureza existiria exclusivamente para seu benefício, ou seja, a natureza e sua criação dar-se-iam para além de seu mero deleite e do seu amplo uso; serviria, igualmente, para a instrução humana.

O homem medieval, como um ser ativo na aquisição do conhecimento, baliza, portanto, suas experiências sensoriais com o mundo de uma específica referência, qual seja, passa a contar a história do planeta conforme proclamada pela infalível con-

sonância entre as palavras de Deus (os textos sagrados) e Suas obras (os objetos da natureza). Nesse sentido, a reconstrução cosmológica e da história do mundo baseavam-se num “parentesco graciosamente concebido entre homem, Razão e o Amor eternos” (BURTT, 1983, p. 13), isto é, a proposição de fatos e eventos naturais promovedores das mudanças no mundo deveriam estar harmoniosamente concordantes com as Escrituras.

Amplamente praticado por pensadores da época, esse pressuposto preconiza que Deus, quando da constituição do mundo, fez as coisas certas da primeira vez e que, sob Sua ordem, as leis da natureza produziram uma história apropriada que jamais demandaria uma posterior intervenção para rearranjos ou correções de um cosmos imperfeito (GOULD, 1991). A ciência medieval partiria, em consequência, de uma convergência entre razão e revelação, já que, a partir da razão, induzir-se-iam os mecanismos de transformação aos quais o planeta esteve submetido, numa franca teleologia das leis naturais.

Assim, a presente superfície terrestre, amplamente desordenada e confusamente ocupada por corpos, fora assumida como produto de uma abrupta conflagração mundial que modificou indistintamente a pretérita, regular e perfeita Terra, paraíso primordial do Éden. Em tempos ainda vindouros, o planeta, novamente consumido por um novo dilúvio, serenar-se-ia em uma nova superfície concêntrica, lisa e sem particularidades, para que Cristo, com seu reino, regesse o ecúmeno durante mil anos, até que a última e triunfante batalha contra as forças do mal ocorresse, e, após esse Juízo Final, os justos ascenderiam aos céus, e a Terra, não mais necessária como morada humana, tornar-se-ia uma estrela (FIGURA 1).

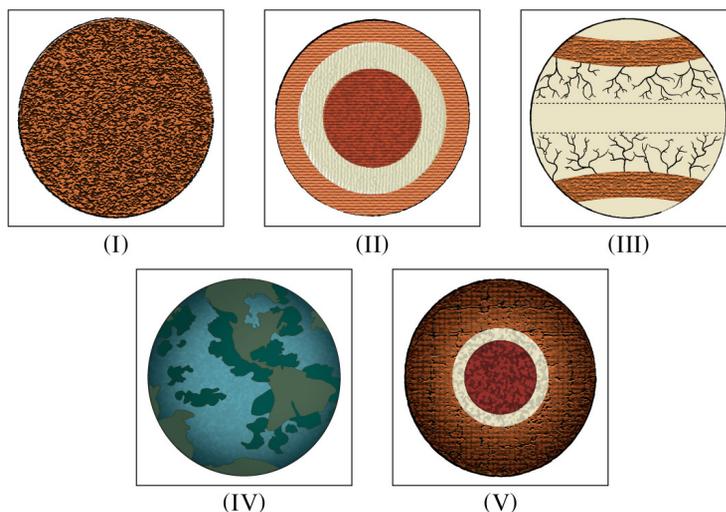


FIGURA 1 – Esquema explicativo da teleológica história da Terra. (I) – O caos da Terra primordial, conforme narrado no primeiro capítulo de Gênesis; (II) – Terra perfeita do paraíso original do Éden, organizada em camadas concêntricas, de acordo com a densidade, após a queda das partículas do caos primordial; (III) – A superfície da Terra em estado paradisíaco. Os rios nascem nas altas latitudes e dissipam-se nos trópicos; (IV) – A atual superfície da Terra, produto do colapso da crosta durante o dilúvio; (V) – A Terra tornada perfeita pela segunda vez. As partículas após a futura conflagração já caíram e se acumularam em camadas concêntricas de acordo com suas respectivas densidades. Adaptado de Gould (1991).

Tendo, pois, a degradação contínua como princípio transformador da história do planeta, o roteiro narrativo medieval sobreleva-se, essencialmente, em detrimento de um desmantelamento subsuperficial do aplainado assoalho terrestre, cuja gênese remete à colmatagem uniforme de sedimentos oriundos de uma rudimentar e global bacia oceânica. Essa degradação geraria interstícios em meio aos estratos sedimentares mais basilares outrora depositados e, com o subsequente colapso dessas camadas, a originária superfície lisa e monótona transformar-se-ia na crosta desordenada e irregular tal qual hoje a conhecemos (FIGURA 2). Assim, sendo os registros dessa dinâmica distintos entre si, mas finitamente determinados, eles atestariam não somente que o planeta fora exposto a sucessivos eventos, como também que os mecanismos básicos de suas dinâmicas eram de natureza essencialmente catastrófica.

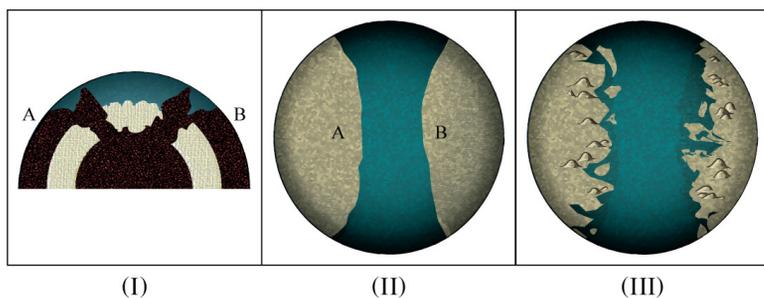


FIGURA 2 – Esquema explicativo acerca da natureza catastrófica da formação das morfologias da superfície da Terra. (I) – A Terra, com suas camadas concêntricas e de superfície plana teria, em um dado momento, a surgência de águas abissais, por meio de um cisalhamento de seu assoalho; (II) – Essas águas acabariam por inundar todo o planeta, (III) – Ao recuarem, as águas deixam uma crosta totalmente desorganizada, cujas bordas referem-se às modernas montanhas, e seus fundos, aos hodiernos oceanos. Adaptado de Gould (1991).

Além de dar suporte para as principais ideias sobre os processos e formação do mundo, as Sagradas Escrituras apresentavam, também, fundamentos para as estimativas da idade da Terra. Conforme ressalta Nogarol (2011), várias propostas foram lançadas acerca das supostas idades do planeta. De orientações mais concisas – poucas semanas, com dias com dilatadas durações – até outras que compreendem alguns poucos milhares de anos – as mais antigas datam o mundo de aproximados 6.000 anos – o que vale destacar, em consonância aos propósitos da presente discussão, independentemente de qual teoria seja mais precisa e verossímil do que outra, é o fato de que a era cristã reorienta, fundamentalmente, o problema do tempo, pois, por se tratar de uma religião que tem respectivas e precisas datas, eras e livros sagrados (REIS, 2009), ela acaba por estimular uma periodização da história do mundo. Ainda que com caráter essencialmente escatológico, a tradição cristã relegou ao conceito tempo uma fundamental perspectiva utilitária: ela usa esse conceito como estrutura que relaciona profusos eventos num mesmo enredo analítico. Assim, a eternidade,

outrora posta no distinto mundo supralunar, fora relegada, agora, às questões de Deus, o criador absoluto de tudo, cabendo ao homem, portanto, interpretar contemplativamente os fatos no mundo da natureza, não somente no espaço, mas também no tempo.

2.2 – *Da estabilidade passiva ao equilíbrio dinâmico*

Em correspondência a uma série de novas práticas e ações investigativas sobre o mundo sensível, que buscaram confluir, cada qual em seu contexto¹, certa forma de experimentação empírica com o uso de uma pertinente linguagem matemática², a prevaiente tradição cristã fora superada. Essa ruptura³ impõe, ao mesmo tempo, além de uma nova condição cosmológica – a Terra deixa de ser o centro do universo para tornar-se meramente um dos muitos planetas que circundam um astro secundário nas fronteiras da galáxia –, uma nova referência ontológica, uma vez que a figura humana fora deslocada de sua orgulhosa posição de figura central da criação de Deus (CAPRA, 2002). Logo, não cabendo ao homem nenhum lugar elevado em uma teologia cósmica, ele deixa de ser o fator mais importante – e mesmo o controlador do universo – para tornar-se um mero espectador irrelevante dos efeitos do mundo real, um intruso em seus domínios (BURTT, 1983).

Em termos práticos, aquela proverbial e inerente concepção que o pensador medieval tinha acerca da natureza, como algo subserviente ao seu conhecimento, intento e destino, turva-se em razão de ele passar a considerar a realidade existente e operante por si só e de forma independente, consciente de que a aspiração em se atingir alguma clareza a respeito da relação com ela deve, obrigatoriamente, partir da autoconsciência de reconhecê-la e admiti-la por ela mesma.

A produção do conhecimento passa, portanto, a ser produto não mais de uma interpretação contemplativa da natureza, mas de uma experientiação ativa com ela, numa relação de objetividade com objetos materiais e forças físicas que compõem o mundo, sendo ele definitivamente desprovido de qualidades imanentes. A observação paciente e direta da realidade desvela-se, progressivamente, como prática contumaz e amplamente pressuposta, alvorecendo, sobretudo, como novo princípio metodológico capaz de responder a uma antiga ordem de problemas. Tem-se, assim, uma drástica mudança de referência na tentativa de dar forma científica aos fatos e relações observados nas experiências sensoriais dos homens com relação ao mundo; pouco a pouco, os muitos

1 Kepler, Tycho Brahe e Galileu Galilei na astronomia, a matemática de Isaac Newton, a filosofia de René Descartes e a metodologia científica por Francis Bacon ilustram o método empírico traduzido em linguagem matemática.

2 “Newton não só encontrou um uso matemático preciso para conceitos, como força, massa, inércia, como deu novos significados a velhos termos como espaço, tempo, movimento” (BURTT, 1983, p. 24).

3 Conforme afirmam Burtt (1983) e Santos (2002), o processo de superação da cosmologia peripatética/medieval para a cosmologia assentada nos preceitos da ciência moderna, apesar de amplamente tratada na literatura como produto de um súbito e clivoso ato, na verdade, reúne uma gama de ações e múltiplas atividades que ao longo dos séculos XVI ao XVIII criaram, paulatinamente, condições e possibilidades que viabilizaram esta mudança na concepção da imagem e concepção de Natureza.

problemas dos fenômenos físicos, em vez de serem atribuídos a causas extrínsecas, irregulares e finalistas, passam a ser factualmente explicados, por se constatar que dependiam, na verdade, de leis fixas, invariáveis, eficientes. Trata-se, em resumo, de uma fluidez mundana, parametrizada, agora, exclusivamente, no fenomênico, quando a lida empírica sobrepõe, terminantemente, o apriorismo, bem como o princípio de autoridade e a exegese bíblica, ao liquidar racionalmente os conceitos e as categorias de análise que vigorosamente sustentaram a ciência peripatética e medieval⁴.

4 A diferença, segundo Burt (1983), entre a filosofia escolástica e a moderna se traduz pelas respectivas categorias desenvolvidas pelos homens em seus tempos na tentativa de dar forma científica aos fatos quando da relação com o mundo, isto é, enquanto aquela tradição se baseava sobre o modo nas categorias como substância, essência, matéria, forma, qualidade, subjazem na filosofia moderna os conceitos de tempo, espaço, massa, energia e outros mais.

À vista do exposto, as desigualdades morfológicas e suas irregulares fisionomias, há muito observadas na superfície, conteriam, portanto, em si mesmas, sinais evidentes de diferentes e sequenciais mudanças, já que o planeta, por não mostrar nenhum vestígio de um princípio, tampouco alguma perspectiva de um fim, atestaria que a Terra não se degradou em ruínas apenas naquelas poucas e certas vezes; pelo contrário, ao longo de sua história, efetuaram-se reciclagens dos produtos da erosão em uma permanente e vívida atuação processual.

Baseando-se, pois, numa lida empírica, o antigo saber sobre o planeta, fundamentado em obscuras proposições de convulsões globais, dilúvios e criações sobrenaturais de vida, numa franca mecânica telúrica, fora gradativamente substituído pela análise pormenorizada dos estratos que edificavam as paisagens. Eles, em suas mais diversas geometrias e conformações, testemunhariam que aquela única e presumida regra de deposição sedimentar – em consequência da precipitação integralmente horizontalizada e concêntrica de uma primitiva bacia oceânica global – apresentava-se, deveras, como uma perspectiva superada, pois as inconformidades desses estratos, bem como seus inclinados e assimétricos ângulos de contato indicavam um mundo em constante movimento, que se alterava progressivamente, numa dinâmica prolongada, e que não conduziria a propósito algum. Assim, à medida que se expandia o conhecimento e a instrução acerca das ciências da Terra, o racionalizar sobre uma simples geometria de horizontalidades sobre verticalidades demandava uma lista cada vez mais caudalosa de eventos que se incompatibilizava com a disponibilidade finita e fixa de tempo outrora proposta (FIGURA 3).

As inconformidades seriam, em consequência, a prova direta de que a história do nosso planeta inclui diversos ciclos de deposição e soerguimento, pois, por constituírem uma superfície fóssil, produto de processos erosivos, explicitariam uma dis-

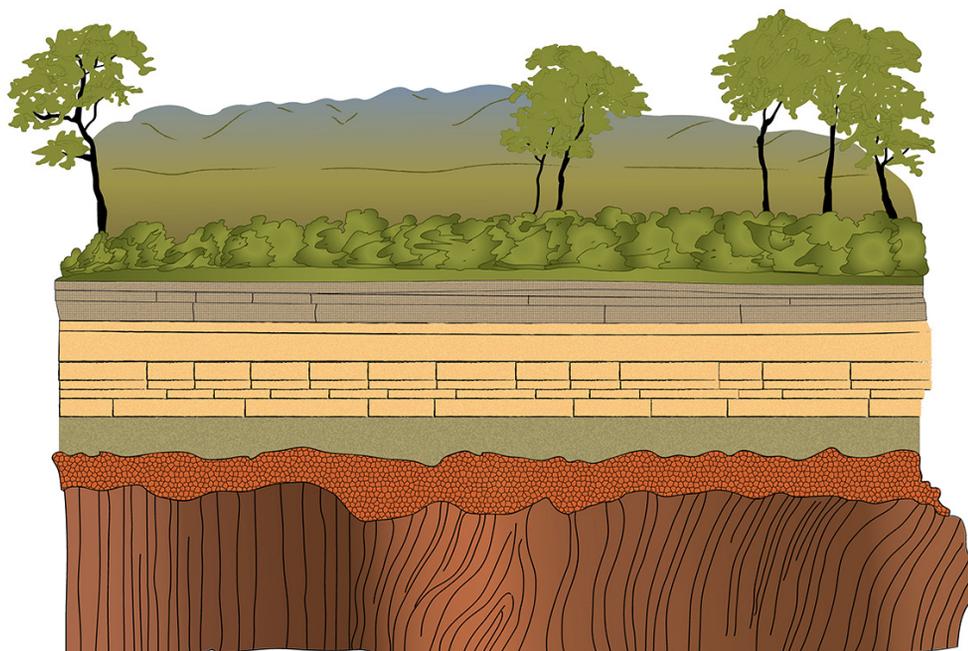


FIGURA 3 – Inconformidade que segundo a literatura especializada, despertou a ideia sobre a dinâmica do planeta. Fonte: Gould, 1991, p. 98.

cordância mineralógica/litológica referente a um hiato temporal, que distinguiria, portanto, dissemelhantes episódios de formação das rochas, dos solos. À única e pretérita concepção de dinâmica motriz responsável pelas mudanças ambientais – eventos catastróficos – adicionam-se, definitivamente, processos de intensidades e magnitudes outras, ao atestar-se factualmente que a atuação lenta e constante de cotidianas e comuns causas poderia também, quando estendida para um dilatado lapso temporal, produzir numerosos, se não todos, os efeitos geológicos apreendidos no mundo.

Assim, diametralmente oposta à perspectiva medieval, cuja acepção era de um planeta em franca e duradoura estabilidade passiva, a moderna visão propunha que ele estaria, à vista do exposto, na verdade, sob condições de um equilíbrio dinâmico entre forças antagônicas. A importância crucial desse novo referencial teórico é que dele decorre, com base nessa nova e singular evidência sobre os ritmos e dinâmicas dos processos atuantes e transformadores da crosta, uma original e inerente parametrização acerca da história da Terra.

2.3 – Uniformitarismo e a Chancela Metodológica – adescobertado tempo geológico

5 Adota-se, para os propósitos da presente discussão, a perspectiva popperiana de lei natural: “considero ser útil e fecundo considerar as leis naturais como sendo enunciados sintéticos e estritamente universais”, ou seja, “para todos os lugares do espaço e do tempo (ou todas as regiões do espaço e do tempo)” (1975, p. 291). Nesse sentido, usamos essa concepção de lei natural a fim de atestar uma afirmação válida e aplicável a todos os objetos posicionados em todos os pontos do espaço e do tempo.

6 Charles Lyell, precursor das ideias uniformitaristas, fora, segundo Ody (2005), largamente influenciado pelo pensamento newtoniano. Assim, baseando-se em duas específicas regras acerca das causas dos fenômenos, expostas por Newton em seu *Princípios matemáticos da filosofia natural* (1987), Lyell propôs suas ideias acerca das uniformidades, expostas em seus três volumes do *Principles of Geology* (1830-1833). As regras de Newton são: Regra I – “Não se hão de admitir mais causas das coisas naturais do que as que sejam verdadeiras e, ao mesmo tempo, bastem para explicar os fenômenos de tudo”; Regra II – “Logo, os efeitos naturais da mesma espécie têm as mesmas causas” (Newton, 1987, p. 166).

Elaborada por meio de eventos que não cessam em operar, a presente epiderme terrestre é produto de uma contínua e histórica atuação de processos que imprimem transformações em suas mais variadas morfologias. Tratando-se, portanto, não de compasso, mas sim de compassos processuais, as inconformidades da crosta evidenciam o notável caráter ativo do planeta. Com base na apreensão e observação desses particulares registros, o objetivo das investigações acerca da história da Terra passou, então, a buscar uma identificação do que haveria em comum entre eles, a fim de estabelecer explicações que reunissem esses fenômenos num padrão de atuação processual.

Em consequência da constatação de certas regularidades quanto às circunstâncias de suas atuações e na produção de seus correspondentes registros, as rochas e suas descontinuidades tornaram-se, em consequência, peças do tempo, já que, mesmo sendo entidades estáticas, elas reportariam, quando de suas análises, a contextos processuais e paleoambientais essencialmente dinâmicos e sequenciais. Nesse sentido, as observadas inconformidades e descontinuidades geológicas localizadas em específicos lugares e em determinadas épocas prestar-se-iam ao estudo de eventos gerais, pois, baseando-se francamente em correlações causais, possibilitaram que as particularidades desses singulares eventos fossem extrapoladas, não só no espaço, mas sobretudo no tempo. Por outros termos, à medida que as preocupações investigativas foram distanciando-se das meras, ociosas e vãs especulações, tingidas pela teologia, fundamentando-se, essencialmente, nas observações empíricas de campo e nas derivações racionais dessas práticas, foi-se certificando que a natureza opera segundo leis naturais e que a amplitude do mundo material se traduzia em função de uma organização e de dinâmicas subordinadas a esse preceito.

Logo, ao se estabelecer um novo quadro determinístico da natureza, não mais pela mecânica teológica, mas pelo incessante atuar das leis naturais⁵, fundamentado pela experiência cotidiana com o mundo, a ciência moderna uniformizou, além dos processos, suas atuações e seus produtos correlativos. Assim, com base nessa esquematização do mundo sensível, instituiu-se, sob a rubrica comum da uniformidade, duas asserções metodológicas fundamentais às ciências em geral, sobretudo, às ciências da

terra, quando da busca de leitura de mundo, sobre os marcos de sua transformação: a uniformidade das leis e a uniformidade dos processos.

Pressupõe-se, destarte, a invariância processual dos fenômenos naturais, tanto na sua forma de atuação quanto, conseqüentemente, de causa e efeito, isto é, chancela-se uma garantia ontológica que possibilita estender a inferência processual a um passado não observado, já que as mesmas causas atuantes no presente atuaram também em tempos idos, sob os mesmos mecanismos. Assim, as regularidades empiricamente desveladas no presente passam a ser consideradas, portanto, frequentes não só no espaço, mas também no tempo, já que descobertas as verdadeiras causas⁶ de um fenômeno, elas oportunizariam explicar toda uma classe de fenômenos, ou seja, explicar tanto os fenômenos que hodiernamente ocorrem quanto os que já aconteceram, ou até mesmo prever os que ainda se realizarão.

Em razão de a história da Terra não seguir qualquer vetor de progresso, com vistas a alguma inexorável direção, estando, pois, em um permanente estado de (des)equilíbrios sustentados, poder-se-ia, também, usar sua ordem atual para inferir seu passado. Firmando-se, então, numa uniformidade de estado, ao negar uma progressão nas transformações do mundo, o planeta teria, portanto, sempre o mesmo aspecto e se comportaria, aproximadamente, como agora. Assim, à uniformidade das leis e dos processos, adiciona-se a equitatividade das mudanças ao longo do espaço e do tempo, ao admitir que a Terra nunca fora, ao mesmo tempo, integralmente convulsionada. Catástrofes, caso ocorressem, seriam estritamente locais, tendo o mundo, portanto, um padrão de mudanças essencialmente contínuo, lento, invariável e gradual.

Esses pressupostos desaguam, obrigatoriamente, no estímulo de uma perspectiva de vastidão acerca da temporalidade mundana. As tradicionais narrativas sobre as dinâmicas ordenadas e previsíveis são inteligíveis a uma trajetória de um planeta jovem, cujo zeloso criador impregnou sinais claros de sua mente harmoniosa (GOULD, 1991), enquanto processos que obedecem a leis naturais, numa franca atuação contingente, paulatina, contínua e infinita, demandam uma outra ordem de grandeza e concepção, impulsionando, definitivamente, a história do mundo e suas transformações a uma outra perspectiva de dinâmica e atuação jamais imaginada⁷.

7 A pesquisa de fósseis também amparou os estudos acerca do planeta e reforçou a ideia do tempo geológico. Em consequência de catalogações e meticolosas determinações da ordem dos diferentes conteúdos orgânicos presentes nos mais diferentes estratos, foi possível, portanto, estabelecer sucessões de ordens minerais. Logo, em detrimento de ausências, recorrências ou similaridades entre esses registros fossilíferos fortaleceu-se a ideia de uma vastidão temporal inerente à história do planeta. Outra forte evidência acerca do tempo geológico, amplamente mostrada pela literatura, são as considerações de Darwin sobre o caráter evolutivo das espécies. Para Darwin, os mecanismos responsáveis pelas alterações das espécies demandariam, obrigatoriamente, um longo e vasto lapso de tempo (MAYR, 2005).

3. *Uma ciência natural historicizada*

Entre meados do século XVII até início século XIX, os conhecimentos acerca da crosta terrestre estavam heterogeneamente dissolvidos e despertavam interesse em diversos campos do saber. Numa era polimática, a história do planeta reuniu, assim, proposições daqueles que hoje se intitulam teólogos, arqueólogos, historiadores e linguistas (ROSSI, 1984), além, obviamente, dos geólogos e geógrafos.

Mesmo que exposto de maneira preliminar, mas tão preciso quanto possível, tem-se que a constituição histórica do saber humano se deu por um processo que deslocou, paulatinamente, o sujeito pensante, ao recolocá-lo e redimensioná-lo como sujeito do conhecimento, num permanente movimento de renovação, não somente de concepção, mas, sobretudo, de sua relação com o objeto. Assim, conforme a construção discursiva deixava-se de pautar por um discurso justificador, elaborado por um observador-espectador que meramente contemplava e considerava o mundo do ponto de observação em que ele efetivamente se encontrava e se transfigurava – em consequência da laicização da Natureza – para adotar uma prática efetivamente explicativa, tendo na empiria a base de teste de afirmações feitas sobre a Natureza, rompia-se com pretéritos paradigmas, ao construir, progressivamente, um mundo novo nos interstícios das dificuldades do velho (SANTOS, 2012). Nesse permanente deslocar do sujeito, a centralidade ontológica, que outrora era posta no indivíduo, fora, paulatinamente, transferida ao objeto, o que, com o surgimento da ciência moderna, fez assentar marcos fundamentais de delimitação, não somente de demarcação de pertinentes problemas, mas, sobretudo, de meios e modos de resolução desses problemas.

Erigida nos contrafortes da ciência moderna, a Geomorfologia sobreleva-se como o campo do conhecimento dedicado, primariamente, à consideração e interpretação das distintas morfologias do relevo. Sendo essas “esculpidas pela ação de determinado processo ou grupo de processos, estudar ambos pode ser o objetivo central desse ramo do conhecimento” (CHRISTOFOLETTI, 1980).

Essa perspectiva científica da Geomorfologia está frequentemente associada ao paradigmático trabalho de Willian Morris Davis (1899), já que, por entre os reconhecidos limites e insuficiências dessa original proposição acerca da organização da crosta, tem-se um cabedal conceitual cuja força ainda reverbera nas práticas hodiernas da

disciplina. A proposição de um relevo dinâmico, repertoriado, não mais apenas espacialmente, mas também temporalmente, induz a uma perspectiva processual que, se não inédita (*vide* GILBERT, 1887), é estimulada em Davis. Corporificado sob o status de teoria, o conhecimento acerca da crosta terrestre, inicialmente de caráter totalizante, experimenta um longo e contínuo progresso, cujo avanço teórico representa o quanto a Geomorfologia enriqueceu e se diversificou graças a contribuições coletivas no diálogo com as variadas ciências da Terra (COLTRINARI, 2000). Em resumo, conforme atesta Joly (1977), o estudo das formas de relevo engloba, fundamentalmente, não só a gênese e suas relações dentro do espaço, como a sua evolução ao longo do tempo.

Tendo os processos geomorfológicos uma natureza essencialmente físico-química, sendo regidos, portanto, pela invariância das leis naturais, a atividade de cognição acerca das dinâmicas da epiderme terrestre perpassa, inevitavelmente, à vista do que fora até agora exposto pelo descortinar das regularidades causais entre a atuação dos processos naturais contemporâneos e seus registros correlativos impressos na paisagem. Desveladas as leis e condições que governam as mudanças ambientais, em consequência da repetição de certas dinâmicas e respectivos registros, evidencia-se uma correlação estritamente direta entre eles, já que à atuação de determinados processos sempre se seguem determinados efeitos. Alvorecem, em consequência de uma leitura essencialmente monossêmica dessa parelha sequência geomorfológica processo-forma, as inferências e deduções sobre o passado histórico das formas da crosta da Terra.

Nesse sentido, apesar da Geomorfologia ser categorizada claramente como uma ciência natural, já que se interessa pela ordenação e sistematização de fenômenos do mundo físico, ela lida, contudo, fundamentalmente, com questões históricas. Mesmo não deixando de ter seus próprios marcos teóricos que lhe servem de fundamento para suas explicações, o saber geomorfológico, no entanto, apoia-se, substancialmente, em formalismos e princípios de outras disciplinas, tais como a química e a física, uma vez que, pelo fato de os processos que regem as transformações da epiderme terrestre obedecerem a leis naturais, o entendimento da histórica dinâmica da crosta, passa, portanto, necessariamente, pelo entendimento das causas que as operam e conduzem à formação das mais diversas morfologias da crosta.

Entretanto, o interesse de pesquisa em Geomorfologia converge, predominantemente, para a investigação da ordenação espacial e temporal de singulares morfologias. Logo,

apesar de azimutadas pelos princípios e circunstâncias gerais de atuação processual, a reconstrução da história dessa realidade particularmente aprendida perpassa, fundamentalmente, pelo reconhecimento de contingentes e, por vezes, singulares condições de elaboração dessas específicas formas. Os padrões gerais de explicação, ordenamento e dinâmica servem, assim; apenas para balizar nessa reconstrução histórica.

Tendo como objetivo premente a reconstrução evolutiva das formas de relevo, a Geomorfologia pulveriza interesses investigativos complementares a uma gama de classe de fenômenos. Não se atendo a explicações em conta somente de leis gerais, tampouco baseando-se meramente na análise de fatos particulares, a ciência geomorfológica busca amalgamar, em suas estruturas elucidativas, conjuntos de asserções regentes por leis gerais e circunstâncias contingentes de singulares eventos, quando da proposição de suas sentenças explicativas, conclusivas.

Nesse sentido, os procedimentos metodológicos típicos da Geomorfologia a particularizam em detrimento das demais ciências experimentais clássicas, pois, além de se alimentar dos universais preceitos causais quando da análise das paisagens, demandam, similarmente, a análise de narrativas históricas, que se baseiam largamente, na apreciação de múltiplas hipóteses explicativas, raciocínio analógico, valorização da interpretação de elementos contingentes, numa franca proposição explicativa de caráter verossímil⁸ ante a proposição de uma verdade última.

4. *Tu mudas! Mas como tu mudas?*

As formas de relevo, expressão espacial da superfície terrestre, compõem e configuram as mais distintas paisagens morfológicas. Essas, ao florescerem diante dos olhos, despertaram, ao longo da história humana, curiosidade e fascinação. Sendo o relevo terrestre percebido e vivenciado pelos homens, em suas múltiplas escalas, ele alvorece como recurso ou suporte da vida, fundamento do desenvolver da história, nos dizeres de Emmanuel De Martonne (1964).

Desde que o saber geomorfológico deixou de ser um conhecimento meramente corológico, preocupado unicamente com o reconhecimento, caracterização e mapeamento da superfície terrestre, e passou a se preocupar, também, com sua dinâmica

8 Um dos grandes desafios da Geomorfologia é, pois, equacionar, da melhor maneira possível, no caso, atribuir validade científica, às proposições acerca de dinâmicas próprias de um finito conjunto de dados experimentais com base nas nossas teorias, especulações, que contêm – pelo menos, potencialmente – um infinito número de predições empíricas. Mais especificamente no caso da Geomorfologia, pelo fato de, muitas vezes, seus estudos abarcarem cenários espaço-temporais com destacada abrangência e, portanto, com uma rarefação inexorável da quantidade relativa das informações empiricamente disponíveis, seja por sua complexidade e/ou inacessibilidade às condições iniciais do sistema, resta ao pesquisador, outorgar verdade científica a determinados arranjos teóricos, majoritariamente, por meio de raciocínios dedutivos e outras relações lógicas e não baseado na certeza empírica, o que atribui ao raciocínio geomorfológico um caráter, por vezes, mais probabilístico do que verdadeiro.

evolutiva, houve, inexoravelmente, uma expansão e enriquecimento do arcabouço teórico-conceitual desse campo do saber. Miríades de épocas foram identificadas em consequência daquelas traduções acerca dos hodiernos registros de pretéritos eventos físicos, numa correlação causal das sucessões de fenômenos nos mundos animados e inanimados, materializando, portanto, ideias mais definidas e refinadas sobre a imensidão do tempo. A ciência do presente inquietava-se, cada vez mais, com dinâmicas de um vasto e abrangente passado.

Sabendo-se, pois, que o planeta muda – por si – e conhecendo os mecanismos que o conduzem a essas transformações – naturais e continuamente atuantes – faltava, portanto, compreender desde quando ele muda, isto é, saber acerca dessa imensidão do tempo.

Paradoxalmente às posturas dos clássicos catastrofistas, que, apesar de também reconhecerem nas inconformidades marcas temporais particulares na expressão de uma pretérita dinâmica ambiental, os uniformitaristas, no que lhes concerne, passaram a traduzir esses mesmos registros para além do literalismo empírico que aqueles praticavam. Assim, no lugar da rigidez interpretativa no processo de leitura direta das evidências geomorfológicas – não se aceitando que as transições abruptas de sedimentos e fósseis indicariam mudanças quase instantâneas de climas e faunas, mas revelariam momentos alternados de repouso e de desordem na história do nosso planeta – considera-se que as taxas de mudança seriam, comparativamente às catástrofes, mais lentas, graduais e constantes e que as transformações ocorreriam, portanto, passo a passo, ao longo de vastos períodos que, amalgamados, convergiriam em grandes efeitos.

Sob essa perspectiva uniformitarista, várias proposições acerca da abrangência da história da Terra foram feitas⁹. Desde metodologias indiretas, até as mais pormenorizadamente detalhadas, todas elas objetivam, com maior ou menor grau de acuidade, determinar a idade de formação do planeta, em consequência dos diferentes eventos que modelam sua superfície. Fundamentados nas correlações e superposições entre camadas geológicas, à luz de certos princípios de deposição, os métodos relativos possibilitam reconhecer os acontecimentos numa escala temporal de “antes e depois”, de tal modo que se possam apenas ordenar os eventos. De caráter mais exato, os métodos absolutos, ao utilizarem princípios físicos da radioatividade, mensuram certa quantidade de tempo (anos) decorrida desde a ocorrência de um específico acontecimento, que pode ser a formação de um mineral, de uma rocha, de um fóssil. Apesar desses

9 Obviamente, os interesses sobre essa temática não se iniciam com a proposição das ideias uniformitaristas. Várias foram as tentativas feitas para desvelar esse intrigante problema: desde propostas baseadas nos escritos bíblicos – arcebispo Ussher estabeleceu uma idade de 5520 anos – até as mais corpulentas, tal como a de Kelvin, que, já em 1862, tentou estabelecer a idade do planeta pela observação da temperatura do Sol. Para mais detalhes, consultar Nogarol (2011).

métodos realmente lançarem luz a respeito da imensidão do tempo do planeta, eles ainda esclarecem pouco acerca das reais dinâmicas processuais, uma vez que essas técnicas apenas atestam a ocorrência de determinado evento, sem, contudo, estabelecer a duração efetiva de seus acontecimentos.

A prática geomorfológica serve-se, largamente, da empiria, com vistas a uma apropriação teórica de um desdobrar material, por meio de uma relação imediata. Como seu objeto é apreendido em decorrência do todo, como um fragmento, tem-se, pois, que a observação e elaboração do mundo geomorfológico se constituem por meio de uma prática escalar. Essa, para além de seu uso matemático/cartográfico ordinário, presta-se, igualmente, à representação qualitativa pertinente do objeto, ou seja, a definição de uma escala lida, além de uma grandeza métrica, que inclui, similarmente, parâmetros de atuação e complexidade dos fenômenos.

Cada recorte implica, portanto, certa delimitação de relações, fenômenos, fatos e, sobretudo, de abrangências espaciais e temporais que outro recorte não teria a mesma visibilidade e, mesmo que se tratasse de uma mesma escala, dificilmente esse recorte referenciar-se-ia sobre o sistema geomorfológico sob os mesmos aspectos¹⁰. Logo, cada definição de recorte do real procede em uma individualização, isto é, em uma elaboração autônoma, quando cada parte se emancipa de seu contexto e será, nesse sentido, medida por ela mesma.

Assim, ao se estabelecer a escala do ponto de vista puramente quantitativo, isto é, como a simples redução ou ampliação das variáveis espaciais alteradas sobre uma faixa ampla e contínua, perde-se, ou ainda, desfigura-se largamente seu caráter operacional qualitativo não hierárquico. Logo, quando modelados, os processos, outrora fragmentados de uma contextualização mais ampla, acabam por ilustrar, não somente uma ordinária quantidade, mas também uma qualidade de atuação e distribuição ao longo de um monolítico lapso de tempo e espaço. Em consequência, a tradução monossêmica produzida por meio de um estrito recorte arbitrário da realidade reduz forçosamente seu caráter sistêmico, ao estabelecer uma representatividade discreta aos processos geomorfológicos, sendo esses, sabidamente, de caráter contínuo.

As metodologias geocronológicas e as interpretações que delas alvorecem assumem uma visão estrita do uniformitarismo, isto é, homogeneizam o entendimento de dinâmicas inerentes à crosta terrestre, já que considera, indiferentemente, sob a égide

¹⁰ “Segundo Paulet (2002), um inevitável sistema de filtros se interpõe entre o indivíduo e o objeto observado. Um caráter único e original emerge, portanto, dessa relação indivíduo – paisagem. Baseada e centrada no bojo de valores individuais – referentes a singulares contextos socio-culturais – e na própria relação pessoal que o observador sente com o mundo e ao longo dele, a porta de entrada das interpretações e percepções da realidade traslada e se molda pela sensibilidade que cada um traz consigo (material de fundo ou intelectual): idade, gênero, sonhos, planos, lembranças, aparato sensorial, valores, padrões de pensamento, crenças, experiências, emoções. Essas e outras experimentações vivenciadas no desenvolver da vida do indivíduo constituem um véu translúcido, o qual é transposto quando da leitura e análise de um objeto, de uma realidade” (BARROS, 2013). Nos termos de Kant (1996), tudo o que chega à consciência é profundo e completamente ajustado, simplificado, esquematizado e interpretado.

de processos, fenômenos sabidamente de naturezas diversas – contínua e discreta – ou mais especificamente, eventos de ocorrência gradual, episódica ou catastrófica. A distinção entre a qualidade dos fenômenos reflete não apenas a ocorrência e natureza processual (frequência), mas, sobretudo, suas respectivas capacidades e competências (magnitude) em mobilizar material quando de suas atuações – características que estão intimamente ligadas às circunstâncias de se gerar ou não registros correlatos. Logo, quando modelados, os processos acabam por ilustrar uma ordinária e instantânea quantidade e qualidade de atuação e distribuição ao longo de um monolítico lapso de espaço e sobretudo de tempo.

Em termos práticos, objetiva-se destacar que os processos variam espacialmente – um processo que ocorre aqui, não necessariamente ocorrerá acolá – e apresentam, igualmente, um sincretismo e um desarranjo entre os tempos de ocorrência e a efetiva produção de suas materialidades (DOTT, 1983), ou seja, nem sempre o evento mais duradouro e gradual é responsável, obrigatoriamente, por uma materialidade de registro mais evidente e manifesta quando de sua análise, sendo, também, verdadeiro descartar sua antítese – que o evento mais violento e frequentemente mais breve necessariamente deixará um registro mais descontínuo e menos perceptível (FIGURA 4). Ademais, cabe ressaltar ainda que a transição entre as discontinuidades dos estratos, frequentemente atribuídas como meras inconformidades, pode representar, efetivamente, em questão de escala temporal e de dinâmica paleoambiental, importâncias e abrangências francamente desconsideradas, devido a sua esguia materialidade, que porventura pode ocultar, paradoxalmente, um intervalo de tempo superior àqueles efetivamente corporificados. Nesse sentido, os vazios de/nos depósitos passam também a revelar uma importância acerca da dinâmica evolutiva de uma paisagem, frequentemente inimaginada e deveras desconsiderada,

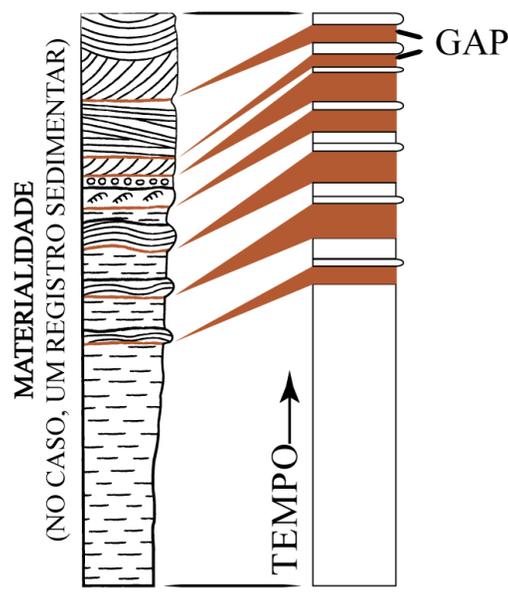


FIGURA 4 – Modelo hipotético para enfatizar as variâncias e disparidades entre a materialidade dos registros – suas espacialidades – e a efetividade de tempo para suas produções. Destaca-se que a materialidade de um registro pode, por vezes, não representar, efetivamente, o tempo total de atuação do respectivo processo que a produziu. Assim, processos podem atuar durante determinado período, mas seus marcos geológicos referem-se, na verdade, apenas a um íterim dentro de uma efetiva e mais ampla duração. Ademais, evidencia-se, igualmente, a quantidade de tempo que as discordâncias (GAP) entre os estratos podem revelar em relação à evolução de uma paisagem. Apesar de frequentemente pouco representativas materialmente, elas podem expressar, contudo, uma quantidade de tempo na evolução da paisagem mais dilatada e complexa do que a concretude dos registros efetivamente representam. Adaptado de Dott (1983).

pois, quando (des)percebidos em campo, frequentemente cedem sua grandeza interpretativa face à sua diminuta espacialidade (DOTT, 1983).

Em conformidade com o que foi discutido, quando a análise de um sistema geomorfológico passa por um entendimento, meramente por meio das propriedades de modelos físicos, de traduções puramente monossêmicas dos registros, como, majoritariamente, a Geomorfologia vem experimentando, percebe-se claramente que esses dados obscurecem, paradoxalmente, aquilo que buscam representar, isto é, a variabilidade e imbricamento do natural decurso dos processos geomorfológicos, já que mensuram um determinado instante contido num dinâmico e mais dilatado evento.

Assim, ao considerar os registros geológicos e geomorfológicos, com suas respectivas e singulares descontinuidades e inconformidades, é mister concebê-los como sistemas complexos de análise (HARRISON, 2001), já que são resultados de uma profusão de fatores, eventos e processos em uma contínua, incessante e plural atuação. Assim procedendo, descontrói-se efetivamente aquela dual, maniqueísta e mutuamente excludente visão acerca da evolução do globo preconizada pelos “tradicionais” catastrofistas e pelos “revolucionários” uniformitaristas. Admitindo-se, pois, um caminho intermediário que nem somente assuma o literalismo empírico, tampouco a invariância de substância e estado do planeta, num eterno e vagarosíssimo alterar, abrem-se amplos caminhos para assumir ciclicidades relacionadas à atuação de certos fenômenos, mesmo dentro de um cenário inexorável de perpetuidade, assumindo que o planeta tem, possivelmente, uma origem poligenética.

5. Considerações finais

Preeminentes e multifacetadas necessidades posicionaram, distintamente, ao longo da história, diferentes homens e sociedades perante uma mesma realidade material. Independentemente da escala de perspectiva ou corte adotados para reflexão, objetiva-se realçar que um agregado de respostas demarca um conjunto de perguntas, isto é, aquele somente existe em conformidade denominativa com esse. Parte-se, assim, do ponto que o conhecimento e suas variadas matizes referem-se, essencialmente, à heterogeneidade de aspectos de uma mesma e única realidade. Não há, portanto,

múltiplas realidades, infinitos mundos, tão numerosos e respectivos quanto o número de ciências, cientistas. O que se tem, e interessa o destaque, é uma dessemelhança na aquisição de respostas, isto é, que existem sim singulares apropriações e referenciais quando da apreensão entre sujeito e objeto, ou seja, de compreensão, por meio de técnicas, discursos, práticas, que se pulverizam em referência de uma cosmologia aludida a uma certa sociedade, num respectivo lapso temporal.

À medida que a vida das sociedades demandou ao homem o emprego cada vez maior de sua inteligência na tomada de consciência, a fim de confrontar suas convicções com o mundo físico, ele passou a se deparar, por meio de sucessivas aproximações com o acaso, com uma abertura de horizontes e com a diminuição ao apego à garantia de um controle mítico na regência das mudanças no ambiente. Isso se traduziu na busca pela compreensão, do máximo possível e da melhor maneira, tanto em extensão quanto em profundidade, daquilo que se pretende apreender do mundo: a necessidade do saber – traço essencial do ser racional – que exprime a autêntica grandeza e finalidade do espírito científico.

Assim, aquelas indagações diversas acerca da configuração e da história do planeta, alicerçadas em mistérios distintivos que apenas tangenciavam os limites da paisagem e das morfologias observáveis, sem, contudo, implicarem uma compreensão efetiva da realidade, foram, paulatinamente, sendo substituídas por explicações cada vez mais baseadas em práticas mais cautelosas e precisas de observação, experimentação e reflexão.

Numa convergência de esforços aparentemente díspares, a Geomorfologia alvorece na intercessão daqueles saberes preocupados em estabelecer os padrões gerais do funcionamento dos permanentes eventos e leis e de outros, por lidar diretamente com realidades que se sobrepõem por meio de eventos singulares e contingentes, numa perspectiva francamente unidirecional, histórica.

Desde que a história do planeta deixou de ter a esguia, finita e teleológica história proclamada pelas Sagradas Escrituras e debutou uma vastidão de tempo, fundamentalmente em razão de uma singular perspectiva de atuação processual, houve, inexoravelmente, uma reordenação acerca do entendimento dos eventos e de suas atuações. O modelado de determinada forma e sua abrangência geográfica passaram, então, a ser intrinsecamente relacionados às tipologias de processos atuantes, bem como à duração desses sobre o recorte espacial analisado. Sendo reconhecidamente produto

de momentos alternados de repouso e de desordem, as discordâncias geológicas e as abruptas formas de relevo informariam, assim, que a superfície do planeta está num permanente movimento.

Ao que se propõe a ciência geomorfológica – o estudo da morfogênese das paisagens e sua evolução morfodinâmica, ao longo do tempo – grandes desafios se apresentam e são postos ao olhar do pesquisador, uma vez que identificar, no estado atual da arte, na maioria das vezes precário (SAADI, 1998), o limiar das verdadeiras influências dos processos sobre as formas, não se apresenta e tampouco se configura como tarefa simples e óbvia. Embora os diversos processos tenham se sucedido no passado geológico e deixado singulares e respectivos vestígios no atual modelado, nem sempre esses produtos preservaram-se na sucessão dos eventos. Em razão das atuações processuais desenvolverem-se numa ampla e variada escala de espaço e de tempo, a abordagem geomorfológica, inevitavelmente, apresenta uma incompletude crônica dos registros desses processos, já que, por terem um caráter fundamentalmente sequencial – algumas vezes de ocorrências quase concomitantes – a sobreposição e consequentes retrabalhamentos de seus indícios acabam por tornar suas materialidades escassas; ocasionalmente, inexistentes.

Assim, sabidamente multifacetados, os processos que imprimem transformações na paisagem, ao tomarem centralidade investigativa nos relacionados à crosta terrestre, conduzem a uma necessária clarividência de suas efetividades, dentro de respectivos lapsos de espaço e, sobretudo, de tempo. Ou seja, suas existências passam, obrigatoriamente, a depender não somente dessas suas efetivas ocorrências, mas também da pertinência prospectiva de suas existências, já que, ao se aportar o fenômeno naquilo que ele empiricamente concede ao observador, isto é, sua cartografia, medições, cálculos, tudo feito, supostamente, sobre bases seguras e insofismáveis da razão, o sujeito, por vezes, o faz de modo intuitivo e não reflexivo, ao desconsiderar que o corte inicial de sua apreensão é, obrigatoriamente, de concepção e consideração sobre a pertinência escalar do fenômeno. Logo, mesmo que a evolução das paisagens esteja estritamente relacionada a meras causas químico-físicas – afinal, existem na natureza inorgânica processos que tendem a um fim e se devem simplesmente à operacionalização de leis naturais, tais como a gravidade e leis de termodinâmica –, o emprego da estrita visão mecanicista da causação acaba por ofuscar, contraditoriamente, aquilo que de mais rico a análise geomorfológica oferece: pluralidade de processos e suas eternas e plurais recorrências.

Nessa perspectiva, os fatos, os dados que oportunizam a formulação e articulação conceitual são apenas elaborações lógicas que desempenham a função de representar a existência de um ente real no campo do pensamento. O reconhecimento do fenômeno alvorece em razão não apenas de sua ocorrência, mas, fundamentalmente, de uma “consciência do perceber” aquilo que interessa, isto é, estruturam-se condições de reconhecer a lógica dos fenômenos com base nos fenômenos da lógica. A condição existencial não se encerra na materialidade de uma realidade dada, posta, mas conforma-se, sobretudo, em estreita relação de uma proposta de apreensão e reconhecimento de uma existência *no* e por meio *do* raciocínio, do pensamento.

Por consequência, diferentemente da análise das demais ciências naturais, a mudança da escala de análise geomorfológica implica, obrigatoriamente, em transformações qualitativas não hierárquicas e dificilmente transferíveis, que, quando explicitadas, referem-se, notadamente, a particulares condições.

Referências

- BARROS, P. H. C. A. *Controvérsias geomorfológicas: dialética entre teoria e produção do conhecimento – as múltiplas perspectivas do pensar e fazer geomorfologia*. 2013. 140 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- BURTT, E. *As bases metafísicas da ciência moderna*. Brasília: Editora UnB. 1983. 269 p.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Editora Cultrix. 2002. 477 p.
- CHRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia*. 2 ed., São Paulo: Ed. Edgard Blücher Ltda., 1980. 186 p.
- COLTRINARI, L. Geomorfologia: Caminhos e perspectivas. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, Ano 1, n. 1, p. 44-47, 2000.
- DAVIS, W. M. The geographical cycle. *Geographical Journal of the Royal Geographical Society*, v. 14, p. 481-504, 1899.
- DOTT, R. H. JR. 1982 SEPM Presidential Address: Episodic Sedimentation--How Normal Is Average? How Rare Is Rare? Does It Matter?. *Journal of Sedimentary Research*, v. 53, n. 1, 1983.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 165 p.

GILBERT, G. K. Land sculpture in the Henry Mountains. *US Geography and Geology Survey of the Rocky Mountain Region*. 1887. 214 p.

GOULD, Stephen Jay. *Seta do tempo, ciclo do tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 221 p.

HARRISON, S. On reductionism and emergence in geomorphology. *Transactions of the Institute of British Geographers*. v. 26, n. 3, p. 327–339, 2001.

JOLY, F. *Point de vue sur la géomorphologie*. *Annales de Géographie*. T.86, n. 477, p. 522-541, 1977.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 511 p.

LYELL, C. *Principles of geology*. 3.v.. London: J. Murray, 1830-1833. Disponível em: <http://www.esp.org/books/lyell/principles/facsimile/contents.htm>. Acesso em: outubro de 2015.

MARTONNE, E. de. *Tratado de geografia física*. Barcelona: Juventud, 1964. 520 p.

MAYR, E. *Biologia, ciência única: reflexões sobre a autonomia de uma disciplina científica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 266 p.

NEWTON, I. *Princípios matemáticos da filosofia natural*. São Paulo: Abril Cultural, 1987. 238 p.

NOGAROL, F. *Reverendo o debate sobre a Idade da Terra*. 2011. 110 p. Dissertação (Mestrado em Física) – Instituto de Física, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

ODY, L. C. *Teoria e história na geologia*. 2005, 105 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

PAULETT, J.P. *Les représentations mentales em géographie*. Oaris, Anthrops, coll. Géographie. 2002. 152 p.

POPPER, K. *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp., 1975. 394 p.

PUNTE, F. R. *Ensaio sobre o tempo na filosofia antiga*. São Paulo: Annablume, 2010. 168 p.

REIS, J. C. *História, a ciência dos homens no tempo*. Londrina: Eduel, 2009. 254 p.

ROSSI, P. *The dark abyss of time*. Chicago: University of Chicago Press, 1984. 354 p.

SAADI, A. Modelos morfogenéticos e tectônica global: reflexões conciliatórias. *Geonomos*, v. 6, n. 2, p. 55-63, 1998.

SANTOS, D. *A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 217 p.

EXPERIENCES IN TIME AND ARTS



III
EXPERIÊNCIAS
DO TEMPO E
AS ARTES



JOÃO DINIZ
3 tempos



CRONOS TRÔPEGO:

Aforismos do Tempo*

JOÃO DINIZ**

JOÃO DINIZ é arquiteto, fundador e diretor da JDArLtda e professor universitário. Tem seu nome inserido na arquitetura contemporânea brasileira com diversas obras construídas, premiadas e publicadas. Algumas dessas obras integram a paisagem de Belo Horizonte, cidade onde vive.

Ele costuma dizer que chegou à arquitetura por meio da poesia e da fotografia, que pratica desde adolescente e com as quais aprendeu a investigar espaços, luzes, enquadramentos, assim como o ritmo e o sentido dos objetos e das ideias.

A partir dos anos 1990, quando começa a construir seus projetos, passa a refletir e escrever sobre eles. Em 2002 e em 2010, publica, respectivamente, os livros “João Diniz Arquiteturas” e “Steel Life: arquiteturas em aço”, apresentando suas arquiteturas projetadas e construídas. Simultaneamente, participa de outras edições, exposições e performances relacionadas a fotografia, poesia e música.

É o criador do projeto multimídia Pterodata, que se tem dedicado a produções nas áreas da fotografia e do vídeo, composições sonoras, gravações, colaborações e performances poéticas com músicos, atores, locutores, artistas visuais, jornalistas e cenógrafos.

Essas ações reafirmam sua ligação com uma atitude autoral e interdisciplinar com foco no lado humano do cotidiano, na observação dos ambientes urbanos e sociais e no interesse pela composição coletiva, visando à busca de um particular espírito crítico e poético.

Marília Andrés Ribeiro

STUMBLING CHRONOS:

Time Aphorisms

JOÃO DINIZ is an architect, founder and director of JDAr Ltda., and lecturer, attached to the contemporary Brazilian architecture, who has built several works, published and awarded – some are already part of the landscape of Belo Horizonte, where he lives.

He uses to say that he found architecture through poetry and photography, which he practices since his adolescence, teaching him to investigate spaces, lights, framing, besides rhythm and the sense of objects and ideas.

From the 1990 decade on, he started to build his projects and to think and write about them and, in 2002 and 2010, he published his books “João Diniz Architectures” and “Steel Life: architectures in steel” respectively, presenting his projected and built architectures. At the same time, he took part in other editions, exhibitions and performances highlighting photography, poetry and music

He created the Pterodata multimedia project dedicated to the productions in photography and video, sound compositions, recordings, collaborations and poetic performances with musicians, actors, speakers, visual artists, journalists and set designers.

These actions reasserted his bond to an authorial and interdisciplinary attitude encompassing the human side of the mundane, the urban and social assessment, and his interest in the collective composition looking for a peculiar critical and poetical mood.

Fotografias: João Diniz, 2014

* Alguns desses aforismos foram publicados no livro *Aforismos Experimentais*, de João Diniz. Belo Horizonte, Asa de Papel, 2014.

** Professor e arquiteto fundador e diretor da JDArLtda. E-mail: escritorio@joaodiniz.com.br

Cada último dia
é um início.

As eternidades mais preciosas
precisam ser sempre reinventadas.

O tempo não corre,
mas ocorre.

Só não temos o tempo que perdemos.

Ao homem falta o tempo para
poder ter mais pressa.

Algumas pessoas fazem tudo
mas não podem nada.

O tempo não tem pressa.

O futuro é viciado em promessas.

Se não tiveres tempo, o
tempo não vai te ter.

Melhor não esperar quando o
inesperado é inevitável.

Nenhum dia é igual ao outro,
mas alguns são mais diferentes.

Será o tempo mais responsável
pela pressa do que pela calma.

O homem não retarda o tempo
que apressa o homem.

Só vivemos integralmente o tempo quando nos esquecemos dele.

A calma é o tempo sadio, a pressa
é a febre do tempo.

Falta tempo a quem faz hora.

O apressado está sempre atrasado.

O tempo responde
em silêncio.



Dizem que tempo é dinheiro,
mas ele não tem preço.

O estressado pensa que é o melhor.

Impossível achar o tempo perdido.

O que é bom não teme ser antigo.

A nova ideia sobrevive
na pessoa idosa.

Fora do tempo somos eternos.

Juventude não é questão de idade.

Viver pode fazer do rebelde um herói.

Amadurecer para buscar
o melhor sabor.

Temos anos de vida, mas a vida não tem idade.

Se quiser ter boas ideias, não
pense em demasia.

Sobre a vela do aniversário
para arejar o futuro.

Tempo não se compra,
se conquista.

A pausa faz o ritmo do ativo.
Só urgência não faz
acontecer.

Nem sempre, para durar.

O tempo atento vale mais.

Na eternidade seremos
todos contemporâneos.

Juventude é enquanto
há novidade.

O inesperado não reincide.

O incômodo é repetitivo.

Viver é resistir.

Quem espera sempre cansa.

Nunca é tarde para ser jovem.

Para o sol é sempre verão.

Respostas rápidas
trazem a vida calma.



Renascemos quando começamos.

Deus daria tudo por um
dia humano.

O já não jaz.



NÓS TEMOS TEMPO:

o livro *Modificando**

PATRICIA FRANCA-HUCHET**

RESUMO Neste texto, intento discorrer sobre o tempo, de forma transdisciplinar, relevando um conjunto de circunstâncias nas quais esse tema é abordado de forma narrativa e indagativa. Trata-se de uma abordagem sobre o tempo no domínio literário e artístico. Trago à baila uma sucessão de quesitos advindos da experiência com a pesquisa em arte. Logo, esta publicação se divide em duas partes: uma narrativa — *Nós temos tempo* — e uma artística — *O livro Modificando*. Essa segunda manifesta uma experiência temporal por meio de um trabalho em que fotografias e textos se encontram pela prática da montagem, visualidade e edição.

PALAVRAS-CHAVE Narrativa. Livro. Poesia.

WE'VE GOT TIME:

the book *Modifying**

ABSTRACT In this text my intention is to discourse on time, in transdisciplinary fashion, highlighting a series of circumstances in which this theme is dealt with in a narrative manner and inquiringly. It is an approach to time in the literary and artistic domain. It raises a succession of questions arising out of the experience with research in art. In consequence this publication is divided into two parts: one a narrative — *We have time* — and one artistic — *the book Modifying*. The latter manifests a temporal experience through work where the blending of photographs and texts is achieved through the *montage* process, visuality and editing.

KEYWORDS Narrative. Book. Poetry.

* Este texto foi parte da Introdução ao Colóquio “Tempo em Situação”, realizado em outubro de 2012 pelo grupo de pesquisa BE-IT: Bureau de estudos sobre a imagem e o tempo, na Escola de Belas Artes da UFMG e coordenado pela autora.

** Professora Titular da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: patriciafranca.huchet@gmail.com

Nós temos tempo

O tempo se distingue pelas maneiras que nós temos de apreendê-lo. Experimentamos as relações de sucessão, de simultaneidade ou sincronicidade com os acontecimentos. Assim, o tempo se torna epistemologicamente um sujeito indagativo e polarizado, pois o seu conceito não passa de algo abstrato advindo de relações que existem nos acontecimentos, nos processos, nas linhas de ação. A forma do tempo e a ideia de tempo manifestam-se como irreduzíveis. Impossível dar a elas um significado universal, pois resistem a toda conceituação que lhes conferimos por meio de suas distintas manifestações.

Guardaria o tempo uma dimensão não cronológica? Alguma coisa que seria mais oblíqua, menos perceptível? Algo que estaria mais à margem de nossa experiência? O tempo carece da sua dimensão de coexistência se eu pensar naquilo que experimento, naquilo que constitui o seu estofo, que é alguma coisa tramada com outros modos de experiências. Em Bergson, não são, necessariamente, só as experiências humanas que importam. O filósofo considerava que elas estavam em tudo como um fluxo. Assentia que não somente os homens têm o privilégio da experiência temporal: também o têm a natureza e os animais. Tempos específicos ou propriedades emergentes dos elementais do mundo. Cada objeto tem o seu tempo próprio e descreve uma trajetória própria no espaço, e o sujeito, na sua relação com esses objetos, experimenta um tempo análogo, o que me leva a acreditar que não devemos resistir à intuição para abordar o tempo interior do Eu – tela fluida oposta ao tempo natural das noites, dos dias, dos meses, dos anos e dos séculos e que também é memória. Pelo fato de Bergson ter partido do desejo de reconciliar a filosofia com a vida, seu conselho parece ser o de nos situarmos na duração, no tempo vivido — *la durée* — e para ela voltarmos sempre, pois sendo uma dimensão específica da consciência, a duração seria a espessura da existência em si. Um dos itens fundamentais que podemos problematizar por meio da duração é sem dúvida a questão do *écart* — distância, diferença, intervalo de valor, de intensidade, de

quantidade — entre a realidade e nosso conhecimento. Questões relativas à experiência.

O tempo não é uma objetividade diante de nossa percepção, no entanto, experimentamos objetividades que são comuns a todas as consciências. Sua irreversibilidade, por exemplo — o que passou, passou. O tempo que passa e transforma o homem e as coisas. Há também a ilusão do tempo. Para os cientistas, a noção de tempo é relativa, pois, quando contemplamos o sol, nós o vemos tal como ele era oito minutos antes. Os físicos pluralizam a ideia de tempo e são muito cla-



Fonte: FRANÇA-HUCHET, 2011.

ros ao definir seus conceitos e proposições sobre a medida e múltiplos formatos temporais. Todavia, por mais natural que seja a concepção do tempo que se esvai, fica a divergência entre a compreensão física do tempo e a intuição que dele podemos ter. O tempo da experiência humana encontra uma fenda larga a transpor diante do tempo da física. Aliás, alguns físicos propõem até mesmo a inexistência do tempo. As pesquisas divergem sobre a forma concreta de modificar nossa visão dele. Mesmo assim, encontra-se o sentimento de que é necessário mudar profundamente nossa maneira de compreender, sentir e vivenciar o tempo.

Para os filósofos também não é diferente: o tempo representou desafios para os estudos filosóficos, gerando diferentes discursos. Agostinho, em *Confissões*, constata: “O que é por conseguinte o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não o sei”¹. Esse sentimento corrobora com a ideia de tempos simultâneos e heterogêneos. Quando Aristóteles disse que tempo é movimento, mas segundo o que está antes e o que estará depois, ele evidencia a sensação de passado presente e futuro. Assim, como podemos definir um antes e um depois sem já termos uma consciência do tempo? Todos nós o compreenderíamos, sem, no entanto, sermos capazes de defini-lo em uma única argumentação. Destarte, não podemos conceituá-lo, pois, cada vez que tentamos fazê-lo, propomos analogias ou metáforas e até mesmo tautologias. “A especulação sobre o tempo é uma ruminação inconclusiva”².

1 SANTO AGOSTINHO, *Confissões*. Petrópolis: Vozes 2001: 1998.

2 RICOEUR, Paul. *Temps et Récit*. Paris: Seuil, 1983, p. 21.

Nietzsche, em suas *Considerações Intempestivas*, propõe ser preciso esquecer, deletar o passado que nos tira a atenção do presente, impedindo a plenitude do futuro. O pensador reflete sobre um grau de insônia, de ruminação, no sentido histórico, que prejudicaria o sujeito e terminaria anulando-o. Para Nietzsche, portanto, o esquecimento é uma necessidade. A acumulação das lembranças e de diversos conhecimentos históricos acabam constituindo um peso para o ser vivo. Todavia nos perguntamos: como lutar contra a memória? No contexto do tempo histórico, valorizamos o conhecimento, a lembrança, mas, para Nietzsche, é necessário esquecer o que passou para construir o futuro. O esquecimento é uma necessidade para “viver de bem” com o tempo. É preciso impor um limite ao peso das lembranças, que nos desviariam da ação. Esquecer seria, por tudo, algo da ordem da praticidade.

Teóricos e filósofos pensaram sobre a história e acordaram um valor muito importante à questão da evolução, orientada para um objetivo. Mas Nietzsche foi como um vento contrário e desafiador pela sua maneira de pensar a história, sobretudo por não a encarar como um tempo que estaria finalizado. Essas questões perpassam suas *Considerações Intempestivas*, nas quais usa o termo “anhistórico”. Seu propósito nos faz aproximar a história da noção de experimentação. O esquecimento é também uma forma de selecionar, escolher, abandonar certas lembranças. Ruminamos sempre o tempo, lembrando-nos insistentemente de certas coisas: isso poderia ser analisado como uma faculdade de digestão — a metáfora do ruminador —, algo que não é somente da ordem do tempo consciente, mas que tem um papel importante em nossas ações, lembrando que a consciência seria apenas um efeito de superfície. Nietzsche também faz duas observações em relação ao tempo e ao devir: a) a maneira como percebemos o tempo é condicionada pelas pessoas que somos; b) percebemos o tempo em frações. Nós o desmembramos, medimos, contamos, compartilhamos: os séculos, os anos, as horas etc. Não escapamos dessa forma de compartimentar o tempo que nos é própria, serve-nos para dominar a realidade; percebê-lo como uma pura descontinuidade nos é, atualmente, impossível. Por outro lado, Nietzsche apresenta uma hipótese para pensar o devir que se constituiria como um modo de percepção, de apreensão e de interpretação do tempo, cuja singularidade proporcionaria uma condição de vida mais favorável para todos. É “o devir” como percepção e experiência da riqueza e da grande complexidade do fluxo do tempo, a simples experiência da coexistência: perceber, experimentar.

Sentir que duramos ao mesmo tempo que outras coisas em torno e mesmo muito longe de nós. Essa dimensão transversal do tempo é a espessura de uma duração em conjunto. Somos tomados em um bloco de espaço/tempo que tem uma espessura e que vai criando em nós — pensando com uma imagem — uma bola de neve. Essa dimensão vai crescendo à medida que envelhecemos, e o tempo se torna subjetividade, pois é indissociável da maneira como escolhemos viver.

E aqui não posso me esquecer da linguagem. Nossa maneira de falar sobre o tempo ou do tempo determina em grande parte nossa maneira de percebê-lo. O Eu se constrói na temporalidade pelo uso de formas e de esquemas linguísticos. A linguagem possibilita a elaboração do sujeito, levando o pensamento a se temporalizar e a se espacializar. Mas encontramos um ponto inicial entre o tempo e a linguagem, melhor seria dizer: a organização do uso da linguagem no tempo, de sua expressão, em línguas, o que significa poder falar, mas, sobretudo, *poder lembrar*. Isso define um atributo do homem que condiciona a extensão do campo temporal — exigência fenomenológica! O tempo para falar, o tempo para lembrar. Por isso deve ser aqui rememorada a concepção fenomenológica do *Lebenswelt*, tempo existencial que se distingue resolutamente do tempo científico e que é bem mais favorável à penetração das camadas mais primordiais da realidade temporal. É justamente por isso que a linguagem é entendida por nós como uma ossatura da experiência histórica. É pela linguagem que o tempo se torna um dado universal. A própria especulação sobre o tempo é uma dinâmica da linguagem, uma fonte de criatividade discursiva e de produção temporal. Ler, por exemplo, produz sentido e se torna criação pela linguagem que se declina temporalmente.

Mas a questão se complexifica, também, quando começamos a pensar o tempo sob a perspectiva da arte, da imagem, do espaço. “Sempre, diante da imagem, estamos diante do tempo”³.

Existe o tempo da obra, o do espectador, o tempo histórico. Será que uma das formas interessantes de pensar o tempo não estaria no encontro entre o espectador, a obra em si e o tempo histórico? O que é dar uma forma ao tempo, apreender uma forma inédita do tempo e ao mesmo tempo estar em plena atuação em uma experiência? É a pergunta que se faz no âmbito artístico. Lembram-se do sentimento do *Déjà-vu*? A impressão de viver um tempo perceptivo em duplicata? O passado parece tomar a forma do presente. Todavia, não um passado que seria passado, nem rememoração

³ DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps*. Paris: Ed. Minuit, 2000, p. 9.

e lembrança, mas um passado que seria o passado desse presente, coexistindo com a percepção e a vivência da experiência. Assim, a ideia de um tempo não cronológico que, nós, artistas, pesquisadores, conhecemos e com a qual trabalhamos. Gilles Deleuze pensou o tempo utilizando o conceito de imagem-cristal. A imagem cristal não é o tempo, mas nós percebemos camadas do tempo no cristal. Existem diferentes estados do cristal segundo os atos de sua formação. Para o filósofo, cada um de seus estados de formação é chamado um cristal do tempo. Deleuze utilizou o vocabulário do mineral para batizar a imagem particular que, segundo ele, é propícia a fazer transparecer a temporalidade. O filósofo associou a imagem-cristal ao cinema, que teria a virtude de entrar em coalescência — adesão das partes que estavam separadas — a realizar e espacializar qualidades plásticas que podemos descrever. A arte tem sido particularmente pertinente para refletir sobre o tempo, ao autorizar um tipo de trabalho no qual podemos experimentá-lo. Podemos citar o cinema e sua montagem. Quando começamos a pensar como um filme é feito, observamos que são operações que nos fazem refletir. O cinema é luz e movimento, são imagens que podemos aproximar umas das outras, e o montador, ou aquele que edita imagens, pode dar uma forma a esse tempo específico que é o tempo do filme.

Nos sistemas de análise de obras nos quais prevalecem as características formais, a fotografia, o desenho e a pintura são reconhecidas, quase sempre, como artes da bidimensionalidade ou arte em duas dimensões. Destarte, o tempo mais facilmente ou basicamente compreendido para a pintura e a fotografia, para imagens em planos fixos, é aquele que possibilita datar as obras e situá-las historicamente. Um primeiro nível de temporalidade é o fato de que a obra nasce em uma certa época, o lugar que ela ocupa na cronologia da produção artística do artista, a relação dessa obra com aquelas que a precederam e que se seguiram após, problemas de fontes e influências, de inserção da obra no contexto social, entre outros. Essas artes, ditas espaciais, são também artes do tempo. Mas o tempo da arte não é somente cronológico e histórico, ele é também o resultado do trabalho do artista que se afirma justamente como um desafio, que é o de temporalizar o espaço. Seria o caso de pensar a imagem e a arte da imagem, em geral, em termos de temporalidade estética, para não deixar o tempo do processo se perder apenas no campo da historicidade, o que nos faz acreditar que a arte propõe uma versão bastante específica do tempo.

A percepção do tempo para a nossa conduta diante da imagem, tanto para absorvê-la como para que possamos sentir a intenção do artista ou penetrar em novas interpretações. Uma pintura do século XVII pode trazer elementos novos de significações por meio de novas vivências. A representação, “imageante”, proporciona também um conteúdo temporal, o que nos permite considerar uma temporalidade visual mais apta a despertar a sensação e outra conceitual, mais adaptada ao raciocínio e à reflexão.

O artista se insere em protocolos culturais, suas obras partem de algo já existente, de um campo prático, de uma metodologia específica. Aqui pensamos nos artistas que trabalham com a história, entendida como ficcional, cotidiana, pessoal, mítica. Para falar de temporalidade, necessita-se levar em conta a maneira como contamos a história, a forma como o artista encara sua época, seu ambiente como fonte de enunciação. Com o olhar poético e crítico, ele penetra em seu tempo e o absorve. Age de forma dialética, ativamente ao mesmo tempo dois planos: vestígios mais imateriais da história, seu inconsciente, seu submundo e os mais materiais, sua arqueologia e a memória das coisas⁴.

Contudo, com base nessas constatações, gostaria de pensar na possibilidade, para a prática artística, de um tempo mais desregrado. Um tempo mais freudiano, posto que Freud dizia que o inconsciente não conhece o tempo. Um tempo que envolveria uma percepção do futuro, após se olhar para uma situação presente e ou passada. Procurar as imagens que alimentam a nossa vida psíquica, imagens que são uma formidável presença, que são como um caleidoscópio; tempo psíquico elástico, perdido, inatural e ao mesmo tempo presente, que é experiência. A arte propõe figuras do tempo, maneiras de tomar posição frente ao tempo. Nesse tramitar, esse tempo desregrado poderia tratar da montagem: um composto de fragmentos disjuntos que remontam uma história, uma consciência. Para tanto, é necessário não esquecer o espaço-tempo do imaginário. Esse tempo que não é mensurável, mas controlável pelos indivíduos. Fácil compreender que o inconsciente ou o corpo, como produtor de uma imagem que surge intempestivamente, possa interessar tanto aos artistas como aos psicanalistas. Um tempo que é feito de rememoração e de repetição e que não passa, pois poderá sempre voltar. Um tempo desregrado, sim. O psicanalista Jacques Lacan preocupava-se com o que chamava de tempo justo, significando não somente o intervalo entre o tempo formal e físico, mas o tempo justo no pensamento, no enunciado, na formulação das coisas. Assim, algo do tempo desregrado deverá ser ajustado. Logo, na montagem, é

⁴ “O modelo dialético proposto por Walter Benjamin como a única maneira de escapar ao modelo trivial do “passado fixo”. Ele exprime aqui, utilizando duas palavras cujos significados conjugam, não por acaso, movimentos com duplo regime: *Einfall*, dito a queda e a erupção, *Umschlag*, dito a reversão e o envelopamento. A primeira palavra nos lembra que a história (como objeto da disciplina) não é uma coisa fixa e nem mesmo um processo contínuo. A segunda palavra nos lembra que a história (como disciplina) não é um saber fixo e nem mesmo uma simples narrativa causal. Pôr em forma essas instituições terá sido um dos fios condutores do pensamento benjaminiano em sua longa duração, até ao acme que constituem suas teses *Sobre o conceito de história*”. DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps*. Paris: Ed. Minuit, 2000, p. 100.

5 A pintura, muito antes do cinema, usava a estratégia da montagem, o que pode ser exemplificado com os retábulos góticos e os trípticos. Um exemplo claro é o Jardim das Delícias, de Hieronimus Bosch, um tríptico que descreve a história do mundo, com abas que, fechadas, apresentam a sua formação e, abertas, a progressão do pecado na forma paradoxal da delícia. Os homens entre o paraíso e o inferno.

preciso encontrar o tempo justo, para que os diversos fragmentos disjuntos para um trabalho artístico tomem a orientação desejada⁵.

A montagem, por sua natureza aberta, é uma forma de manipular o tempo. A arte, que acolhe a montagem no cinema, na música, nas artes plásticas e visuais, na fotografia e no teatro, torna-se o campo das vias inéditas das explorações temporais. Sabemos que existe uma diferença entre colar e montar, entre dispor e montar. A montagem, sempre se formando por certas imagens (fotografias) tomadas de maneira singular e dispostas lado a lado ou em posição de forma a produzir um sentido equivale ao ângulo que cria uma espacialidade. Como num livro de imagens e narrativas poéticas, por exemplo.



Fonte: FRANÇA-HUCHET, 2011.

6 Michel Butor [1926] célebre escritor francês que trabalhou com o experimentalismo na literatura ligado ao grupo *Nouveau Roman*.

creveram situando a ficção no registro biográfico. Assim, dei atenção à morfologia das imagens recorrendo à vivência biográfica, mas com o desejo de, por meio da palavra, mencionar outrem por intermédio de si.

No livro, imagens e textos são parceiros em um mesmo tecido essencial e destinados a um trabalho de montagem e edição. As imagens procuram ter um lugar

O Livro Modificando

No ano de 2011, Michel Butor⁶ veio a Belo Horizonte, e um grupo de artistas⁷ trabalhou com ele e com sua obra. Esperando a sua chegada, escolhi, para com ele dialogar, o livro, *La Modification*⁸, de sua autoria, por meio do qual entramos no pensamento de um personagem e evoluímos em seu universo, em suas reflexões e em suas decisões, que mudam consideravelmente à medida que o trajeto de sua viagem de trem avança. Sentimos como lhe é difícil entender o que deseja, fazer suas escolhas. A narração se dá na segunda pessoa do plural e, com isso, somos incluídos na narrativa; por vezes nos sentimos na pele do personagem. Após leitura, criei o livro *Modificando*, narrado na terceira pessoa. Trabalhei com imagens que se ins-

epifânico, pois tentam dar vida ao personagem, assegurar-lhe uma memória e uma existência espacial e visual – espaços que tentam reter o fluxo da leitura. Por isso, o aspecto ritmado que desejo oferecer ao leitor — o esboço de um testemunho silencioso. Usei para a montagem imagens fotográficas que chamo de “Anarquivos”, um capital iconográfico — caixas de imagens — com o qual aspectos biográficos podem ser retrabalhados reconfigurando histórias.

O inconsciente de cada um de nós se revela indubitavelmente em nossas produções. Assim como o ator sempre revela uma parte de si em suas interpretações, as obras visuais são referentes de seus produtores. Michel Butor foi tocado pela ideia de um inconsciente histórico, pelos aspectos da história que não conhecemos ou que simplesmente não podemos imaginar. Para isso, ele emprega a metáfora da “face escondida”, referindo-se à outra face da lua⁹. Toda experiência que tenho vivido com a produção de livros comporta o desejo de lidar com o inconsciente histórico pessoal, o imaginário e também o coletivo. Destaco, à guisa de finalizar este ensaio, parte do livro em texto e fotografias.

No hotel você abre as cortinas e observa do alto a cidade que ainda não conhece. Retira os sapatos e sente o toque macio do carpete. Olha as malas ainda fechadas e percebe o conforto do quarto que habitará durante nove dias. Sente que o ser só que o

7 Exposição e Performance *Em torno de Butor: imagens e palavras*. Curadoria Philippe Enrico e Márcia Arbex. Outubro de 2011. Belo Horizonte. Cento e Quatro: Amir Cador, Cássia Macieira, Marcelo Drummond, Maria do Carmo Freitas, Patricia Franca-Huchet, Philippe Enrico, Sylvia Amélia e Wanda Tófani. *Leitura-Performance com os artistas e Michel Butor*. em 25 de outubro de 2011.

8 BUTOR, Michel. *La Modification*, Paris: Minuit, 1957.

9 Emissão da Radio France Culture. *Du jour au lendemain*. Alain Veinstein recebe Michel Butor, em 3 de dezembro de 2012.

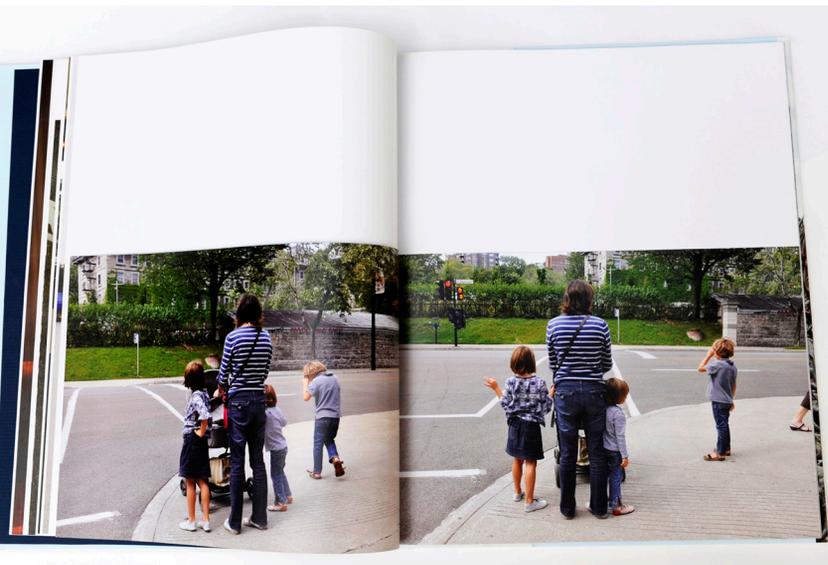


Fonte: FRANÇA-HUCHET, 2011.

acompanha desde sempre lhe dá prazer, e sua alma jubila, nesse momento, afastando as perturbações costumeiras e habituais. Você vai se entregar a um momento de prazer, calma e meditação carregado de alegria. Deseja abrir as malas, colocar nas novas gavetas seus pertences, suas pequenas e desimportantes escolhas de viagem: suas pastas, suas pesquisas, suas imagens, o livro escolhido para ficar na cabeceira. Vai aderir com simpatia ao novo espaço circunstancial da sua vida.

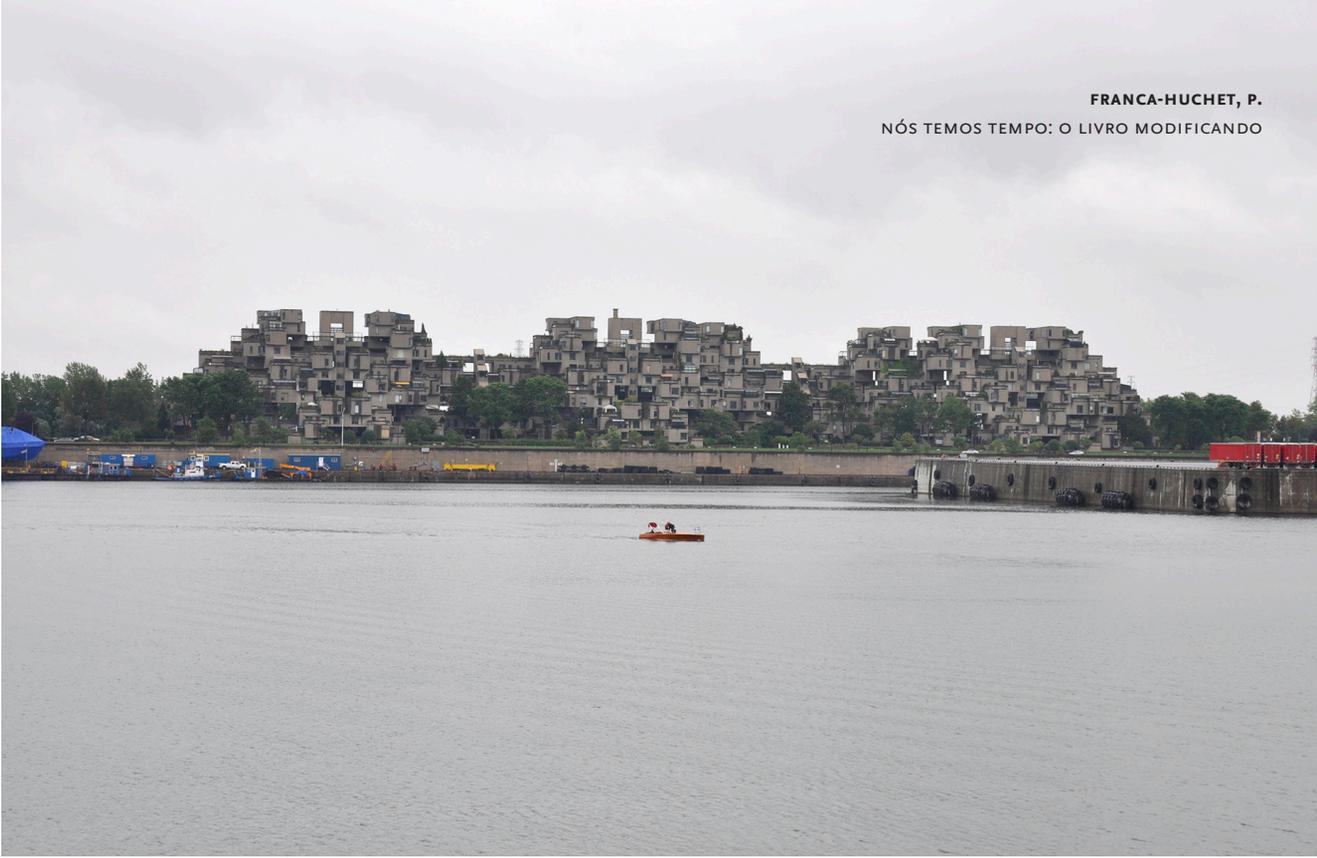
Mas para isso, assim que os pequenos crimes nevróticos aparecerem em seu espaço mental, você poderá imaginar um luminoso círculo róseo empurrando para longe tudo aquilo que lhe deixa cansado — por vezes exausto mesmo, levando isso para além do seu coração e do trabalho diário que empreende consigo há muito tempo, procurando não lhe deixar passar nenhuma ambiguidade, batendo em si mesmo, reconhecendo onde ergue as suas proteções contra os outros.

Decide sair. Segue até a estação de metrô mais próxima e desce as escadas. Seu corpo ainda não se acostumou com a sensação de leveza depois de carregar pesadas bagagens durante dois dias. Você pensa no ser estrangeiro agora. Já na plataforma, um homem olha para você. Ele se aproxima e pede ajuda, dizendo que ainda não almoçou. Seus olhos apertados em grossas rugas parecem doer, mas você ainda não tem a moeda local e diz não com a cabeça. Ele está sujo e, na mão esquerda, segura um cartaz do tamanho de uma folha A4 onde se lê: *down in luck*.



Fonte: FRANÇA-HUCHET, 2011.

Você resolve conhecer um conjunto arquitetônico que se encontra em uma pequena ilha junto à cidade. Uma chuva leve começa, e o céu escurece, tornando-se chumbado no sul. Um vento forte despenteia os seus cabelos, e o seu humor se modifica. Chega até à borda da ilha e consegue perceber os blocos ao longe. Você os fotografa. No caminho de volta você se perde voluntariamente nas ruas da nova cidade. Senta em um parque e pensa nas questões que não te deixam em paz, fecha



Fonte: FRANÇA-HUCHET, 2011.

os olhos e pensa na confiabilidade das pessoas, pensa no confronto com a solidão, pensa na abertura necessária para amar qualquer um. Vê um casal que passeia com uma criança. O menino aponta para o céu e mostra um avião que passa. Eles param ao lado de seu banco para olhar um mapa, e você percebe que eles estão procurando uma basílica. O menino grita de alegria quando percebe um esquilo na grama em frente. Troca um sorriso amical com seus pais.

Você tem vontade de escrever e procura em sua bolsa seu caderno azul de anotações e desenho. Mas as palavras não surgem, muito menos as linhas do desenho. Resolve andar e olhar para as pessoas da cidade. Atravessa a rua. Percebe no fundo da avenida uma massa verde e caminha nessa direção. Chegando, você reconhece o casal e o menino que há pouco percebeu e entende que está diante da Basílica Saint-Patrick resolvendo ali entrar. A atmosfera deixou-lhe estupefato. Uma aula de órgão está ocorrendo. Uma senhora vestida com um casaco longo azul e uma fita amarela nos cabelos longos e avermelhados interrompe a aula pública para dizer que o órgão é um instrumento análogo ao corpo, pois ele quer dizer “todos os órgãos”. Ela tem olhos bonitos e calmos e diz firmando a sua voz macia — “órgão; *organun*, todo o corpo tensionado de desejo para o céu.” Você se entrega à experiência dessa sonoridade “órgão” e deixa o som vibrar no seu corpo enquanto observa a graça rósea da Basílica de Saint-Patrick.



Fonte: FRANÇA-HUCHET, 2011.

Você pensa o quanto está distante de casa, e sua liberdade o deixa “desbussolado”.

No outro dia à noite, tem vontade de seguir os caminhos livres da nova cidade e se deixa levar pelo fluxo dos passantes que parece levar todos a uma artéria principal. Seguindo-os descobre um festival de cinema ao ar livre, em um espaço público que parece ser uma praça com algumas experimentações arquitetônicas ao redor. Interessa-se mais pelo fato e

pela forma da situação do que pelo filme que irá passar em poucos minutos. Em seguida, resolve abandonar o lugar. Descendo a rua, você encontra uma fonte luminosa cujas águas sobem e descem ritmadas por cores que o fazem lembrar de sua infância, quando passeava na Praça São Vicente de Férrer e parava maravilhado diante da pequena fonte que, do colo de sua mãe, tanto amou olhar. Por alguns instantes sua infância fez irrupção diante das águas que espirram gotas em seus sapatos e nas lentes de seus óculos.

Seus pés estão cansados, e, então, resolve procurar algum lugar para se assentar e descansar. Compra jornais de vários pontos do país em um quiosque. Depois, caminha em direção ao primeiro café que se apresenta. Eis que, à sua direita, uma porta aberta, amarela, grande e solene, de madeira antiga e austera, mostrando um corredor amplo e iluminado, leva-o para uma casa de chá, na qual a acolhida de um velho chinês não o deixa recuar. Por isso, assenta-se confortavelmente perto da grande janela de vidro onde observa em silêncio o movimento discreto da rua. Degusta chás de várias partes do mundo e decide tomar *Pleine Lune — thé fruité, épices et amandes — les meuilleures crus, la grande tradition*. Você aprecia muito o bule de chá vermelho decorado com flores brancas, os biscoitos e *petits-fours*. O chinês olha para ele fixamente e, inclinando-se, diz sussurrando ao seu ouvido: *tomamos* “chá para esquecer o barulho do mundo”. E assim foi.

Você sabe que a cidade tem muitos sebos e decide procurá-los. Passa uma tarde procurando alguns livros que há muito tempo deseja. Encontra pessoas no caminho e per-

gunta se está na boa direção. Um rapaz jovem aponta uma rua atrás da Grande Biblioteca onde se encontram muitas pequenas livrarias em desordem. Um movimento simpático em torno de amontoados de livros se faz sentir nessa rua, mas as pilhas desconectadas desencorajam-no. Mesmo assim, sem ter feito um esforço especial, descobre – acaso fortuito – o livro *La Modification*, de Michel Butor. Compra-o e sai, deixando as horas levarem-no para uma errância em tudo.

Perdido nas ruas, como gosta e prefere, seu olhar se cruza com o de um velho homem, que se entrega ao seu olhar fotográfico. O momento tem uma intensidade franca e amical, e isso o sensibiliza. Há pouco vinha andando perdido na rua sem olhar nada realmente, apenas entregue às fabulações mentais, entregue à distração que o impede de exercer a sua consciência plena. Então algo adveio. Você colocou o seu pé no deslize do passeio e escorregou desajeitadamente, e isso foi uma chamada ao seu acordar. Em frente estava o olhar do velho homem que tudo viu. Isso o fez pensar que todo acontecimento, tanto ordinário quanto extraordinário, pode fazê-lo entrever repentinamente ou por uma surpresa brutal algo que deseja aprender. Você pensa no eu que fala com o sou, você deseja tanto não continuar com os pequenos jogos, as más combinações nas quais você é o cúmplice de você mesmo. Se você colocasse as cartas na mesa... Isso



Fonte: FRANÇA-HUCHET, 2011.



Fonte: FRANÇA-HUCHET, 2011.

seria realmente muito incômodo, seria tão desconfortável. Decide, cansado de pensar, confiar em sua inteligência e se limitar a constatar o que você é, ser a sua própria testemunha. Você ainda procura o olhar do homem que não o está mais olhando, já que agora ele parece perdido em seus pensamentos. Mas você ainda espera que seus olhos se cruzem mais uma vez, você percebe a luta daquele homem como um clarão. Súbito, ele volta o rosto na sua direção e faz uma reverência delicada com a cabeça, o que o faz pensar que foi à guisa de reconhecimento.

No supermercado, escolhe uma caixa de cerejas para o jantar. Em seu quarto, de olhos fechados, você sente o sabor da fruta preferida: hora de desmanchar a ocupação de nove dias.

Lá fora o vento desgovernado que chegou lembra-o que será bom voltar.

Referências

BERGSON, Henri. *Essai sur les données immédiates de la conscience*. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

BUTOR, Michel. *La modification*. Paris: Minuit, 1957.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Devant le temps*. Paris: Minuit, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. Considerações extemporâneas. In: *Obras incompletas*.

Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

RICOEUR, Paul. *Temps et Récit*. Paris: Seuil, 1983.

SANTO AGOSTINHO, *Confissões*. Petrópolis: Vozes: 2001: 1998, L.XI ch. capítulo XIV.

FRANCE CULTURE, Radio. Emissão da *Du jour au lendemain*. Alain Veinstein recebe Michel Butor em 3 de dezembro de 2012.



MARCELO LUSTOSA



O TEMPO E O PENSAMENTO:

a anomalia anacrônica como elemento de propulsão para a consciência crítica no filme “Violência Gratuita”

ANA PAULA OLIVEIRA*

THIAGO HENRIQUE RAMARI**

RESUMO O presente artigo visa compreender as relações entre o uso do tempo produzido pelo cinema e os efeitos que este provoca na audiência, tomando como objeto de análise o longa-metragem “Violência Gratuita” (1997), do cineasta austríaco Michael Haneke. Para tanto, utiliza-se como base a teoria cinematográfica de Deleuze (1983; 1990) e analisa-se uma sequência do filme na qual a imagem-tempo estimula o pensamento crítico do espectador. Como resultado, pode-se afirmar que a síntese operada pelo diretor entre diferentes noções de tempo, sob a perspectiva de Badiou (2015), transforma o público em cúmplice de assassinatos e provoca o engendramento da culpa e uma reflexão sobre o consumo de imagens de violência como entretenimento.

PALAVRAS-CHAVE Violência Gratuita. Imagem-tempo. Tempo.

TIME AND THOUGHT:

the anachronistic abnormality as thrusting element for the critical consciousness in *Funny Games*

ABSTRACT This article searches to understand the relations between the use of time by the cinema and the effects it produces on the audience, from the movie “Funny Games” (1997), by the Austrian filmmaker Michael Haneke. Therefore, it brings the cinematic theory by Deleuze (1983; 1990) and an analysis of a sequence in which the occurrence of the time-image stimulates the critical thought between the spectators. As a result, we can say that the synthesis between notions of time operated by the director, from the perspective of Badiou (2015), transforms the public into an accomplice of murders, provoking the engendering of guilt and a reflection about the consumption of violent images as entertainment.

KEYWORDS Funny Games. Image-time. Time.

* Ana Paula Oliveira é pós-doutoranda, professora colaboradora e bolsista Capes do Programa de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. É pesquisadora do Research Group Aesthetics Politics and Art do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, Portugal. E-mail: oliveira.or.anapaula@gmail.com

** Thiago Henrique Ramari é mestrando e bolsista Capes do Programa de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: thiago.ramari@gmail.com

Introdução

O tempo é um dos elementos-chave do cinema. Se o seu movimento de passagem não pudesse ser mostrado nem visto em um filme, a dita sétima arte, tal qual a conhecemos, não existiria. Essa apropriação, que tornou sensível aos olhos e também ao corpo o ato fundamental de uma ampulheta, é uma das premissas mais importantes quando se busca compreender o cinema como força ontológica, ilusória e problematizante. Eis um ponto que, ao ser propriamente esmiuçado, revela segredos de uma arte que arrebatava massas de espectadores em todo o mundo há mais de um século.

O propósito deste artigo é discutir o tempo no cinema e algumas de suas implicações sobre o público, sendo a consciência crítica a principal delas. Para tanto, optou-se pela construção de um pilar teórico com base no pensamento de Gilles Deleuze e na análise de uma sequência do longa-metragem “Violência Gratuita” (1997)¹, do cineasta austríaco Michael Haneke, que nos possibilita sentir, mais do que apenas ver, o impacto das forças inerentes à sétima arte. Na sequência em questão, um assassinato é desfeito quando um dos personagens aciona o botão “rebobinar” de um controle remoto.

Nesta introdução, vamos expor alguns conceitos por meio de revisão bibliográfica, para, na seção seguinte, analisar a sequência supracitada, assim como o impacto que ela provoca no público. O nosso principal amparo teórico consta em duas obras de Deleuze: “Cinema 1: a imagem-movimento” (1983) e “Cinema 2: a imagem-tempo” (1990). São nelas que o filósofo expõe as definições de imagem-movimento e de imagem-tempo, cuja compreensão é fundamental para análises da relação entre o cinematográfico e o temporal.

Deleuze (1983) afirma que a imagem-movimento predominou sobretudo no cinema clássico, antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Trata-se, em suma, de uma reconstituição do tempo ou de uma representação indireta dele, realizada por meio da montagem, em um filme. Uma sequência é filmada em diferentes ângulos e enquadramentos, para, depois, na etapa da edição, ser reconstituída, utilizando-se as

¹ “Violência Gratuita” tem duas versões. A primeira, de 1997, é uma produção austríaca e é falada em alemão. A segunda, de 2007, é uma produção norte-americana e é falada em inglês. Como ambos os filmes são praticamente idênticos, com roteiros e direção de Michael Haneke, optou-se neste artigo apenas pela análise da primeira versão.

melhores tomadas. O principal pressuposto desse modelo é o de que o tempo pode ser dividido e reconstituído sem perder a aparência de continuidade. Ele também pode ser alongado, como nas sequências em que há bombas prestes a explodir, ou reduzido, quando se conta a história de vida de um personagem em apenas duas horas, sem impossibilitar a compreensão.

A imagem-movimento está assentada em relações de ação e reação. Podemos considerar essa característica como aquela que faz a impressão de continuidade ser mantida na reconstituição do tempo fragmentado. Primeiro os personagens sofrem ou percebem ações, depois eles se inteiram a respeito delas, para, em seguida, reagir. Trata-se de um ciclo realizado diversas vezes até que a história chegue ao fim. Deleuze (1983) denomina esse movimento circular de esquema sensório-motor e a ele atribui três elementos básicos: a imagem-percepção (quando o personagem sofre ou percebe apenas sensivelmente uma ação, situação relacionada a planos gerais ou de conjunto); a imagem-afecção (um intervalo no qual ele toma consciência da ação sofrida, em primeiros planos ou *closes*); e a imagem-ação (quando finalmente reage a ela, em planos americanos).

A imagem-tempo ganha espaço no cinema moderno, a partir da Segunda Guerra Mundial. Segundo Deleuze (1990), a principal característica desse modelo é a representação direta do tempo, que não obedece ao esquema sensório-motor. É uma imagem única, não fragmentada, normalmente sem antes nem depois, na qual o tempo transcorre completo entre o ponto inicial e o ponto final: duração pura. Nela, destaca o filósofo, pode haver anormalidades temporais mais profundas, que chamamos aqui de anomalias anacrônicas, se comparadas àquelas da imagem-movimento. Além disso, operam signos muito particulares, como os opsignos (relativos à visão) e os sonsignos (relativos à audição), que a transformam em uma situação ótica e sonora pura, isenta ou com laços frágeis de narratividade, sem uma realização completa do ciclo de ação e reação. Poucos são os filmes, porém, que fazem uso exclusivo das imagens-tempo. Normalmente, as produções apresentam algum nível de narratividade, o que quer dizer que também utilizam imagens-movimento.

No âmbito da imagem-tempo, Deleuze (1990) traz exemplos do neorealismo italiano, um dos primeiros movimentos cinematográficos do pós-guerra. De modo geral, os filmes dessa escola contêm níveis variados de narratividade. Os esquemas sensório-motores são iniciados diversas vezes, mas nem todos são concluídos por causa da

interrupção provocada pelo uso de imagens-tempo. Depois de sofrer ou perceber uma ação, o personagem fica muitas vezes “preso” no intervalo em que tenta se inteirar a respeito dela, pois uma imagem-tempo surge de repente e evita o seu desenrolar até a imagem-ação, isto é, a reação propriamente dita. Por esse motivo, esses filmes são considerados mais reflexivos, uma vez que valorizam o ato de pensar e a consciência crítica tanto dos personagens quanto dos espectadores. Conforme explica Deleuze,

Por mais que se mexa, corra, agite, a situação em que [o personagem] está extravasa, de todos os lados, suas capacidades motoras e lhe faz ver e ouvir o que não é mais passível, em princípio, de uma resposta ou ação. Ele registra, mais que reage. Está entregue a uma visão [opsignos], perseguido por ela ou perseguindo-a, mais que engajado numa ação (DELEUZE, 1990. p.11).

Badiou (2015) parte dessa taxonomia de imagens realizada por Deleuze para mostrar como o cinema constitui uma situação filosófica por excelência. Ao operar uma síntese entre continuidade (imagens-movimento) e descontinuidade (imagens-tempo), que recai no paradigma mais primitivo do cinema, isto é, aquele situado entre o “ser” e o “parecer” real, o filme cria uma relação entre elementos que não estão relacionados naturalmente entre si – a própria definição de situação filosófica para o autor². A elaboração de sínteses por meio de rupturas irreduzíveis não se dá apenas no campo do tempo, mas também em relação à imagem, ao sistema das artes, à fronteira entre arte e não arte e às figuras heroicas da justiça e da moralidade, o que faz do cinema uma arte indubitavelmente ontológica³.

No recorte aqui proposto, o da síntese temporal, é importante ressaltar a sua constituição por meio de forças que chamamos de ilusórias e problematizantes. Como a maioria absoluta dos filmes contém níveis de narratividade, é correto dizer que as imagens-movimento integram as suas estruturas, graças aos esquemas sensório-motores que completam os seus ciclos, tornando críveis pelo menos alguns trechos do enredo. É a força ilusória, o próprio “ser” real ou, para usar um termo de Bernardet (1980, p. 12), “a impressão de realidade”. Não importa se o filme é de ficção e se situa a 500 anos no futuro, em uma sociedade totalmente remodelada para necessidades jamais consideradas no século 21. A relação entre ação e reação e a montagem lógica vão tornar real tudo o que tocarem enquanto o público estiver sentado nas poltronas em frente às telas⁴.

2 Nas palavras de Badiou (2015, p. 31), “de maneira abstrata, uma situação filosófica é a relação entre termos que em geral não mantêm relação entre si. Uma situação filosófica é um encontro, uma junção. Um encontro de termos estranhos uns aos outros”.

3 O artigo de Badiou que utilizamos, publicado em 2015, em livro organizado por Gerardo Yoel, já é a tradução para o português de “Le cinéma comme expérimentation philosophique”, que saiu em uma coletânea de textos do autor, primeiramente no idioma francês “Cinéma”, em 2010, e, depois, no idioma inglês “Cinema”, em 2013. Para este artigo, utilizamos como base comparativa somente o texto em inglês.

4 Esse efeito é tão poderoso que o espectador é acometido até por um lapso de consciência temporário sobre si mesmo, de acordo com Wheatley (2009). Durante a projeção de um filme com essas características, o público esquece da realidade que o circunda para acompanhar aquela de um personagem. “Eles não têm consciência de nada, a não ser daquilo que está acontecendo na tela” (WHEATLEY, 2009, p. 34, tradução nossa).

A força problematizante, por outro lado, está relacionada à ruptura dos esquemas sensório-motores provocada pelas imagens-tempo. Nesses momentos, o modelo de oposição desvia a atenção do público do enredo para o meio, para a forma e para a mensagem muitas vezes crítica que escapa pelos pontos abertos pela descontinuidade. A força problematizante reduz e pode até anular a força ilusória, em favor de uma reflexão que não atinge só os personagens, mas principalmente os espectadores. O enredo em geral corre o risco de se transformar em algo apenas parecido com o real e em uma base de apoio para algo maior, que precisa ser, necessariamente, desvendado.

Essa síntese entre as duas noções deleuzianas de tempo no cinema é operada por Haneke em “Violência Gratuita”. Conforme aponta Speck (2010, p. 13), o realizador vai além da imagem-movimento, para trazer à tona a imagem-tempo, cuja virtualidade é sempre tomada “pelo seu pensamento político que evita as práticas profundamente enraizadas de representação e permitem a criação de novas perspectivas”⁵. O enredo, sobre o assassinato de três membros de uma família apresenta-se em um primeiro momento como um suspense comercial⁶, com a predominância de imagens-movimento, a fim de entreter os espectadores com a impressão de realidade. No entanto, quando rupturas passam a ser realizadas por imagens-tempo, entre outros recursos, o cineasta induz o público a refletir sobre o consumo cotidiano de imagens de violência. A sequência do controle remoto é um exemplo desse último caso.

É por esse direcionamento, no âmbito da violência que escapa pelos pontos abertos pela descontinuidade, ou seja, pelas anomalias anacrônicas que quebram o “feitiço” da impressão de realidade, que se chama a atenção para a obra como meio e para a relação que se tece com ela e com o cinema em geral. Essa construção deriva da visão crítica que o realizador tem em relação à onipresença, à forma e aos efeitos do retrato da violência nos filmes comerciais. De acordo com Haneke (2014, p. 575, tradução nossa), o tamanho monumental e a velocidade dinâmica das imagens, assim como a capacidade que elas têm de fazer ou de simular a realidade virtualmente na tela, “as predestinam a uma recepção narcotizada, isto é, *anti-reflexiva*” (destaque do autor)⁷.

5 No texto original em inglês: “Thinking the virtual is always a political thinking that eschews deeply-engrained practices of representation and allows the creation of new perspectives” (SPECK, 2010, p. 13).

6 Badiou (2015, p. 81) tem uma definição para cinema comercial: aquele no qual não podemos participar como de um “conflito de ideias”. É o cinema que se limita a reproduzir um imaginário dado e não estimula a criticidade do espectador. Já no cinema de arte, no qual se inclui “Violência Gratuita”, o pensamento é um elemento *sine qua non*.

7 “[...] The monumental size of its images, the speed at which its images demand to be viewed, its capacity above all other art forms to render or simulate reality virtually in toto, to make it *tangible to the senses* – in short, the medium’s capacity to *overwhelm* – downright predestine it for a narcotized, that is, an *anti-reflexive* reception” (HANEKE, 2014, p. 575, destaques do autor).

Apartes, anulação da catarse e regime cristalino

A versão austríaca de “Violência Gratuita” teve a sua *première* mundial no Festival de Cannes, na França, em 1997. Nos minutos iniciais, o longa-metragem apresenta a família Schober, formada pelo pai Georg (interpretado por Ulrich Mühe), pela mãe Anna (Susanne Lothar) e pelo filho Schorsch (Stefan Clapczynski), em uma viagem de carro a uma casa de veraneio. Assim que chegam ao destino, os três são feitos reféns por Paul (Arno Frisch) e Peter (Frank Giering), dois jovens bem-vestidos e bem-educados, cujos passados não são revelados. Os criminosos promovem torturas físicas e psicológicas, até o momento em que apostam que as vítimas estarão mortas em, no máximo, 12 horas. A criança é a primeira a ser assassinada, com um tiro de espingarda; depois é a vez do pai, com a mesma arma; e, por fim, a mãe é jogada em um rio com as mãos e os pés amarrados.

Na *première* em Cannes, a recepção ao longa-metragem ficou dividida. De um lado, pessoas aplaudiram o cineasta pela ousadia de obrigar o espectador a pensar criticamente o consumo de imagens de violência. De outro, pessoas abandonaram a sessão antes do fim, por se sentirem agredidas por algumas cenas. Brunette (2010, p. 67, tradução nossa) reproduz uma fala de Michael Haneke sobre esse momento: “Foi uma bagunça total. Alguns odiaram, outros amaram, e isso me provou que o filme estava funcionando como eu pretendia”⁸. A estrutura fílmica dessa produção foi cartografada por Wheatley (2009) e, apesar das terminologias diferentes, parece se alinhar à síntese entre continuidade e descontinuidade, ou entre imagens-movimento e imagens-tempo, tratada por Badiou (2015).

⁸ “It was a total mess. Some hated it, and some loved it, and that gave me proof that it was working as I'd intended” (BRUNETTE, 2010, p. 67).

Para Wheatley (2009), Haneke criou uma estrutura híbrida com características do cinema realista clássico (*classic realist cinema*) e do contracinema (*counter-cinema*). O primeiro, conceitua a autora, remonta à época de ouro do cinema norte-americano, que tem Hollywood como epicentro e atende aos preceitos da cultura de massa: é narrativo, comercial e com foco no entretenimento. Já o segundo é um movimento de contracorrente que ganhou força a partir dos anos 1960, encabeçado principalmente por cineastas europeus, cujo principal alvo era a consciência crítica dos espectadores acerca do aparato cinematográfico dominante – o norte-americano. Apesar das curtas definições aqui apresentadas, é possível relacionar o primeiro ao cinema clássico, aquele anterior à

Segunda Guerra Mundial, no qual predominam as imagens-movimento; e o segundo, ao cinema moderno, que eclode no pós-guerra, no qual se observa um uso mais volumoso das imagens-tempo. De um lado está a valorização da ação; do outro, a do pensamento.

De acordo com Wheatley (2009), do primeiro ao 86º plano⁹, isto é, nos 29 minutos iniciais, “Violência Gratuita” adere às características do cinema realista clássico, a fim de conquistar o espectador, da maneira mais convencional. Neste trecho, que abrange desde a viagem de carro à casa de veraneio até o momento em que a família é feita refém, o público é levado a se solidarizar com as vítimas. O predomínio das imagens-movimento, das relações de ação e reação e do aumento vertiginoso de cortes nos instantes de maior tensão fazem a audiência se concentrar no enredo, como se tudo aquilo fosse real. Além disso, dada a cultura de consumo de imagens de violência como entretenimento, analisada por Singer (2004) e Sontag (2003), existe uma espécie de prazer embutida no ato de assistir a um filme de suspense¹⁰.

Do 87º ao 324º e último plano, o longa-metragem é absolutamente outro. Haneke usa, entre as imagens-movimento, diferentes recursos comuns ao contracinema, a fim de fazer o espectador refletir criticamente sobre o consumo que faz das imagens de violência como entretenimento. O primeiro recurso é o chamado aparte, quando um personagem olha diretamente para a objetiva da câmera para se reportar ao público. Ao longo do filme, há quatro apartes, nos planos 87º, 138º, 283º e 324º, todos protagonizados por Paul. O primeiro, uma piscada de olho do assassino, é de suma importância, pois estabelece, de imediato, uma relação de cumplicidade entre os torturadores e o público.

Nos 29 minutos iniciais de projeção, a audiência é levada a se solidarizar com os Schobers, mas, após o primeiro aparte, Haneke a submete a uma aliança com Paul e Peter. Essa estratégia é eficaz, pois, ao delinear um conflito interno naqueles que estão diante da tela, colocando em xeque os sentimentos humanitários por meio da imposição de uma cumplicidade para com os assassinos, chama-se a atenção para o filme como meio. A impressão de realidade que imperava até então sofre um choque brusco e segue como que em quarentena, enquanto os espectadores tentam compreender do que trata a película. Há, portanto, algo a ser desvendado pelo pensamento, e o cineasta dá dicas nos dois apartes intermediários, que são verbalizados. No 138º plano, Paul se dirige à câmera e diz: “O que você acha? Acha que eles [os Schobers] têm chances de ganhar [a aposta]? Está do lado deles, é? Em quem vai apostar?” (tradução nossa). No

9 A divisão do filme por planos foi realizada pelos autores deste artigo. Wheatley (2009) se refere às cenas apenas por meio de descrições do enredo.

10 De acordo com Singer (2004), as inovações tecnológicas que marcaram o fim do século 19 e o início do século 20, como os bondes elétricos, os automóveis utilitários e as grandes máquinas nas indústrias, fizeram do suspense, entendido aqui como um medo real da morte iminente, uma sensação da vida diária. As pessoas passaram a conviver com um temor constante de atropelamentos, de acidentes de trânsito e até de explosões de equipamentos durante a jornada de trabalho. No entanto, não levou muito tempo até que a indústria do entretenimento se baseasse nessa nova realidade na tentativa de monetizar altas somas. Esse suspense passou a ser utilizado como matéria-prima para a criação de divertimentos populares: parques de diversões, museus melodramáticos, peças de teatro sobre desastres e, é claro, salas de cinema. Nesses locais, os cidadãos, como clientes, podiam ver a morte sem temer o fio de sua gadianha, sentir o frio na barriga característico do medo sem sofrer qualquer lesão corporal. E de lá para cá, a intensidade dessa sensação transfigurada em divertimento e consequentemente em prazer teve de

ser elevada pouco a pouco, pois a percepção humana é mutável e se torna apática depois de um tempo exposta a um mesmo padrão. É por isso que Sontag (2003) afirma que uma imagem que teria feito qualquer plateia virar a cara de nojo, 40 anos atrás, é apreciada hoje sem qualquer constrangimento por adolescentes nos cinemas.

11 “[...] Faced with the horrific scenes like those depicted in *Funny Games*, the audience tends to identify with the victims automatically. Yet by having the killers constantly looking into the camera, winking, and addressing the audience directly [...] Haneke denies the audience this kind of easy solution. As a result, the audience realizes that they are the observers, not the victims. Haneke’s game with the audience is to make them share the Schobers’ agony, while permitting them to move [...] together with the psychopathic killers. This suggests that the audience functions as an accomplice to the torture of the Schobers” (LAINE, 2010, p.57, destaque da autora).

283º, ele dá sequência à provocação: “Isto [quantidade de torturas] já chega? Você quer um final real, com um desfecho plausível, certo?” (tradução nossa). O último aparte é um olhar malicioso do assassino, já na casa de outra família, indicando que Peter e ele vão repetir ali tudo o que fizeram aos Schobers. Sobre os sentimentos do público, Laine (2010, p. 57, tradução nossa, destaque da autora) considera que

[...] Face a cenas horríveis como aquelas retratadas em *Violência Gratuita*, a audiência tende a se identificar com as vítimas automaticamente. Mas ao ter os assassinos olhando de forma constante para a câmera, piscando e se reportando à audiência diretamente [...] Haneke nega esse tipo de fácil solução. Como resultado, os espectadores realizam que são observadores, não vítimas. O jogo de Haneke é fazê-los dividir a agonia dos Schobers, enquanto lhes permite se mover [...] juntamente com os assassinos psicopatas. Isso sugere que o público funciona como cúmplice para a tortura dos Schobers¹¹.

O conflito estabelecido pelos apartes faz os espectadores se sentirem culpados por assistir ao “Violência Gratuita”. Essa sensação, indubitavelmente desagradável, é intensificada por outro recurso: a anulação da catarse. Nietzsche (1988) trata a catarse como o resultado do arrebatamento que toma conta do público na tragédia grega, derivado da combinação da embriaguez, do êxtase e do terror relacionados ao deus Dionísio (traduzidos sobretudo pela música e pelo ritmo ditirâmicos) com a aparência contemplativa que remete a Apolo (nas características mitológicas do enredo e na interpretação dos atores). Nesse arrebatamento, a plateia é “encantada” por Dionísio a tal ponto, que ela se extermina, esquece-se de si mesma e da própria vida, para participar das ações representadas pelos atores como se estivesse em outro corpo, sob a égide de um outro caráter. Ao fim dessa incursão, é beneficiada com um momento de paz, uma vez que se reencontra renascida, renovada e reconciliada consigo mesma, como que diante da possibilidade de um novo começo. Nas palavras do autor, (1988, p. 39), quando se alcança esse último estágio, quebram-se “todas as barreiras rígidas e hostis que a miséria, a arbitrariedade ou o ‘modo insolente’ haviam estabelecido entre os homens.”

No longa-metragem, Haneke abre mão desse recurso propositalmente para que os espectadores não sintam esse momento de paz. O cineasta alcança esse objetivo ao atrofiar ao máximo os momentos de clímax, a saber, os assassinatos de Schorschi, Georg e Anna: o filme não mostra nenhum deles morrendo explicitamente, evitando assim que o público abandone a si mesmo para participar de tais acontecimentos em

um arrebatamento coletivo. Quando Schorschi é assassinado por Peter, na sala da casa de veraneio, a câmera está na cozinha, juntamente de Paul, que prepara um sanduíche para si. Na vez de Georg, que também morre na sala, o plano enquadra apenas os dois criminosos. Já Anna é jogada no lago que fica aos fundos da propriedade e não é vista mais depois disso. Somente no caso do garoto, o corpo é mostrado logo após o crime, em um plano-sequência de 11 minutos. A contemplação dele, única possibilidade, tem um efeito efetivamente devastador, uma vez que destaca o espectador na posição de espectador e cúmplice dos assassinos.

Pode parecer contraditório que, no fim do século 20, época em que quanto mais violento é o filme, mais diversão ele oferece à sociedade, uma produção classificada comercialmente como suspense, apesar da crítica ao gênero, consiga chocar pela ausência de imagens de assassinatos. Diante de tudo o que foi exposto até aqui, é possível afirmar que esse resultado só é alcançado porque Haneke faz de “Violência Gratuita” uma espécie de armadilha à audiência, como mostra Wheatley (2009). Primeiro ele a atrai, em seguida a implica como cúmplice das torturas e dos assassinatos, para, depois, e até o fim da projeção, estimular o aumento do seu mal-estar, de forma que isso abra um espaço definitivo para a reflexão. Essa intenção fica também clara em uma declaração dada pelo cineasta em uma entrevista reproduzida por Brunette (2010, p. 57, tradução nossa): “O filme precisa ser inquietante. Foi o único filme que fiz para provocar. [...] Fiquei feliz em dar um tipo de tapa para despertar [o público]: Veja o que você normalmente assiste!”¹².

Em diálogo com a cartografia realizada por Wheatley (2009), o uso da imagem-tempo na sequência do controle remoto contribui com o objetivo do realizador. Neste trecho, que ocorre após a morte de Schorschi, Paul obriga Anna a participar de uma brincadeira, enquanto Peter vigia Georg, que está ferido sobre o sofá – a perna dele fora quebrada. O nome da brincadeira é “a esposa amorosa” ou “na faca ou a tiro, perder sua vida pode ser divertido” (tradução nossa), na qual a mulher poderá escolher quem será o próximo a morrer, assim como com qual instrumento (espingarda ou faca), se for capaz de recitar uma única oração de modo fervoroso. Enquanto Paul explica as regras, porém, Anna percebe a espingarda sobre uma mesa próxima. Em um movimento rápido, ela toma a arma, aponta para Peter e atira. O público vê o tiro acertando em cheio o tórax do assassino, que cai instantaneamente morto, no canto da sala da casa.

¹² “The film must be unsettling. It’s the only film I made to provoke. [...] It made me happy to give an awakening kind of slap: Look at what you normally watch!” (BRUNETTE, 2010, p. 57).

Na *première* no Festival de Cannes, as pessoas comemoraram essa sequência com palmas, pela revanche que implicava contra a dupla de assassinos. No entanto, e assim como todo o filme, há uma armadilha embutida ali. Logo após a morte de Peter, Paul agride a mulher e procura por um controle remoto. Quando o encontra, ele aperta o botão “rebobinar” e todas as cenas voltam no tempo até o momento em que Anna vai novamente pegar a espingarda. Na retomada da sequência e sabendo de antemão o que iria acontecer, Paul se antecipa e não permite que ela tenha acesso à arma. Na França, essa continuidade, ou melhor, essa descontinuidade substituiu os aplausos pelo silêncio na sala de exibição. A explicação é que Haneke submete o público a uma falsa catarse, a fim de frustrá-lo ainda mais e de confirmar tudo o que foi dito e estabelecido até então. “Quando a cena foi rebobinada [em Cannes], houve silêncio absoluto, porque eles [espectadores] entenderam que se deixaram [...] manipular. Porque eles haviam aplaudido um assassinato. Isso era o que eu queria mostrar”, declarou o cineasta, de acordo com Brunette (2010, p. 67, tradução nossa)¹³.

13 “When it was rewound, there was total silence, because they understood that they had let themselves be totally manipulated. Because they had applauded a murder. That’s what I wanted to show” (BRUNETTE, 2010, p. 67).

A imagem-tempo se manifesta de maneira singular na sequência do controle remoto. Trata-se do trecho no qual as cenas, em uma unidade estabelecida previamente pela montagem, correm de trás para frente e rompem retroativamente com o esquema sensório-motor que acabou de completar o próprio ciclo. A particularidade dessa imagem-tempo se deve ao fato de ser também uma imagem-cristal, por obedecer ao regime que Deleuze (1990) denomina de cristalino. Todas essas características fazem a potência do falso se revelar nessa imagem – outro conceito do filósofo que vai contra toda e qualquer impressão de realidade ou verdade absoluta no cinema, o que é naturalmente estimulante à consciência crítica.

A imagem-cristal é um tipo de imagem-tempo, que apresenta, portanto, o tempo de forma direta, na sua completude, sem adesão à lógica do esquema sensório-motor. Essa apresentação, no entanto, tem uma especificidade: ela evidencia a relação cíclica que existe, em um mesmo instante, entre o presente, na imagem tida como atual, e o passado imediato a esse presente, chamado de imagem virtual ou de imagem especular. No senso comum, pensa-se o presente e o passado como tempos distintos: primeiro se tem o agora e, somente na sequência, o outrora desse agora. Na concepção bergsoniana, que serviu de base para a teoria de Deleuze, esses dois elementos coexistem no mesmo tempo, pois a relação que os une é contínua, sem a possibilidade de interrupção.

De acordo com Deleuze (1966, p. 45), “essencialmente, a duração é memória, consciência, liberdade. Ela é consciência e liberdade, porque é memória em primeiro lugar”. O autor ressalta que Henri Bergson apresenta a identidade da memória com a própria duração por meio da acumulação e da conservação do passado no presente, pois a memória consiste em um progresso do passado em direção ao presente e não numa regressão do presente ao passado. O ponto de partida é o passado. Parte-se de um “estado virtual” que é conduzido aos poucos, por uma série de planos de consciência diferentes, até o momento em que é materializado numa percepção atual: “isto é, até o ponto em que ele se torna um estado presente e atuante, ou seja, enfim, até esse plano extremo de nossa consciência em que se desenha nosso corpo. Nesse estado virtual consiste a lembrança pura” (BERGSON, 1999, p. 280).

Assim, e inicialmente, ao se situar no passado, o que Bergson (1999) descreve, em geral, é um salto na ontologia. Uma vez dado esse salto, a lembrança ganha aos poucos uma existência psicológica ao passar do estado virtual para o estado atual. Por outro lado, a lembrança pura não tem qualquer existência psicológica, pois é inconsciente, inativa e virtual¹⁴. É possível afirmar nesse sentido que “[...] o passado é ‘contemporâneo’ do presente que ele *foi*” (DELEUZE, 1966, p. 54, destaque do autor). Ao analisar essa contemporaneidade, Deleuze (1966) salienta que o passado não apenas existe conjuntamente com o presente que ele foi um dia, como também, ao contrário do presente que passa, o passado se conserva em si, integralmente, pois todo o nosso passado coexiste com cada momento presente.

Contudo, Bergson (1999) destaca que, por um lado, não convém ao presente definir-se como aquilo que é mais intenso, pois é sensório-motor, o que o torna responsável pela ação sobre o corpo e por fazer o corpo agir constituindo o seu próprio estado. Por outro lado, o passado não executa mais uma ação, embora possa agir no momento em que está inserido numa sensação presente da qual tomará “emprestada a vitalidade” (BERGSON, 1999, p. 168). No exato momento em que a lembrança passa a agir e, então, atualiza-se, ela deixa de ser uma lembrança e torna-se percepção novamente. Entender essa dualidade na duração implica compreender o movimento de divisão realizado pelo presente que dura e que se divide a cada instante em duas direções: uma delas dilatada e orientada em relação ao passado e a outra contraída em direção ao futuro.

¹⁴ “Ainsi se définit un inconsciente psychologique, distinct de l'inconscient ontologique. Celui-ci correspond au souvenir pur, virtuel, impassible, inactif, *en soi*. Celui-là représente le mouvement du souvenir en train de s'actualiser: alors, tels les possibles leibniziens, les souvenirs tendent à s'incarner, font pression pour être reçus – si bien qu'il faut tout un refoulement issu du présent, et de 'l'attention à la vie', pour repousser ceux qui sont inutiles ou dangereux. Il n'y a nulle contradiction entre ces deux descriptions de deux inconscientes distinctes. Bien plus, tout Matière et Mémoire se joue entre les deux, avec des conséquences qui nous resistent à analyser” (DELEUZE, 1966, p. 69-70, destaque do autor).

Com o intuito de compreender como uma lembrança pura se atualiza, é necessário que não haja confusão entre a “invocação à lembrança” e a “evocação da imagem”, pois a invocação da lembrança realiza um salto que a instala em certa região do passado, no virtual, em um determinado nível de contração. Conforme sublinha Deleuze (1966, p. 59), essa invocação exprime “a dimensão propriamente ontológica do homem, ou melhor, da memória”. Esse movimento de conservação do passado em si e o seu prolongamento no presente supõe uma contração que, em sua própria essência, designa a diferença, pois torna impossível uma repetição ao destruir a própria novidade. Sob essa perspectiva, pensar a relação entre o atual e o virtual implica um circuito no qual “ora o atual remete a virtuais como a outras coisas em vastos circuitos, onde o virtual se atualiza, ora o atual remete ao virtual como a seu próprio virtual, nos menores circuitos onde o virtual cristaliza com o atual” (DELEUZE, 1996, p. 185). Um objeto é apagado e criado em cada circuito.

No virtual há um plano que é dividido numa multiplicidade de planos, de acordo com “os cortes do *continuum* e as divisões do impulso que marcam uma atualização dos virtuais” (DELEUZE, 1996, p. 180). Porém, de acordo com os caminhos que levam ao virtual, todos os planos formam apenas um único. O atual se torna um produto, um complemento, o objeto de uma atualização que não tem por sujeito senão o virtual. Ao pensar nessa relação entre as imagens atuais e as imagens virtuais torna-se evidente o modo como essas imagens se perseguem continuamente e apontam uma para a outra em torno de um ponto de indiscernibilidade. A imagem atual e a imagem virtual se aglutinam formando uma imagem bifacial que é, ao mesmo tempo, atual e virtual: a imagem-cristal.

Assim, podemos afirmar que, no âmbito cinematográfico, a imagem, seja ela qual for, é presente e passada, “ainda presente e já passada, a um só tempo, ao mesmo tempo” (DELEUZE, 1990, p. 59). O que a especificidade da imagem-cristal faz é mostrar exatamente essa ligação, que não é óbvia na imagem-movimento, concentrada apenas naquilo que é atual. Na imagem-cristal, é como se as imagens atual e virtual estivessem enclausuradas dentro de um cristal, que, conforme fosse girado, mostraria a relação fundamental entre ambas. Trata-se, efetivamente, da própria fundação do tempo, anterior a todas as convenções cronológicas.

Na sequência do controle remoto em “Violência Gratuita”, temos, primeiramente, um conjunto de imagens atuais, dentro do escopo do esquema sensorio-motor, com a predominância de imagens-movimento. Paul estabelece um novo jogo. Anna pega a

espingarda e atira em Peter. Paul apanha um controle remoto e aperta o botão "rebobinar". Essas imagens atuais, já unificadas por conta da montagem, cristalizam-se, isto é, transformam-se em imagem virtual em algum ponto entre o acionamento do botão e o início da volta ao tempo. Segundo Deleuze (1990), esse ponto é indiscernível, pois, apesar de não excluir as diferenças entre imagem atual e imagem virtual, ele não pode ser precisamente especificado. A imagem virtual que se segue, o passado imediato do presente concluído pouco antes, é a própria imagem-cristal e, conseqüentemente, a imagem-tempo. É ela que evidencia a relação entre o agora e o outrora, levando-se em conta a anomalia anacrônica de que é constituída, baseada na não obediência às convenções temporais. Essa imagem-cristal expõe uma coalescência, o aspecto bifacial do material cinematográfico, o circuito fundamental entre presente e passado, negligenciado pelo esquema sensório-motor.

Após a imagem-cristal, o primeiro momento é retomado em um novo esquema sensório-motor, mas já transformado de acordo com o objetivo do cineasta, que é o de provocar uma falsa catarse e, com isso, estimular uma reflexão no público. Agora, enquanto ouve as regras do jogo do qual será obrigada a participar, Anna tenta pegar a espingarda, mas Paul se antecipa e a apanha primeiro, evitando a morte de Peter. Essa mudança encontra uma explicação no regime cristalino, que é complementar à noção de imagem-cristal e, também, de imagem-tempo. Para compreender os efeitos desse regime na sequência do controle remoto, precisamos percorrer os quatro pontos que o constituem: a descrição, a oposição entre real e imaginário, a narração falsificante e, por fim, a narrativa.

Deleuze (1990) explica o regime cristalino considerando a oposição existente ao chamado regime orgânico. O regime cristalino estaria relacionado aos conceitos próprios da imagem-tempo, enquanto o regime orgânico tem relação com aqueles da imagem-movimento. Essa diferença fica mais clara quando observamos o primeiro dos quatro pontos citados no parágrafo anterior, ou seja, a descrição. No regime orgânico, as imagens feitas pela câmera de objetos, de cenários e de ações pressupõem a independência desses mesmos objetos, cenários e ações. É como se todos existissem previamente, mesmo que componham estruturas construídas só para a produção cinematográfica. Em outras palavras, desde o primeiro momento, eles são tratados como reais, para proporcionar ao espectador a impressão de realidade. No regime cristalino,

por sua vez, as imagens valem pelos objetos. Elas não só os substituem, mas também os apagam e os recriam, gerando contradições das mais diversas.

Na primeira das três partes da sequência do controle remoto, na qual Anna mata Peter, a descrição é orgânica. As cenas se desenrolam obedecendo à lógica do esquema sensório-motor e da imagem-movimento. Tudo parece independente da filmagem. No entanto, na segunda parte, que é a imagem-cristal, o regime cristalino entra em cena e “apaga” o que havia acontecido no momento imediatamente anterior. A ideia de voltar no tempo está popularmente relacionada à vontade de desfazer acontecimentos desagradáveis. No longa-metragem, essa vontade é a de Paul, que não queria que o amigo e companheiro de torturas tivesse sido assassinado. Eis porque Laine (2010) diz que a estratégia hanekiana também trabalha a favor dos criminosos. Na terceira e última parte, a descrição orgânica é retomada, mas após a transformação operada pelo regime cristalino. Agora, Peter não morre mais.

Na oposição entre real e imaginário, retomamos algumas ideias já apresentadas ao longo deste artigo. O regime orgânico está baseado na continuidade; traz em si, portanto, relações localizáveis e encadeamentos legais, causais e lógicos, que fazem o espectador assistir não propriamente a uma cena ou a uma sequência, mas a uma realidade, mesmo que tudo se trate de ficção tão somente. Muito diferente disso é o regime cristalino, que abre mão da convenção do real. Não vemos só a imagem atual, mas também a imagem virtual, e ambas fecham um circuito, no qual uma corre atrás da outra, ao mesmo tempo, em coalescência. Nessa relação mútua, o aspecto imaginário aparece. Novamente na sequência do controle remoto, a primeira e a terceira partes obedecem ao regime orgânico, pela impressão de realidade que instituem, ao passo que a imagem-cristal que as separa evidencia, por sua virtualidade, a fundação do tempo, que vai muito além da convenção social cronológica e realista, determinando-se na esfera imaginária. Trata-se da manifestação de toda a força da imagem-tempo, pois possibilita ver o presente e seu passado imediato, como se um cristal do tempo fosse oferecido ao espectador.

Na narração, o foco do regime orgânico está concentrado no esquema sensório-motor. Essa estrutura precisa ser concluída toda vez que é iniciada, a fim de configurar a impressão de realidade. O uso desse recurso é evidente na primeira e na terceira partes da sequência analisada. Já o regime cristalino rompe com o esquema sensório-

motor com o uso da imagem-tempo. A rebobinagem das primeiras cenas quebra a continuidade e faz a audiência prestar atenção no meio cinematográfico em vez de se deixar levar pelo enredo. O impacto da descontinuidade abre uma espécie de fosso, de onde eclode, mais uma vez, a intenção do cineasta. Pode-se afirmar, assim, que a narração no regime cristalino é falsificante, pois promove reconfigurações que vão no caminho contrário ao dos esquemas sensório-motores. Conforme afirma Deleuze (1990, p. 161), a narração falsificante insere “no presente diferenças inexplicáveis; no passado, alternativas indecidíveis entre o verdadeiro e o falso. O homem verídico morre, todo o modelo de verdade desmorona, em favor da nova narração”.

O último ponto que devemos tratar é a narrativa, que fala a respeito da relação entre sujeito (aquele que vê) e objeto (aquilo que é visto) em um filme. Se no regime orgânico existe uma transparência sobre quem vê determinada imagem, se é uma câmera independente que circula pelo espaço (ponto de vista objetivo) ou se é um personagem do enredo (ponto de vista subjetivo), no regime cristalino não é possível ter essa certeza, em razão da indiscernibilidade que lhe é natural. “Violência Gratuita” é constituído exclusivamente por imagens-movimento nos primeiros 29 minutos. Está, portanto, dentro do regime orgânico nesse trecho. Na decupagem realizada para este artigo, nota-se que os pontos de vista objetivos predominam nesta fase inicial. Há apenas quatro planos com pontos de vista subjetivos: o 17º e o 19º, pertencentes a Anna, e o 51º e o 53º, referentes a Schorschi. Na teoria deleuziana, essa nitidez possibilita dizer que a relação entre sujeito e objeto é a da fórmula $Eu = Eu$, isto é, sabe-se exatamente de onde parte o olhar, sem ambiguidades – e se houvesse ambiguidades, elas logo se esclareceriam. As visões da câmera e as dos personagens não se confundem.

O mesmo não pode ser dito depois do primeiro aparte, quando Paul pisca um dos olhos para o público. Ao fazer uso dessa ferramenta, Haneke rompe a chamada *diege-se*, o universo no qual se passa a história do longa-metragem, possibilitando que seu conteúdo vaze para o espaço não *diegético*, aquele ocupado pela audiência. O amálgama que nasce desse evento é necessário para transformar o espectador em cúmplice dos assassinos, para que ele deixe de ser apenas alguém que assiste a um filme e se transforme em personagem. No entanto, a partir dessa mudança, a origem dos pontos de vista também deixa de ser claramente determinável. A coincidência entre os olhares da câmera e dos recém-transformados personagens não possibilita dizer se as

imagens são pontos de vista objetivos ou subjetivos. Desse modo, a fórmula $Eu = Eu$ é substituída por outra fórmula, $Eu = Outro$, na qual as visões da câmera e do público-personagem se confundem.

Todos os pontos que caracterizam o regime cristalino, assim como a imagem-cristal e até mesmo o filme em geral, sustentam o que Deleuze (1990) chama de potência do falso no cinema. Esse conceito é baseado na ideia de vontade de potência, na qual Nietzsche refuta a existência de verdades absolutas sobre toda e qualquer coisa. Para pensá-lo, Deleuze (1962) sublinha, primeiramente, a distinção existente entre vontade e força: a vontade de potência é o universo das intensidades puras, é o princípio intensivo das qualidades e das quantidades das forças, pois é por causa dela que uma força domina ou é dominada; já a força adquire a sua qualidade ou a essência por meio da relação com outras forças. Nesse contexto, o corpo, seja ele biológico, político, social ou químico, é entendido como um fenômeno múltiplo, um composto de forças dominantes ou ativas e dominadas ou reativas em embate. Embora não se confunda com o conceito de força, o conceito de vontade de potência está intrinsecamente ligado a ele.

Para Deleuze, a vontade de potência revela a sua natureza ao ser definida como um princípio para a síntese das forças, para a sua reprodução e para a sua diferença que se relaciona com o tempo. Na verdade, sublinha o autor, ela nunca se separa das forças determinadas, das suas direções, das suas qualidades, das suas quantidades; é sempre plástica e em metamorfose e nunca superior às determinações que executa numa relação de forças.

Baseado no conceito de vontade de poder de Nietzsche, Deleuze (1965) também afirma que a potência é a relação de uma força com as outras forças na qual existe o poder de afetar ou de ser afetado. Nesse processo, a relação é sempre efetuada, e o poder, sempre preenchido. Ele sublinha que a vontade é a relação da força com a força, e, justamente por isso, é preciso evitar contrassensos acerca da vontade de poder nietzschiana, pois esse princípio não indica que a vontade deseje dominar ou queira o poder.

Como força criadora, essa vontade de poder é capaz de dar origem a mundos, o que torna impossível discernir o verdadeiro do falso. Realizando uma crítica da vontade de verdade e afirmando uma certa vontade de ilusão ou potência do falso, Deleuze diz que, ao “eivar o falso à potência, a vida libertava-se das aparências assim como da verdade: nem verdadeiro nem falso, alternativa indecível, mas potência do falso, von-

tade decisória” (DELEUZE, 1965, p. 188). Assim, e de volta ao âmbito cinematográfico, a ideia de potência do falso se dá no intuito de delinear não um cinema da verdade, supondo que haja verdades absolutas e que elas possam ser representadas na tela, mas a verdade do cinema, isto é, a exploração das muitas possibilidades artísticas e criativas propiciadas pelo meio, mesmo que pareçam contraditórias.

Compreendemos que a potência do falso é também o princípio mais geral a determinar o conjunto das relações na imagem-tempo direta. Num mundo, duas personagens se conhecem, em outro não se conhecem, em outro, uma conhece a outra, no outro, enfim, é a outra que conhece a primeira [...]: todos esses mundos pertencem ao mesmo universo e constituem as modificações da mesma história. A narração não é mais uma narração verídica que se encadeia com descrições reais (sensório-motoras). É a um só tempo que a descrição se torna seu próprio objeto, que a narração se torna temporal e falsificante (DELEUZE, 1990, p. 161-162).

A potência do falso só existe, de acordo com Deleuze (1990), quando há diversas possibilidades que se remetem e que se penetram umas às outras. Tomando “Violência Gratuita” por inteiro, em um primeiro momento temos um suspense aparentemente convencional, que pouco tempo depois surpreende ao implicar os espectadores como cúmplices de assassinos e de exigir uma reflexão acerca do consumo coletivo de imagens de violência. Em um mundo, o espectador é solidário à família e, em outro, colabora com os criminosos. Em outros dois mundos contraditórios, Peter é morto por Anna, e Peter é salvo por Paul, respectivamente. Todas essas possibilidades são coexistentes no universo criado por Haneke, universo que não fica preso aos quatro cantos da tela, mas que vaza por entre o público, contaminando-o com sua essência problematizante. Aqui, cabe lembrar uma declaração do cineasta reproduzida pelo documentário “24 Wirklichkeiten in der Sekunde” (2015), de Nina Kusturica e Eva Testor: “Eu sempre digo que filme é 24 mentiras por segundo a serviço da verdade. Ou a serviço da tentativa de encontrar a verdade. Eu não sei o que é realidade também” (tradução nossa). Em outras palavras, é a busca pela própria verdade do cinema.

Considerações conclusivas

A estratégia filmica desenvolvida por Michael Haneke em “Violência Gratuita” reafirma um aspecto sobre a questão do tempo marcada por Deleuze (1990, p. 159): se levarmos em conta a história do pensamento, constataremos que “o tempo sempre pôs em crise a noção de verdade. Não que a verdade varie conforme as épocas. Não é o [...] conteúdo empírico, é a forma, [...] a força pura do tempo que põe a verdade em crise”. No longa-metragem que analisamos ao longo das páginas anteriores, o cineasta usa o tempo de diferentes formas, em uma síntese sem dúvida filosófica, a fim de obrigar o espectador a abrir mão da única verdade que acredita inicialmente para se engajar em uma espécie de jogo ao mesmo tempo desagradável e revelador de múltiplas, contraditórias e coexistentes verdades.

Nos 29 minutos iniciais do filme, o tempo aparece de forma convencional, ou seja, cronologicamente montado e enclausurado na cápsula diegética, com o objetivo de conquistar o interesse da audiência pela história que é contada. Trata-se do uso da representação indireta do tempo, proporcionada pelas imagens-movimento, com vistas a um suposto entretenimento passivo, fórmula que estimula a sensação de prazer, apesar das cenas e das sequências de violência – os assassinatos dos Schobers ocorrem sempre fora do enquadramento da câmera, mas a violência subsiste da mesma forma. Até aqui, tudo de acordo com o que é aceito socialmente, com base numa convenção, ou uma verdade, construída ao longo de, pelo menos, doze décadas, conforme atesta Singer (2004) na retrospectiva que realiza sobre o consumo do suspense como artigo de divertimento popular.

Mais adiante, e graças ao primeiro aparte, no entanto, a cápsula diegética sofre uma fissura, e todos os elementos do longa-metragem, incluindo o tempo, vazam da tela para a sala de exibição. Essa ocorrência, rara de modo geral no cinema, traz consigo novas e profundas implicações: o público se torna personagem ao ter de assumir o papel de cúmplice dos assassinos, e o tempo do filme passa a ser o mesmo para todos, dentro e fora da tela. Esse mesmo tempo adquire ainda mais autonomia nos últimos dez minutos de projeção, quando atinge a sua expressão máxima na anomalia anacrônica da imagem-cristal, situada na sequência do controle remoto. Todas essas mudanças transferem a atenção do espectador da história para o meio em si, a fim de desvendar o que

se passa ali. A verdade dos primeiros minutos não se equipara às verdades dos minutos finais. O pensamento crítico destitui por completo o prazer do entretenimento.

Com base no pensamento de Badiou (2015), Haneke realiza uma síntese entre dois elementos heterogêneos, a continuidade e a descontinuidade, que relacionamos aos conceitos de imagem-movimento e de imagem-tempo em Deleuze (1983; 1990) e nas características do cinema realista clássico e do contracinema em Wheatley (2009). Essa engenhosidade, que quebra os padrões de representação naturalizados pela sétima arte, define-se como uma situação filosófica e revela, de modo preciso, o caráter ontológico de uma produção fílmica, na dialética entre o “ser” e o “parecer” real. Conforme atesta Badiou (2015, p. 46), na questão relativa ao tempo, “a grandeza do cinema não está em reproduzir a distinção de Bergson entre tempo construído e duração pura, e sim em mostrar que é possível sintetizar as duas coisas”. Mais uma vez, a sequência do controle remoto é um exemplo disso, por causa da sua constituição tripartite entre imagem-movimento/imagem-cristal/imagem-movimento.

Com o uso de recursos contracinemáticos de ordem temporal, como a imagem-cristal, o realizador determina rupturas diegéticas, das quais eclodem novas verdades que fazem o público se sentir culpado pela morte dos Schobers e refletir sobre o consumo de imagens de violência por entretenimento, hábito tão estimulado pelo cinema norte-americano e comercial. Como diz Brunette (2010, p. 2, tradução nossa), “ele [...] desafia críticos e espectadores [...] a considerar a própria responsabilidade por aquilo que assistem e a perguntar o que realmente fazem quando procuram ser ‘meramente’ entretidos por um suspense de estúdio”¹⁵.

A reação dividida daqueles que assistiram à *première* do longa-metragem no Festival de Cannes em 1997 fez o cineasta austríaco declarar que a estratégia fílmica havia funcionado como pretendia. Ele consegue, com efeito, desnaturalizar algo há muito naturalizado, isto é, o consumo do suspense como divertimento, utilizando imagens de violência. É impossível mensurar por quanto tempo essa desnaturalização mantém seu efeito, quando atinge propriamente a audiência, mas é certa a sua capacidade de promover uma reflexão crítica a respeito do assunto. É como se, em um dado momento, o espectador se perguntasse: “por que estou assistindo a isso?”. Wheatley (2009, p. 2, tradução nossa) fala sobre o potencial de alguns filmes, assim como da arte em geral, dar origem a profundas reflexões:

¹⁵ “He has [...] challenged critics and film viewers [...] to consider their own responsibility for what they watch and to ask themselves just what it is they are *really* doing when they seek to be ‘merely’ entertained by a studio-produced [...] thriller” (BRUNETTE, (2010, p. 2, destaque do autor).

Drama, literatura, poesia e filme trabalham ideias de padrões de comportamento e suas consequências. Afinal de contas, o humorista e o cartunista, assim como o artista e o escritor, comentam e criticam o clima prevalecente tão efetivamente como os ‘filósofos’. [Simon] Blackburn coloca desta maneira: “O impacto da campanha de um novelista, como Harriet Beecher Stowe, Dickens, Zola ou Solzhenitsyn, pode ser muito maior do que aquela de um teorista acadêmico. Uma única fotografia pode ter feito mais para interromper a Guerra do Vietnã do que todos os escritos de filósofos morais da época”¹⁶.

16 “Drama, literature, poetry and film all work out ideas of standards of behaviour and their consequences. After all, the satirist and cartoonist, as well as the artist and the novelist, comment on and criticise the prevailing climate just as effectively as ‘philosophers’. [Simon] Blackburn puts in thus: ‘The impact of a campaigning novelist, such as Harriet Beecher Stowe, Dickens, Zola or Solzhenitsyn, may be much greater than that of the academic theorist. A single photograph may have done more to halt the Vietnam War than all the writings of moral philosophers of the time together’” (WHEATLEY, 2009, p. 2)

Assim como Badiou (2015) fala do ato filosófico inerente à síntese cinematográfica, Deleuze (1990) afirma que, ao impedir a percepção de se prolongar em ação, o uso da imagem-tempo abre espaço ao pensamento. Desse modo, não seria nenhum exagero considerar Haneke um filósofo do cinema, pelo resultado final de “Violência Gratuita”. É justamente essa característica que também eleva o longa-metragem ao status de arte, pois, de acordo com o próprio realizador, “se o cinema quer ser uma arte, é preciso encontrar os meios que levam a outras reflexões” (BRUNETTE, 2010, p. 152, tradução nossa)¹⁷. Trata-se, em suma, de um filme necessário, tanto para compreender como para problematizar convenções que nos acompanham desde sempre, como a de que a violência é também um artigo de consumo e, conseqüentemente, uma fonte de prazer genuíno.

Referências

17 “If cinema wants to be an art, it must find the means that lead to other reflections” (BRUNETTE, 2010, p. 152).

24 WIRKLICHKEITEN in der Sekunde. Direção: Nina Kusturica, Eva Testor. Produção: NK Projects. Áustria: NK Projects, 2005. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=bQDmGEo1pWw>>. Acessado em 24 fev. 2016.

BADIOU, Alain. O cinema como experimentação filosófica. In: YOEL, Gerardo (Org.). *Pensar o cinema: imagem, ética e filosofia*. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 31-82. (Cinema, teatro e modernidade, 19).

BADIOU, Alain. *Cinema*. Cambridge: Polity, 2013.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERNARDET, Jean-Claude. *O que é cinema*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRUNETTE, Peter. *Michael Haneke*. Chicago: University of Illinois Press, 2010.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche et la philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche*. Paris: Presses Universitaires de France, 1965.

DELEUZE, Gilles. *Le bergsonisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1966.

DELEUZE, Gilles. *Cinéma I: l'image-mouvement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.

DELEUZE, Gilles. *Cinema II: a imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DELEUZE, Gilles. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1996.

HANEKE, Michael. Violence and the media. In: GRUNDMANN, Roy (Org.). *A companion to Michael Haneke*. West Sussex: Wiley Blackwell, 2014. p. 575-579. (Wiley Blackwell companions to film directors, 1)

LAINÉ, Tarja. Haneke's "Funny" Games with the audience (revisited). In: PRICE, Brian; RHODES, J. D. (Eds.). *On Michael Haneke*. Detroit: Wayne State University Press, 2010. p. 51-60.

NIETZSCHE, Friedrich. *A origem da tragédia*. 5. ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.

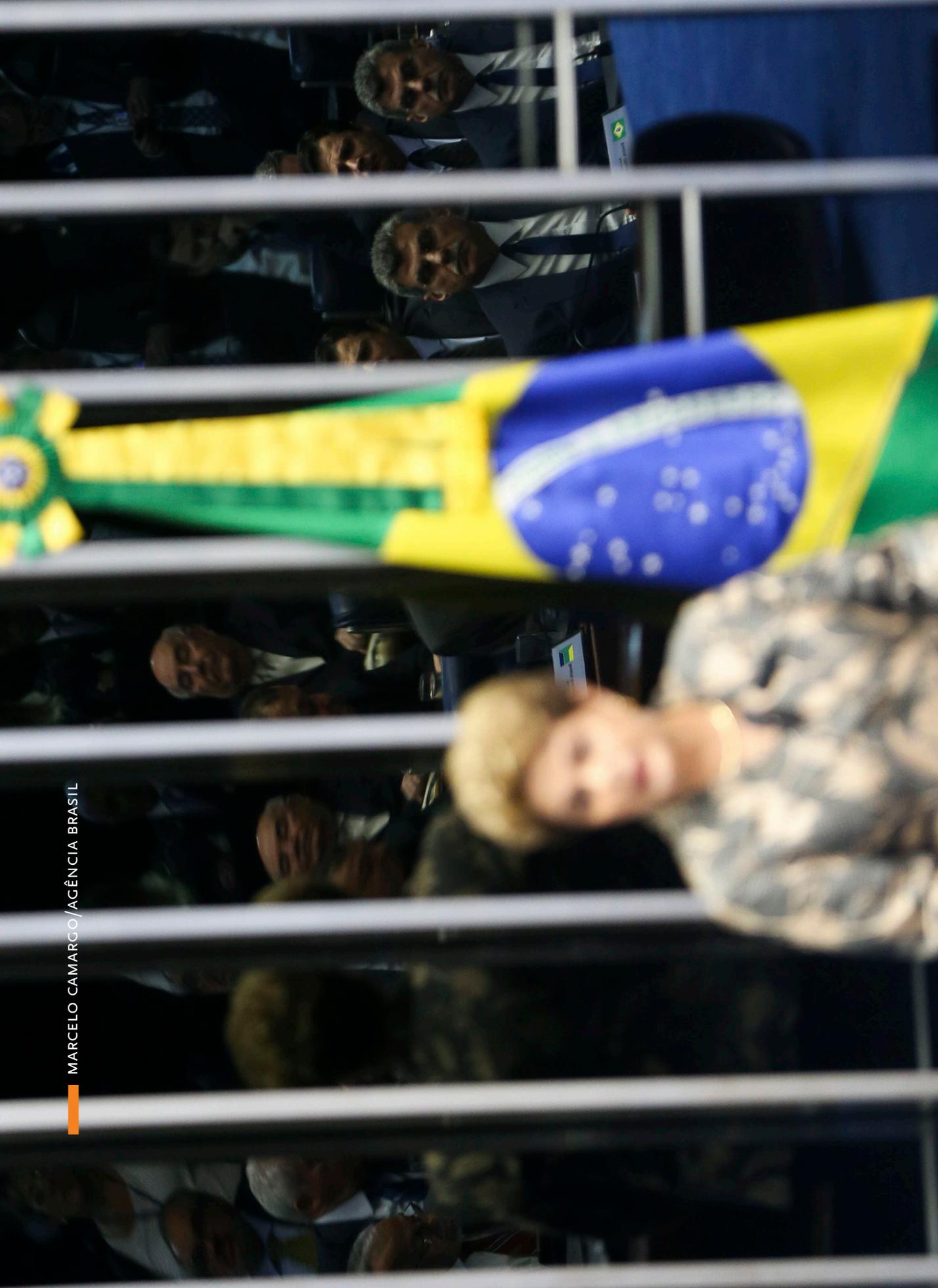
SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, V. R. (Orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 95-123. (Cinema, teatro e modernidade, 1).

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. [E-book.] São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPECK, Oliver. *Funny frames: the filmic concepts of Michael Haneke*. Nova York: Continuum, 2010.

VIOLÊNCIA gratuita. Direção: Michael Haneke. Produção: Veit Heiduschka. Intérpretes: Susanne Lothar; Ulrich Mühe; Arno Frisch; Frank Giering; Stefan Clapczynski. Áustria: Wega Film; Filmfonds Wien; Österreichischer Rundfunk; Österreichisches Filminstitut, 1997. 1 DVD (108 min), son., color.

WHEATLEY, Catherine. *Michael Haneke's cinema*. New York: Berghahn Books, 2009.



RECONFIGURAÇÕES DO TEMPO HISTÓRICO:

Presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital

MATEUS H. F. PEREIRA*

VALDEI LOPES DE ARAUJO*

RESUMO Para tratarmos da nossa historicidade com base na “experiência do tempo”, neste artigo refletimos sobre uma das principais hipóteses relacionadas às formas atuais de temporalização: o Presentismo de François Hartog. Essa sintomatologia do contemporâneo implica ruptura substantiva entre o momento historicista-moderno, geralmente situado no século XIX, e um “regime de historicidade” emergente que seria substancialmente distinto. Apresentaremos algumas objeções a essa descrição e, considerando a leitura do capítulo “Temporalidade e cotidianidade” da obra *Ser e Tempo*, argumentaremos que certos aspectos do tempo presente considerados sintomas de uma mutação histórica da experiência podem ser derivados das descrições de Heidegger da temporalidade da “abertura” (*Erschlossenheit*), em particular da dimensão “inautêntica” ou “imprópria”. Por fim, apresentaremos uma leitura do episódio “White Christmas”, da série *Black Mirror*, como um estudo de caso para verificar a operacionalidade do conceito de atualismo para a compreensão de determinadas distopias/utopias contemporâneas, com foco na temática da solidão.

PALAVRAS-CHAVE Presentismo. Heidegger. Atualismo.

HISTORICAL TIME RECONFIGURATIONS:

presentism, updatism, and loneliness in digital modernity.

ABSTRACT To think about our present form of “experience of time” we intend to reflect on one of the main hypotheses about the current forms of temporality: François Hartog’s presentism. His symptomatology of contemporary points to a substantial break between the historicist-modern time, usually located in the 19th century, and an emerging “regime of historicity” which should be substantially different. We’ll raise some objections to this description and from the reading of *Being and Time* “Temporality and everydayness” argue that certain aspects of this “presentism” identified as a symptoms of a historic changing of experience can be derived from Heidegger’s temporality of “opening” (*Erschlossenheit*), in particular the dimension “inauthentic” or “improper”. Finally, we’ll present a reading of an episode of the Britain TV Show “Black Mirror” as a case study to verify the operation of the concept of “updatism” for understanding certain dystopias/utopias of a our present time. We are especially concerned with the ambivalent status of being social and alone simultaneously.

KEYWORDS Presentism. Heidegger. Updatism.

* Professores do curso de história da Universidade Federal de Ouro Preto. Agradecemos o apoio e interlocução dos colegas da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH) e do Núcleo de História da Historiografia e Modernidade (NEHM/UFOP), em especial, Temístocles Cezar, Fernando Nicolazzi, Júlio Bentivoglio, Sergio da Mata, Marcelo Abreu, Marcelo Rangel, Luisa Rauter, Henrique Estrada, Tamara Rodrigues, Daniel Joni Mendes, Mauro Franco, Pedro Telles da Silveira, Carolina Figueira, Luana Melo, André Ramos, Augusto Ramires, Guilherme Bianchi, André Freixo, Helena Mollo, Fabio Wasserman, Rodrigo Turin e Guillermo Zermeño. Apoio: CAPES, CNPq, FAPEMIG e UFOP.

*Como presidente efetivo, Temer terá mais condições
de apresentar uma “atualização” do País.
(Cantanhêde, 2016)*

A citação em epígrafe expressa uma mudança sutil e subterrânea da experiência contemporânea do tempo histórico, a saber: a progressiva substituição de um vocabulário moderno por um de outro tipo. Quais as mudanças temporais que possibilitam a transformação, por exemplo, da ideia de modernização por essa de “atualização”? Levando-se em conta certas reticências à conceituação de “presentismo”, procuramos refletir sobre essa transformação, por meio do neologismo em língua inglesa *updatism* (atualismo) e de uma leitura do capítulo “Temporalidade e cotidianidade”, de *Ser e Tempo* (HEIDEGGER, 1993). Por fim, faremos algumas relações entre atualismo e solidão, com base na análise de um fragmento de um episódio da série *Black Mirror*.

É provável que o *slogan* da Rádio Bandeirantes – “em 20 minutos tudo pode mudar” – tenha feito sentido em alguns momentos de 2013 até a votação do *impeachment* de Dilma Rousseff (com ápice nas sucessivas e espetaculares operações da força-tarefa do ministério público federal brasileiro autodenominada “Operação Lava-Jato”). Nesse interregno de tempo, além de analogias com séries como *House of Cards*, a história foi invocada de diversas formas para dar sentido aos eventos. Foi dito inclusive que o discurso de Dilma no Senado, às vésperas da derrota definitiva, era “para a história”. Enquanto muitos assistiam ao discurso em “tempo real”, pelo menos quatro documentários eram produzidos, apesar das críticas da nova situação. A esse respeito, a senadora petista Gleisi Hoffman, por exemplo, afirmou que os “golpistas reclamam das equipes de filmagem porque não querem o golpe registrado na história. “Mas vai ter documentário com a carinha deles sim” (Brasil 247). A presidenta deposta, inclusive, invocou a história no discurso citado várias vezes. Dois exemplos: “E não tenho dúvida que, também desta vez, todos nós seremos julgados pela história” e “Hoje o Brasil, o mundo e a história nos observam e aguardam o desfecho deste processo de *impeachment* (ROUSSEFF, 2016)”. De algum modo, nossa interrogação é: essa história *ainda* existe?

É claro que um conjunto de profissionais – os historiadores – cria e escreve sobre um “passado histórico”. Mas, talvez, “o passado histórico existe somente nos livros e artigos escritos por investigadores profissionais do passado e dirigidos em grande medida para eles mesmos – mais do que para o público em geral” (WHITE, 2010, p. 125). Para Hayden White o paradoxo é: à medida que os estudos históricos se tornam mais científicos, menos úteis se revelam para qualquer finalidade prática como a educação dos cidadãos para a vida política. Para Henrique Estrada Rodrigues (2016) trata-se, na verdade, da seguinte aporia: “se, de um lado, o século XX testemunha a consolidação da forma disciplinar da história, o ‘nosso tempo’ parece indicar um horizonte não apenas de retração da esfera pública como também de certa descrença quanto à relevância (ou autoridade) dos profissionais da história” (RODRIGUES, 2016, s/p.). Em que pese o eurocentrismo do termo história para designar a experiência pretérita, ainda sobrevive certa crença de que a história (vivida e pensada) designa processos verdadeiros e reais? (Cf., também, HARTOG, 2013). Essa ideia moderna de história como um processo popularizado em expressões como “o bonde” ou o “trem” da história (“a história em si e para si”), conforme analisa Koselleck (2006; 2014) constituiu-se, no Ocidente entre o século XVIII e XIX e tem como uma de suas bases certo antropocentrismo, ou melhor, uma concepção de humanidade que separa o Homem (e a palavra é essa) da Natureza. Essas distinções ainda se sustentam?

Alguns arriscam a falar até em uma condição pós-humana: “as atuais tecnologias da morte são pós-humanas em razão da forte mediação tecnológica mediante as quais elas atuam” (BRAIDOTTI, 2015, p. 20). O operador digital de um drone pode ser considerado um piloto? “Nós todos, hoje, estamos numa relação com o mundo cujo símbolo seria o drone” (CASTRO, 2014). Nessa perspectiva, as consequências das ações estão cada vez mais separadas das ações. A metáfora do drone também ajudaria a explicar o processo de *impeachment*: “a destituição de Dilma está para a democracia assim como os drones para a guerra. Ambos reduzem os danos colaterais causados por tanques atirando nas ruas. Têm legalidade frágil e se estribam em evidências manipuláveis” (CONTI, 2016). Vivemos em universos digitais, comemos comidas geneticamente modificadas, utilizamos próteses e fazemos usos de tecnologias reprodutivas. Todas essas dimensões da vida atual embaralham a fronteira do que é e não é humano. Nesse sentido, põem em risco não apenas a história como disciplina, mas também o conceito

tradicional de humanidade e sua tradução no conjunto de disciplinas que chamamos Humanidades. Ainda assim, alguns autores defendem que há oportunidades neste cenário, uma vez que o que está em questão, mesmo sob o capitalismo contemporâneo, são o eurocentrismo, o machismo e o antropocentrismo (Cf. BRAIDOTTI, 2015).

Em uma perspectiva mais crítica, militante e radical, o coletivo Tiqqun argumenta que vivemos a passagem de um paradigma soberano de poder (vertical, estático, centralizado) para o cibernético (horizontal, dinâmico, distribuído). O modelo dessa nova forma de governabilidade cibernética seria o Google ou o Facebook. A cibernética seria uma nova tecnologia de governo (TIQQUN, 2015). Do ponto de vista da historicidade, estaríamos indo rápido para lugar nenhum? (MARTIN, 2016. Cf., também, ROSA, 2011, MATA, 2016). Seria o morador do “panóptico digital” vítima e ator ao mesmo tempo? Viveríamos em uma sociedade positiva do “eu gosto”? Para Byung-Chul, a crise da época atual “não é da aceleração, mas da dispersão e dissociação temporal. Uma dissincronia temporal faz o tempo transcorrer de forma sibilante sem direção e se decompor em uma mera sucessão de presentes temporais atomizados” (HAN, 2013).

Para pensarmos sobre esses e outros diagnósticos a respeito da nossa historicidade atual com base na “experiência do tempo”, pretendemos, nas páginas seguintes, refletir acerca de uma das principais hipóteses sobre as formas contemporâneas de temporalização: o presentismo de François Hartog (2003). Essa sintomatologia do presente implica uma ruptura substantiva entre o momento historicista-moderno, geralmente situado no século XIX, e um “regime de historicidade” emergente que seria distinto da modernidade. Apresentaremos algumas objeções a essa descrição e, com base na leitura do capítulo “Temporalidade e cotidianidade” da obra *Ser e Tempo*, argumentaremos que certos aspectos do tempo presente, considerados sintomas de uma mutação histórica da experiência, podem ser derivados das descrições de Heidegger da temporalidade da “abertura” (*Erschlossenheit*), em particular da dimensão “inautêntica” ou “imprópria”. Por fim, apresentaremos uma leitura do episódio “White Christmas”, da série *Black Mirror*, como um estudo de caso para verificar a operacionalidade do conceito de atualismo para a compreensão de determinadas distopias/utopias contemporâneas com foco na temática da solidão.

1. As ambiguidades do presentismo

Uma análise recente sobre os possíveis equívocos do presentismo deixa de considerar os problemas do próprio conceito-hipótese. Ainda assim, o autor Paul Zawadzki (2008) nos auxilia a refletir sobre algumas dimensões que a ideia do Presentismo pode ocultar e simplificar. Para o autor, a fixação do olhar sobre o que supostamente se foi ou desapareceu pode nos impedir de ver as reconfigurações e deslocamentos. Como pretendemos mostrar, cremos que parece ser o caso do diagnóstico de François Hartog.

A hipótese presentista

No prefácio da edição francesa de 2012 do livro *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*, denominado “presentismo pleno ou provisório” (*par défaut*). A tradução brasileira prefere padrão a provisório), o autor define o presentismo, como já havia feito ao longo da primeira edição, como uma experiência do tempo em que o presente se impõe como o único horizonte. Viveríamos em um mundo da tirania do presente onipotente, onipresente e hipertrofiado: “presente único: este da tirania do instante e do marasmo de um presente perpétuo” (HARTOG, 2012, p. 6. Cf., também, PEREIRA, MATA, 2013).

Em *Crer na história*, de 2013, Hartog mantém a mesma crítica quando afirma que o presentismo é “o fechamento do futuro e o crescimento de um presente onipresente” (HARTOG, 2013, p. 30). Ou ainda: “o futuro, enfim, tornou-se um fardo que pessoas, empresas ou instituições não querem mais carregar. [...] E para o passado há a memória (com o patrimônio e a comemoração) e a justiça” (HARTOG, 2013, p. 103). Vivemos entre crises substituídas a cada novo escândalo. Estaríamos concentrados em respostas imediatas ao imediato (como no episódio « Hino Nacional », da série *Black Mirror*, em que o Primeiro Ministro britânico é forçado a fazer sexo ao vivo com uma porca por exigência dos sequestradores de uma das princesas). Haveria uma passagem social e historiográfica “da longa duração ao tudo é evento” (2013, p. 263-266). O Presentismo seria o tempo no qual não há nada além do evento. Para o autor, por exemplo, a partir do 11 de setembro de 2001, a administração americana teria decidido fundar um ponto zero da história mundial. A guerra contra o terrorismo seria um presente novo e único. O atentado para Hartog põe em evidência a lógica do evento contemporâneo:

ele se dá a ver enquanto acontece, se historiza e “traz em si mesmo sua própria comemoração: sob os olhos das câmeras. E, nesse sentido, ele é absolutamente presentista” (HARTOG, 2013, p. 156). Afinal, as câmeras filmando o segundo avião teriam criado as condições para isso. De forma semelhante, o mesmo teria ocorrido em 1968 e 1989.

Em entrevista de 2015, o autor reflete sobre a relação entre informática, crise da história e Presentismo. Para ele a revolução da informática reforça o Presentismo: “O tempo real do mercado é presentista, ele é tanto da ordem do microssegundo como é contínuo. Toda uma economia do instante é posta em ação: a financeira, a midiática, a política, a social e também a das redes sociais” (HARTOG, 2015, 283). Contudo, o historiador francês destaca que esse novo regime não é unívoco, há vários presentismos: “Há o presentismo da circulação, dos fluxos, da aceleração permanente, da desterritorialização, dos mercados e da economia digital” (*Ibidem*, 2015, p. 284). Nesse contexto, o passado é constantemente fabricado para o presente, sobretudo por meio de imagens, filmes, séries, jogos e encenações, e a história disciplina não sabe o que dizer, pois sua autoridade sobre o passado foi superada. A história disciplina apresenta sérias dificuldades em “apreender o mundo no seu curso atual. O conceito moderno de história é basicamente futurista e, desde o momento em que o presente se impõe como categoria dominante, a história também não o vê claramente” (Hartog, 2015, p. 286).

Hartog destaca que a noção e « valorização » do patrimônio deve ser vista a partir do presente em um jogo ambíguo com as temporalidades e ritmos do mercado, em especial, com a indústria do turismo. Desde os anos 1960, à fé no progresso foi substituída pela preocupação de preservar. Um dos índices desse processo é a mercantilização e museificação instantânea dos restos do Muro de Berlim logo após sua queda. Em reflexões mais recentes, a relação entre memória e/ou patrimônio com o presentismo foi ligeiramente complexificada pelo autor, pois o lugar da memória no mundo contemporâneo pode ser sintoma e possibilidade de cura ao mesmo tempo:

Mas ela [a memória] é também o que torna complexa a coisa, este fenômeno que permite, em um certo sentido, escapar ao presentismo em razão de certa convocação do passado. Mas sob um modo da memória ou do que chamamos de memória, pois na realidade, em muitos casos não se trata de memória. Trata-se de reconstrução de alguma coisa, à qual, em realidade, não se tem acesso. Podemos perceber isso em todo o debate sobre a memória da escravidão. Mesmo no Brasil, onde a escravidão foi abolida muito tarde, o que significa a memória da escravidão? Então a memória é presentista, mas também uma tentativa de

escapar ao presentismo e em todo caso, ao mesmo tempo, deve ser colocada em relação a uma perda, se tomo meu vocabulário, da evidência da história (HARTOG, 2012, p. 367).

Para o autor, quatro palavras de ordem, em especial, gravitam em torno do Presentismo e se traduzem inclusive em políticas: memória, patrimônio, comemoração e identidade. Há, também, conceitos destemporalizados como modernidade, pós-modernidade e globalização. Dada sua dimensão futurista, o conceito moderno de história já não funciona mais para captar o futuro das sociedades e orientar os homens no presente. Em outras palavras, a História e a historiografia (processo e disciplina) perderam sua eficácia frente a um futuro catastrófico e ameaçador. Um futuro que já não é aberto indefinidamente, mas cada vez mais constrangido, senão fechado. Para o autor, a mudança mais notável dos últimos 30 anos foi o que chama de recuo do futuro.

Limites da hipótese presentista

A hipótese do presentismo (por vezes tomada como uma evidência) não pode ser entendida, ainda segundo o autor, sobre o registro da nostalgia (um regime melhor que outro) ou da denúncia. No prefácio citado, Hartog afirma que no livro não havia sido abordada a questão se viveríamos em um presentismo pleno ou “imperfeito” (*par défaut*). Dada a impossibilidade de um retorno passadista (onde o passado comanda, na expressão do autor) poderíamos pensar que estamos vivendo apenas uma suspensão, uma parada, para que o futuro retome o comando? Ou se trata de uma inédita experiência do tempo? Nessa direção, Hartog afirma, também de forma problemática o questionamento da historiografia, o seu eclipse (temporário?) em favor da memória, termo que se teria tornado mais abrangente, o que seria coerente com a atual experiência do tempo, onde o presente ou é abolido no instante ou parece perpétuo.

Frente ao quadro esboçado por Hartog restaria ao historiador oferecer às sociedades um de seus atributos: o olhar distanciado. O instrumental fornecido pela noção de “regimes de historicidades” ajudaria a criar a distância necessária para ver melhor o próximo. A hipótese (o Presentismo) e o instrumento (o regime de historicidade) se complementariam. Uma questão que surge dessa posição é: essa apologia do olhar distanciado não consiste em retomar uma das grandes ingenuidades do historicismo? Afinal, a produção de distância não é, na verdade, um jogo, no presente do historiador, entre proximidade e distanciamento? (Cf. PHILLIPS, 2000)

O regime de historicidade é entendido como articulação entre passado, presente e futuro ou uma constituição mista das três categorias – com um dos elementos dominantes – ao longo da experiência humana do tempo. Por que e como essa predominância deverá ter lugar não fica claro em sua argumentação, tendo em vista os fundamentos teóricos de sua concepção de tempo histórico. E talvez isso se deva ao uso fragmentário e parcial da descrição koselleckiana da modernidade. De todo modo, para Hartog, não se trata de uma realidade dada, é uma categoria, um tipo-ideal, construída pelo historiador, sem sucessões mecânicas e sem coincidir com um conceito de época. É um artefato com capacidade heurística. A questão é que, ao longo do livro, regime de historicidade e Presentismo são utilizados para além de suas capacidades heurísticas. trata-se, em especial, a noção de Presentismo de um juízo, uma tomada de posição, sobre a experiência do tempo contemporânea (Cf., também, DELACROIX, 2009). A ideia de procedimento heurístico, por vezes, acaba por justificar a falta de fundamentação teórica e empírica de alguns argumentos e conclusões. Além disso, essas ressalvas costumam ter um efeito limitado na recepção e uso do texto.

Tendo em vista como a categoria é efetivamente utilizada ao longo do livro principal (*Regimes de Historicidade*), é difícil concordar que ela não assume a função de uma descrição substantiva das “épocas” ou períodos históricos. Além disso, Hartog se baseia em categorias meta-históricas como a experiência e expectativa que permanecem teoricamente subdesenvolvidas em todo o seu argumento. A categoria – o Presentismo – permite-lhe falar em uma perspectiva global sobre séculos inteiros com uma quantidade muito limitada e homogênea de provas. Um exemplo: “o século XX aliou, finalmente, futurismo e presentismo. Se ele, inicialmente foi mais futurista que presentista, ele terminou mais presentista que futurista” (HARTOG, 2003, p. 119). Mas, em sua defesa, poderia ser observado que esse tipo de procedimento é moeda corrente em boa parte da historiografia moderna.

Tendo em vista o grande impacto da reflexão de Hartog, por uma questão de recorte e espaço, gostaríamos ainda de apresentar algumas críticas elaboradas e/ou sistematizadas por dois historiadores brasileiros. Fernando Nicolazzi aponta que alguns leitores indicam, em Hartog, uma interpretação marcada pela nostalgia, melancolia, pessimismo e ceticismo, em especial, frente ao futuro já definido como sombrio. Além disso, “questionam-se justamente as referências mútuas entre historicidade e historio-

grafia, afinal, um regime de historicidade pode comportar formas distintas de escrita da história” (NICOLAZZI, 2010, p. 251. Cf, também, BLOCKER, HADDAD, 2006). Outro aspecto que chama a atenção de alguns críticos é a maneira como o autor constrói passagens rápidas entre “casos” e as escalas individuais para dimensões mais coletivas, globais e societárias da experiência do tempo. Essa generalização acaba por abolir certa pluralidade e experiências subalternas/alternativas do tempo, a despeito da abertura que o formato ensaístico de Hartog nos oferece como remédio, na dupla acepção do termo, para enfrentar tais questionamentos (Cf., também, HANNOUM, 2008)¹.

Pimenta (2015), por sua vez, destaca o que chama de “imprecisão conceitual”, em especial por Hartog usar os “instrumentos” regimes de historicidade e presentismo como descrição-significação de realidades sem a devida fundamentação. Para o autor, as diferenças entre as propostas de Koselleck e Hartog não são esclarecidas, particularmente pelo fato de o historiador francês negligenciar um aspecto central na teoria koselleckiana da modernidade relacionada com o Presentismo, a saber: a progressiva aceleração do tempo histórico. Nessa perspectiva, o autor pergunta se o historiador francês escapou da tendência dos “nossos tempos” de hipervalorizar o presente observável, que resulta na supervalorização do Presentismo de um presente que talvez não seja tão distinto assim daquele criado pela modernidade há algum tempo, e ainda por ela recriado?”(PIMENTA, 2015, p. 404).

Portanto, em nossa perspectiva, há pelo menos três principais ambiguidades na hipótese do Presentismo: 1. a persistência da aceleração do tempo apesar do “fechamento do futuro”; 2. algumas analogias estruturais entre o Presentismo e a historicidade moderna que questiona a singularidade e a diferença do nosso tempo presente; 3. Uma possível “falha teórica”: como pode um tempo histórico ser privado do futuro?² Como procuraremos mostrar no próximo tópico, acreditamos que parte das insuficiências da noção de Presentismo pode ser resultado de uma concepção unidimensional do que vem a ser o presente.

1 Mais ou menos na mesma direção, Faria (2014, p. 403) afirma: “não se parte da tese de que vivemos numa era presentista, ou num momento em que a experiência social do tempo foi espacializada ou liquidada de qualquer forma. A leitura de livro de Peter Pal Pelbart (1998) sugere uma crítica pertinente a esse tipo de tese que, paradoxalmente, diagnostica um todo temporal, chamando-o de qualquer variante da modernidade: o problema é que o tempo não é homogêneo. Assim, a imagem do passado como presente a ser revisitado implica uma operação que tende a anular a diferença, a pluralidade dos tempos. Existe algo de irreversível no tempo que passa, que passou; embora, é claro, isso esteja longe de ser tudo o que se pode falar sobre o tempo, uma vez que o passado também retorna, seja como memória, trauma ou repetição, e assim segue operando na atualidade. Mas, enfim, não há nada de familiar nisso tudo, e o passado não é um mero presente passado”.

2 Um ponto ainda a ser explorado em nossa crítica à Hartog é a forma dicotomizada como pensa a relação entre memória e história, como na longa citação que fizemos no item anterior fica evidente. Talvez essa perspectiva seja ainda muito tributária dos trabalhos de Nora e a tradição sociológica francesa desde Halbwachs a despeito da crítica a essa tradição,

feita, por exemplo, por Ricoeur (em especial, no livro *A memória, a história e o esquecimento*) que é um autor importante para as reflexões de Hartog.

2. Heidegger e as diversas temporalizações do presente

3 Utilizaremos preferencialmente a edição brasileira de *Ser e Tempo*, (Heidegger, 1993), recorrendo, quando necessário, à edição americana (Heidegger, 2010) e ao original alemão (Heidegger, 2006).

No capítulo IV da segunda seção de *Ser e Tempo*, inteiramente dedicada à análise da temporalidade da “abertura” (Erschlossenheit), Heidegger aborda a cotidianidade do Ser-*aí*, começando pela constituição temporal da compreensão, disposição (Befindlichkeit), decadência (Verfallen) e discurso, entendidas como estruturas fundamentais daquilo que diferencia o ser humano de todos os outros entes, o cuidado (Sorge)³. Embora sejamos tentados a entender essas categorias como “individuais”, na economia de *Ser e Tempo*, elas são ôntico-ontológicas, ou seja, constituintes de todo e qualquer humano. Assim, embora a análise fenomenológica parta de aspectos do mundo cotidiano, levando um leitor desprevenido a imaginar que Heidegger esteja tratando de sujeitos individuais, as conclusões, ao menos se aceitarmos os pressupostos do autor, são de validade geral, não fazendo sentido, por exemplo, a oposição indivíduo-sociedade que alguns críticos tradicionalmente reivindicam. A analítica do Dasein não é a descrição de traços de indivíduos concretos que só então seriam universalizados por abstração.

Embora portadores de temporalizações particulares, é no conjunto das relações entre compreensão, disposição, decadência e discurso que Heidegger afirma podermos encontrar a unidade estrutural da temporalidade do “cuidado” como horizonte fundamental da temporalidade do Dasein. O que queremos compreender na incursão que segue é a multiplicidade de figurações de passado, presente e futuro nessas estruturas. Boa parte da literatura sobre historicidade tem tratado do presente como uma dimensão singular. Veremos que podemos abordá-lo de outro modo, revelando suas diversas possibilidades para compreensão de nossas temporalizações.

4 Para uma abordagem crítica da reflexão de Heidegger sobre historicidade, ver Trüper, 2014. Sobre os usos político-acadêmicos de Heidegger no debate histórico e teórico, ver Kleinberg, 2007.

Não teríamos espaço aqui para analisar em profundidade cada uma das quatro estruturas mencionadas por Heidegger. Sabemos que, em sua análise, a cada uma das três dimensões temporais (ekstases) é atribuída de modo especial uma estrutura existencial, cabendo ao discurso sua revelação. O passado estaria especialmente ligado à disposição, o futuro à compreensão e o presente à decadência. Além disso, em cada existencial (disposição, compreensão, decadência) as três dimensões temporais (passado, presente, futuro) estariam sempre reunidas em arranjos específicos (horizonte ekstático), tanto em modo “autêntico-próprio” quanto “inautêntico-impróprio”⁴.

As palavra em alemão que Heidegger usa nesta distinção são *eigentlich* e *uneigentlich*. A primeira forma é expressão coloquial, da língua corrente, com o sentido de “realmente”, “de verdade”, “propriamente” etc. Os historiadores devem lembrar da famosa frase de Ranke, “*wie es eigentlich gewesen*”, na qual a expressão é traduzida como “realmente”. Nas traduções filosóficas da obra de Heidegger, o mais frequente é que seja usado o par autêntico-inautêntico. Precisamos ter algumas precauções para não nos deixar levar apenas pelo valor de face dessas palavras e cairmos na tentação de uma oposição maniqueísta. Em *Ser e Tempo* fica claro que o Dasein está na maior parte das vezes se movendo na dimensão da “inautenticidade”, mas a sua possibilidade mais original se dá quando consegue assumir suas possibilidades na abertura e na decisão. Assim, os fenômenos que o Dasein geralmente interpreta de modo “impróprio” ou “inautêntico” estão fundados ou podem ser mais bem compreendidos na dimensão própria. Não podemos simplesmente achar que a diferença entre impróprio e próprio seja reduzida a uma polaridade do tipo positivo e negativo, pois ambas são igualmente constitutivas do humano. O que Heidegger procura revelar são as consequências dessas estruturas para nossa compreensão de mundo.

Trataremos apenas de dois existenciais que consideramos emblemáticos e suficientes para encaminhar nosso argumento: a temporalidade da compreensão, centrada no futuro e particularmente associada à autenticidade e a temporalidade da decadência, focada no presente e exemplar para o entendimento dos modos “impróprios”.

Sendo um existencial, a compreensão em Heidegger não pode ser entendida como uma categoria de uma teoria do conhecimento, como em oposição, por exemplo, à explicação. O Ser-aí está orientado por compreensões enraizadas em sua condição de ser sempre em algum “lugar”, que ele pode aceitar como uma realidade imutável e naturalizar, ou entendendo sua própria condição de um ser sem determinações absolutas, questioná-lo em seus sentidos. Heidegger chama de “abertura” a condição que possibilita esse questionamento, na qual o Ser-aí pode então decidir-se em projetos que assumam passado-presente-futuro como unidade. É a temporalidade dessa articulação, ou seja, da abertura, o centro de sua análise entre os parágrafos 67-70 do tratado.

Compreender, decidir, projetar são gestos que estão particularmente relacionados com a futuridade. Heidegger atribui um valor excepcional ao projetar-se próprio do Ser-aí, como dimensão mais definidora de sua singularidade ontológica, e aqui vale

lembrar que a “analítica do Ser-aí”, ou seja, a busca de suas estruturas-existências particulares não é um fim em si mesmo, em *Ser e Tempo*, mas um caminho preparatório em direção à pergunta pelo sentido do ser em geral. A analítica não pretende ser uma descrição exaustiva da diversidade de existenciais do Ser-aí, mas daqueles mais originais. Por isso, a posição de destaque da dimensão “própria”, mesmo considerando que o Ser-aí está “no início e na maior parte das vezes” indeciso e fechado. É na abertura e decisão que ele mostra sua condição mais própria. O Ser-aí não é apenas o seu mundo, mas a possibilidade de mundo. Assim, próprio e impróprio estabelecem uma relação de mútua dependência, pois sempre caído em um mundo que o precedeu, é somente nesse mundo que o Ser-aí pode ser ele mesmo.

A compreensão está de início e na maior parte das vezes orientada pela temporalização imprópria do futuro. Não significa que no modo impróprio ela careça de futuro, mas que essa relação é uma forma específica do “preceder-se”. O modo próprio de preceder-se recebe a denominação de “antecipação”. Assim, na abertura decidida o Ser-aí temporaliza como projeto, e o futuro então se dá como antecipação. Mas de início, e na maior parte das vezes, ele está ocupado, lidando com coisas no interior do mundo, é nessa lida, que é uma forma de compreensão, que ele continuamente se envolve em expectativas, em esperas. O que é preciso ser feito, o que farei amanhã, como vou me organizar para fazer o que é urgente? Assim, na sua preocupação cotidiana com as coisas, o Ser-aí continuamente está a frente de si mesmo.

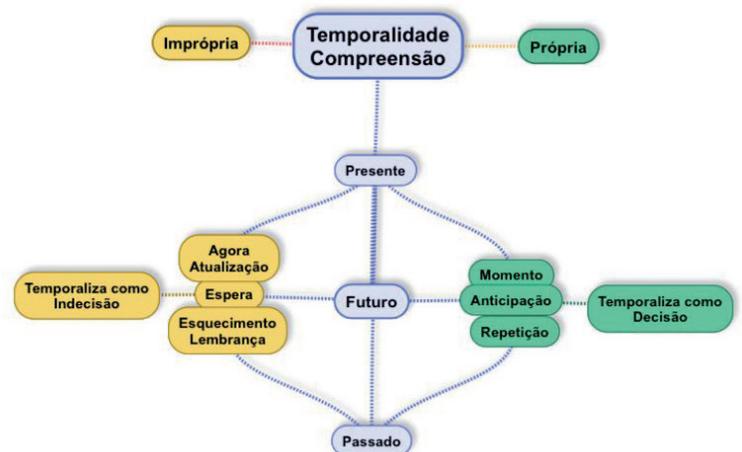
Naturalmente esse preceder-se funda expectativas e esperas. Nesse cotidiano inautêntico, o Ser-aí espera que suas expectativas sejam realizadas, que o amanhã não seja muito diferente do hoje: nas terças dou aula, na próxima terça darei aula e espero que o mundo e eu mesmo possamos realizar as expectativas dessa espera. Esse preceder impróprio conta com certa estabilidade das mudanças, embora possa também esperar pela recusa dessas expectativas e se preparar para sua frustração. Assim, o futuro impróprio da compreensão é a espera (*Gewärtigens*).

Já no futuro da compreensão própria, a “decisão” que funda a “antecipação” é capaz de abrir o que Heidegger chama “situação”: “Na de-cisão não apenas se recupera o presente [Gegen-wart] da dispersão nas ocupações imediatas como ela se mantém atrelada ao porvir [Zukunft] e ao vigor de ter sido [Gewesenheit].” (HEIDEGGER, p. 135). A essa forma de presente articulado pela decisão é dado o nome de instante (Augenblick), em

contraste com os “agoras” (Jetzt) da temporalidade imprópria. Enquanto o agora indica apenas o tempo como uma unidade neutra e homogênea em que podemos marcar a ocorrência de algo, o instante é instauração de uma situação, de um tempo que reestrutura o que vem ao encontro no mundo. Se a forma do futuro na compreensão própria é a antecipação, o passado surge como repetição. Assim, a situação significa assumir que todas as três *ekstases* temporais podem derivar uma da outra, o passado está aqui e a nossa frente, assim como o futuro está no presente e no passado. A instauração de uma situação temporal específica é justamente uma decisão que assume e revela o momento como temporalização da temporalidade.

A forma específica do presente se temporalizar na compreensão imprópria Heidegger chama de “atualização” (Gegenwärtigen). De certo modo, a atualização é a resposta do Dasein à experiência do tempo como uma sucessão vazia de agoras, é a forma como ele pretende manter diante de si essa sucessão. O mundo então só pode estar presente porque ele se “atualiza” como que automaticamente. Como se fosse da natureza das coisas essa manutenção quase mágica de sua presença. Naturalmente, essa forma de temporalização terá uma importância especial quando formos pensar o que estamos chamando de “atualismo”. A essa espera atualizante (gegenwärtigendes Gewärtigen) corresponde naturalmente um passado. O fundamento desse passado capaz de manter o Ser-aí em suas ocupações cotidianas é o esquecimento de sua condição mais própria, e esse esquecer possibilita relacionar-se com os “dados” passados na oscilação entre o lembrar e o esquecer na constante recordação. A recordação é parte constitutiva da espera atualizante. Para Heidegger, essa unidade “ekstática” espera-atualização-esquecimento é o fundamento da indecisão que caracteriza o cotidiano do Ser-aí. Indeciso, ele assiste a um mundo que parece se reproduzir automaticamente.

Mas é a estrutura existencial da decadência (*Verfallen*) que encontra seu sentido prioritário no presente – “atualidade”, assim como a compreensão no futuro e o humor no passado. Dos três fenôme-



nos que em *Ser e Tempo* Heidegger se utiliza para caracterizar a de-cadência, falatório, ambiguidade e curiosidade, somente o último recebe uma análise mais detalhada. A curiosidade estaria fundada na vontade de “ver” e “ter visto”, sem que o Ser-aí retire desse encontro com o ente elementos compreensivos. Essa visualização depende de um encontro em um tipo especial de presente, que a edição brasileira traduz como atualidade: “A atualidade [*Gegenwart*] fornece o horizonte “ekstático” no qual o ente pode ser corporalmente vigente [*anwesend*].” (HEIDEGGER, p. 145)

Essa forma de presente como atualidade não está destituída de futuro ou passado, mas estabelece com eles relações “impróprias”. A decadência é a única estrutura existencial do Ser-aí que não conhece uma forma “própria”, a propriedade do Ser-aí depende da suspensão da decadência pela decisão. A curiosidade se relaciona com o futuro negando qualquer possibilidade de espera ou expectativa, já que tudo que lhe interesse deve estar “atualmente” ao seu alcance. O futuro é entendido apenas como espaço em que as coisas “surgem”, “emergem” e podem ser vistas na atualidade. O vínculo entre atualidade e futuro torna-se opaco e obscuro e é desse vínculo mesmo que o Ser-aí foge no não se deter da curiosidade: “A modificação ekstática do atender [espera] mediante a atualização que surge numa atualização que ressurge é a condição temporal e existencial da possibilidade de dispersão [distracção]” (HEIDEGGER, p. 146)

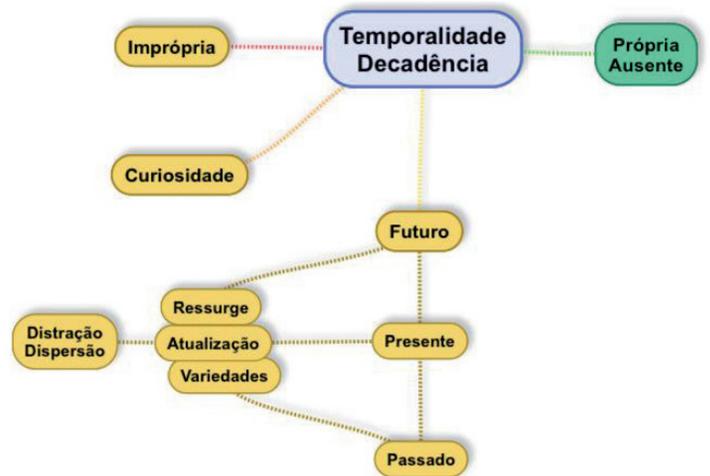
Na de-cadência constantemente representamos o passado como algo novo (variado). O passado assim deixa de estar no modo do “vigor de ter sido” e se apresenta como mera variedade numa oscilação contínua entre esquecimento e recordação. Isso cria uma dispersão que nos leva a perceber o tempo do presente como um desamparo, de estarmos em toda parte e em parte alguma: “Este modo da atualidade é o fenômeno que mais explicitamente se opõe ao in-stante” (HEIDEGGER, p. 146).

Essa atualidade se vê em toda a história, seja do presente, seja do futuro, mas é uma identificação como uma variedade do mesmo que “atualiza em função da atualidade”. A imagem de um “presente amplo” ou de um “presentismo” encontra na temporalidade da de-cadência um parentesco evidente e nos ajuda a entender o paradoxo de um presente ao mesmo tempo cheio de novidades e vazio de eventos. Por mais que as novidades se apresentem, seja mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais, pois “nossa atualidade” se atualiza (quase)exclusivamente em função da própria atualidade. O que esse movimento pode trazer de

novo ao argumento presentista é esclarecer que não se trata substancialmente de uma ampliação do presente, mas mesmo da ampliação de referências ao passado e futuro, mas em formas atualistas. Assim podemos entender como a “moda” da história e das coisas históricas pode ser contemporâneas do presentismo. Ou de uma sociedade que teria um futuro fechado ser, ao mesmo tempo, viciada em novidades e ávida pelo mais novo programa de TV, filme, jogo on-line ou gadget.

Claro está que para Heidegger o Ser-aí não está desprovido de futuro e passado na de-cadência, mas que a contínua atualização do atual, o que gostaríamos de chamar “atualismo”, impede que o Ser-aí “volte a si mesmo” (p. 147). Cheio de novidades que passam a sensação de uma aceleração crescente, mas que são incapazes de transformar ou abrir a realidade para possibilidades de diferença, na de-cadência, resta ao Ser-aí estar sempre por dentro do novo, *up to date* com uma realidade em constante “surgimento”. Por isso, a “atualização automática” que parece simplesmente surgir em nossos celulares e computadores torna-se irresistível, uma metáfora e uma estrutura “arquetípica” das temporalizações do atualismo.

Como Heidegger está descrevendo estruturas ontológico-existenciais, elas estarão supostamente presentes em qualquer horizonte histórico. Temos então que entender a de-cadência como uma dimensão trans-histórica. O que nos cabe pensar, no entanto, é que fatores parecem ter ampliado a visibilidade e disponibilidade dessa temporalização em nossa contemporaneidade. Também as sociedades tipicamente historicistas do século XIX movimentavam-se na maior parte das vezes pela cotidianidade decadente, mas algo impedia que essa dimensão dominasse a autorepresentação social. Da mesma forma, não podemos afirmar que hoje temos maior oportunidade de distração, mas a distração parece ter-se tornado a grande demanda social. Como se a vida fosse um interminável show de variedades ou um *reality show*, “Mesmo que tenha visto tudo, a curiosidade sempre inventa algo novo” (HEIDEGGER, p. 147).



Em *Ser e Tempo*, são as estruturas da disposição e da compreensão que possibilitam a quebra com a “cotidianidade decadente”. Mas, como vimos acima, mesmo essas duas estruturas podem se desenvolver, e, na maior parte das vezes, assim acontece, em modo impróprio ou inautêntico. Desse modo, também a compreensão pode se temporalizar de modo mais congruente com o atualismo, apesar de seu enraizamento estrutural no futuro. No modo autêntico, a compreensão permite que o Ser-aí projete-se em seu poder ser, antecipando o futuro, repetindo o passado no que tem de vigente, instaurando o que Heidegger chama de instante ou momento (*Augenblick*). Já no modo impróprio da compreensão o Ser-aí relaciona-se com o futuro como espera. O presente é a contínua atualização dos agoras, que obscurecendo sua procedência precisa sempre oscilar entre esquecimento e recordação: “[A espera] que atualiza e esquece é uma unidade ‘ekstática’ [em seus próprios termos] onde a compreensão imprópria se temporaliza em sua temporalidade”.

3. *Black Mirror, White Christmas: o colapso do tempo histórico?*

“Um *smartphone* é, em si mesmo, um amigo bem mais seguro do que um bagunçado e imprevisível ser humano. Bem menos ameaçador ao lidar e pouco disposto a mudanças de humor ou halitose”.

Em uma das mini-histórias do episódio “White Christmas”, do drama televisivo britânico “Black Mirror”, uma paciente acorda após um procedimento médico sobre o qual não temos inicialmente qualquer informação⁵. Seu pequeno dilema mental é antecipar que a sua eventual queixa sobre as torradas que estavam por lhe servir produziria um tipo de aflição inescapável. Tostadas além de seu gosto pessoal, restava-lhe duas opções, comê-las sem reclamar ou devolvê-las para a atendente, que acabava de perguntar se tudo estava bem. Consumidora de um serviço de alto padrão, a paciente espera ter direito aos pequenos confortos da vida, um atendimento personalizado. Ter de “pedir” e “ensinar” outro ser humano acerca de suas preferências, que certamente terão a aparência de uma banalidade incompreensível, gera conflitos internos e ansiedades que o expectador atual pode facilmente imaginar. A cena se resolve com a

5 Esse episódio foi escrito pelo criador da série Charlie Brooker.

paciente devolvendo as torradas e pedindo para que novas fossem feitas. Como esperado, a atendente abre um sorriso protocolar, mas sai da sala um tanto furiosa com o que lhe parece uma veleidade. Por outro lado, a manhã perfeita da paciente foi definitivamente arruinada pela aflição de uma “imprevisível” e “bagunçada” interação.

Na cena seguinte ficamos sabendo que o procedimento médico em questão era o *upload* do conjunto de suas recordações para um computador, que passa então a emular a personalidade original. Mas o aspecto distópico, já antecipado na descrição angustiante de uma situação social aparentemente banal, ganha contornos inesperados. O objetivo do procedimento era a produção de um assistente pessoal perfeita, uma cópia exata dela mesma, capaz de antecipar todos os seus desejos, de conhecer todas as suas manias, de alimentar todas as suas vaidades. Essa assistente, conectada a todos os aparelhos da casa e a todos os *gadgets* que formam nossa nova fauna digital, poderia potencializar a vida “pessoal”, tornando todos os aspectos de seu cotidiano “diferenciados”. Tudo poderia agora ser programado, desde a temperatura do chão em que seus pés irão tocar pela manhã, o aumento crescente da luminosidade do quarto ao acordar, o ponto “pessoal” da torrada, os “amigos” e a interação social cuidadosamente mediada por uma curadoria pessoal: a vida perfeita como uma bolha de conforto.

O problema é que esse conjunto de lembranças digitalmente armazenadas é, em si mesmo, também uma consciência, uma individualidade movida por um banco de dados e um processador, continuamente alimentada por *inputs* de seus “órgãos” periféricos. Ao despertar em um ambiente virtual completamente abstrato e homogêneo, a cópia não sabe ser uma cópia, acredita ser a consciência original da qual agora existe apartada. Nesse momento entra em ação um tipo de profissional cuja função é explicar ao novo ser a sua natureza e o que dele se espera nesse mundo novo em que foi lançada. As primeiras reações da consciência emulada é de descrença, negação e revolta. Como “ela mesma” poderia ter feito isso, como viver para sempre em um espaço virtual com o único objetivo de servir a alguém, e isso depois de ter vivido uma vida “real”, de ter conhecido os prazeres e desejos de uma existência física. Mas é exatamente por isso que essa consciência torna-se o assistente pessoal ideal, uma quase-pessoa, ou uma pessoa abstraída de sua condição humana.

No episódio, o diálogo entre o “programador-feitor” (vivido pelo ator Jon Hamm) e sua vítima (Oona Chaplin) é mediado por uma espécie de *gadget* com periféricos

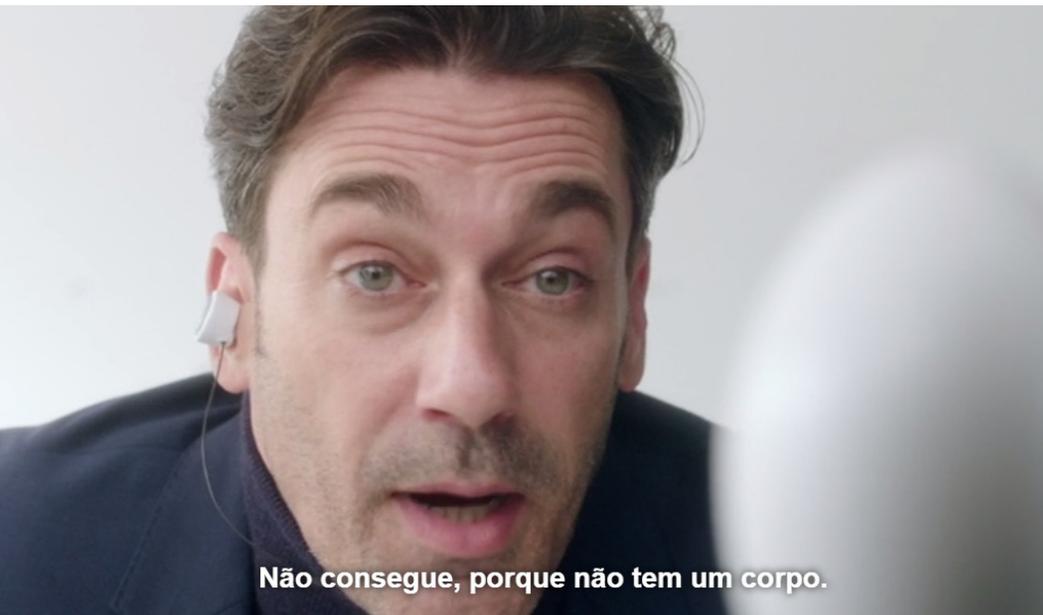


FIGURA 3 – Logo após desafiar a “consciência” a soprar em seu rosto, Mathew (Jon Hamm) faz a revelação.

embutidos como câmeras e áudio. As táticas de domesticação da consciência encapsulada, parte do ambientação distópica, começa pela aceitação do fato, que atinge seu ápice quando a consciência vê seu original em um inocente cochilo vespertino. Esse reconhecimento dá lugar a uma grande revolta e recusa em assumir o papel de eterna assistente que lhe está reservado.

O “programador”, então, passa à fase 2 – a intimidação e a tortura. Como o ambiente virtual em que a consciência emulada existe é completamente controlado pelos seus proprietários, ele pode ter todas as suas variáveis manipuladas. Como a consciência emulada não tem um corpo, as formas tradicionais de tortura não fariam sentido ou pareceriam pouco eficazes sem o risco de uma morte física? Assim, é a manipulação de um tempo virtual completamente vazio e homogêneo a fonte última de manipulação, de fato a base de todo o controle. Com um simples gesto em um console, o programador é capaz de expandir ou contrair o tempo vivido pela consciência emulada. Na primeira seção, ele a submete a três semanas, 21 dias, presa em um não ambiente, sem literalmente nada para fazer, nem mesmo a possibilidade de “matar o tempo” dormindo. Para o operador, passaram-se apenas 21 segundos do tempo cronológico. A consciência retorna dessa experiência forçada em estado de choque, mas ainda assim resiste aos comandos. É então submetida a um lapso de tempo ainda maior, seis

meses no vazio, na mais terrível das “solitárias”. Quando retorna, simplesmente está implorando por algo para fazer. No mesmo instante a “consciência original” aparece na cozinha, onde a batalha havia sido lutada, e pergunta: “ – Já programou? – Tudo certo, pronto para começar”.

O fragmento do episódio encerra com mais uma manhã. Com a dedicação concentrada de seu “outro eu” controlando todas as variáveis do ambiente, finalmente nossa protagonista pode desfrutar de um dia perfeito: 16 de dezembro, marca a agenda cuidadosamente exibida por sua zelosa assistente, que antecipa um dia cheio de experiências humanas potencialmente ricas, encontro com amigos para *drinks* natalinos, ir ao teatro assistir ao Quebra Nozes. O episódio foi produzido como um especial de Natal para a TV, exibido justamente no dia 16 de dezembro de 2014. Mais do que um mero exercício de futurologia, o drama pretende ser uma reflexão sobre as nossa relação atual com a tecnologia e com os limites e contradições de nossa humanidade.

Afinal, essa consciência copiada e sem corpo pode ser entendida como um ser humano? O que acontece com o conceito de autenticidade, com a ideia de “ser próprio”, quando somos capazes de objetificar a nós mesmos? A consciência original continua “original” após sua duplicação? Ao final, toda a história não parece demonstrar uma incapacidade deste eu original em relacionar-se com outros seres humanos em ambiente não controlado? Em certo momento, o “programador” parece sugerir que a diferença entre as duas versões não seria o fato de uma delas não possuir um corpo, mas sim que uma delas é capaz de pagar pelo “serviço”, já que possui as prerrogativas legais para isso. A verdadeira cópia parece ser verdadeira apenas porque é capaz de pagar pela autenticação. Usufruir dos prazeres de ter um corpo, de autonomia, torna-se um privilégio, de que muitas outras “pessoas” ou entidades estariam privadas.

A estranha familiaridade que a situação as vezes evoca, como quando o “programador” aperta a “tecla *mute*” durante um ataque verbal de sua oponente, advém de nossa crescente familiaridade com formas virtualmente mediadas de comunicação, assim como quando nos surpreendemos ao tentar avançar um vídeo de uma transmissão ao vivo e ficamos extremamente frustrados ao perceber que o futuro para o qual queremos avançar ainda não existe, não está disponível em nosso presente. As longas sessões do parlamento brasileiro transmitidas ao vivo, em momentos de grande comoção nacional, que recentemente se tornaram comuns, certamente têm sido

uma fonte inesgotável desse gesto, em geral quando assistidas pelo *tablet*, computador ou celular. Menos presos à lógica da TV aberta tradicional, substituída por serviços de *streaming* como Netflix, Spotify, Google Play, iTunes, entre outros, automatizamos o controle sobre o que estamos vendo, tornando a experiência do tempo real do “ao vivo” fonte de ansiedade. É uma modalidade desse mesmo sentimento que parece ser o tema central do episódio, como viver o mundo real, o mundo histórico, quando ele tão insistentemente parece fugir ao nosso controle, nossa capacidade de manipular o tempo, o espaço e as consciências. Mas certamente esse não é um desejo ou uma prática nova, vale lembrar as reações sociais à engenharia moderna do tempo, tão bem ilustrada por Walter Benjamin ao analisar o vandalismo contra relógios públicos nas ondas revolucionárias dos séculos XIX.

Por outro lado, viver em um mundo completamente virtual pode significar um deslocamento qualitativo nessa tendência humana à formalização do tempo. O que o episódio nos convida a pensar é em que medida estamos sendo constantemente manipulados pelos nossos próprios desejos. A “impropriação” completa do tempo que a época do “atualismo” promete, tornando-o disponível à total manipulação, é o mesmo gesto que torna um privilégio o “tempo próprio”, o tempo histórico no sentido de uma apropriação decidida fundada na compreensão e na disposição afetiva. Escasso, e por isso valioso, o tempo próprio parece ser alcançado apenas pela total alienação do outro, mesmo quando parece ser um luxo ter alguém automaticamente decidindo por você. A experiência parece um privilégio em um mundo em que certo esteticismo promete uma total coincidência entre o pessoal e o real. Mas essa “bolha de conforto” é apenas o outro lado do mesmo espelho que, nas suas faces “toda negra” ou “toda branca”, são equivalentes. Alienada de si mesma, em suas duas metades, as consciências tornam-se, de certo modo, escravas uma da outra, atriz e telespectadora de si mesma em uma realidade tão perfeita como a ficção. Ao fim, a vida “real” torna-se uma espécie de show altamente viciante para a sua cópia, que mantém a rotina da original sob controle, espontaneamente programada como o roteiro de um *reality show*.

De um modo paradoxal, a duplicação do ego é uma resposta para nosso medo profundo da solidão e, ao mesmo tempo, nossa insatisfação nas relações com as pessoas reais que resistem às nossas expectativas. Essa consciência duplicada nunca está sozinha, mas também nunca verdadeiramente em relação com uma realidade da qual pos-

sa sentir falta. O “atualismo” produz a sensação de que tudo que importa está ou estará disponível e presente. Como muito bem caracterizou Michael Harris (2014), toda uma geração de migrantes digitais presencia e documenta, no curto espaço de uma vida, a transição tecnológica mais veloz e profunda de que temos notícia. Para essa geração algo parece ter-se perdido nesse caminho, algo que os nativos digitais são incapazes de sentir falta: “Que sentimento é esse de uma perda misteriosa que nos atinge a cada passo que damos nesse caminho? Continuo voltando para a perda de uma falta, o fim da ausência.” (HARRIS, 2014, p. 63). Ou ainda, “Em nossa corrida para as promessas do Google e do Facebook – para as promessas da redução da ignorância e da solidão – sentimos que estamos rumando para uma vida melhor. Esquecemos a miríade de acomodações que fazemos ao longo do caminho” (p. 71).

A solidão surge em “White Christmas” apenas como uma forma extrema de tortura, no espaço virtual neutro e homogêneo em que a consciência aprisionada não há “tempo” em sentido próprio e, por isso, ela parece incapaz de se perder em devaneios reflexivos. Não há qualquer indício de que tenha aproveitado esse “tempo” para a autor-reflexão. Esse tempo manipulado, que é extremante veloz no mundo externo, e extremamente lento no mundo virtual, não possibilita o tipo de suspensão da cotidianidade que Heidegger associa ao estado de angústia, que também é uma confrontação com o vazio, ao final da qual, entretanto, podemos decidir e assumir o mundo como nosso poder-ser. Incapaz de estar só, pois naturalizou o mundo como algo essencialmente externo a si mesma, essa pura consciência vê na ausência e na solidão apenas ansiedade.

Uma forma mais velha do que a dos migrantes digitais parece viver hoje, ao menos nos países centrais do capitalismo, os efeitos do desengajamento com as relações comunitárias não digitais. Na matéria “Pesquisadores enfrentam uma epidemia de solidão”, a jornalista Katie Hafner traça um quadro sombrio. Um número crescente de pessoas com idade acima de 60 anos que terminam por morar sozinhas sentem-se cada vez mais solitárias. Sabemos que estar sozinho e sentir-se solitário são coisas bastante distintas, é possível “solitário andar por entre as gentes” ou engajar-se em profundas relações estando sozinho. Em geral, a pena que o “viver sozinho” provoca em nossa sociedade ignora a sociabilidade potencial do estar só. No mundo digital estamos cada vez menos “sozinhos”, mas nem por isso menos solitários. Tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha, as taxas de solidão (ou seja, dos que afirmam

sofrer com a solidão) entre pessoas acima de 60 anos variam de 10% a 46%, o que tem motivado, em especial no contexto britânico, uma preocupação crescente com iniciativas públicas e privadas para enfrentar essa realidade. Gafner cita uma pesquisa conduzida pela professora e geriatra Carla Perissinotto, da Universidade da Califórnia, com pessoas acima de 60 anos em que 43% relatam sofrimento com a solidão.

Em uma sociedade em que o valor pessoal passa pela capacidade de inovar ou, ao menos, manter-se atualizado com o fluxo contínuo de inovações, as funções tradicionalmente associadas ao envelhecer parecem perder sentido. A atomização e a personalização que as novas tecnologias sociais nos prometem dependem de nossa capacidade de contínua inscrição, como se ao nosso eu “real” devesse corresponder um “eu virtual” em contínuo *broadcasting*. A vontade de se exibir parece se encaixar perfeitamente na vontade de ver, na curiosidade ilimitada pelos aspectos mais banais da vida cotidiana, como provam o sucesso de serviços como o *Periscope*, que permite a qualquer usuário transformar momentos de sua rotina em *streamings* de vídeo ao vivo e que tem como lema a frase: “Veja o mundo através dos olhos de outra pessoa”⁶. Esse desejo de uma empatia total parece marcar as utopias e distopias contemporâneas.

6 Em 2016, após um ano de seu lançamento, o serviço comemorou 200 milhões de *broadcastings* e o fato de diariamente serem assistidos 110 anos de vídeo ao vivo (Team Periscope 2016). Na singela apresentação em seu site, o serviço revela grandes ambições: “E se você pudesse enxergar pelos olhos de um participante dos protestos na Ucrânia? Ou assistir ao nascer do sol a bordo de um balão de ar quente na Capadócia? Pode parecer maluquice, mas nós queríamos criar algo que fosse quase como teletransporte”.

Essa nova ansiedade pela fama foi bem-registrada por uma recente pesquisa britânica que comparou as aspirações de crianças dos dias de hoje com as de uma geração no passado. Por volta de 1990, as carreiras mais citadas eram a de magistério, de banqueiro-bancário e a medicina. Hoje, as três profissões mais ambicionadas pelas crianças no Reino Unido são esportista, cantor pop e ator .

“*Esse est percipi*” (ser é ser percebido). A antiga máxima do filósofo irlandês George Berkeley (1685-1753) assume contornos inesperados em nossa condição atualista. Constantemente reproduzidos pelas diversas mídias sociais, assim como a obra de arte descrita por Walter Benjamin, nosso valor de face depende cada vez menos de qualquer tipo de aura ou culto da autenticidade e mais de nosso sucesso em nos reproduzir em múltiplas cópias cujo original já não é tão fácil discernir. A relação entre a consciência original e sua cópia parece ser, na verdade, a relação entre diferentes modalidades de reprodução. No limite, são os diversos serviços e aplicativos que “autenticam” e diferenciam o original da cópia, desde que se continue a pagar por eles, em dinheiro ou dados pessoais que constantemente deixemos que sejam armazenados. Cada vez mais “pessoais” e sedentos por serviços “personalizados” que se retroalimentam de uma au-

toexibição contínua, nos sentimos únicos, “diferenciados”, definitivamente afastados de algo como um “outro” semelhante. Sempre “diferenciadas”, mas não diversas, as mídias sociais alimentam-se de nossa solidão e, ao mesmo tempo, nos tornam incapazes daquele “estar sozinho” meditativo.

A tendência à subjetivização é um dos traços mais consensuais da modernidade, que sempre contou com formas de subversão e crítica. O turista/viajante/visitante que visita hoje o Museu Van Gogh pode certamente experimentar como o pintor aprofundou e subverteu a representação do “eu” que tinha e tem na pintura de retratos flamenga um dos grandes pilares da afirmação da subjetividade moderna. Ao mesmo tempo, como não pensar, dentro de nossa perspectiva, por exemplo, no contraste entre a densidade e complexidade dos autorretratos no interior do museu Van Gogh ou mesmo da arte flamenga reunida no outro lado da praça no Museu Rijk e a multidão que freneticamente se autofotografa em interações diversas com o enorme letreiro instalado no gramado com a nova marca da cidade “I Amsterdam”⁷. Explorar as tensões e novas complexidades nas encenações da subjetividade, e do tempo, é uma tarefa fundamental, já que a cultura do eu encontra hoje mídias cada vez mais poderosas nas quais e as quais (se) alimenta.

Em artigo no qual anuncia iniciativa do governo dos Estados Unidos para reduzir e regular o uso abusivo do isolamento em seus presídios, Barack Obama reagia a um longo debate nacional que denunciava o fato de que cerca de 100 mil pessoas estavam naquele momento sendo mantidas em celas solitárias, algumas delas, em torno de 25 mil, por períodos que podiam se estender por anos de confinamento. A jornalista Erica Goode produziu uma série de reportagens influentes em que descreveu o estado dos prisioneiros e a banalização da prática, que se expande entre as décadas de 80 e 90, mas cujos fundamentos, como bem lembra, remonta ao imaginário vitoriano que acreditava que a autorreflexão propiciada pela solidão teria efeitos educativos sobre o prisioneiro. Alguns especialistas que estudam os efeitos sobre os presos de longos períodos de confinamento solitário costumam relacionar seus sintomas com a experiência de uma morte social.

O nosso atual estado “social”, com muitos amigos e nenhum amigo, explica talvez o sucesso da figura do Zumbi na cultura pop contemporânea. Nunca sozinhos, continuamos a sofrer de solidão e seus efeitos. Sempre divididos entre as vidas digital e não digital, nem sempre é fácil migrar de um ambiente a outro. O uso das redes sociais pode ter

7 A esse respeito, Byung-Chul Han (2013), em sua crítica radical afirma: “o ‘rostro humano’ com seu valor-cultura faz tempo que desapareceu da fotografia. Na época do Facebook e Photoshop transforma o ‘rostro humano’ em uma face que se dissolve por inteiro em seu valor de exposição. [...] Na sociedade exposta, cada sujeito é seu próprio objeto de publicidade. Tudo se mede por seu valor de exposição. A sociedade exposta é pornográfica. Tudo está direcionado para fora, descoberto, despojado, desvestido e exposto” (p. 27 e 29).

8 Sobre a cultura da exibição e o fim da privacidade entre o mundo vitoriano e a condição “social” contemporânea, ver Keen 2012.

um papel positivo em nossa capacidade de fortalecer nossos laços sociais, mas também tem servido de estratégia que apenas compensa os efeitos da solidão, tornando-nos menos capazes de cuidar com o outro fora das bolhas de conforto digital. O sentimento crescente de solidão é compensado pela ampliação de nossas possibilidades de conexão, da qual somos cada vez mais dependentes. Se para Heidegger a atividade humana mais definidora é o cuidar com outros seres humanos, sentir-se cuidando – e cuidado é fundamental –, as redes prometem nos entregar essa sensação sem os compromissos e os problemas do mundo real. Como no Periscope, ver com os olhos dos outros e depois desconectar, um fenômeno dos relacionamentos digitais chamado *ghosting*, já amplamente documentado. Mas, como afirma Rodrigo Turin em sua leitura de uma das versões deste texto, é preciso compreender melhor a emergência de novas e intensas formas de solidariedade política e laços sociais que, por exemplo, as novas gerações experimentam por meio de ocupações e coletivos, onde a solidão pode ser relativizada e questionada por um trânsito positivo entre o “virtual” e o “real”. De todo modo, a história central do episódio “White Christmas”, que não teremos espaço aqui para analisar, trata exatamente do drama de ser colocado em um *restricted status housing*, eufemismo com o qual as prisões nos Estados Unidos definem a tortura da solitária.

Esperamos ter demonstrado que nosso presente não precisa ser pensado apenas como presente alargado, ou como um presente sem futuro, mas como uma forma de temporalização que assentada em um modo específico do presente articular futuro e passado. Chamamos esse modo ou condição extrema de atualismo. Assim, acreditamos que deveríamos pensar em nossa situação contemporânea não por uma afirmação negativa, como sem futuro, com futuro fechado ou, ainda, de um futuro presentista (e mesmo de um passado presentista visto apenas a partir de um presente estendido), mas com um tipo particular de futuro. O passado e o futuro atualista não são “consumidos” apenas em função de um presente estendido. A imagem de um “presente amplo” ou de um “presentismo” encontra na temporalidade da de-cadência um parentesco evidente e nos ajuda a entender o paradoxo de um presente ao mesmo tempo cheio de novidades e quase sempre vazio de eventos. Por mais que as novidades se apresentem, seja mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais, pois “nossa atualidade” se atualiza (quase) exclusivamente em função da própria atualidade. O que esse movimento pode trazer de novo

ao argumento presentista é esclarecer que não se trata substancialmente de uma ampliação do presente, mas mesmo da ampliação de referências ao passado e futuro, mas em modo atualista. Nesse sentido, a democracia, por exemplo, pode esperar, pois o importante, como destaca a epígrafe, é a “atualização” por ela mesma. Nessa direção, o presentismo é antes de tudo apenas uma modalização de várias formas possíveis do atualismo. Assim podemos entender como a “moda” ou “nostalgia” da história e das coisas históricas, ou mesmo do passado, pode ser contemporânea do Presentismo. Ou como uma sociedade – que teria um futuro fechado – pode ser, ao mesmo tempo, viciada em novidades e ávida pela mais nova série do Netflix.

Ouro Preto, Bochum, outubro de 2016

Referências

OBAMA, Barack H. 2016. “Why We Must Rethink Solitary Confinement.” *The Washington Post*. https://www.washingtonpost.com/opinions/barack-obama-why-we-must-rethink-solitary-confinement/2016/01/25/29a361f2-c384-11e5-8965-0607e0e265ce_story.html?utm_term=.4f5f7dad2625 (September 9, 2016).

Brasil 247. Documentários registram o golpe para a história, 2016. In: <http://www.brasil247.com/pt/247/poder/252049/Document%C3%A1rios-registram-o-golpe-para-a-hist%C3%B3ria.htm>. Acesso em 9 set. 2016.

CANTANHÊDE, Eliane. Conciliar o inconciliável. *Estadão*, 2016. In: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,conciliar-o-inconciliavel,10000069233>. Acesso em 9 set. 2016.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. In: BRUM, Eliane. Diálogos sobre o fim do mundo. Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski. *El país*, 2014. In: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/29/opinion/1412000283_365191.html. Acesso em 9 set. 2016.

CONTI, Mario Sérgio. Impeachment está para a democracia como drones estão para guerra. *Folha de São Paulo*, 2016. In: <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/adblock.shtml?origin=after&url=http://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariosergioconti/2016/08/1803304-impeachment-esta-para-democracia-como-drones-estao-para-guerra.shtml>. Acesso em 9 set. 2016.

DELACROIX, Christian. “Généalogie d’une notion”. In: DELACROIX, Christian; Dosse, François; Garcia, Patrick (sous la direction de). *Historicités*. Paris: Éditions La Découverte, 2009, p. 29-45.

GOODE, Erica. 2012. "Prisons Rethink Isolation, Saving Money, Lives and Sanity." *New York Times*. <http://www.nytimes.com/2012/03/11/us/rethinking-solitary-confinement.html> (September 9, 2016).

GOODE, Erica. 2015. "Solitary Confinement: Reporter's Notebook." *New York Times*. <http://www.nytimes.com/times-insider/2015/08/04/solitary-confinement-reporters-notebook/> (September 8, 2016).

FARIA, Daniel. Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972. *História da Historiografia*, p. 11-29, 2015.

HAFNER, Katie. 2016. "Researchers Confront an Epidemic of Loneliness - The New York Times." *New York Times*. http://www.nytimes.com/2016/09/06/health/loneliness-aging-health-effects.html?hpw&rref=health&action=click&pgtype=Homepage&module=well-region®ion=bottom-well&WT.nav=bottom-well&_r=0 (September 8, 2016).

HANNOUM, Abdelmajid. What is na order of time? *History and Theory*, n. 47, 2008, p. 458-471.

HARRIS, Michael. 2014. *The End of Absence: Reclaiming What We've Lost in a World of Constant Connection*. New York: Penguin.

HARTOG, François. Entrevista com François Hartog: história, historiografia e tempo presente. *História da historiografia*, n. 10, 2012, p. 351-371.

HARTOG, François. Entrevista: François Hartog. *Revista Brasileira História*, vol.35, n. 70. São Paulo July/Dec. 2015, p. 281-291.

HARTOG, François. Présentisme plein ou par défaut ? In: *Régimes d'historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2012, p. 5-9.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

HEIDEGGER, Martin. *Sein Und Zeit*.. 19 ed. Tubingen: Max Niemeyer, 2006.

HEIDEGGER, Martin. 2010. *Being and Time*. New York: State University of New York Press.

KEEN, Andrew. 2012. *Digital Vertigo: How Today's Online Social Revolution Is Dividing, Diminishing, and Disorienting Us*. London: Constable (Kindle edition).

KLEINBERG, Ethan. 2007. "Haunting History: Deconstruction and the Spirit of Revision." *History and Theory* 46(4): 113-43. <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1468-2303.2007.00431.x>.

LOCKER, Déborah; HADDAD, Elie. Le présent comme inquiétude: temporalités, écritures du temps et actions historiographiques. *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*. n. 53, 2006, p. 160-169;

MATA, Sérgio da. Entropia temporal: das razões sociológicas às limitações antropológicas, 2016. (mimeo).

TAWILE, Mia. “Ghosting, a New Social Phenomenon Caused by Digital - Marketing & Innovation.” <https://visionarymarketing.com/en/blog/2016/05/ghosting-a-new-social-phenomenon/> (September 13, 2016).

NICOLAZZI, Fernando. A história entre tempos: François Hartog e a conjuntura historiográfica contemporânea. *História: Questões & Debates*. n. 53, p. 229-257, jul./dez. 2010.

PEREIRA, Mateus e MATA, Sergio da. Introdução. In: *Tempo Presente & Usos do Passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PHILLIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment: Genres of Historical Writing in Great Britain, 1740–1820*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PIMENTA, João Paulo. História do presentismo, história presentista? A propósito de *Regimes de historicidade*, de François Hartog. *Rev. Hist. São Paulo*, n. 172, p. 399-404, 2015.

RODRIGUES, Henrique Estrada. *Comentários aos textos do INTH* (mimeo), 2016.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso no Senado, 2016. In: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/confira-integra-do-discurso-de-dilma-em-julgamento-do-impeachment-no-senado>. Acesso em 09 set. 2016)

Team Periscope. 2016. “Year One.” *Periscope Blog*. <https://medium.com/periscope/year-one-81c4c625f5bc#.9ylokwmrd> (September 15, 2016).

This is not ADVERTISING. 2012. “I Amsterdam – The Campaign to Re-Brand Amsterdam.” *This is not Advertising (Blog)*. <https://thisisnotadvertising.wordpress.com/2012/11/05/i-amsterdam-the-campaign-to-re-brand-amsterdam/> (September 15, 2016).

TRÜPER, Henning. 2014. “Löwith, Löwith’s Heidegger, and the Unity of History.” *History and Theory* 53(1): 45–68. <http://doi.wiley.com/10.1111/hith.10694> (October 6, 2014).

WHITE, Hayden. *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

ZAWDZKI, Paul. Les equivoques du présentisme. *Esprit*. Paris: Esprit, 2008, n. 345.

CHAMADA DE ARTIGOS

V. 24, n. 1 e 2, jan./dez. 2017

Tema: Utopias

Prazo para submissão: até 10 de abril de 2017

UTOPIAS

As utopias têm a idade dos sonhos humanos de felicidade e plena emancipação. As utopias não são um privilégio – ou atributo – de uma única época, de um único povo. As utopias são a permanente chama que nos leva, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, e sobretudo nelas, a acreditar que a vida, individual e coletiva, pode ser melhor, ser promessa de felicidade.

Ernst Bloch, filósofo da esperança e da utopia, mostrou que a utopia não é o irrealizável, o que não pode existir, o que não está, nem pode estar, em qualquer lugar. Bloch nos mostrou que a utopia é consciência antecipadora, é o sonho diurno, que nos mobiliza, interpela-nos no sentido de superar a vida danificada.

Em momentos como os que se vivem hoje, a utopia é reafirmação de nossa recusa em aceitar que a última palavra sobre o mundo já foi dita.

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais convida a comunidade a submeter artigos para o seu próximo número, o volume 24, que traz como tema central Utopias.

A publicação também está aberta à submissão de textos sobre temas diversos, que deverão seguir o mesmo formato e prazo estabelecidos para os textos submetidos ao tema do número.

Os artigos devem ser adequados às normas para publicação disponíveis no site <www.ufmg.br/revistadaufmg> e enviados à Comissão Editorial até 10 de abril de 2017, por meio eletrônico, para <revistadaufmg@ufmg.br>, ou por correio, aos cuidados de Lucília Niffinegger, no endereço a seguir:

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6.627, Campus Pampulha
Prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, sala 3.011
CEP: 31.270-901, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
Outras informações: 55 31 3409 7231

CALL FOR PAPERS

V. 24, n. 1 e 2, Jan/Dec. 2017

Topic: Utopias

Deadline for submission: until April 10th 2017

UTOPIAS

Utopias are as old as the human dreams of happiness and perfect emancipation. Utopias are neither a privilege nor an attribute of only one time, of only one people. Utopias are a lasting flame that makes us believe that life, individual or collective, can be better, and a promise of joy, even in the most difficult circumstances, or especially during these difficulties.

Ernst Bloch, a philosopher of hope and utopia, proposed that utopia is not the unfeasible, what cannot exist, that is not and cannot be in any place. Bloch showed us that utopia is far-sighted consciousness, a daydream that moves us and incites us to get over the damages of life.

In times such as these we live nowadays, utopia is a restatement of our refusal to accept that the last word about the world has already been said.

The Revista da Universidade Federal de Minas Gerais invites the community to submit articles for its next number, volume 24, the central topic of which is Utopias.

The publication also accepts the submission of texts on several themes, that shall comply with the same format and deadline set forth for the texts submitted to the present number.

The articles shall fulfill the publishing norms available at www.ufmg.br/revistadaufmg and electronically sent to the Editorial Board by April 10th 2017 to revistadaufmg@ufmg.br, or by mail, to the attention of Lucília Niffinegger at the following address:

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais
 Universidade Federal de Minas Gerais
 Av. Presidente Antônio Carlos, nº 6.627, Campus Pampulha
 Prédio da Faculdade de Ciências Econômicas, sala 3.011
 CEP: 31.270-901, Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
 For further information, please call: 55 31 3409 7231

NORMAS PARA A PUBLICAÇÃO

A Revista da Universidade Federal de Minas Gerais publica originais de autores convidados e também daqueles que desejam submeter seus trabalhos por iniciativa própria. As contribuições são avaliadas pela Comissão Editorial e por pareceristas *ad hoc*, por meio de revisão às cegas, reservando-se o direito da Revista de propor modificações com a finalidade de adequar os artigos e demais trabalhos aos seus padrões editoriais.

Os originais submetidos à Revista não podem estar em processo de avaliação simultânea em outra publicação e devem ser inéditos no Brasil, cabendo à Comissão Editorial avaliar a conveniência de publicar ou não trabalhos já divulgados em outros idiomas por revistas e órgãos editoriais de outros países.

A Revista aceita para publicação artigos, comentários, notas, ensaios, resenhas e entrevistas, cabendo à Comissão Editorial, no entanto, uma análise preliminar dos originais recebidos, a fim de verificar a conformidade com as linhas editoriais, podendo recusá-los ou encaminhá-los, caso aprovados, para o posterior processo de avaliação com vistas à sua publicação ou não. Poemas e outras modalidades de produção artístico-literária e iconográfica são também publicados, mas unicamente mediante convite da Comissão Editorial.

O crédito dos autores deve conter titulação, filiação institucional e endereço eletrônico. Os originais encaminhados à Revista devem ser apresentados em editor de texto Word, fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinhas de 1,5, margens de 3 cm e em formato A4. Devem estar acompanhados de resumo de até 120 palavras e três palavras-chave, em português e inglês. Citações com até três linhas devem constar no corpo do texto, entre aspas. A partir de quatro linhas, devem ser colocadas em destaque, sem aspas, com corpo de fonte 10 e margens recuadas em quatro centímetros à esquerda.

Artigos, ensaios e entrevistas devem ter no mínimo 17 e no máximo 25 páginas, incluindo tabelas, mapas, gráficos e outras imagens e informações não textuais. Comentários, notas e resenhas não podem ultrapassar 10 páginas.

Pede-se que os artigos e ensaios submetidos à Revista obedçam as normas fixadas pela NBR 6022, editada pela ABNT em maio de 2003, e contenham, pelo menos, as seguintes seções: 1) introdução, 2) desenvolvimento, 3) considerações conclusivas e 4) referências bibliográficas. O envio de manuscritos e demais trabalhos implica a cessão dos direitos autorais à Revista, caso os textos venham a ser aceitos para publicação.

Tabelas e quadros devem ser inseridos e indicados no texto. Devem ser também enviados em arquivos separados nas extensões doc ou xls. O mesmo procedimento deve ser adotado em relação às figuras (mapas, gráficos, ilustrações e fotos). Além de indicadas e inseridas no texto, devem ser remetidas em arquivos separados, com resolução de 300dpi e tamanho mínimo de 10x10 cm. Preferencialmente, gráficos devem ser enviados em formato que permita a edição (por exemplo, com extensão xls), para que sejam adequados ao projeto gráfico da Revista. As imagens, como fotos e ilustrações, entre outras, devem ser acompanhadas de autorização para publicação, de seus respectivos autores.

Nomes de organizações e entidades devem ser apresentados por completo, seguidos por sua sigla na primeira inserção no texto. No restante, utilizar apenas a sigla anteriormente empregada [ex: Organização das Nações Unidas (ONU)]. Números de um a dez devem ser escritos por extenso e termos estrangeiros marcados em itálico.

Referências bibliográficas devem obedecer aos critérios estabelecidos pela NBR 10520 e pela NBR 6023, da ABNT, de agosto de 2002.

PUBLICATION NORMS

Revista da Universidade Federal de Minas Gerais publishes manuscripts written by invited authors and by those who spontaneously wish to submit their works. The contributions are assessed by the Editorial Board and by ad hoc reviewers through the blind review method. Revista may propose alterations at its own discretion in an effort to adapt the articles and further works to its editorial standard.

The manuscripts submitted to Revista may not be assessed simultaneously by another publication team, and must be unpublished in Brazil. The Editorial Board will assess the convenience of the publication of works already disseminated in other languages by journals and editorial entities in foreign countries.

Revista accepts articles, comments, notes, essays and interviews for publication, but the Editorial Board will preliminarily analyze the manuscripts and works received in order to verify the compliance with the editorial lines, when the same may be refused or, in case of approval, referred to a further evaluation process, aiming at their publication or not. Poems and other artistic-literary and iconographic productions may also be published, although only if duly invited by the Editorial Board.

The authors' credits must contain their title, institutional affiliation and electronic address. The texts submitted to Revista should be written in Word Editor, Times New Roman source, size 12, space 1.5 between lines, margins of 3 cm, and in A4 format. An abstract with 120 words at most and three keywords, both in Portuguese and in English, must be submitted with the corresponding text. Quotations containing up to three lines are inserted in the text between quotation marks; if longer, they must outstand the text without quotation marks, size 10 and margins with a four-centimeter indentation to the left.

Articles, essays and interviews should be at least 17 pages long, but not surpass 25 pages, including tables, maps, graphs and other images and non-textual information. Comments and notes should not have more than 10 pages.

Articles and essays submitted to Revista should follow the norms set forth by NBR 6022, published by ABNT in May, 2003, and contain at least the following sections: 1) Introduction; 2) Development; 3) Conclusions, and 4) Bibliography. The remittance of manuscripts and other works implies copyright assignment to Revista if they are accepted for publication.

Tables and charts must be inserted and indicated in the text, and sent in separate files in doc or xls extensions. The same procedure must be followed in the case of figures (maps, graphs, illustrations and photos). Besides their insertion and indication in the text, they must also be remitted in separate files, in 300dpi resolution, and 10x10 cm minimum size. Graphs are best sent in a format that allows the edition (for instance, in xls extension), so that they can be adapted to the graphic design of the journal.

The images, photos and illustrations, among others, must be authorized for publication by their authors.

The name of organizations and entities must be written in full, followed by their abbreviation when first mentioned in the text, and after that, only the abbreviation should be used; for example: United Nations Organization (UNO). Numbers from one to ten must be written in full, and foreign terms in italics.

Bibliography must obey the criteria set forth by NBR 10520 and NBR 6023 by ABNT, as of August, 2002.

FONTES: Minion Pro, Scala e Scala Sans

MIOLO: Couché fosco 90g/m²

CAPA: Supremo 250g/m²

IMPRESSÃO: Imprensa Universitária/UFMG

TIRAGEM: 500 exemplares

